

GUSTAVO BITTENCOURT MACHADO

**TENDÊNCIAS E CONTRADIÇÕES NA FORMAÇÃO SOCIAL
E ECONÔMICA DO EXTREMO SUL DA BAHIA ENTRE 1950 E 2000**

**SALVADOR
2000**

GUSTAVO BITTENCOURT MACHADO

**TENDÊNCIAS E CONTRADIÇÕES NA FORMAÇÃO SOCIAL
E ECONÔMICA DO EXTREMO SUL DA BAHIA ENTRE 1950 E 2000**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de MESTRE EM ECONOMIA.

ORIENTADOR: PROF. VITOR DE ATHAYDE COUTO

**SALVADOR
2000**

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	5
1. INTRODUÇÃO.....	13
2. ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	19
3. A CATEGORIA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA EM MARX.....	28
3.1 CONDICIONANTES CLÁSSICOS DA NOÇÃO DE ACUMULAÇÃO PRIMITIVA.....	30
3.1.1 A expropriação do camponês de sua base fundiária.....	30
3.1.2 A aplicação da legislação.....	32
3.1.3 A revolução agrícola, a indústria e a formação do mercado interno.....	33
3.2 A CATEGORIA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA NO SÉCULO XX.....	34
4. AS TRÊS FASES DA FORMAÇÃO REGIONAL DO EXTREMO SUL DA BAHIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.....	38
4.1. A NATUREZA ENDÓGENA DOS RECURSOS NATURAIS NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO: A EXPANSÃO DO CAPITAL MADEIREIRO.....	41
4.2. A CONSOLIDAÇÃO DOS MODELOS AGRÍCOLAS PRODUTIVISTAS.....	56
4.3. A IMPLANTAÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL E O DINAMISMO EXCLUDENTE.....	72
5. OS IMPACTOS SOCIAIS DA ATUAL ESTRUTURA REGIONAL.....	86
5.1 A ESTRUTURAÇÃO AGRÁRIA E OS CONFLITOS NO CAMPO, NOS ÚLTIMOS DECÊNIOS.....	86
5.2 A PERIFERIZAÇÃO URBANA.....	101
5.3 AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA COMO FORMAS EMANCIPATÓRIAS: A IDENTIDADE DE PROJETO.....	111
6. O SISTEMA AGRÁRIO DO EIXO ITAMARAJU-PRADO.....	148
6.1 AS TIPOLOGIAS DE PRODUTORES RURAIS.....	148
6.2 A RENDA AGRÍCOLA.....	154
6.2.1 Perfil geral.....	154
6.2.2 Os produtores-assentados típicos.....	155
6.3. A RENDA NÃO-AGRÍCOLA PREVIDENCIÁRIA.....	167
6.4. COMPLEXIDADE E INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO.....	179
7. CONCLUSÕES: PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E CONTRADIÇÕES.....	190
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	207
ABSTRACT.....	213
APÊNDICES.....	214

RESUMO

A presente dissertação procura compreender o processo histórico de formação da região do Extremo Sul da Bahia entre 1950 e 2000, quando a região se incorpora à lógica nacional de desenvolvimento econômico, com a implantação da BR-101, sendo novo eixo de ligação da Bahia com o Sudeste do Brasil. Esse período encontra-se em curso, não obstante apresentar fases historicamente definidas, que permitem compreender a estrutura econômica que se forma. Essas fases baseiam-se nos movimentos de expansão de capitais, e sua substituição por outras formas concretas, em magnitude e escalas diferentes, determinantes do fluxo e refluxo do dinamismo econômico regional.

É na segunda metade do século XX que o capitalismo adentra, no sentido leste-oeste, o Extremo Sul da Bahia interiorizando-se, e transforma rapidamente a sociedade, a paisagem e as relações de produção na região. O tempo histórico tem na expansão dos diversos tipos de capitais seu referencial metodológico, que compreende, basicamente, o período da expansão do capital madeireiro, que inicia intensamente a devastação dos recursos naturais, a partir dos anos 1950, mas sobretudo 1970, até a implantação dos projetos industriais de reflorestamento de eucalipto nos anos 1990, inserindo a região na lógica da acumulação internacional como espaço produtor de celulose, papel e papelão para os mercados interno e externo. Esse Extremo Sul é um produto histórico recente.

Ao mesmo tempo em que o capital se interioriza, afluem contingentes migratórios provenientes de algumas regiões do Brasil, que povoam todo o Extremo Sul em apenas vinte anos. Nesse período, acirram-se as contradições do capitalismo na região. Apropriam-se terras públicas, devolutas e indígenas por grileiros. Ocorre o cercamento do espaço rural. Aumentam os conflitos agrários. Urbanizam-se rapidamente as cidades, formando-se centros regionais, como Teixeira de Freitas e Eunápolis. Devasta-se a Mata Atlântica. Pecuariza-se a região. Implantam-se projetos tecnificados de produção de mamão e café. Cresce a desocupação rural e urbana como consequência inclusive da estagnação da atividade madeireira. Implantam-se os grandes projetos industriais de produção de celulose, papel e papelão e os vastos maciços florestais de eucalipto.

Explicita-se a exclusão urbana e surgem os movimentos sociais no campo, concretizados nas formas emancipatórias de superação da pobreza.

Novos coletivos são formados como produto da luta de classes na região. Os movimentos sociais no campo expandem-se no sentido norte do Estado da Bahia, mobilizando contingente de desempregados por onde passa, institucionalizando-se em modelos de organização econômica associativista ou cooperativista onde se assentam famílias sem-terra e sem emprego. Constituem-se, assim, sistemas de produção agropecuária, diferentes entre si quanto ao conjunto de bens produzidos, implicando vários estágios de desenvolvimento e bem-estar dos novos produtores rurais-assentados. Obteve-se, na pesquisa de campo, uma amostra dirigida dos sistemas de produção dos assentados a fim de comparar os diversos níveis de renda e processos de autoconsumo e acumulação e propor alternativas de viabilidade econômica dos sistemas de produção. Assim observam-se as magnitudes das rendas agrícolas e rendas não-agrícolas na renda total dos assentados.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura familiar, movimentos sociais, assentamentos rurais, reforma agrária, formação social e econômica.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELAS

Tabela 1: Participação percentual dos grupos da atividade econômica - Microrregiões selecionadas – 1996.....	48
Tabela 2: Bahia - Composição percentual por grupos da atividade econômica em microrregiões selecionadas – 1996.....	48
Tabela 3: Motivos pelos quais o empresariado não aumenta a produção de madeira.....	54
Tabela 4: Lavouras temporárias nos municípios do Extremo Sul e Estado da Bahia em 1996.....	62
Tabela 5: Estrutura do setor primário - Bahia - 1980 – 97.....	74
Tabela 6: Índice do Valor Agregado do setor primário - Bahia - 1980 – 97.....	74
Tabela 7: Maiores produtores e consumidores mundiais de celulose em 1998 (mil t).....	78
Tabela 8: Produção de pastas celulósicas – 1999 (toneladas).....	78
Tabela 9: Maiores produtores e consumidores mundiais de celulose em 1998 (mil t).....	78
Tabela 10: Bahia – Indústria – Investimentos acima US\$ milhões – 1992-2002.....	78
Tabela 11: Reflorestamentos existentes no Brasil – 1999 (ha).....	79
Tabela 12: Área plantada com silvicultura na Bahia, em 1999 (ha).....	79
Tabela 13: Utilização das terras no Estado da Bahia, em 1985.....	90

Tabela 14: Utilização das terras no Estado da Bahia, em 1995.....	90
Tabela 15: Número de conflitos por regiões, na Bahia, entre 1990 e 1997.....	91
Tabela 16: Número de beneficiários segundo a classe de idade, por Estado – 1996 (anos).....	94
Tabela 17: Porcentagem dos assentados por nível de estudo, por Unidade da Federação, em 1996.....	96
Tabela 18: Disposição dos grupos de área total segundo regiões, em 1985.....	97
Tabela 19: Disposição dos grupos de área total segundo regiões, em 1995.....	98
Tabela 20: Utilização das terras nas Mesorregiões do Extremo Oeste e Nordeste e Microrregiões de Juazeiro e Porto Seguro do Estado da Bahia, em 1985.....	100
Tabela 21: Utilização das terras nas Mesorregiões do Extremo Oeste e Nordeste e Microrregiões de Juazeiro e Porto Seguro do Estado da Bahia, em 1995.....	101
Tabela 22: Taxas de crescimento demográfico das regiões econômicas 1980-1996.....	102
Tabela 23: Participação das regiões econômicas na população total e no incremento populacional do Estado da Bahia entre 1980-1996.....	103
Tabela 24: População urbana e rural – Taxas de crescimento das regiões econômicas 1980-1996.....	104
Tabela 25: Grau de urbanização das regiões econômicas – 1980-1996.....	105
Tabela 26: Bahia – Grau de urbanização dos municípios – Extremo Sul 1980-2000.....	107

Tabela 27: Estimativas das famílias indigentes dos municípios do Extremo Sul 1980-1996.....	108
Tabela 28: Indicadores dos projetos de assentamento da União, na Bahia, por região econômica, em 1998.....	122
Tabela 29: Assentamentos estaduais de reforma agrária assistidos pela CORA/SEAGRI, em 1998.....	122
Tabela 30: Pessoal ocupado por hectare e variação do pessoal ocupado segundo os grupos da atividade econômica – Bahia – 1985/1996.....	136
Tabela 31: Tamanho da família, cesta básica familiar, renda familiar agrícola, renda familiar não-agrícola e renda familiar total de produtores rurais no Extremo Sul da Bahia, em 1999.....	159
Tabela 32: Equações dos sistemas de produção dos Assentamentos 1º de Abril, Riacho das Ostras, Bela Vista e Nossa Senhora do Rosário, em 1999.....	161
Tabela 33: População rural de 10 anos e mais, segundo ramo de atividade (Mil pessoas) - Nordeste - 1981/1997.....	168
Tabela 34: Participação dos ramos de atividade na população rural de 10 anos e mais (Mil pessoas) - Bahia - 1981/1997.....	168
Tabela 35: População de 0 a 60 anos e mais, por faixa etária, nos anos censitários, variação anual e diferença em números absolutos nos períodos 80-91 e 91-96. Bahia.....	171
Tabela 36: Participação dos ramos de atividade na população rural de 10 anos e mais (mil pessoas) – Bahia – 1981/1997.....	172
Tabela 37: Estimação da renda agrícola e renda não-agrícola de produtores assentados, em 1999.....	178

Tabela 38: Integração dos sistemas de produção dos assentados no Extremo Sul da Bahia, em 1999.....	180
---	------------

Tabela 39: Frequência absoluta e frequência relativa dos sub-sistemas em relação aos sistemas de produção dos Assentamentos 1º de Abril, Riacho das Ostras, Bela Vista e Nossa Senhora do Rosário, em 1999.....	189
---	------------

QUADROS

Quadro 1: Fases, estágios e características da ocupação regional no Extremo Sul da Bahia, entre 1950 e 2000.....	82
--	-----------

Quadro 2: Estratificação social brasileira segundo RIBEIRO (1995).....	118
--	------------

Quadro 3: Relação de assentamentos vinculados ao MST no Estado da Bahia, em 1999.....	123
---	------------

Quadro 4: Relação de acampamentos vinculados ao MST no Estado da Bahia, em 1999.....	125
--	------------

Quadro 5: Síntese dos fatos ecológicos, técnicos e socioeconômicos no período entre 1950 e 2000.....	151
--	------------

Quadro 6: Categorias de produtores e tipos de sistemas de produção no eixo Itamaraju - Prado, em 1999.....	152
--	------------

Quadro 7: Cálculo das médias R/UTf e St/UTf dos sub-sistemas por assentamento.....	202
--	------------

GRÁFICOS

Gráfico 1: N de estabelecimentos por grupos de área na Bahia, de 1950 a 1995.....	88
---	-----------

Gráfico 2: Disposição dos grupos de área na Bahia, de 1950 a 1995.....	89
Gráfico 3: Participação das regiões segundo as famílias assentadas e acampadas no Estado da Bahia, entre 1986 e 1999.....	126
Gráfico 4: Renda familiar agrícola e cesta básica familiar anual dos sistemas de produção de assentamentos rurais no Extremo Sul da Bahia, em 1999.....	154
Gráfico 5: Renda total familiar, renda agrícola familiar e cesta básica familiar anuais de produtores rurais do Assentamento 1º de Abril, em Prado, em 1999.....	160
Gráfico 6: Renda total familiar, renda agrícola familiar, cesta básica familiar anuais de produtores rurais do Assentamento Riacho das Ostras, em Prado, em 1999.....	160
Gráfico 7: Renda total familiar, renda agrícola familiar e cesta básica familiar anuais de produtores rurais dos Assentamentos Bela Vista e Nossa Senhora do Rosário, em Prado e Itamaraju, em 1999.....	160
Gráfico 8: Curvas dos sistemas de produção pesquisados do Assentamento 1º de Abril, em 1999.....	162
Gráfico 9: Curvas dos sistemas de produção pesquisados do Assentamento Riacho das Ostras, em 1999.....	164
Gráfico 10: Curvas dos sistemas de produção pesquisados do Assentamento Bela Vista, em 1999.....	165
Gráfico 11: Curvas dos sistemas de produção pesquisados do Assentamento Nossa Senhora do Rosário, em 1999.....	166
Gráfico 12: Renda familiar total (renda agrícola e renda não-agrícola) e cesta básica familiar anual dos sistemas de produção de assentamentos rurais no Extremo Sul da Bahia, em 1999.....	176

Gráfico 13: Renda agrícola familiar e renda não-agrícola familiar de produtores rurais no Extremo Sul da Bahia, em 1999.....	177
Gráfico 14: Sistema de produção planejado a partir da composição dos diferentes sub-sistemas existentes no Assentamento 1º de Abril, em 1999.....	196
Gráfico 15: Sistema de produção planejado a partir da composição dos diferentes sub-sistemas existentes no Assentamento Riacho das Ostras, em 1999.....	199
Gráfico 16: Sistema de produção planejado a partir da composição dos diferentes sub-sistemas existentes no Assentamento Bela Vista, em 1999.....	200
Gráfico 17: Sistema de produção planejado a partir da composição dos diferentes sub-sistemas existentes no Assentamento Nossa Senhora do Rosário, em 1999.....	201

FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1: Sistema de produção do Produtor 11 do Assentamento Riacho das Ostras, no Município de Prado, Bahia, em 1999.....	182
Fluxograma 2: Sistema de produção do Produtor 7 do Assentamento 1º de Abril, no Município de Prado, Bahia, em 1999.....	183
Fluxograma 3: Sistema de produção do Produtor 9 do Assentamento 1º de Abril, no Município de Prado, Bahia, em 1999.....	184
Fluxograma 4: Sistema de produção do Produtor 26 do Assentamento Nossa Senhora do Rosário, no Município de Prado, Bahia, em 1999.....	185
Fluxograma 5: Sistema de produção do Produtor 4 do Assentamento 1º de Abril, no Município de Prado, Bahia, em 1999.....	186

MAPAS

Mapa da Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia, em 1999.....	18
Mapa temático <i>Área de matas naturais (ha)</i> do Censo Agropecuário 1995-1996, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1996.....	55
Mapa temático <i>Efetivo de bovinos</i> do Censo Agropecuário 1995-1996, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1996.....	64
Mapa temático <i>Produção de leite de vaca (mil litros)</i> do Censo Agropecuário 1995-1996, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1996.....	65
Mapa temático <i>Área de pastagens plantadas (ha)</i> do Censo Agropecuário 1995-1996, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1996.....	66
Mapa temático <i>Quantidade vendida de cacau (t)</i> do Censo Agropecuário 1995-1996, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1996.....	67
Mapa temático <i>Quantidade colhida de café (t)</i> do Censo Agropecuário 1995-1996, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1996.....	68
Mapa temático <i>Quantidade colhida de mamão (mil frutos)</i> do Censo Agropecuário 1995-1996, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1996.....	69
Mapa temático <i>Valor total da produção (mil reais)</i> do Censo Agropecuário 1995-1996, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1996.....	70
Mapa temático <i>Investimentos (mil reais)</i> do Censo Agropecuário 1995-1996, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1996.....	71

Mapa temático <i>Área de matas plantadas (ha)</i> do Censo Agropecuário 1995-1996, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1996.....	85
Mapa temático <i>Área de terras produtivas não utilizadas (ha)</i> do Censo Agropecuário 1995-1996, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1996.....	146
Mapa temático <i>Total de pessoal ocupado (ha)</i> do Censo Agropecuário 1995-1996, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1996.....	147
Mapa do Município de Itamaraju, Estado da Bahia.....	153

1. INTRODUÇÃO

O recente processo de ocupação e formação da região do Extremo Sul¹ da Bahia e seus impactos sobre o nível de emprego e o meio ambiente criaram as condições objetivas de surgimento dos movimentos sociais no campo. O Extremo Sul é uma das poucas regiões do Estado que se moderniza; e diversifica-se tecnologicamente. Como todo processo modernizante, este apresenta contradições que lhe são inerentes.

A presente dissertação trata do sistema agrário da região, particularmente do eixo intermunicipal Itamaraju-Prado, até a análise microeconômica dos sistemas de produção dos assentamentos rurais situados nesses municípios, com base na metodologia análise-diagnóstico de Sistemas Agrários. Para isso, torna-se necessário, como reflexão subjacente, propor uma periodização histórica, da década de 50 até o final dos anos 90, com base nos movimentos de expansão do capital, desde sua forma primitiva até as suas formas mais avançadas de organização no território. Disso decorrerá, na década de 90, o surgimento das condições adequadas ao acirramento dos movimentos sociais pelo espaço rural e as sucessivas mudanças na paisagem rural em virtude do aumento da diversidade de sujeitos econômicos no campo. Essas condições apresentam-se por dois fatores convergentes: os movimentos de concentração e reconcentração fundiários e o incremento da urbanização no Extremo Sul, nos anos 90.

O segundo capítulo aborda a estrutura da metodologia Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários, demonstrando as etapas do processo de pesquisa, desde a compreensão de sistema agrário até a análise microeconômica dos sistemas de produção e respectivos sistemas de cultivo, criação e beneficiamento.

O terceiro capítulo traz uma revisão dos condicionantes clássicos necessários à noção de acumulação primitiva estudada por Marx, em *O Capital*, no caso, a Inglaterra, considerada,

¹ A Região Econômica do Extremo Sul corresponde aos Municípios de Belmonte, Itapebi, Itagimirim, Eunápolis, Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro, Itabela, Guaratinga, Jucuruçu, Itamaraju, Prado, Alcobaça, Teixeira de Freitas, Vereda, Itanhém, Medeiros Neto, Lajedão, Caravelas, Ibirapuã, Nova Viçosa, Mucuri. Ver Mapa da Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia, em 1999 (pag 18).

nessa dissertação, importante como base de comparação e abstração às condições concretas do processo histórico do Extremo Sul da Bahia. Busca-se reconsiderar, a partir de Francisco de Oliveira, em *Crítica à Razão Dualista*, o tratamento e a pertinência históricos e teóricos da noção de acumulação primitiva no século XX.

O quarto capítulo trata de uma proposta de periodização histórica do Extremo Sul da Bahia a partir de uma caracterização das diferentes fases por que vem passando a região no período de 1950 a 2000, considerando desde o processo de intensificação da exploração madeireira e de formação das fazendas de gado, no início dos anos 50, até a implantação dos projetos industriais de papel e celulose e a consolidação dos assentamentos rurais, nos anos 90, destacando-se a consolidação dos modelos agrícolas produtivistas e a expansão do turismo no litoral.

O quinto capítulo considera os impactos sociais desencadeados no processo histórico tratado no capítulo precedente, destacando-se a desestruturação do *status quo* agrário anterior, com concentração fundiária, o deslocamento da mão-de-obra rural para as cidades, a formação de periferias urbanas, a exploração da mata original com o reflorestamento de eucalipto e a intensificação da pobreza, criando as condições para o surgimento dos movimentos sociais no campo, nas décadas de 80 e 90.

Não se procura esgotar a compreensão do processo por que passa o Extremo Sul da Bahia no contexto da expansão do movimento social de luta pela terra. Busca-se compreender os movimentos sociais no campo numa perspectiva regional, no contexto de consolidação desses movimentos a partir de uma massa de trabalhadores desempregados - pessoas, em geral, sem quaisquer vínculos originários de solidariedade recíproca, mas que possuem aspectos comuns, o próprio estado de desempregado, imersos numa carência material determinante das condições de sobrevivência, aparentemente sem solução, ou sem perspectivas de curto prazo no âmbito do mercado de trabalho formal. Assim, a mobilização incrementada pelos movimentos e as condições materiais existentes nos próprios assentamentos, seja as que atendem ao autoconsumo das famílias, seja as decorrentes de um excedente realizado oriundo da produção, consistem na materialidade condicionante dos mecanismos de comparação da realidade do coletivo “assentamento-

movimento” e da realidade que lhe é externa. Tal situação consiste em fator de atração e aglutinação da marginália excluída.

Há dois movimentos típicos do processo de ocupação dessa região. Primeiramente, um movimento de acumulação de capital, auto-destruidora, com o desmatamento da Mata Atlântica pelo capital-madeireiro, caracterizando o primeiro fluxo de imigração e ocupação regional, como espaço de expansão dessa atividade, originária do norte dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais. A mata original valoriza-se no sentido da acumulação capitalista, embora se apresente como um recurso esgotável com um tempo finito de valorização espacial, que culmina com a sua quase total devastação. Como define Marx,

“A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção...Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico. Assim como também o é a descoberta de medidas sociais para a quantidade das coisas úteis.” (MARX, 1998, p.45).

Os recursos naturais locais passam a ser uma espécie de mercadoria quando adquirem, além de valor de uso, valor de troca no mercado; em si mesmos, como substância corpórea e em estado original, não possuem valor; mas, à medida que se intensifica seu uso com o aumento da demanda por móveis no mercado, valoriza-se pela expansão da primeira grande forma de capital na região, implusionadora da ocupação e do povoamento: o capital madeireiro. Enquanto valor de uso, os recursos naturais, particularmente, florestais e vegetais, satisfaziam as necessidades de consumo dos índios pataxó e pataxó-hahahã², segundo sua escala de produção para a subsistência. Em meados do século XX, os recursos florestais adquirem valor de troca ao serem beneficiados nas serrarias, como resultado de trabalho incorporado, e destinados ao mercado moveleiro.

“Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é medida por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas

² Esses grupos parecem ser os últimos estruturalmente mais organizados. As políticas de povoamento dos séculos XVIII até o início do século XX foram dizimando os demais grupos indígenas, da costa ao interior. Hoje os Pataxó concentram-se à altura do município de Porto Seguro e adjacências e os Pataxó-hahahã, no município de Pau Brasil. Os Pataxó-hahahã não consistem num povo indígena etnicamente homogêneo. É formado por cinco povos, como os Kamakã, Pataxó, Maxacali, entre outros. Esses povos não se consideram Pataxó-hahahã, conforme conversas informais mantidas com o atual Chefe da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Pau Brasil. Hoje em dia concentram-se numa reserva indígena no Município de Pau Brasil. A designação Pataxó-hahahã foi uma forma que o órgão responsável pela preservação dos silvícolas encontrou para os manter em “harmonia” num mesmo território.

etc. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social...Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir, como valor de uso por meio da troca". (*Ibid*, p.49).

Esse processo abre espaço para a expansão paralela da pecuária extensiva que, juntamente com a atividade madeireira, impulsiona a dinamização da região, passando alguns trabalhadores a empregarem-se nas serrarias.

Com a estagnação da atividade madeireira, cresce o número de potenciais desocupados, sendo a pecuária insuficiente em sua capacidade de absorção daquela mão-de-obra, oriunda do campo e do norte dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Reflui o movimento de expansão. Nessa fase da ocupação regional, acirram-se os conflitos pela posse da terra no Extremo Sul, principalmente nos anos 80, quando da consolidação da pecuária.

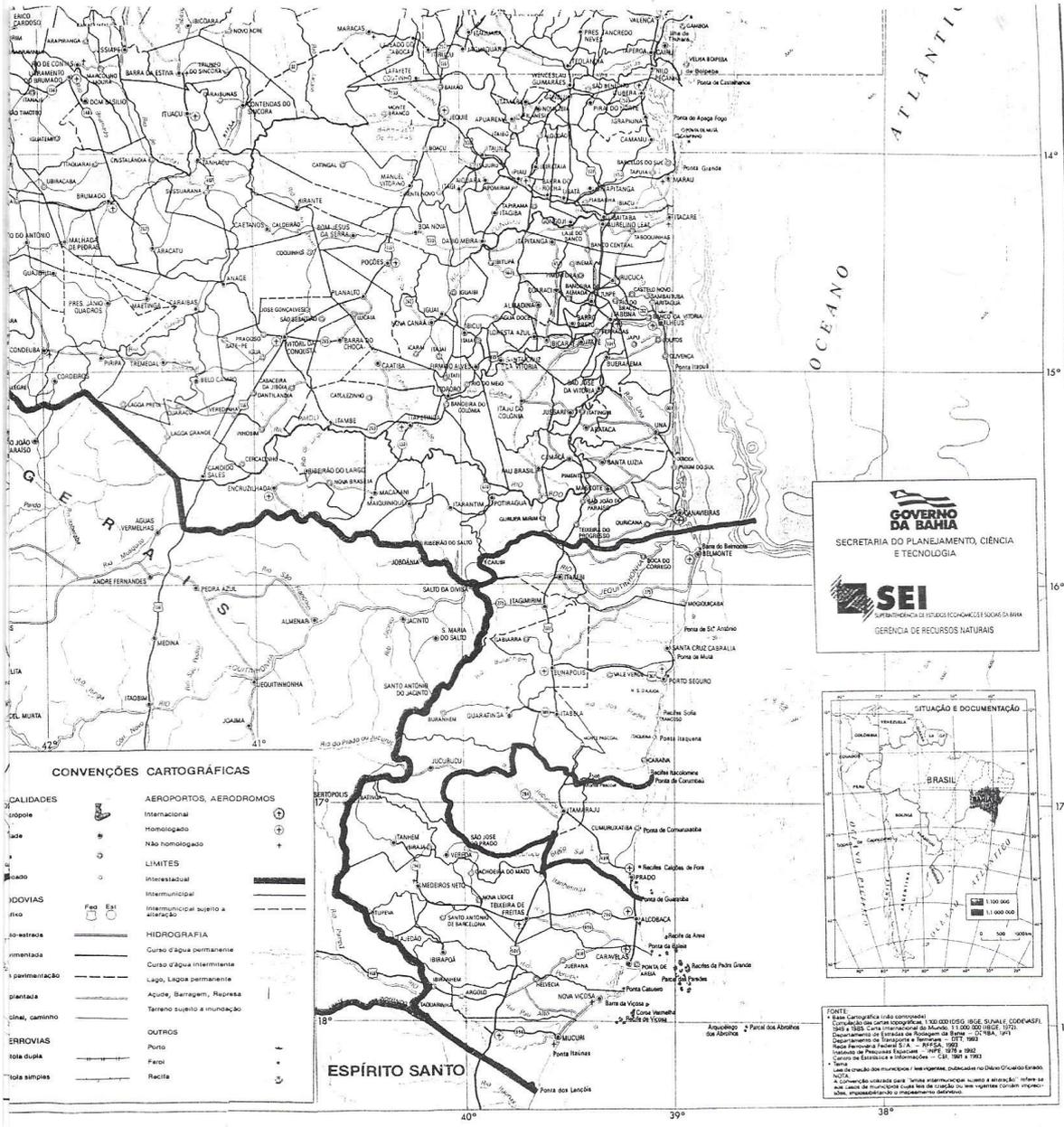
Posteriormente, ocorre a implantação de empreendimentos de natureza empresarial, baseados nas culturas de mamão e café, provenientes dos Estados do Espírito Santo e São Paulo, e a expansão de uma pecuária intensiva em meados dos anos 80. Nos anos 90, implantam-se os projetos industriais de papel e celulose, de capital multinacional, e incentiva-se o reflorestamento monocultor na região, com espécies florestais economicamente viáveis no tempo, como as do gênero do eucalipto, visando ao beneficiamento de celulose e da matéria-prima para o setor moveleiro.

Nesse caso, a silvicultura possui uma baixa capacidade de absorção de mão-de-obra por hectare. Embora empregue, uma das condições do empreendimento empresarial consiste na concentração de terras, enquanto capital valorizado. Ao concentrar, principalmente, vastas extensões, os trabalhadores dos antigos proprietários das fazendas tornam-se potenciais desempregados, tendendo a afluir para os centros urbanos regionais. Surge, assim, uma das condições de acirramento dos movimentos sociais no campo.

O sexto capítulo trata essencialmente dos sistemas de produção dos assentamentos rurais pesquisados em Itamaraju e Prado, em que se faz uma análise microeconômica das unidades de produção (inclusive dos sistemas de cultivo, criação e beneficiamento) e a renda anual média gerada para o produtor e sua família, com base numa amostra dirigida, a partir da diferenciação de situações observadas. Comparam-se-as visando estabelecer

modelos de sistemas de produção que sejam representativos da realidade dos assentados, ao tempo em que se destaca a importância da renda previdenciária na renda total da família dos assentados.

O sétimo capítulo aborda as principais tendências e as contradições na formação social e econômica do Extremo Sul da Bahia, destacando os modelos de sistemas de produção propostos para cada um dos assentamentos pesquisados.



2. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para a análise dos sistemas de produção dos produtores rurais dos assentamentos existentes no eixo Itamaraju-Prado, utilizou-se a metodologia Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários.

Segundo Garcia Filho (1999, p. 8,10, 11), o diagnóstico dos sistemas agrários não é um fim em si mesmo, mas uma ferramenta. Seu principal objetivo é contribuir para a elaboração de linhas estratégicas do desenvolvimento rural, para a definição de políticas públicas, de programas de ação e de projetos (de governo, de organização de produtores, de ONG), respondendo a questões como quais as práticas técnicas, sociais e econômicas dos agricultores e seus sistemas de produção, os principais problemas e tendências do sistema agrário, quais os sistemas de produção e os tipos de produtores mais adequados à sociedade...O método baseia-se em processos progressivos, partindo do geral para o particular, começando pelos fenômenos e níveis de análises mais gerais (mundo, país, região), terminando nos níveis mais específicos (municípios, assentamento e unidade de produção e nos fenômenos particulares (cultivos, criação e beneficiamento). Em cada etapa, os fenômenos são interpretados e confrontados com as análises anteriores, elaborando-se hipóteses que devem ser verificadas na etapa seguinte. Constrói-se uma síntese cada vez mais aprofundada da realidade observada. A busca da explicação e não somente descrição dos fenômenos observados deve ser uma preocupação constante, com base numa perspectiva histórica em todas as etapas do método e numa avaliação econômica dos diferentes sistemas de produção a partir de um enfoque sistêmico, centrado nos atores da história dos sistemas agrários, com ênfase nos agricultores familiares.

Com a definição dos assentamentos rurais a serem visitados, constituiu-se uma amostra dirigida, não aleatória, a partir das orientações dos primeiros informantes-chaves. Buscou-se obter uma amostra específica de alguns assentamentos segundo seu estágio de desenvolvimento (patrimônio acumulado); o período de existência; a obtenção de créditos, sobretudo, os do PROCERA – linha de financiamento federal destinada à reforma agrária; condições topográficas e ambientais (se o assentamento localizava-se em tabuleiros, áreas

predominantemente planas ou acentuadamente íngremes); existência de infra-estrutura nos assentamentos; proximidade dos centros urbanos.

Dufumier (s.d., a) entende o sistema agrário como uma combinação³ de variáveis essenciais como o meio cultivado (o meio original e historicamente alterado); os meios de produção (ferramentas, máquinas, materiais biológicos), força de trabalho social (física e intelectual); o modo de artificialização do meio induzido; a divisão social do trabalho entre agricultura, artesanato e indústria; as transferências oriundas do setor agrícola que satisfazem as necessidades dos produtores agrícolas e de outros grupos sociais; as relações de troca, de propriedade, de posse e as relações de poder, de forças que regulam a repartição dos produtos do trabalho, dos bens de produção e de consumo (conflito de classes) e as relações de troca entre sistemas (concorrência) e o conjunto das idéias e instituições que asseguram a reprodução social.

Para Groppo (s.d.), quando a complexidade aumenta significativamente, a abordagem analítica de sub-divisão dos componentes do sistema em partes, analisando-as separadamente, não funciona. Torna-se necessário planejar novos métodos para compreensão dos sistemas em sua globalidade e dinâmica, pois apresentam propriedades especiais que emergem da interação dos componentes. Apenas o conhecimento das partes não se adequa, geralmente, ao comportamento do sistema como um todo. O sistema agrário é um sistema de mais alta ordem como resultado dos relacionamentos entre os sistemas de produção, a sociedade e os sujeitos econômicos.

³ Há que se esclarecer o uso do conceito combinação de recursos. À primeira vista, parece que se trata de uma combinação de fatores numa visão neoclássica, como elementos separados. A metodologia Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários tem sua origem nas teorias sistêmicas e o tema *complexidade* é uma referência teórica durante a investigação. Não se trata de se ter uma compreensão por partes. A metodologia possui uma abordagem sistêmica e histórica de sistema agrário; contudo, quando a análise é algébrica, para se quantificar o nível de renda dos agricultores, utiliza-se uma função de produção linear. Poder-se-ia considerar o conceito combinação de recursos, não como soma de partes separadas, mas como distinção sem separação para facilitar o entendimento.

As colocações de Morin (1990) esclarecem o que se compreende, em essência, da metodologia. A dificuldade do pensamento complexo é enfrentar a confusão, as interações, a solidariedade dos fenômenos entre si, a incerteza e a contradição. Para isso, propõe-se, como instrumentos conceituais, a substituição do paradigma da disjunção, redução, unidimensional, pelo paradigma da distinção, conjunção que possa distinguir sem separar, associar sem identificar ou reduzir tal paradigma necessitaria de um princípio dialógico e translógico, considerando os limites de fato (problemas de contradição) e *de jure* (limites de formalismo), em torno do princípio da unidade múltipla.

Salienta-se que se trata de uma metodologia que permite adaptações, principalmente quando se considera a renda não-agrícola.

“A abordagem do Diagnóstico dos Sistemas Agrários representa a possibilidade de responder a essa questão, enfatizando a necessidade de olhar as coisas de um modo holístico e com especial atenção para as interações, suas origens e efeitos, para alcançar um nível de estratégia de ação, com os objetivos e a hierarquia claramente identificados”(GROPPO, s.d., p.1).

A. Diretriz metodológica

Do geral para o particular com perspectiva de aumento progressivo de escala. Parte-se da compreensão mesoeconômica de “sistema agrário” para a abordagem microeconômica, em termos de sistemas de produção, sistemas de cultivo, criação e beneficiamento nos assentamentos rurais.

B. Análise Global da Região

- Identificação das principais heterogeneidades existentes na região de estudo – eixo Itamaraju-Prado.
- Zoneamento das microrregiões consideradas homogêneas.
- Sobreposição de mapas na mesma escala que indiquem aspectos ecológicos (clima, solo, relevo, vegetação natural e artificial, hidrografia) e produtivos (infra-estrutura econômica e social, densidade de população, tamanho das explorações), as potencialidades agroecológicas⁴ e limitações socioeconômicas que condicionam a diversidade e a evolução dos sistemas de produção. Esse zoneamento pode basear-se em fotografias aéreas e imagens de satélite, obtidas em momentos diferentes, permitindo compreender a dinâmica das alterações do espaço no tempo.

“La consideración de las condiciones ecológicas se hace por lo general sin grandes dificultades a partir de múltiples documentos cartográficos: mapas topográficos, morfopedológicos, fotografías aéreas e imágenes de satélite, mapas de vegetación etc...El superponer tales documentos a una misma escala permite muy a menudo la división de las regiones en zonas relativamente homogéneas desde el punto de vista de las potencialidades y limitantes agronómicas, y los documentos de síntesis de presentan algunas veces bajo la forma de mapas de “vocación de suelos”. Esta expresión es muy

⁴ “O ecossistema cultivado é o arranjo de espécies vegetais e animais, selvagens ou domésticos, “aderindo” ao meio, interdependentes, coordenadas, dominadas pela comunidade humana de vizinhança que ambos a reproduz e a explora” (MAZOYER, *apud* DUFUMIER, *op.cit.*). Para Dufumier, pode o ecossistema ser o “de origem” e as suas transformações historicamente adquiridas, no decorrer da história agrária. Pode também ser descrito com a expressão espacial de um sistema agrário; as partes individualizadas e interdependentes cumprem funções diferenciadas no âmbito de um sistema técnico dominante; as relações entre as partes podem ser descritas em termos de fluxos (de energia, de matéria, fertilidade). Um sistema agrário estável explora e reproduz o agroecossistema em todas as suas partes.

Para Groppo, às vezes, os critérios sócio-culturais podem ser muito mais importantes que os simples aspectos agroecológicos; o mesmo para os critérios de políticas de ação/institucional no zoneamento de uma região.

engañosa dado que históricamente se tienen evidencias en el sentido de que las producciones de una misma zona pueden cambiar rápidamente según la evolución de las condiciones socio-económicas y del estado de las técnicas disponibles. Además no hay que olvidar que en una misma zona agro-ecológica los agricultores no siempre practican los mismos sistemas de producción. Por tanto los suelos no pueden estar dotados de una cierta “vocación”. (DUFUMIER, s.d a, p. 5).

- amostras dirigidas, não aleatórias (casos-fontes)

C. Etapas de execução:

a) Entrevistas sobre a história da região com informantes-chave (pessoas conhecedoras da área)

- Os interlocutores privilegiados são as pessoas mais antigas e experientes da região em contato com a agricultura, que podem retratar a dinâmica das práticas agrícolas e relações sociais.

b) Leitura de Paisagem

- Percursos no terreno com o objetivo de observar as principais heterogeneidades e identificar as diferentes agriculturas existentes no eixo Itamaraju-Prado - observação sistemática das culturas, vegetação, obras, técnicas, máquinas e equipamentos, animais, habitação, dimensão da unidade de produção.

c) Definição e escolha dos assentamentos rurais

d) Elaboração das hipóteses relativas à tipologia de agricultores e, particularmente, dos assentados, do eixo Itamaraju-Prado.

- existência de heterogeneidades no âmbito da produção e comercialização

e) Tipologia de produtores no eixo Itamaraju-Prado

Identificação das principais trajetórias de acumulação dos produtores e surgimento dos sistemas de produção (tipologia provisória).

- Origem dos agricultores (categorias sociais e diferenciações técnicas)

- Conhecimento do tamanho das unidades de produção - evolução histórica, da tradição e caracterização das heterogeneidades sociais, técnicas, econômicas e geográficas.

f) Caracterização dos sistemas de produção dos assentados pesquisados (unidades de decisão)

- combinação de terra, força de trabalho e outros meios de produção (animais, vegetais, ferramentas, instalações) nos sistemas de cultivo e criação no espaço e no tempo.

“(…) un sistema de producción puede definirse como una combinación más o menos coherente, en el espacio y en el tiempo, de ciertas cantidades de fuerza de trabajo (familiar, asalariado etc…) y de distintos medios de producción (tierras, edificios, máquinas, instrumentos, riqueza ganadera, semillas, etc…), com miras a obtener diferentes producciones agrícolas, vegetales o animales. El empleo del término “sistema” muestra claramente el interés tanto hacia la comprensión de las relaciones existentes entre cada una de los elementos del conjunto como hacia el análisis de los elementos propiamente dichos. Dentro de este espíritu, puede ser útil considerar los sistemas de producción como una combinación de varios sub-sistemas interdependientes: los sistemas de cultivo, comprendidos al nivel de cada una de las parcelas, y los sistemas de ganadería, entendidos al nivel de cada una de los rebaños…Las relaciones entre los elementos de un mismo sistema de producción son de naturaleza muy diversa (competencia, competición, complementariedad, sinergia etc…) y pueden tomar formas concretas muy variadas” (DUFUMIER, *op.cit*, p.3 e 5).

Para Dufumier (*op.cit*), há três grandes tipos de exploração agrícola: as explorações familiares, mais ou menos mercantis, cujos sistemas de produção utilizam toda a força de trabalho familiar e obtêm renda suficiente para a sobrevivência da família sem recorrer à contratação de força de trabalho externa; explorações sub-familiares cujos sistemas de produção não fornecem renda suficiente para a sobrevivência do grupo familiar e não garantem o pleno emprego da força de trabalho da família. Esta se emprega em outras atividades fora dos sistemas de produção que produzem, geralmente, produtos para o autoconsumo e primeiras necessidades da família; as explorações multifamiliares cujos sistemas de produção exigem grande quantidade de mão-de-obra, contratada, superior à capacidade de trabalho da família.

D. Procedimentos:

a) Caracterização da unidade de produção

- levantamento dos meios de produção disponíveis, caracterizando o nível tecnológico
- principais produções: diferentes sistemas de cultivo e criação

b) Caracterização dos sistemas de cultivos

- combinação de produções, terra, força de trabalho, meio de produção, ferramentas, máquinas, instalações (por área de terreno tratada de maneira homogênea)
- itinerários técnicos aplicados - calendário de cultivo
- consórcios e cultivos
- seqüências de cultivos (rotações)

“A nivel de la parcela, el sistema de cultivo puede definirse como la combinación de la fuerza de trabajo y de los medios de producción utilizados para obtener una e varias producciones vegetales. La parcela se presenta entonces como una superficie de terreno homogéneo en cuanto a los cultivos praticados, a su orden de sucesión, y a las técnicas empleadas.” (*Ibid*, p. 4).

c) Caracterização dos sistemas de criação

- combinação de operações aplicadas a um grupo de animais da mesma espécie, submetidas a itinerários técnicos definidos.
- calendário de operações com grupos de animais

“A nivel del rebaño, el sistema de ganaderío se caracteriza por un conjunto ordenado de intervenciones en los sectores de la selección, la reproducción, la alimentación, la higiene, la salud etc... Esas acciones se manifiestan generalmente por desplazamientos de mayor o menor importancia, por variaciones de efectivos más o menos regulares, y niveles de producción diferenciados.” (*Ibid*, p 4).

d) Caracterização dos sistemas de beneficiamento

e) Combinação dos sistemas de cultivo e de criação no sistema de produção

Como expõe Dufumier (*op. cit*),

“Los sistemas de cultivo y de ganaderío pueden estar más o menos asociados en las unidades mismas de producción. La agricultura da generalmente a los animales una buena parte de su alimentación: cultivos forrajeros propiamente dichos, residuos de cultivos etc...La ganadería puede suministrar la energía de trasição para el cultivo com animales de tiro y el estiércol para la reproducción y las eventuales transferencias de fertilidad.”(*Ibid*, p. 9).

f) Avaliação econômica dos sistemas de produção (indicadores econômicos) a fim de identificar a renda dos assentados

- Produção Bruta Anual (final) : PB
- Consumo intermediário de bens e serviços (insumos anual): CI
- Depreciação anual do capital fixo: K
- Valor Agregado: $VA = PB - CI - K$

- Valor Agregado (VA) = Produtividade do Trabalho

Unidade de Trabalho

- Valor Agregado (VA) = Produtividade por unidade de superfície

Superfície Total (ou explorada)

do Sistema de Produção

- Renda da terra: R_t

- Juros: J

- Impostos: I

- Salários: S

- Remuneração do produtor e sua família: R

- $R = VA - R_t - J - I - S$

- R = renda do produtor

U_{tf} unidade de trabalho
familiar

- R = renda do produtor

S_a área da superfície
total ou explorada

- R = taxa de lucro do capitalista = renda

C capital fixo
imobilizado

Avaliação dos sistemas de produção mais capitalizados

Verificação dos níveis de reprodução simples e ampliada

Elaboração dos cálculos com cifras médias (preços médios de mercado)

g) Avaliação econômica dos sistemas de cultivo, criação e beneficiamento (indicadores econômicos) a fim de identificar os sistemas mais intensivos em capital ou em trabalho, mediante uma função linear do tipo $y = ax - b$.

R = $(PB/ha - CI_p/ha - K_p/ha - R_{t_p}/ha - J_p/ha - S_p/ha - I_p/ha) \times \underline{S_a}$ -

U_{Tf}

U_{Tf}

$\frac{C_{inp} - K_{np} - J_{np} - S_{np} - I_{np}}{U_{Tf}}$

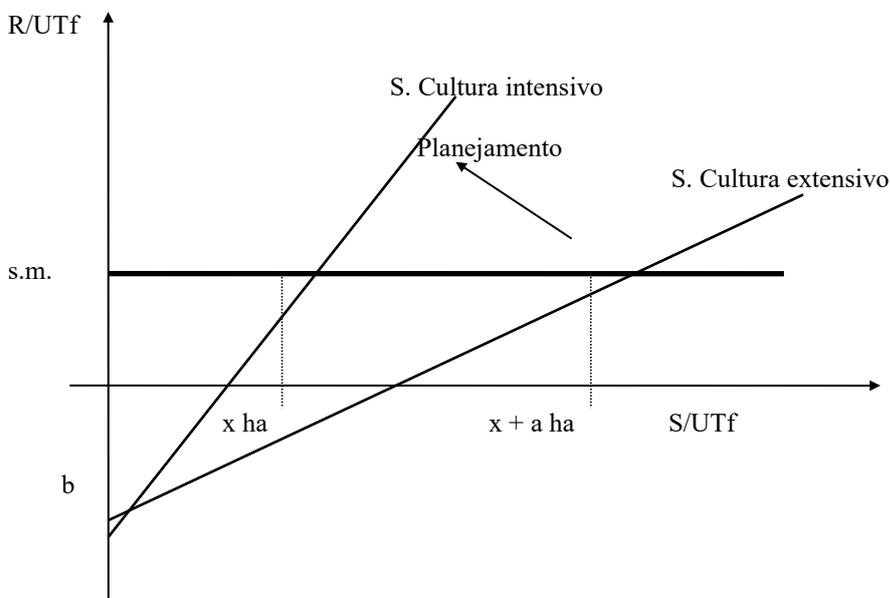
U_{Tf}

p: proporcional ao sistema de cultivo, criação ou beneficiamento

np: não-proporcional ao sistema de cultivo, criação ou beneficiamento

R/UTF: renda por unidade de trabalho familiar

SA/UTF: área por unidade de trabalho familiar



Os parâmetros de reprodução permitem uma caracterização dos diferentes tipos de produtores quanto ao grau de pobreza. Adotou-se a Linha de Pobreza (constituída pelas necessidades básicas dos agricultores, quantificadas pela cesta básica anual); o Parâmetro de Reprodução Simples⁵, enquanto o preço do salário mínimo anual e o Parâmetro de Reprodução Ampliada, como o mais alto limite, enquanto possibilidade de acumulação do agricultor, correspondendo, no caso concreto, a duas vezes o valor do Parâmetro de Reprodução Simples.

Adotou-se o preço anual da cesta básica da região, com base na composição de produtos da cesta básica da família do assentado, como limite entre os níveis abaixo da linha de pobreza com a abscissa e com a linha de reprodução simples; o preço do salário mínimo anual, como parâmetro de limite entre o nível de reprodução simples e a linha de reprodução ampliada do agricultor, calculado como duas vezes o preço do salário mínimo.

⁵ Os termos reprodução simples e reprodução ampliada não são usados como conceitos marxistas, mas como parâmetros para distinguir níveis de acumulação dos agricultores considerados individualmente.

Além dessa linha, a área significa o nível de reprodução ampliada dos sistemas de cultivo, criação ou beneficiamento.

A análise de cada sistema de cultivo, criação e beneficiamento do sistema de produção, considera, comparativamente, sua extensividade ou intensividade por superfície de produção em relação à unidade de mão-de-obra familiar.

A representação gráfica linear consiste numa simplificação da complexidade das relações de produção no campo. É apenas uma modelagem que busca quantificar a renda dos agricultores a fim de permitir comparações entre vários sistemas de produção.

Feitas as considerações metodológicas, o primeiro capítulo parte da noção de acumulação primitiva clássica de Marx para servir de fundamento teórico de explicação da formação do sistema agrário do Extremo Sul da Bahia, considerando as formas primitivas de acumulação em âmbito regional.

3. A CATEGORIA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA EM MARX

Como ponto de partida desse capítulo, que se considera ser importante para a compreensão do processo histórico por que vem passando o Extremo Sul da Bahia, coloca-se, primeiramente, a necessidade de expor os questionamentos em torno da noção de acumulação primitiva. Tal noção é aplicável nas condições concretas de formação regional recente do Extremo Sul? É considerável em tempo e espaço diferentes em cinco ou seis séculos posteriores ao período em que tem sido aceito pela literatura? A noção é rígida no tempo? E qual a natureza do processo da acumulação primitiva? Ela é uma no sentido de que só se torna aceitável num momento ou processo de movimento geral do capital, como etapa prévia (acumulação prévia de Smith), à consolidação do capitalismo, e, portanto, delimitada e determinada historicamente? Ou a noção pode ser estendida no tempo, em condições concretas específicas e diferentes, como um movimento ainda em curso, não preponderante, único, ou como forma exclusiva, mas como mais uma forma diante das mais complexas e atuais formas de reprodução do capital em final do século XX? Ou seja, como mais um movimento, necessário em determinados espaços, desnecessários em outros, e que foi incorporado como processo do movimento geral de acumulação de capital atual? Numa visão de totalidade, é parte, característica e aspecto do que é uno e diverso, mantendo uma natureza com traços de originalidade, mas com formas e conteúdos historicamente diversos?

No presente capítulo, admite-se que as condições iniciais da chamada modernização do Extremo Sul da Bahia, no sentido de intensificação de capital (o capital em sua forma menos dependente da força de trabalho para se reproduzir), com a implantação dos empreendimentos de produção de papel e celulose, podem ser compreendidas segundo a noção de acumulação primitiva. Daí, a fim de evitar discussões em torno da aplicabilidade do termo *acumulação primitiva*⁶ em tempo e espaço diferentes ao da noção clássica, consideram-se historicamente existentes *formas primitivas de acumulação*. E o período

⁶ Salienta-se que a Inglaterra foi apenas um exemplo tomado por Marx para analisar o processo de acumulação primitiva. A formação do sistema colonial foi um dos processos que caracterizaram a acumulação primitiva, e não considerados no presente texto. Em nenhum momento, procura-se afirmar que no Extremo Sul da Bahia aconteceram, em sua totalidade, os mesmos processos da acumulação primitiva clássica. Apenas procura-se considerar que há processos primitivos de acumulação, com características semelhantes à acumulação primitiva clássica, como a utilização de meios violentos.

histórico é a segunda metade do século XX, até o início dos anos 70. Isso significa considerar que o período antecedente aos anos 50 manteve-se relativamente estabilizado em termos de diferenciações e complexidade: uma região, em boa parte, inabitada, com terras devolutas e desocupadas, em que predominava uma agricultura de subsistência camponesa e a produção primária indígena, que foi sendo desestruturada durante a interiorização do país a partir da costa, desde o século XVI.

Marx analisa o modo de produção capitalista em sua média ideal (*Idealer Durchschnitt*), tomando, como ilustração, a Inglaterra, uma vez que era nesse país em que as forças produtivas se encontravam mais desenvolvidas; e trata do processo de acumulação primitiva em sua forma clássica; contudo, o próprio autor admite formas não-clássicas, as formas variantes, as diferenciações no tempo e no espaço, que apresentam a natureza primitiva da acumulação.

Para Marx, o que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação. Todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres, e, nesse caso, **a expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em seqüência diversa e em diferentes épocas históricas.** Segundo Marx, os métodos da acumulação primitiva são tudo, menos idílicos.

No início, o dinheiro e a mercadoria são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência e transformam-se em capital em condições determinadas: quando duas espécies de possuidores de mercadorias defrontam-se e interagem - uma possuidora de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se valorizam comprando a força de trabalho alheia - a outra, formada de trabalhadores livres porque não são meios de produção, nem possuem os meios de produção, como o camponês autônomo. Com essa polaridade, estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. Tão logo a produção capitalista se consolida, conservam-se as duas espécies que se reproduzem em escala crescente. Esse processo histórico que cria o capital transformando os meios sociais de subsistência e de produção em capital e separa os produtores diretos em trabalhadores

assalariados chama-se acumulação primitiva, constituindo-se a pré-história do capital e do capitalismo, como define Marx.

A seguir, estabelecem-se, como referência histórica, breves considerações sobre os condicionantes clássicos da noção de acumulação primitiva, tomando-se, como exemplo, o processo ocorrido na Inglaterra, descrito por Marx, no Livro I de O Capital.

3.1 CONDICIONANTES CLÁSSICOS DA NOÇÃO DE ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

3.1.1 A expropriação do camponês de sua base fundiária

Na Inglaterra do século XV, a grande maioria da população consistia de camponeses livres e economicamente autônomos. Os trabalhadores assalariados da agricultura eram também camponeses que aproveitavam seu tempo livre para trabalhar para os grandes proprietários. Além de assalariados, por receberem salário, tinham um terreno arável de 4 ou mais acres além da vila onde moravam. Juntamente com os camponeses típicos, usufruíam das terras comunais, em que pastava o gado e que forneciam lenha como combustível. Na Inglaterra, após a invasão normanda, baronias gigantescas conviviam com pequenas explorações camponesas situadas em território inglês.

Segundo Marx (1985), o prelúdio do revolucionamento, que criou a base do modo de produção capitalista, ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI, quando uma massa de proletários livres foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais. Não obstante a dissolução dos séquitos feudais tenha sido impulsionada pelo poder real, em aliança com os capitalistas emergentes, o grande senhor feudal criou um proletariado incomparavelmente maior mediante expulsão violenta do campesinato da base fundiária, sobre a qual possuía o mesmo título jurídico feudal com usurpação da terra comunal. O impulso imediato foi dado com o florescimento da manufatura flamenga de lã e a alta dos preços de lã. A transformação de terras de lavoura em pastagens de ovelhas tornou-se marco. Por conseguinte, as habitações dos camponeses e as vilas de trabalhadores foram violentamente demolidas.

Marx (*op. cit.*) expõe o fracasso de regulamentações reais proibindo a destruição de todas as casas camponesas, impondo limites à expansão das pastagens para a criação de ovelha. O processo de expropriação violenta da massa do povo recebeu novo e terrível impulso no século XVI, durante a Reforma, e, em consequência dela, pelo roubo dos bens da Igreja, proprietária feudal de grande parte da base fundiária inglesa. O fim dos conventos tornou seus moradores proletariados. Confiscaram-se terras de camponeses que sobreviviam de dízimos da Igreja.

A propriedade comunal, diferente da propriedade do Estado, instituição germânica, foi violentamente usurpada com a transformação das lavouras em pastagem. O processo de violência efetivou-se durante 150 anos. Segundo Marx, o progresso do século XVIII incumbiu à legislação de legitimar o roubo das terras do povo apesar de os grandes arrendatários empregarem também métodos privados de violência. **A forma parlamentar do roubo consistiu na *Bills for Inclosures of Commons* (leis para o cercamento da terra comunal) – decretos pelos quais os proprietários de terra davam a si mesmos terras do povo, segundo o argumento de que as terras comunais eram historicamente deles próprios, que substituíram os senhores feudais.**

Nas últimas décadas do século XVII, a *yeomanry*, uma classe de camponeses independentes, era mais numerosa que a classe dos arrendatários. Os assalariados rurais ainda participavam da propriedade comunal. Por volta de 1750, a *yeomanry* tinha desaparecido e, no final do século XVIII, havia vestígios de propriedade comunal dos lavradores.

Com a restauração dos Stuarts, os proprietários fundiários impuseram uma legislação que abolia a constituição feudal do solo, transferindo as obrigações que o gravavam sobre o Estado e indenizaram o Estado através de impostos sobre o campesinato e o resto do povo, exigindo a moderna propriedade privada de bens sobre os quais tinham títulos feudais. Com a Revolução Gloriosa, os capitalistas e os grandes proprietários de terra praticaram roubo de domínios do Estado em escala colossal, segundo Marx. **As terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios, ou anexadas a propriedades privadas mediante usurpação direta. Tudo isso ocorreu sem nenhuma observância da etiqueta legal.** Os capitalistas burgueses favoreceram a operação visando, entre outros motivos,

transformar a base fundiária em artigo de comércio, expandir a área da grande exploração agrícola, multiplicar a oferta de proletários livres, provenientes do campo. A nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova bancocracia e dos grandes fabricantes.

3.1.2 A aplicação da legislação

Tomando, como referência, os inúmeros exemplos de Marx sobre a legislação imposta aos trabalhadores ingleses visando ao rebaixamento de salários a partir do século XV, como uma das características do processo de acumulação primitiva, no Extremo Sul da Bahia, em meados do século XX, embora não se trate de leis e atos judiciais da mesma natureza, verifica-se o caráter tutelar do Estado nos processos de ocupação das terras devolutas e públicas, quando se constituíram as propriedades particulares surgindo conflitos entre posseiros, indígenas e grileiros pela posse de terras.

Segundo Marx, o proletariado livre, expulso do campo, não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que se reproduzia. Os que foram arrancados de seu modo original de vida não conseguiam acostumar-se com as novas condições de trabalho assalariado, vindo a tornar-se mendigos, assaltantes, na chamada classe oprimida, como diria Ribeiro (1995) adiante. O povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e sendo expulso dela, transformava-se em vagabundos, e era enquadrado na legislação que punia a vagabundagem e estabelecia uma certa disciplina ao trabalho assalariado, por meio de açoite, ferro em brasa e tortura.

Na consolidação da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e costume, reconhece as exigências do modo de produção capitalista como leis naturais evidentes. Em estágios mais avançados do capitalismo, a violência extra-econômica direta, apesar de ser ainda empregada, é usada excepcionalmente uma vez que se trata da admissão de leis naturais da produção que devem ser perpetuadas. Como dispõe Marx, a burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para regular os salários, mantendo-os nos limites necessários à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o trabalhador num grau normal de dependência. Esse momento, para Marx, é essencial para a chamada acumulação primitiva.

“A classe dos trabalhadores assalariados, que surgiu na última metade do século XIV, constituía então no século seguinte apenas uma parte mínima da população, que em sua posição estava fortemente protegida pela economia camponesa autônoma no campo e pela organização corporativa da cidade. No campo e na cidade, mestres e trabalhadores estavam socialmente próximos. A subordinação do trabalho ao capital era apenas formal, isto é, o próprio modo de produção não possuía ainda caráter especificamente capitalista. O elemento variável do capital predominava fortemente sobre o constante. A demanda de trabalho assalariado crescia, portanto, rapidamente com toda a acumulação do capital, enquanto a oferta de trabalho assalariado seguia apenas lentamente...”(MARX, 1985, p. 277).

No Extremo Sul da Bahia, particularmente, os instrumentos utilizados pelo Estado foram outros. A violência extra-econômica consistia na legitimação da grilagem, na formação e consolidação das cercas das terras particulares, principalmente para a pecuária, após a devastação da cobertura florestal.

3.1.3 A revolução agrícola, a indústria e a formação do mercado interno

A expropriação e a expulsão de parte do povo do campo liberam, com os trabalhadores, os seus meios de subsistência e seu material de trabalho para o capital industrial e também criam o mercado interno. Antes a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e as matérias-primas, que se tornaram mercadorias. Os consumidores passam a ser abastecidos pelo capital industrial. Esse processo ocorre no mesmo ritmo da destruição da indústria subsidiária rural, do ofício doméstico dos camponeses autônomos, quando ocorre a separação entre manufatura rural doméstica e agricultura, ou seja, a destruição da propriedade privada baseada no próprio trabalho.

Para Marx, a propriedade privada assume um caráter diferente em virtude de serem de trabalhadores ou não-trabalhadores. A propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção é a base da pequena empresa, como condição necessária ao desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do próprio trabalhador. Esse modo de produção existe durante a servidão, escravidão e outras relações de dependência; contudo, só adquire a sua forma clássica quando o trabalhador torna-se livre proprietário privado das próprias condições de trabalho.

A transformação dos meios de produção individuais e parcelados em socialmente concentrados, da pequena propriedade de muitos em grandes propriedades de poucos consiste na expropriação da grande massa da população de sua base fundiária, de seus

meios de subsistência e instrumentos de trabalho, enquanto pré-história do capital. Compreende uma série de métodos violentos. A expropriação dos produtores diretos é realizada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais sujas, mais ínfames e mais mesquinhosamente odiosas. A propriedade privada obtida com o próprio trabalho é deslocada pela propriedade privada capitalista.

Marx coloca que, após o processo de expropriação do trabalhador economicamente autônomo pelo capital, na fase de acumulação primitiva, inicia-se, intensamente, a expropriação de muitos trabalhadores pelos capitalistas, que acontece pelos mecanismos de centralização de capital na concorrência intercapitalista. Uns capitalistas destróem outros.

Paralelamente à destruição de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se a aplicação técnica da ciência e a divisão interna do trabalho nos métodos produtivos, a produção em escala, a exploração planejada da terra e a expansão do comércio mundial. O outro lado desse processo consiste no aumento da extensão da miséria, da opressão, da degeneração, da exploração e também na revolta da classe trabalhadora, explicitando-se o conflito de classe. O monopólio do capital e a centralização dos meios de produção adquirem um caráter contraditório do próprio sistema, o que enseja o surgimento de uma resposta, de uma negação, de uma antítese.

3.2. A CATEGORIA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA NO SÉCULO XX

No Extremo Sul da Bahia, o surgimento dos movimentos sociais rurais é expressão atual e concreta, *mutatis mutandis*, do materialismo dialético desenvolvido por Marx, ao estudar a formação e a consolidação do capitalismo e suas leis gerais. São a antítese do processo histórico regional. Os movimentos sociais pela terra surgem a partir da exclusão produzida durante uma história recente e espacialmente localizada, que vem da primeira forma de capital na região, o capital madeireiro, mais numeroso e intensivo em trabalho, e que hoje culmina com a implantação dos empreendimentos de produção de celulose e papel, intensivos e centralizados em capital.

“A grande beleza da produção capitalista consiste em que ela não apenas reproduz constantemente o trabalhador assalariado como trabalhador assalariado, mas produz, em relação à acumulação de capital, sempre uma superpopulação relativa de trabalhadores assalariados. Assim, a lei da oferta e da procura

é mantida nos trilhos certos, a oscilação salarial é confinada em limites convenientes à exploração capitalista e, finalmente, a dependência social tão indispensável do trabalhador em relação ao capitalista é assegurada...[nas colônias] a população absoluta cresce muito mais rapidamente que na metrópole...A lei da oferta e da procura desmorona. Por um lado, o velho mundo introduz constantemente capital desejoso de exploração e necessitado de abstinência; por outro lado, a reprodução regular dos trabalhadores assalariados se choca com obstáculos dos mais grosseiros e em parte insuperáveis. E isso para não dizer nada sobre a produção de trabalhadores assalariados redundantes em relação à acumulação de capital. O trabalhador assalariado de hoje torna-se amanhã camponês ou artesão independente economicamente autônomo... Essa constante transformação dos trabalhadores assalariados em produtores independentes, que em vez de trabalhar para o capital, trabalham para si mesmos, e em vez de enriquecer o senhor capitalista, enriquecem a si mesmos, repercute de forma completamente prejudicial sobre as condições do mercado de trabalho.” (MARX, *op.cit.*, p. 298).

Em estudo sobre a convivência de formas “atrasadas” de produção, como relações não-capitalistas, com formas tipicamente capitalistas em pleno vigor, Couto (1978), indaga o seguinte:

“Essas formas ‘atrasadas’ são entendidas no sentido de enquanto relações não-capitalistas de produção. E por que não dizer formas ‘primitivas’ de produção, logo acumulação primitiva? Quais são essas formas ‘atrasadas’ de produção? Como elas se articulam hoje em dia com as formas nitidamente capitalistas de produção? Em que consiste a preservação de relações não-capitalistas em certos setores de uma economia predominantemente capitalista? (COUTO, 1978, p.5).

Oliveira *apud* COUTO (1978) redefine a acumulação primitiva para o Brasil:

“... a categoria acumulação primitiva deve ser re-definida para o caso brasileiro. No caso clássico, analisado por Marx, a acumulação primitiva constitui a pré-história do capital, isto é, a origem do capital industrial. No caso brasileiro..., esse processo não seria original, mas seguiria o seu curso paralelamente ao desenvolvimento capitalista até o período atual” (*Ibid*, p.7)

Essa colocação de Oliveira é determinante para a compreensão do que se defende, no presente estudo, que o processo de acumulação primitiva não foi estático a um contexto histórico pré-industrial, antes da predominância de relações capitalistas nos países mais industrializados. A acumulação primitiva é um processo em si, dinâmica, intrinsecamente diversa no tempo e no espaço, e que traz uma unidade que a caracteriza na essência, em épocas diferentes. Hoje tão quanto na época em que se constituía, o sistema capitalista, dada a sua maior complexidade, necessita de um processo de acumulação primitiva que lhe garanta condições iniciais de auto-reprodução. Isso significa que a acumulação primitiva assume diferentes formas em condições espaciais e temporais, históricas, concretas embora a sua característica e métodos violentos e expropriatórios lhe sejam inerentes. Isso se sustenta no caso do Extremo Sul da Bahia, quando se observa o processo de grilagem de terras, ocupação e de “proprietarização” de terras públicas, a partir do desmatamento da

vegetação original, em apenas trinta anos, e a formação das pastagens, dando origem inclusive a uma pecuária de leite com tecnologia avançada, que se reproduz nos anos 90.

Ainda Oliveira *apud* COUTO (1978),

“... a acumulação primitiva não tem lugar somente na gênese do capitalismo: sob certas condições particulares, notadamente desde que uma formação social cresce por elaboração de periferias, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética” (*Ibid*, p.8).

Marx *apud* COUTO (1978) expõe, a seguir, a idéia de processo da acumulação primitiva, o que vem também embasar o que se propõe para o Extremo Sul da Bahia. Marx não explicita qualquer determinismo temporal ou espacial, contudo dispõe que o movimento da acumulação é inexorável em países diferentes, movimento esse que se altera em virtude das particularidades locais, sendo predominante, ou adjacente, numa seqüência também diferente, o que nos dá margem a interpretar que o ordenamento da sucessão de eventos não é determinista e não o sendo, é produto histórico variável em tempo e espaço.

“Na história da acumulação primitiva, toda revolução faz época, que serve de apoio ao avanço da classe capitalista em vias de formação, sobretudo aquelas que, despojando as massas de seus meios de produção e de existência tradicionais, lançam-nos de improviso no mercado de trabalho. Mas a base de toda essa evolução é a expropriação dos cultivadores (...) Ela (a acumulação primitiva) só se completou, por enquanto e de uma maneira radical, na Inglaterra: este país desempenhará necessariamente o papel principal no nosso esboço. Mas todos os países da Europa Ocidental percorrem o mesmo movimento, se bem que, conforme o ambiente, ele muda de tonalidade local, ou se fecha num círculo mais estreito, ou apresenta um caráter menos fortemente pronunciado, ou segue uma ordem de sucessão diferente.” (MARX *apud* COUTO, *op.cit*, p.18).

Segundo COUTO (*ibid.*), Althusser discorre teoricamente se o conceito de acumulação primitiva é aplicável ao século XX,

“Quanto à oitava seção (A acumulação primitiva), que encerra o livro I, ela contém a segunda maior descoberta de Marx. A primeira é a descoberta da ‘mais-valia’. A segunda é a descoberta dos incríveis meios pelos quais foi realizada a acumulação primitiva graças à qual, através da existência de uma massa de trabalhadores livres (isto é, desprovidos de meios de trabalho), e da existência das descobertas tecnológicas, o capitalismo pode ‘nascer’ e se desenvolver nas sociedades ocidentais. Estes meios são os da maior violência, do roubo e dos massacres que abriram ao capitalismo sua estrada real na história da humanidade. Este último capítulo contém riquezas prodigiosas que até agora não foram exploradas: em particular a tese de que o capitalismo nunca cessou de empregar, e continua a empregar em pleno século XX, nas ‘margens’ de sua existência metropolitana, isto é, nos países coloniais e ex-coloniais, os meios da pior violência.” (ALTHUSSER *apud* COUTO, *op.cit*, p.19).

Referenciando-se em Oliveira, COUTO (*Ibid*) aponta as características do processo de acumulação primitiva durante a Primeira República no Brasil. Primeiramente a

necessidade de se ter um campesinato ou quase-campesinato que vai produzir alimentos para o capital variável e cumprir, para o nascente modo de produção de mercadorias interno, o papel da acumulação primitiva desempenhado pela economia colonial para o modo de produção de mercadorias externo.

“...Nascem todas as formas de exploração agrícola e de estrutura agrária tão características hoje do campo brasileiro: as chamadas ‘culturas de subsistência’, produzindo um excedente que vai alimentar o capital variável e o complexo latifúndio-comercialização-minifúndio, através das mil facetas particulares de cada região e de cada situação – o colonato, o coronelismo – que vai fazer nascer a renda da terra como forma de valor ao mesmo tempo que acumula primitivamente através das relações sociais, políticas e econômicas...Vai daí que ‘o processo de separação entre produtores e meios de produção, que funda a possibilidade de um modo de produção de mercadorias e, na sua exacerbação, do capitalismo como modo de produção de mais-valia, é, no fundo, semelhante em todas as latitudes, mas difere substancialmente em seu modo de realização...’” (*Ibid*, p.42)

No capítulo seguinte, discorre-se sobre as três fases do processo de formação regional do Extremo Sul a partir do desenvolvimento das forças produtivas vinculadas a atividades econômicas determinadas pelo movimento de capital.

4. AS TRÊS FASES DA FORMAÇÃO REGIONAL DO EXTREMO SUL DA BAHIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

A compreensão do processo de acumulação primitiva, como fase de formação do capitalismo no mundo, é considerada de acordo com as particularidades da formação regional do Extremo Sul da Bahia, na segunda metade do século XX⁷, principalmente entre 1950 até meados dos anos 1980. Nesse período, destacam-se as formas primitivas de acumulação, caracterizadas pela devastação dos recursos naturais, pelo aumento da desocupação e concentração fundiária. À parte as especificidades espaciais e temporais, a fase de devastação dos recursos naturais (fase 1 -1950 a meados de 1980⁸) foi determinante para a implantação dos projetos industriais de reflorestamento com eucalipto e à expansão do grande capital industrial nacional associado ao capital estrangeiro nos anos 1990.

A exploração intensiva dos recursos naturais, sobretudo a originária Mata Atlântica, na primeira fase do capital destrutivo (fase 1), vai implicar a questão ambiental da atualidade e, por consequência, o surgimento dos movimentos sociais rurais (fase 2 – anos 1980 e 1990) numa região com clima propício à agricultura de sequeiro e com recursos hídricos em abundância.

Durante o povoamento regional (fases 1 e 2), explicitam as condições objetivas da luta de classes, caracterizada pela intensa urbanização da região, “proprietarização” das terras e pelos movimentos sociais no campo.

Uma questão a ser colocada é a seguinte: o que é o Extremo Sul da Bahia hoje? É apenas uma divisão administrativa, ou econômica, ou realmente trata-se de uma região que possui uma lógica própria de formação e povoamento, que lhe dá um caráter de unidade, não obstante suas diferenciações em tempo e espaço? Caracterizada tal unidade, facilita-se o processo de investigação. Uma outra questão é a seguinte: o Extremo Sul da Bahia não seria continuidade da lógica de expansão do capital do Sudeste do Brasil? Nas três fases

⁷ Nesse particular, não se trata das origens do capitalismo, como expõe Pedrão, em *Raízes do Capitalismo Contemporâneo*, mas apenas de traçar um certo paralelismo, *mutatis mutandis*, do processo que se costuma chamar de acumulação primitiva na Europa Ocidental com a recente formação regional do Extremo Sul da Bahia, sobretudo no campo.

⁸ Ver Quadro 1

recentes de sua história, a região foi ocupada sob impulso de capitais provenientes principalmente do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo – o capital madeireiro, os empreendimentos de café e mamão e o capital industrial (início da implantação de maciços florestais de eucalipto pela Companhia Vale do Rio Doce). Tal abordagem referencia-se nas colocações de Oliveira (1993) sobre o conceito de região.

“Não se desconhecem as dificuldades para precisar o conceito de região: a região pode ser pensada praticamente sob qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas, históricas...privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamenta na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral.”(OLIVEIRA, 1993).

Dessa noção de região, baseia-se o estudo da presente dissertação, propondo-se uma compreensão da configuração regional do Extremo Sul a partir da reprodução do capital e do conflito social de classes, evidenciado pelos movimentos sociais no campo. O aspecto relativo à representação política da luta de classes foge ao objetivo desse trabalho, ou seja, a formação de uma elite econômico-política que se relaciona com outras regiões do Brasil e com o poder central do Estado da Bahia. Tal abordagem caberia num estudo complementar de sociologia política.

“Tratando-se de espaços econômicos que nasceram ou foram inseridos na divisão internacional do trabalho do capitalismo mercantil como reservas e produtores de acumulação primitiva e que, posteriormente, continuaram subjugados à divisão internacional do trabalho do capitalismo imperialista, a existência de regiões, no sentido aqui considerado, é de uma evidência histórica irrefutável.” (*Ibid*, p.28).

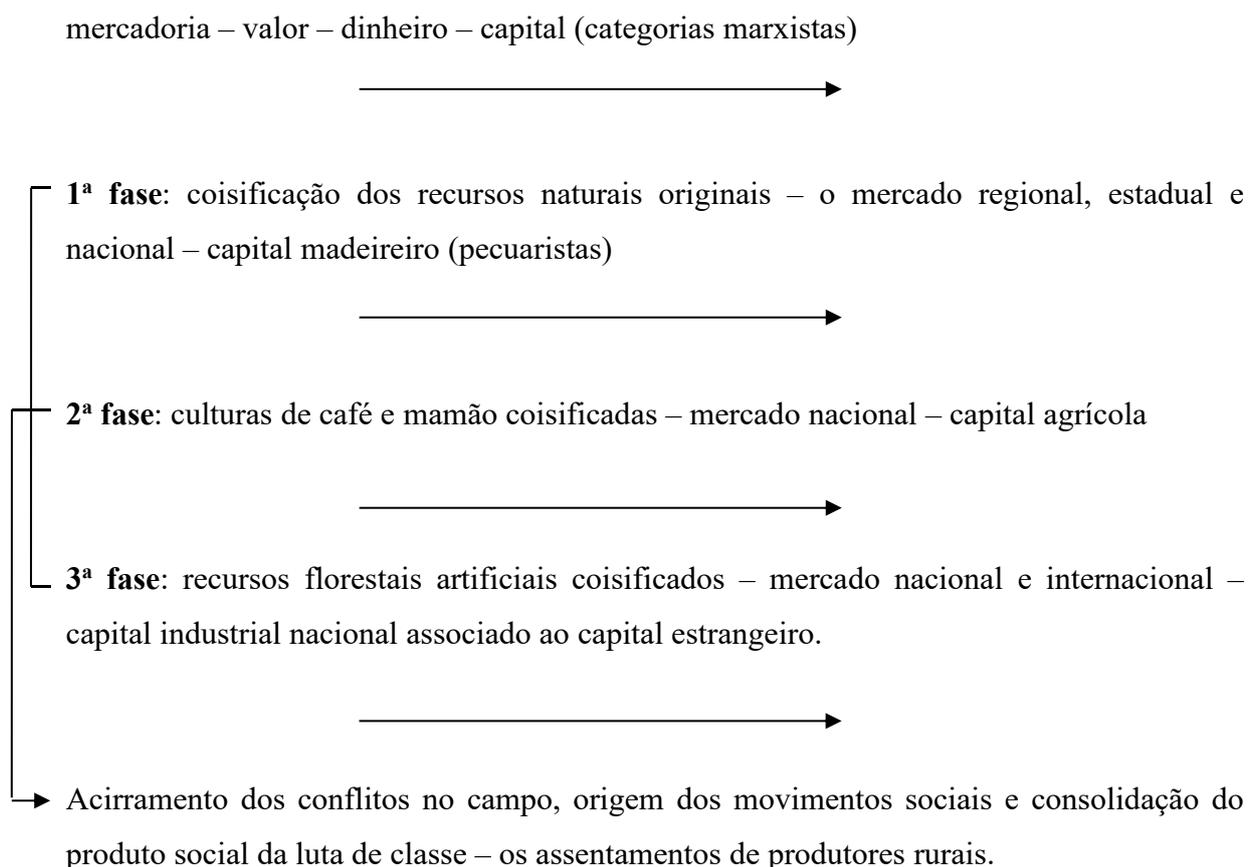
Adiante, Oliveira (*op.cit*) dispõe que

“Uma região seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseqüência, uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição.” (*Ibid*, p.29).

O Extremo Sul da Bahia tem, recentemente, passado por processos diversos e encadeados de reprodução e substituição de capital. As leis de reprodução do capital têm sido ditadas diferentemente pelas formas assumidas pelo capital. Primeiramente, pelo capital madeireiro juntamente com o capital pecuarista, depois pelo capital agrícola baseado em culturas voltadas para o mercado interno e atualmente pelo grande capital industrial nacional associado ao capital internacional, seguindo a lógica da divisão internacional do

trabalho do mercado de papel e celulose. Essa última forma predominará, nos anos 90, na dinâmica regional.

Conforme diagrama abaixo, tem-se uma breve caracterização da natureza das classes capitalistas nas três fases da economia regional:



Em seguida, são tratadas as três fases históricas do processo de formação regional do Extremo Sul, dos anos 50 até o final dos anos 90, tomando-se, como referência e identificação, a natureza das atividades econômicas principais em cada fase a partir dos movimentos de dinamização impulsionados pelo capital.

4.1. A NATUREZA ENDÓGENA DOS RECURSOS NATURAIS NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO: A EXPANSÃO DO CAPITAL MADEIREIRO

A ocupação do Extremo Sul inicia-se com a implantação de entrepostos comerciais no século XVI, para centralizar a remessa de madeiras nobres, como pau-brasil, para Portugal. No século XVIII, a Capitania de Porto Seguro é incorporada à Capitania da Bahia, quando se multiplicam vilas litorâneas e aumenta a exploração de madeiras. No século XIX, o Extremo Sul produzia café, farinha, cana-de-açúcar, algodão e aguardente e havia a pecuária e a extração de madeira, como fonte supridora de alimentos para mercados externos, tendo o porto de Salvador como entreposto de escoamento. O meio de transporte possível era o marítimo, através de cabotagem pelo litoral, quando se formaram os primeiros centros urbanos costeiros, como Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Belmonte, Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e São José de Porto Alegre, hoje Mucuri. Esses núcleos urbanos constituíram-se centros absorvedores da produção de Minas Gerais, interligadas ao norte mineiro pelas primeiras estradas regionais.

A região do Extremo Sul da Bahia possuía uma heterogeneidade étnica formada por diferentes povos indígenas. Observa-se que a quase totalidade deles foi dizimada, paulatinamente, durante o processo de interiorização e povoamento. A faixa costeira era povoada pelos Tupi, especificamente, da família Tupiniquim e, no interior, viviam grupos Pataxó, Maxacali, Botocudo, Puri, Kamacã entre outros, conforme estudos da SEI (1998).

Para Sampaio *apud* SEI (1998), antes dos anos 1500, os Tupi possuíam homogeneidade cultural e lingüística, apesar de se encontrarem divididos em diversas unidades políticas. Eram mais sedentários que os grupos interioranos e concentravam-se em grandes aldeias, com populações de mil a três mil pessoas. Praticavam agricultura, cultivando o milho e a mandioca, como os principais produtos. Complementavam a alimentação do grupo pela pesca, caça e extração de produtos da mata. Já os grupos do interior eram lingüista e culturalmente heterogêneos. Costumavam organizar-se em pequenos bandos, de algumas famílias. Tinham mobilidade espacial e mudavam de local de moradia, a cada estação agrícola, sendo a caça e a pesca atividades mais relevantes que a agricultura.

Com a ocupação dos portugueses, as ações da Coroa na região limitaram-se a expedições de reconhecimento do litoral e a extração de madeiras, sobretudo o pau-brasil, instalando-se núcleos provisórios (Porto Seguro e Santa Cruz de Cabralia) com capelas, centros de administração e fortificações.

As relações dos portugueses ocorreram mediante conflitos abertos e escravização ou cooptação pelo processo de cristianização dos grupos indígenas. Dizimada e escravizada boa parte da população dos Tupinambá (Tupi da costa), os povos indígenas do interior ofereciam mais resistência aos portugueses e atacavam subitamente os núcleos urbanos. Serafim Leite *apud* SEI (1998) afirma que, em meados do século XVI, havia onze aldeamentos na Capitania de Porto Seguro, com uma população em torno de 4.000 pessoas.

Um aspecto relevante merece ser ressaltado a partir de estudos de antropólogos e historiadores sobre as relações dos índios com os não-índios, para a compreensão do lento povoamento do Extremo Sul, desde o século XVI a meados do século XX conforme passagem seguinte. A região permaneceu atrelada marginalmente ao capitalismo, em consolidação, enquanto supridora de madeira, alimentos (mandioca, arroz, milho e feijão) para o Recôncavo e outras regiões e açúcar (até 1570, havia cinco engenhos, declinando, posteriormente, a atividade canavieira) durante o regime das capitanias hereditárias, e de entreposto comercial. Esse foi o papel da região durante o sistema colonial até início do século atual.

“Além de Prado Jr., vários outros pesquisadores ressaltam que os freqüentes e graves confrontos entre índios e não-índios, nesta área, apresentaram uma persistência histórica maior que a observada em outras partes do país, pois continuaram ocorrendo até, pelo menos, o final do século XIX. Este fato não pode ser atribuído, apenas, à grande dimensão do total da população indígena, à diversidade cultural desses povos ou à peculiaridade dos seus traços culturais; pois, o próprio teor das relações estabelecidas com os mesmos, pelos portugueses e seus descendentes locais, estimulavam a hostilidade e a resistência de vários grupos.” (SEI, 1998, p. 27).

“(…) a utilidade das ações institucionais de aldear e tutelar os índios ‘amansados’ não era, apenas, a de cristianizá-los, inculcando neles noções da moral e da religião católicas – a moral e a religião oficiais ou dos grupos dominantes. Mas, a de levar os ‘Aldeados’ – índios destituídos dos seus meios de vida e da identidade étnica e cultural do grupo de origem – a realizar de ‘bom grado’ aqueles trabalhos braçais, duros e pouco ou não-remunerados, que ‘outros braços’ – os trabalhadores livres (brancos ou mestiços) com algum acesso à terra agricultável ou às atividades extrativas – não se prestavam a realizar...A experiência histórica indicava ao Presidente da Província que existiam efetivas ‘vantagens industriais’ (para governantes e empreendedores) nesta forma tradicional e brutal de formação de reservas de potenciais trabalhadores braçais, dispostos a realizarem os piores serviços”(Ibid, p.29).

Além de constituir mão-de-obra de reserva, os índios eram “amansados” para ingressarem nas bandeiras de conquista de novos territórios, captura de novos índios e exploração de recursos naturais. Já no século XIX, os índios foram concentrados compulsoriamente numa única aldeia, enquanto política governamental de agregar grupos étnicos diferentes numa única população, a fim de minimizar potenciais conflitos e exercer um controle social. No início do século XX, a expansão da lavoura cacaueira no Extremo Sul dizimou grupos indígenas que viviam isolados, conforme aponta Ribeiro *apud* SEI (1998).

No final do século XIX, a ocupação interioriza-se acompanhando as margens dos rios, surgindo uma pequena agricultura familiar, formada pela junção de negros, brancos pobres, mestiços e originariamente índios. “Esta sociedade adquire contornos culturais próprios onde, entre outras características, predominavam relações comunitárias de ajuda mútua e relações de troca de produtos” (TERRA VIVA *et al.*, 1997, p.9). Havia, ao longo dos mananciais, uma economia de produtores simples baseada no escambo. Esse padrão de ocupação predomina até meados do século XX. A própria natureza da atividade extrativista restringia-se à extração de poucas espécies florestais, como por exemplo, Jacarandá, Pau d’arco, Vinhático e Cedro para construção civil e mobiliário, e o Pau-brasil para tinturaria.

A região tinha uma função agroexportadora com influência reduzida na economia nacional. Boa parte do território era composta de mata atlântica em estágio primário, inexplorada. Conforme estudos da SEI, até a década de 50, a região permanece economicamente estagnada. É a partir dessa década que a região ganha um impulso dinamizador através da expansão da atividade madeireira.

“A penetração das atividades cacaueira, madeireira e pecuária possibilitou uma gradativa superação do isolamento desta região que, a partir dos anos 50, passou por transformações significativas quer na sua estrutura social e produtiva, quer na sua dinâmica demográfica. A pecuária que se estabeleceu na Zona Oeste da Região, fazendo surgir os municípios de Itanhém e Medeiros Neto, contou com a participação de produtores do Planalto de Conquista, de Itapetinga e do Nordeste de Minas Gerais. A atividade cacaueira, por sua vez, se consolidou nos municípios litorâneos de Belmonte, Mucuri, Porto Seguro, Prado e Alcobaça (SEI, *op.cit.*, p.36).

A extração madeireira tem início no entorno das cidades litorâneas desde os primórdios da colonização portuguesa. Ainda no início do século XX, com a construção da estrada de ferro Bahia-Minas, que ligava o município de Caravelas ao de Teófilo Otoni, a madeira era extraída das matas de Mucuri, Alcobaça e Prado e transportada pelo Porto de Caravelas;

entretanto, é a partir dos anos 50 e, sobretudo, dos anos 70, com a abertura e asfaltamento da BR 101, que a atividade intensifica-se consideravelmente. A estrada facilitou o escoamento da madeira, propiciando a expansão das frentes madeireiras dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Conforme expõem estudos da SEI, com a intensificação do desmatamento, nem as áreas de preservação permanente protegidas legalmente foram desconsideradas, como o Parque Nacional de Monte Pascoal, em Porto Seguro. Isso vale tanto para toda a região, quanto para as cidades turísticas, ameaçadas hoje pela degradação ambiental da própria ocupação de seus núcleos urbanos (sedes e vilas) resultante da especulação imobiliária e reprodução de capital de pequeno e médio porte, uma vez que a natureza desse turismo é baseado nos recursos naturais.

Os recursos florestais tanto para a extração madeireira, quanto para o entretenimento turístico, vão-se extinguindo à medida que se intensificam o valor de uso e o valor de troca dos produtos manufaturados destinados ao mercado moveleiro, através de trabalho incorporado. Como expõe Marx, subtraindo-se a soma total de todos os trabalhos úteis no produto, resta sempre um substrato material que existe sem ação adicional do homem, fornecido pela natureza. Ao produzir, o homem só pode proceder como a própria natureza, isto é, apenas mudando as formas das matérias. Mais ainda, nesse trabalho de formação, ele é constantemente amparado por forças naturais e, assim, o trabalho não se constitui a única fonte dos valores de uso que produz a riqueza material.

Acompanhando a devastação gerada pelo capital madeireiro, ampliam-se as pastagens. A pecuarização é impulsionada pelos mineiros. As terras valorizam-se e surgem conflitos com os tradicionais ocupantes, geralmente posseiros. Esse movimento de devastação ambiental e pecuarização da região caracteriza o processo de ocupação, povoamento e interiorização regionais, de que resultam novos centros urbanos interioranos, como Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itabela e Itamaraju, como centros madeireiros. Entre 1950 e 1975, a região perde 40% de sua vegetação natural, sendo o município de Alcobaça representante de 40% do efetivo de rebanho bovino de todo o Sul da Bahia. “...foi exatamente esse processo de ocupação – e sua forma histórica e cíclica de inserção na

economia – que possibilitou a criação das condições propícias para adequá-la ao desenvolvimento recente da celulose e do turismo”(SEI, *op.cit.*, p.23).

“O desenvolvimento da pecuária bovina nos anos 50 contou com a participação de produtores oriundos de outras regiões, sobretudo, do Planalto de Conquista, de Itapetinga e do Nordeste de Minas Gerais. Como um dos principais vetores do desenvolvimento econômico regional, a pecuária tem tido forte e crescente peso no conjunto da economia regional e sobretudo naqueles municípios localizados na Zona Oeste, limítrofe ao Estado mineiro. O Extremo Sul é uma das principais regiões baianas produtoras de gado bovino com tecnologia moderna” (SEI, *op.cit.*, p. 40 e 61).

Hoje os maiores rebanhos concentram-se em Medeiros Neto, Mucuri, Teixeira de Freitas e Guaratinga.

O primeiro surto de ocupação, na segunda metade desse século, com a devastação da Mata Atlântica, foi determinante ao surgimento das condições de articulação do capital externo e nacional através dos projetos de reflorestamento dos anos 90. Substituiu-se uma mata original heterogênea em flora e fauna, mercadoria valorizada no próprio modo de sua destruição, por uma mata reflorestada homogênea em flora, como mercadoria inserida no contexto da competitividade e dinamismo do mercado internacional de papel e celulose. Adicionam-se a esses fatores as condições ambientais da região com elevada pluviosidade, solos, em geral, férteis, florestas e clima tropical com temperaturas amenas.

“A década de 60 deixou para a região um saldo de inúmeras pequenas clareiras, onde se implantaram as sedes de pequenas fazendas, com posseiros que, incentivados pelo governo, abriram perspectivas de uma nova atividade econômica e conseqüente ocupação extensiva da região. Trilhas de madeireiros começam a cortar toda a região, dando origem a pequenas aglomerações dentro da área da Mata Atlântica. Inicia-se um povoamento aparentemente tênue, porém irreversível. A prática de extrair a madeira de valor comercial e limpar o restante com fogo para a implantação de pastagens veio constituir a principal ameaça à Floresta Atlântica.”(SEI, 1997, p.83).

O que difere essa fase da fase de implantação dos projetos de reflorestamento é a natureza da mercadoria. Nessa fase, a mercadoria é fungível, ou seja, sua substância desaparece durante seu próprio consumo, destrói-se no processo de sua exploração, enquanto recurso natural não-renovável no curto prazo, com impactos ambientais irreversíveis ou parcialmente reversíveis (entende-se como o tempo necessário para a recomposição florestal, o que demandaria décadas, processo impróprio à lógica da acumulação de capital). Nesse caso, o estoque de mata naturalmente existente vai sendo consumido continuamente até o seu esgotamento. Trata-se de uma acumulação primitiva no sentido da exploração, de *per si*, da mercadoria, e predatório em seus efeitos ambientais. A acumulação nessa

atividade tem um tempo finito e incerto, dependente do ritmo da devastação do recurso florestal, num espaço territorialmente delimitado dado pelo estoque de mata.

Na fase recente dos projetos de reflorestamento, como elo inicial do complexo industrial papel e celulose, enquanto *commodity* industrial, a mercadoria é padronizada, homogeneizada, renovável no tempo e reproduzível no espaço. O estoque de mata plantada mantém-se de acordo com as variações de longo prazo da demanda no mercado específico de papel, celulose e moveleiro. Como se trata de grandes projetos industriais com um tempo longo de maturação, embora consideravelmente inferior que o tempo de renovação da mata atlântica, há um aporte considerável de recursos para investimento. A força de trabalho é mais qualificada e em menor número que a da primeira fase do processo de exploração da mata. Elaboram-se plantas industriais e constroem-se unidades de produção voltadas para o desenvolvimento das mudas de eucalipto até a fase de extração e beneficiamento.

“A força conjunta de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho do homem como a outra, à medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal força de trabalho socialmente média, contanto que na produção de uma mercadoria não consuma mais que o trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e intensidade de trabalho” (MARX, 1985, p. 48).

A acumulação de capital no Extremo Sul explicita-se pela modificação da natureza e exploração dos recursos florestais, seja os naturais, seja os plantados. Na fase inicial, ocorre a implantação de várias unidades madeireiras, que se expandem e exploram os recursos florestais segundo um dado nível de inversão de capital e conhecimento tecnológico semelhantes entre si, com intensidade em força de trabalho, como fator marcante do povoamento regional. Isso determinava o trabalho socialmente necessário incorporado no processo produtivo, que se expressava no valor da mercadoria – a madeira beneficiada. Eram atividades tipicamente manufatureiras.

Nos setores da indústria de serrados e de móveis, a grande maioria dos estabelecimentos possui equipamentos básicos de processamento de madeira. A indústria madeireira

primária é essencialmente extrativista e a grande maioria das empresas utiliza matéria-prima regional.

“Atualmente a preocupação básica é com a obtenção de uma sobrevida. A colheita florestal, a primeira operação da seqüência produtiva, é realizada sem qualquer técnica adequada, comprometendo o desenvolvimento futuro da floresta...a abertura de trilhas na mata é realizada manualmente. A derrubada das árvores é feita com motosserra e a carga dos caminhões é manual com o auxílio de catracas... O transporte das toras ocorre através de caminhões de pequeno porte... Nas serrarias [em geral], a descarga dos caminhões é realizada geralmente por gravidade, isto é, os cabos de aço que prendem as toras são soltos e as toras rolam caindo no chão. “(SEI, *op.cit.*, p.89).

Na fase atual, os recursos florestais constituem-se numa mercadoria típica, de *per si*, já que são artificiais, ou seja, plantadas durante o reflorestamento. Para isso, houve investimentos em pesquisa biotecnológica para descobrir as espécies, e suas propriedades físicas (como resistência, precocidade, qualidade) adequadas ao ambiente regional e às estratégias de mercado das indústrias de papel e celulose, visando atingir uma maior força produtiva de trabalho num tempo de trabalho menor para a produção da mercadoria, com uma massa menor de trabalho nela incorporada sendo menor o seu valor.

Como explicita Marx, a força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais.

A nova paisagem florestal passa a ser uma mercadoria do trabalho, resultado de processos produtivos industriais e tecnológicos. Nesse mercado, há uma tendência à concentração de capital na própria indústria, com a prevalência dos segmentos estrangeiros. A concentração de capital ocorre na própria indústria, fruto da concorrência intercapitalista, e no processo de aquisição de terras, como ativos reais, necessários para a expansão territorial do projeto industrial. Seguindo essa lógica, decorre a existência hoje de apenas três grandes projetos de reflorestamento no Extremo Sul da Bahia, de capital nacional, associado ao capital internacional.

Estudos da SEI apontam para a existência de dois vetores de ocupação do Extremo Sul no século XX: um litorâneo e outro interiorizado, no sentido leste-oeste. No primeiro, surgiram centros urbanos de perfil colonial com atrativos turísticos; no segundo, que devastou o meio biofísico, surgiram condições para outros usos florestais (eucalipto). “... a

região do Extremo Sul pode ser vista de várias maneiras; parte dela como uma extensão da produção de celulose de Minas Gerais e Espírito Santo e, portanto, como uma periferia da região Sudeste do Brasil; como um subespaço da região do Litoral Sul da Bahia, que constitui uma espécie de conurbação de regiões...e pode também ser vista como uma região de *per si*.” (SEI, 1995, p.28).

Com base nas tabelas 1 e 2, em 1996, observa-se a concentração do segmento silvicultura e exploração florestal na microrregião geográfica de Porto Seguro, que corresponde ao Extremo Sul, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – 34,59% da área desse segmento encontra-se no Extremo Sul da Bahia. É consideravelmente superior ao percentual das participações das outras microrregiões geográficas em destaque e das demais regiões da Bahia, que correspondem, basicamente, às do semi-árido. Verificando a tabela 2, o segmento é representativo da área total do Extremo Sul (12,01%), destacando-se, principalmente, a pecuária, que ocupa 39,41% da área da região.

TABELA 1: Participação percentual dos grupos da atividade econômica por microrregiões selecionadas - 1996

Grupo da Atividade Econômica	Barreiras	Ihéus-Itabuna	Irecê	Juazeiro	Porto Seguro	Sta. M. Vitória	Sub-Total	Bahia
Lavoura temporária	32,25	1,02	3,21	8,88	2,42	5,03	52,82	100,00
Horticultura e produtos de viveiro	0,56	5,00	18,80	0,76	2,07	0,14	27,33	100,00
Lavoura permanente	0,66	30,70	0,64	6,98	6,29	2,04	47,31	100,00
<i>Pecuária</i>	2,84	5,18	1,26	2,40	10,02	3,22	24,93	100,00
Produção mista (lavoura e pecuária)	5,00	7,29	3,04	3,55	8,00	3,52	30,40	100,00
<i>Silvicultura e exploração florestal</i>	1,13	8,00	0,91	1,20	34,59	0,61	46,43	100,00
Pesca e aqüicultura	0,77	8,34	0,01	7,07	1,27	-	17,47	100,00
<i>Produção de carvão vegetal</i>	-	0,09	0,04	0,05	35,25	2,31	37,74	100,00
Total	10,83	11,03	2,18	5,51	7,43	3,30	40,28	100,00

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 1996 *apud* CARVALHO JUNIOR (1998)

TABELA 2: Bahia - Composição percentual por grupos da atividade econômica em microrregiões selecionadas - 1996

Grupo da atividade econômica	Barreiras	Ihéus-Itabuna	Irecê	Juazeiro	Porto Seguro	Sta. M. Vitória	BAHIA
Lavoura temporária	86,26	2,67	42,77	46,62	9,44	44,08	28,96
Horticultura e produtos de viveiro	0,11	1,00	19,02	0,30	0,61	0,09	2,20
Lavoura permanente	1,65	74,91	7,93	34,09	22,78	16,61	26,92
<i>Pecuária</i>	7,65	13,72	16,96	12,72	39,41	28,51	29,22
Produção mista (lavoura e pecuária)	4,05	5,79	12,22	5,64	9,44	9,32	8,76
<i>Silvicultura e exploração florestal</i>	0,27	1,87	1,07	0,56	12,01	0,47	2,58
Pesca e aqüicultura	-	0,03	-	0,05	0,01	-	0,04
<i>Produção de carvão vegetal</i>	-	0,01	0,03	0,01	6,30	0,93	1,33
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário – 1996 *apud* CARVALHO JUNIOR (1998).

Hoje pesquisas da SEI indicam que 37% das empresas da indústria moveleira destinam a produção para o Extremo Sul, 29% para outras regiões do Estado da Bahia, 15% para os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, 15% para Rio de Janeiro e São Paulo e 4% para os demais Estados do Nordeste. Dentre as regiões produtoras, apenas o Extremo Sul destina parte de sua produção para outros Estados do Brasil, devido inclusive à proximidade com centros consumidores da região Sudeste. Consolidou-se um pólo de extração e semibeneficiamento de madeira, destacando-se os Municípios de Belmonte, Eunápolis, Porto Seguro, Itabela, Itamaraju e Teixeira de Freitas onde se encontra a maior parte das serrarias remanescentes do ciclo da extração de madeira.

“O histórico da indústria madeireira/moveleira no Estado da Bahia está intrinsecamente ligado ao processo de formação e ocupação territorial do Extremo Sul. Foi justamente com a atividade de extração de madeira que se formaram os núcleos interioranos pioneiros de ocupação da região. As áreas originais de mata são substituídas por áreas de plantio de cacau e por patagens para ocupação da pecuária. Nesse processo inicial, a madeira aparecia como fonte supridora de matéria-prima para a construção civil, ressaltando-se que esta era o principal insumo para a construção de habitações e de divisas. A madeira era também utilizada como suprimento energético (lenha)...A exploração de madeira e as frentes de expansão da pecuária formaram uma combinação perfeita. A devastação das florestas para a implantação da pecuária se tornou o panorama ideal para extração de madeira. Isto, aliado aos novos meios de transportes, conferiram a esse ciclo uma dimensão bastante distinta das anteriores (SEI, 1997, p. 83).

Como já destacado, a fase inicial de ocupação recente da região é marcada por um processo predatório de devastação dos recursos naturais. É o momento de expansão do capital madeireiro em busca de recursos florestais praticamente exauridos ou em reduzido estoque em suas regiões de origem (Espírito Santo e norte de Minas Gerais). Trata-se de um processo de acumulação primitiva específico na região, *mutatis mutandis*, as regionais peculiaridades históricas e concretas, com todo o seu caráter selvagem e anárquico. Acompanha o processo de devastação ambiental, a implantação da pecuária com cercamento das terras, formando-se as propriedades rurais. O mapa temático *Área de matas naturais*⁹, do IBGE, mostra a inexistência de recursos florestais no Extremo Sul da Bahia, em 1996.

De 1980 aos dias atuais, o Extremo Sul vem apresentando uma das maiores freqüências de conflitos de terra, envolvendo fazendeiros, posseiros como antigos agricultores familiares e indígenas. Parte das terras devolutas era ocupada por posseiros (pequenos agricultores familiares). Até os anos 70, praticamente, era comum a agricultura familiar baseada em

⁹ Ver pag. 55.

glebas de terra abandonadas, as chamadas terras do Estado, em que o pequeno agricultor podia plantar para a subsistência. Dada uma certa distância à Capital, serviços públicos quase inexistentes, como postos de órgãos públicos, como o instituto de terras do Estado, e uma baixa densidade demográfica na região, não havia qualquer preocupação ou temor desses agricultores quanto a ameaças de usurpação da posse e ocupação das terras por terceiros.

É com o avanço do capital madeireiro, extrativista, que atrai mão-de-obra imigrante, que se intensifica a privatização do espaço rural, ou seja, a “proprietarização” do campo. Nesse caso, fazendeiros passaram a grilar a terra, com documentos falsos, sem títulos de propriedade idôneos, estabelecendo um conflito com quem já estava, tradicionalmente, na posse do imóvel. Além disso, as áreas desocupadas passaram a ser ocupadas com mais intensidade e o Estado passou a reconhecer a propriedade aos novos possuidores, através de um reconhecimento formal do domínio sobre o bem. A região passa a ser ocupada por madeireiros (trabalhadores, gerentes e proprietários) e caminhoneiros com a abertura da BR 101 (antiga BR-5).

Na década de 70, a implantação da BR-101, no trecho que ligava Vitória a Salvador, foi um dos fatores mais decisivos para a formação de um novo desenho espacial da área, envolvendo uma completa redefinição na hierarquia da rede das cidades. A estrada impulsionou uma série de transformações na estrutura socioeconômica regional, que conduziram a uma inserção definitiva da região no conjunto da economia nacional (SEI, 1998, p. 41).

Com a formação das pastagens, define-se a estrutura fundiária concentradora (em relação ao estado anterior) daquele momento. As terras, em geral, não são extensivamente grandes se comparadas com o processo de ocupação do Extremo Oeste da Bahia. As áreas maiores, em geral, oscilam entre 500 e 1000ha; entretanto, a concentração passa a existir à medida que os imóveis, sobretudo os de maiores áreas, tornam-se pertencentes a menos proprietários. Nessas bases, surge uma pecuária extensiva, que se moderniza, intensificando, nos anos 80 e 90, os respectivos sistemas de criação de gado bovino. É um processo marcado pela expropriação de terras e afluxo de imigrantes, com a formação de um exército industrial de reserva. É essa fase de devastação ambiental que vai ser

suficiente para a geração das condições ambientais e sociais à implantação do capital industrial dos anos 90, através do complexo papel, papelão e celulose. Era necessário ter a mata destruída para a expansão dos maciços florestais em eucalipto, ou seja, ter havido a acumulação madeireira.

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros, a expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em seqüência diversa e em diferentes épocas históricas... A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde...O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros”. (MARX, 1985, p. 263 e 175).

É representativo, para o caso concreto, o Extremo Sul, o exemplo que Marx fornece do processo explícito de expropriação dos lavradores da base fundiária na Inglaterra, a chamada *Clearing of Estates*, no sentido de retirar os seres humanos das terras, nos séculos XVIII e XIX. O último estágio desse processo é retirar as vilas, aldeias, os *cottages*, após a destruição das terras comunais. Esse estágio significa impedir qualquer condição de habitabilidade do trabalhador agrícola no espaço rural, ou seja, não haver espaço necessário para as suas moradias, nem mesmo sobre o solo que lavravam. Esse processo aconteceu tanto na Irlanda, quanto na alta Escócia (a destruição dos clãs), com suas respectivas particularidades, sem considerar as terras tomadas da Igreja, durante a Reforma, no século XVI. O fato é que uma das características do processo de acumulação primitiva nos campos da Grã-Bretanha era, inclusive, acabar com a moradia dos trabalhadores agrícolas no meio rural. Sem casa e onde morar, o único destino dessas famílias eram os centros urbanos.

Já no século XVI, a legislação inglesa procurou conservar os 4 acres de terra junto ao *cottage* do assalariado agrícola e lhe proibiu de tomar inquilinos em seu *cottage*.

“Ainda em 1627, sob Carlos I, Roger Crocker de Fontmill foi condenado pela construção no domínio de Fontmill de um cottage sem 4 acres de terra como anexo permanente; ainda em 1638, sob Carlos I, foi nomeada uma comissão real para impor a execução das velhas leis, notadamente sobre os 4 acres

de terra; Cromwell também proibiu a construção de uma casa num raio de 4 milhas ao redor de Londres se não estivesse dotada de 4 acres de terra. Ainda na primeira metade do século XVIII, fazem-se queixas quando o *cottage* do trabalhador agrícola não tem como complemento 1 ou 2 acres.” (*Ibid*, p. 266).

No Extremo Sul, o tempo cronológico da acumulação primitiva é a metade do século XX, particularmente, até os anos 70. Como esclarece Marx, a acumulação primitiva encontra a sua forma clássica na Inglaterra dos séculos XIV e XV. O Extremo Sul apresenta suas características próprias, entretanto a natureza litigiosa da expansão da pecuária bovina é evidenciada pelos conflitos de terra existentes no final de 1970. O reconhecimento explícito e tácito da formação das propriedades rurais pelo Estado ocorreu mediante a concessão de títulos de domínio aos novos proprietários e à estruturação do poder regional, representado pela oligarquia pecuarista. Ao invés da ovelha, havia o boi, e subjacente, a devastação da mata atlântica. No primeiro caso, diretamente vinculado à produção manufatureira têxtil do capitalismo em ascensão; no segundo, inicialmente, a relação não é direta, mas cria, posteriormente, as condições para a implantação do capital industrial, nos anos 90.

O aspecto relativo ao deslocamento dos trabalhadores agrícolas de suas casas no campo para as cidades, na Inglaterra, é característico do processo de ocupação do Extremo Sul e urbanização dos centros regionais. Pela privatização do espaço rural, a única alternativa que resta ao agricultor familiar e ao trabalhador rural para obter as condições mínimas de habitabilidade, é o deslocamento para as cidades, formando os bairros periféricos, com as chamadas ocupações sub-normais, sem planejamento urbanístico. O homem rural proletariza-se e, em excesso, passa a exercer uma pressão para a queda do salário real regional nas ofertas de trabalho e emprego das fazendas de gado e outras lavouras, em termos de hora-homem, assim como nos serviços em geral, sobretudo domésticos. A oferta de mão-de-obra para as atividades domésticas amplia-se, como alternativa básica para o nível de qualificação da mão-de-obra feminina.

Nesse momento, constitui-se um exército industrial de reserva, sob procura e espera de alternativas de emprego nas cidades. O emprego manufatureiro é oferecido, com maior intensidade, pelas unidades madeireiras que absorvem parte da mão-de-obra. Com o refluxo e a estagnação da atividade madeireira em virtude da eliminação quase total dos recursos florestais, restam poucas unidades madeireiras e do setor mecânico para empregar

trabalhadores. Com uma oferta de empregos insuficiente no setor manufatureiro, a opção de empregabilidade que resta à massa de desempregados são as atividades dos serviços, sobretudo comerciais, o deslocamento para os centros turísticos, principalmente Porto Seguro, na condição de mão-de-obra autônoma (pedreiro, pintor, ajudante de pedreiro, marceneiro) ou temporária (volante, o bóia-fria urbano, o ambulante), ou o engajamento nos movimentos sociais no campo.

Estudos da SEI mostram que hoje as serrarias do Extremo Sul possuem mão-de-obra relativamente experiente devido à intensa atividade madeireira que já existiu. Houve treinamento para vários ofícios, como serradores, circuleiros, bitoladores, afiadores de serra e destopadores. A maioria dos trabalhadores não possui instrução formal.

“A indústria madeireira, em virtude de suas características de trabalho pesado e em geral mal remunerado, não conseguiu atrair trabalhadores que tivessem algum grau de escolaridade, sendo a grande maioria analfabeta ou semi-alfabetizada. Isso ocorreu em virtude da extrema simplicidade das serrarias, completamente dependentes do esforço físico para a maioria das tarefas de movimentação da madeira. Atualmente, com o encolhimento do setor, há sobra de pessoal treinado em serviço, geralmente sem escolaridade, o qual é muitas vezes mal utilizado ou busca oportunidades em outras regiões do país. No setor de móveis e afins a mão-de-obra, em quase sua totalidade, é composta de aprendizes formados dentro da própria família ou na empresa onde haviam começado a trabalhar como ajudante. Diante disso, a força de trabalho do segmento caracteriza-se por um ínfimo grau de qualificação profissional e baixos salários, excetuando-se por um pequeno contingente de trabalhadores qualificados oriundos de outras regiões do país (Sudeste e Sul).”(SEI, 1997, p.97 e 98).

O Programa de Desenvolvimento Florestal do Estado da Bahia – PRODEF (2000) caracteriza o mercado moveleiro da Bahia como uma indústria com predominância da pequena empresa produtora de commodities (as pequenas serrarias), baixo grau de cooperação técnica, baixo grau de cooperação horizontal, fraca cooperação vertical entre a indústria de móveis e seus fornecedores de matérias-primas e equipamentos, empresas excessivamente verticalizadas, inexistência ou incipiência de importantes elos da cadeia produtiva, como painéis de madeira, partes, componentes e acessórios, baixa capacitação em *design*, reproduzindo o padrão da indústria brasileira e baixa qualificação da mão-de-obra.

Segundo estudos da SEI (1997) sobre o mercado madeireiro-moveleiro na Bahia, um dos fatores de diminuição da atividade na Bahia, nos anos 80, deveu-se à escassez de matéria-prima oriunda das matas nativas, assim como do mercado consumidor, sobretudo da construção civil. Isso tem implicado o fechamento de diversas unidades processadoras de

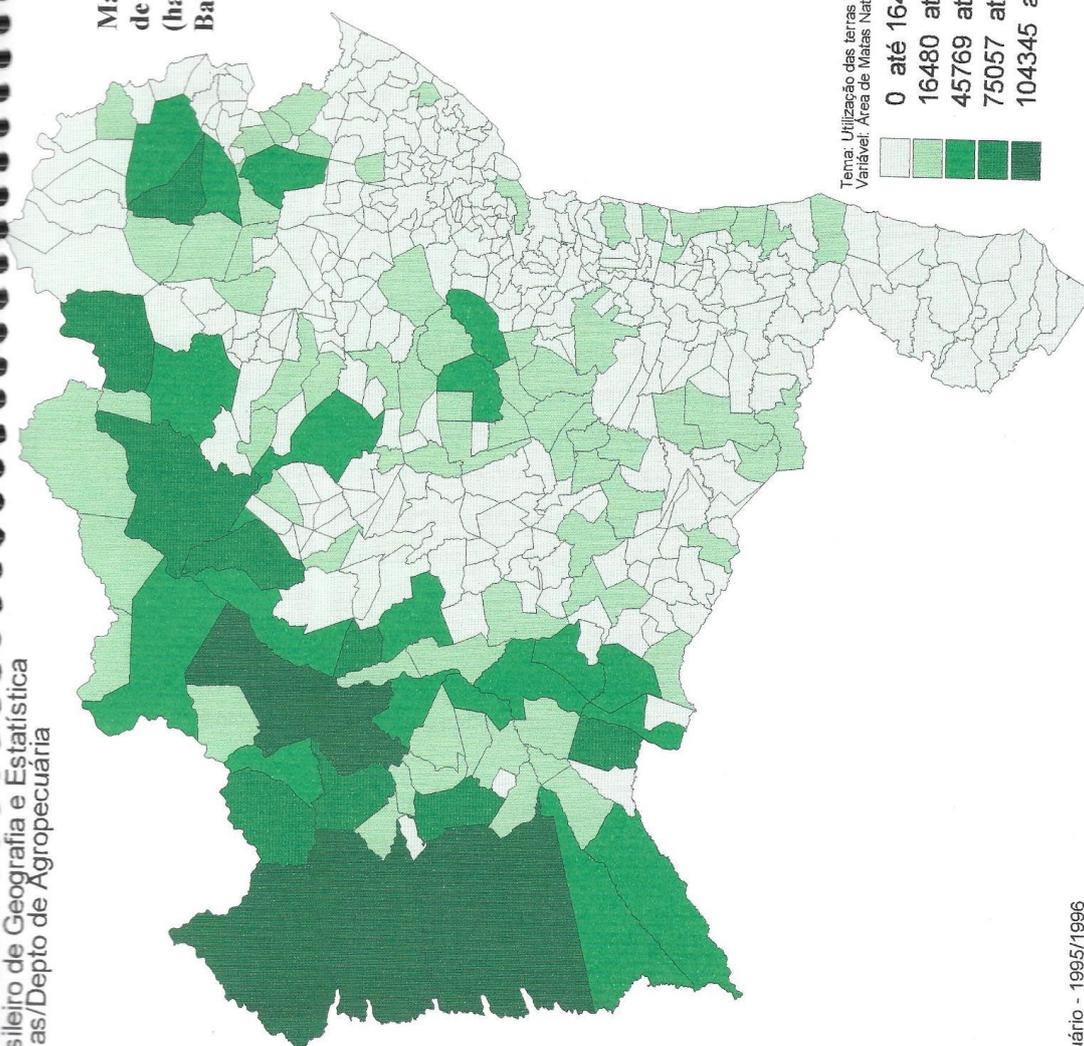
madeira, diminuição de postos de trabalho, assim como migração de empresários para o Estado do Pará. Em pesquisa realizada para a SEI, conforme tabela 3, constatou-se, no Extremo Sul, que uma das razões pelas quais o empresariado não se expande na região deve-se à falta de madeira. Isso corrobora a idéia de que o modo de valorização do capital destruiu-se, enquanto bem fungível, em seu processo de exploração, implicando a estagnação da atividade.

TABELA 3: Motivos pelos quais o empresariado não aumenta a produção de madeira

Motivo	Região 1 (%)	Região 2 (%)	Extremo Sul (%)
Falta de madeira	16,7	44,5	35,9
Demanda restrita (falta/pouca encomenda)	25,0	22,2	12,8
Disponibilidade de capital/ financiamento	41,6	22,2	10,2
Baixa lucratividade	-	11,1	2,6
Concorrência acirrada	-	-	2,6
Falta de mão-de-obra especializada	16,7	-	2,6
Não-declarado	-	-	33,3
Total	100,0	100,0	100,0

FONTE: STCP/STAGLIORIO *apud* SEI.

Mapa temático: Área
de matas naturais
(ha) no Estado da
Bahia, em 1995-1996



4.2. A CONSOLIDAÇÃO DOS MODELOS AGRÍCOLAS PRODUTIVISTAS

A segunda fase de expansão do capital consiste na implantação dos modelos agrícolas produtivistas. Ao se tratar desses modelos, entende-se que os sistemas de produção são estruturados visando a uma intensa produtividade do trabalho, baseada fundamentalmente em algumas características clássicas da expansão do capitalismo no campo: a monocultura, extensas propriedades, mecanização e utilização de insumos químicos, com conseqüente desemprego. Esses modelos expandem-se no planeta a partir da Segunda Guerra Mundial no movimento chamado de Revolução Verde, quando as teses de natureza malthusiana foram superadas pela existência de excedentes agrícolas.

Como expõe ROMEIRO (1996, p. 17), é preciso entender um pouco as origens desse padrão, chamado de produtivista pelos franceses, principalmente os adeptos da Escola da Regulação, o qual se afirma definitivamente no pós-guerra, embora tenha surgido antes, nos Estados Unidos, no século XIX. A origem desse padrão tecnológico tem a ver com a revolução industrial que permitiu a eliminação de uma restrição ambiental, fundamental à prática da monocultura. A tendência à especialização total é uma tendência multissecular. Solos excepcionais como o Tchernozem, na Ucrânia, eram cantados em prosa e verso porque, além de excepcionais, do ponto de vista da produtividade, eles permitiam a monocultura... À medida que a revolução industrial vai permitindo a produção de fertilizantes químicos, eliminando a criação animal (que antes era feita justamente para fertilizar o campo) e que deu início à mecanização para reestruturação do solo degradado, o pesticida para controlar as pragas, os obstáculos à expansão da monocultura desaparecem, dando origem à agricultura moderna.

No Brasil, o padrão tecnológico de cunho produtivista se difunde em dois momentos para ROMEIRO (*op. cit.*). O primeiro é o da geração do padrão tecnológico a partir de um acordo com as elites agrícolas do país. Esse padrão evoluiu juntamente com a indústria, para atender aos interesses dos agricultores que estavam em melhores condições, melhor localizados. Esses agricultores vão adotar a monocultura, necessitando de acabar com a produção animal, ter um substituto para fertilizantes orgânicos, um veneno para controlar a praga, um trator, um equipamento para trabalhar mais rápido. O segundo é quando o produtor capitalista tem também o interesse de diminuir a mão-de-obra uma vez que havia

a necessidade de virem trabalhadores de outros países e imigrantes de outras regiões. A lógica comercial da monocultura e a simplificação do processo de trabalho são dois elementos que explicam todo esse padrão, as restrições ecológicas da monocultura.

No Extremo Sul da Bahia, dentre as culturas inseridas no modelo produtivista, destacam-se o mamão, o café e o cacau. No território oeste, na planície litorânea, há grandes latifúndios improdutivos e assentamentos rurais de reforma agrária, além do turismo. No território central da região, caracterizada pela transversalidade da rodovia BR 101, predomina a pecuária. Nos municípios desse eixo, concentram-se plantios de mamão e eucalipto e no território oeste, onde há um relevo mais acidentado, encontram-se a pecuária e também cultivos de café e cacau.

A agropecuária é relevante entre as atividades econômicas no Extremo Sul. Hoje, em algumas áreas, a pecuária bovina, em geral, é cultivada semi-intensivamente. Em 1993, a sub-região de Teixeira de Freitas concentrava a maior parte do rebanho bovino da região (71%). Em 1993, o efetivo bovino da sub-região de Eunápolis representava 30,01% do total do Extremo Sul e 3,4% do Estado. Os municípios de Guaratinga, Itagimirim, Eunápolis, Medeiros Neto, Itanhém, Itamaraju, Alcobaça e Caravelas destacavam-se na estrutura regional, quanto ao efetivo de rebanho bovino.

O Extremo Sul da Bahia é a área mais modernizada na criação de gado bovino, seja com raças zebuínas voltadas para corte, seja com raças mestiças de holandês voltadas para a produção leiteira. No segmento leiteiro, encontram-se fazendas em que se adotam práticas e manejo modernos de pastejo rotacionado com maior densidade de capim por unidade de área, utilização de piquetes, utilização de máquinas trituradeiras de capim de corte e cana-de-açúcar (capineira), formando um volumoso; uso de uréia misturada com sulfato de amônio no volumoso a fim de melhorar as condições protéicas na nutrição animal, utilização de sal mineral balanceado com assistência técnica, utilização de inseminação artificial com sêmen de touros holandeses provados, assistência veterinária, aplicação regular de vacinas e remédios, uso de resfriador para armazenar o leite para o dia seguinte, e de ordenha mecânica. Quanto ao gado de corte, além das técnicas já mencionadas, desenvolve-se o Programa Novilho Precoce e o melhoramento do rebanho com utilização de touros das raças Nelore, Tabapuã e Red Angus de alta qualidade e linhagem.

Os mapas temáticos *Efetivo de bovinos, Produção de leite de vaca e Área de pastagens plantadas*¹⁰, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Censo Agropecuário 1995-1996 mostram a importância da pecuária na região

A agricultura voltada para o mercado implanta-se na região, através de empresários japoneses e de outras regiões do Brasil. As principais culturas permanentes são o mamão, café, cacau. A lavoura de mamão foi implantada em final dos anos 80, com mecanização e utilização de insumos químicos e mão-de-obra barata, resultante do processo de ocupação e concentração fundiárias. A lavoura obteve um crescimento acelerado entre 1989 e 1993, multiplicando sua produção em 740%. Em 1993, a sub-região de Eunápolis, produzia 38% da produção estadual e a sub-região de Teixeira de Freitas, 58,3%, sendo Nova Viçosa, Prado, Mucuri, Porto Seguro, Itabela e Eunápolis, os principais municípios produtores.

O cacau foi introduzido nos anos 60 em decorrência da expansão da área plantada. Essa expansão foi residual no contexto da cacauicultura baiana. Apresenta-se, principalmente, em Itamaraju, Prado e Jucuruçu. Com base no mapa temático *Quantidade vendida de cacau*¹¹, do IBGE, o Extremo Sul tem pouca participação no quantidade total de cacau vendida no Estado da Bahia.

O café difundiu-se nos anos 90 na região, sendo produzido em médias e grandes propriedades, exigindo elevados investimentos por hectare. Esse processo é fruto da expansão dos cafeicultores do norte do Espírito Santo, onde o produto é comercializado, em bases produtivas empresariais. Os principais produtores são os municípios de Itamaraju e Prado. No período entre 1989 e 1993, a produção de café foi praticamente quintuplicada na sub-região de Teixeira de Freitas. O mapa temático *Quantidade colhida de café*¹², do IBGE, apresenta o Extremo Sul como uma das poucas regiões produtores de café no Estado, ainda em quantidades menores que o Sudoeste e a Chapada Diamantina.

Além do mamão, destacam-se a batata-doce, a melancia, o abacaxi, a acerola e o melão, plantados em larga escala para abastecer o mercado consumidor interno e o Japão. O mamão foi introduzido pela CEPLAC na segunda metade dos anos 80, sendo que hoje boa

¹⁰ Ver pags 64,65,66.

¹¹ Ver pag 67.

¹² Ver pag. 68.

parte da lavoura é irrigada por aspersão. O mapa temático *Quantidade colhida de mamão*¹³, do IBGE, mostra a concentração da produção de mamão do Estado no Extremo Sul da Bahia.

Com base na tabela 4, observa-se que a principal lavoura temporária do Extremo Sul é a do mamão. A região produzia, em 1996, 91,24% de todo o mamão produzido na Bahia. Em seguida, vêm a produção de côco com uma participação de 16,01% da produção estadual; café com 10,61% e cacau com 5,15%. O mamão é produzido em larga escala, abastecendo o mercado consumidor do Sudeste brasileiro. A região possui pouca participação na produção total de cacau do Estado, o que evidencia não ser a região tipicamente produtora dessa cultura. No Extremo Sul, houve apenas uma expansão residual da região tipicamente de cacau, conhecida como Litoral Sul. Isso converge para se admitir que a pecuária extensiva e hoje semi-intensiva, a silvicultura e os cultivos de mamão e café são as principais atividades econômicas no meio rural da região.

O mapa temático *Valor total da produção agropecuária*¹⁴, do IBGE, mostra que o Extremo Sul apresenta uma produção mais uniforme entre os seus municípios, porém cada município com um valor menor que os municípios do Extremo Oeste (com soja e outros produtos) e o município de Juazeiro (com a fruticultura). O mapa temático *Investimentos*¹⁵ mostra a existência de considerável investimento em alguns municípios da região, principalmente na silvicultura e na lavoura tecnificada de mamão.

Quanto ao turismo, no período de 1991 a 1994, a atividade, na região, recebeu 18% dos investimentos públicos e 14% dos investimentos privados em relação a todo o Estado. Em 1995, 40% dos investimentos privados em projetos destinavam-se para a região, ficando atrás do Litoral Norte (47%), superando Salvador (12%). A região absorve 25% do fluxo turístico da Bahia com uma oferta de 24.337 leitos.

O turismo exige uma intensividade de mão-de-obra, que deve ser qualificada e treinada para lidar com o turista. Juntamente com o complexo industrial papel e celulose, essa atividade possui seu caráter de internacionalidade, sujeita à lógica do capital externo,

¹³ Ver pag 69.

¹⁴ Ver pag 70.

¹⁵ Ver pag 71.

embora ainda predominem turistas de renda média dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e outras regiões da Bahia.

Uma das conseqüências da explosão turística em Porto Seguro foi a formação da periferia no núcleo urbano municipal, com o surgimento de favelas. A explosão demográfica coloca a cidade com o maior grau de urbanização da região, crescendo de 39,82% em 1980, para 80,42% em 1996.

O dinamismo gerado pelo turismo caracterizou a cidade como centro atrator de mão-de-obra da própria região e de regiões próximas em crise, como a cacauzeira e o semi-árido mineiro. Em decorrência da expansão urbana, com a intensificação do uso do solo urbano, aumentaram a devastação da mata atlântica e a ocupação de mangues e bosques. Ampliou-se a construção civil com as pousadas, hotéis, casas, restaurantes e bares (demandantes de madeira), tornando-se a mão-de-obra, outrora rural, urbana em atividades inerentes ao setor, como carpintaria, pintura, marcenaria, assim como cresceu a oferta desses serviços.

A sazonalidade inerente ao turismo baseado em recursos naturais caracteriza os momentos de expansão e retração das atividades produtivas que lhe são dependentes. Forma-se uma massa urbana potencialmente desocupada e informalmente empregada além da própria saturação da capacidade de suporte dos sistemas de infraestrutura urbana, como água, energia e telecomunicações. Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália passam a apresentar problemas típicos dos centros mais urbanizados, como Salvador, em que a ocupação humana expande-se pelas áreas ambientalmente frágeis, como mangues, pântanos e vales. A pobreza e a especulação imobiliária passam a apresentar seus impactos ambientais negativos.

Há que se destacar ainda que o litoral da Bahia vem sendo objeto de políticas governamentais de fomento ao turismo. O Governo do Estado prevê, até 2002, investimentos de US\$1,5 bilhão na infra-estrutura do setor. De 1991 a 2002, prevê-se um gasto total de US\$2,31 bilhões, beneficiando várias regiões turísticas do Estado da Bahia, mediante programas de financiamento, como o PRODETUR, com recursos federais, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e recursos estaduais.

O Extremo Sul foi dividido em Costa do Descobrimento, que compreende os municípios de Belmonte, Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro, e a Costa das Baleias, constituída pelos municípios de Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri.

Para a Costa do Descobrimento estão programadas obras múltiplas no valor de US\$203 milhões, correspondendo a 9,4% dos investimentos globais. Destacam-se as obras no setor de transportes, com 37% dos investimentos, e saneamento, com 19% dos recursos. A construção do novo aeroporto de Porto Seguro impulsionou o turismo na Costa do Descobrimento, com aumento da demanda aérea para a cidade e criação de novas linhas, internacionais regulares e *charters*. Esse aeroporto transformou-se no quinto em movimento de passageiros e o sexto em número de pousos e decolagens em todo o Nordeste.

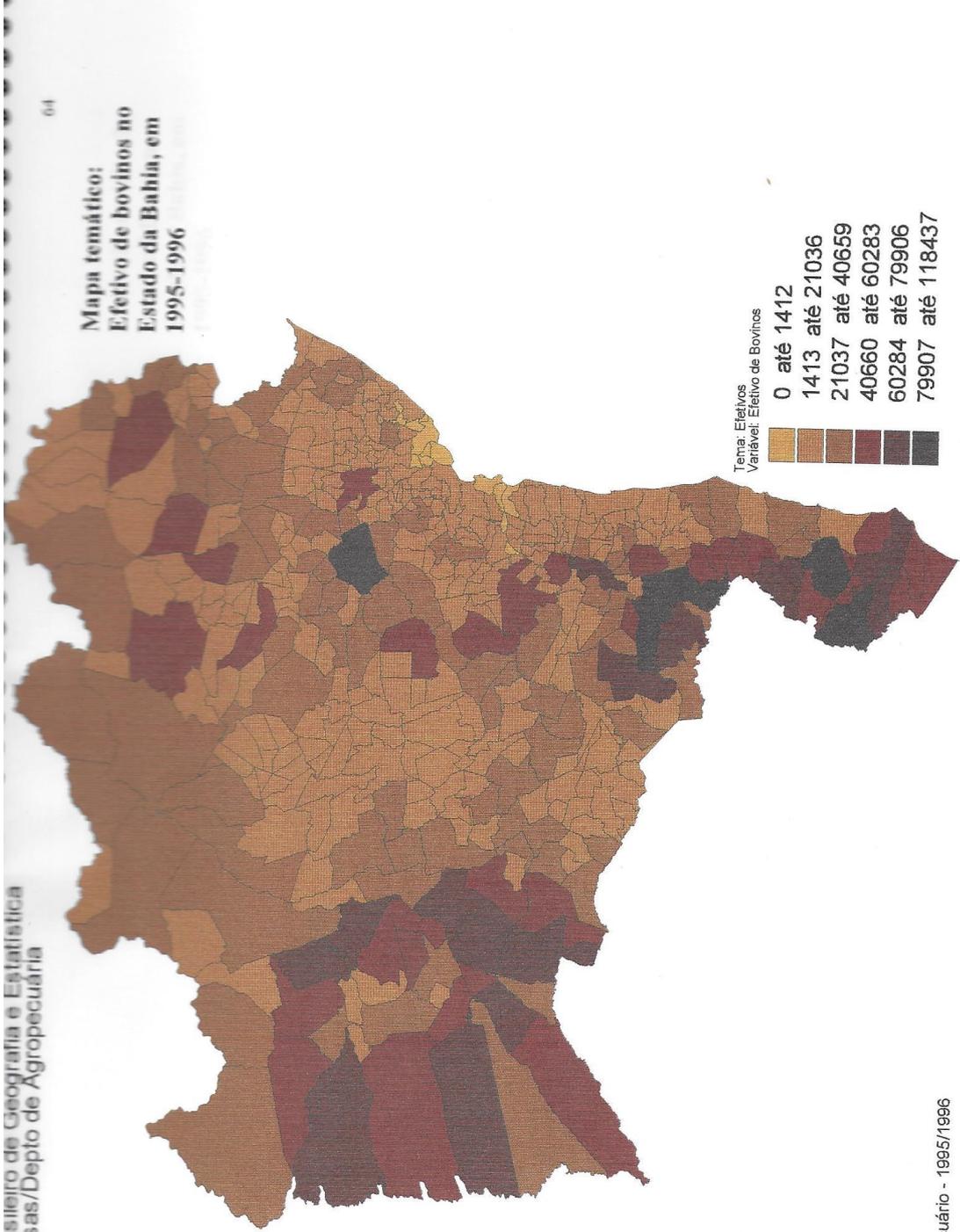
No Complexo turístico Caraíva, na Costa do Descobrimento, está prevista a implantação de *resorts* hoteleiros, com 35 mil leitos em equipamentos do tipo *resort*, pousadas, hotéis, quatro estrelas, vilages, chalés, além de equipamentos desportivos náuticos e terrestres.

Na Costa das Baleias, o maior atrativo é o Parque Nacional Marinho de Abrolhos. Para a Costa da Baleia, estão programadas obras múltiplas no valor de US\$91 milhões aproximadamente, correspondendo a 4,2% dos investimentos globais, destacando-se as obras nos setores de transportes, com 78% dos investimentos, e de energia elétrica, com 11% dos recursos.

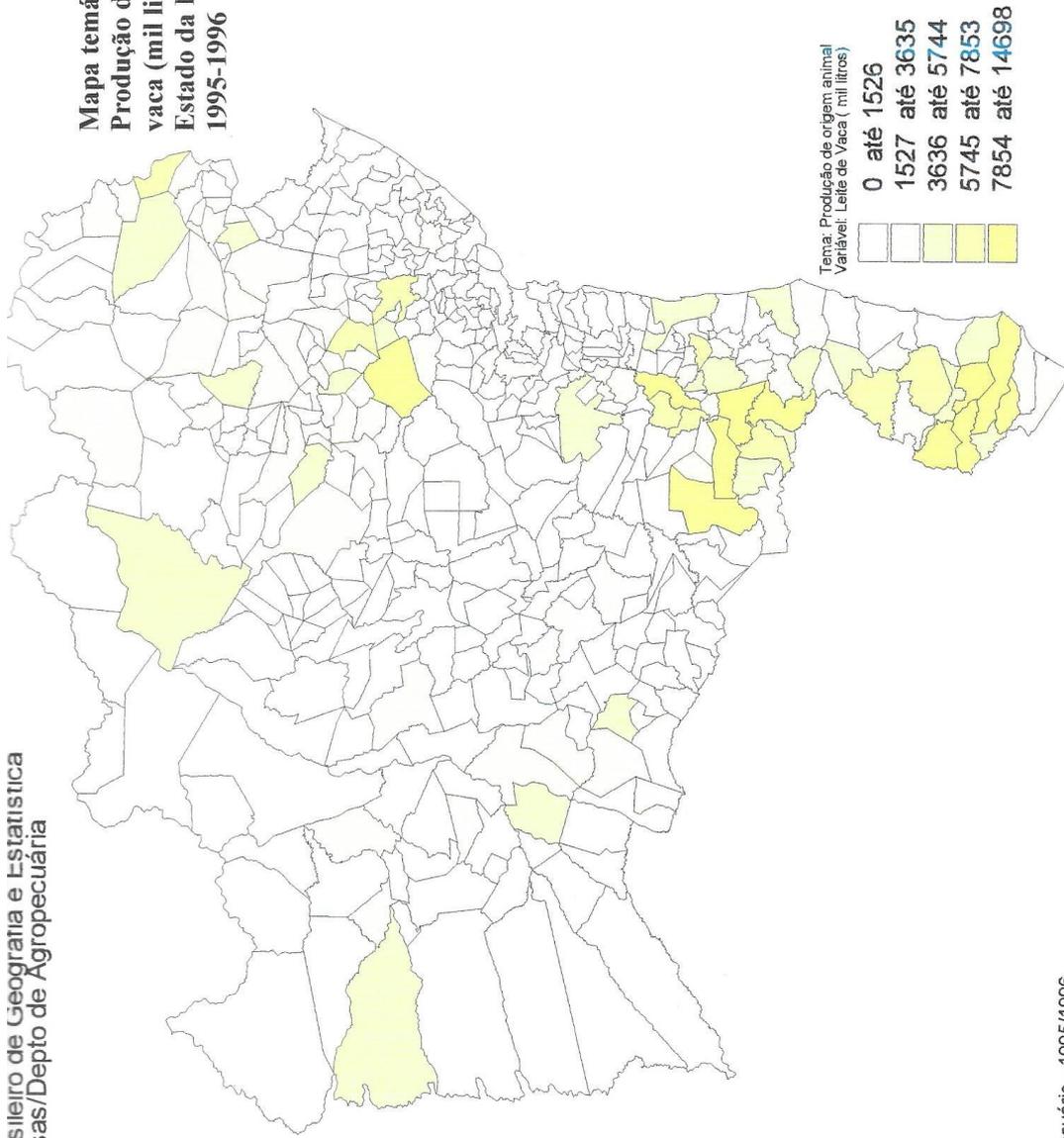
TABELA 4: Lavouras temporárias nos municípios do Extremo Sul e Estado da Bahia em 1996.

Município	BANANA		CACAU		CAFÉ		CÔCO		MAMÃO	
	Quantidade	Área	Quantidade	Área	Quantidade	Área	Quantidade	Área	Quantidade	Área
Alcobaça	78	71,303	10	20,07	296	169,983	1.403	448,882	12.895	547,202
Belmonte	3	2,899	4.074	9.682,74	152	186,7	1.248	815,729	0	0
Caravelas	21	22,113	0	0	5	4,644	1.519	266,663	19.986	447,852
Eunápolis	11	9,418	151	431,091	5	6,106	1.056	90,611	60.943	883,376
Guaratinga	48	48,217	1.675	6.791,39	589	763,053	28	10,388	3	0,068
Ibirapuã	0	0,397	0	0	1	2,076	47	41,323	2.128	254
Itabela	2	2,129	1.033	2.490,67	3.644	1.470,97	163	43,705	11.254	537,09
Itagimirim	1	0,276	5	5,122	0	0,084	3	1,02	0	0
Itamaraju	25	49,831	1.271	6.156,65	1.609	1.560,21	54	37,727	7.302	340,5
Itanhém	132	183,504	181	615,049	251	401,003	30	13,963	0	0
Itapebi	7	9,421	782	2.057,44	12	9,63	0	0	14	1
Jucuruçu	15	40,367	464	2.015,67	451	657,439	9	6,198	0	0
Lajedão	1	1,768	0	0	1	0,667	18	4,05	0	0
Medeiros Neto	1	4,793	0	0	32	10	4	1,44	2	0,1
Mucuri	11	17,807	1.044	2.163,83	74	82,393	64	60,152	12.316	774,949
Nova Viçosa	15	88,019	7	86,585	46	87,428	2.136	616,221	10.485	655,036
Porto Seguro	16	16,244	246	758,459	661	844,436	318	75,93	27.769	1.149,05
Prado	3	4,031	1	3,148	36	36,295	319	106,33	906	48,555
Santa Cruz Cabralia	4	15,364	2	2,21	420	170	3.868	273,158	5.542	354,112
Teixeira de Freitas	7	7,274	11	66,252	1.063	516,555	20	19,608	3.806	233,7
Vereda	22	66,107	142	478,435	798	385,544	32	5,832	26.590	878
Extremo Sul	423,00	661,28	11.099,00	33.824,81	10.146,00	7.365,21	12.339,00	2.938,93	201.941,00	7.104,59
Bahia	16.790,00	32.539,08	215.489,00	617.945,08	95.581,00	111.858,96	77.072,00	30.704,99	221.329,00	8.652,53
<i>% Ext.Sul/Bahia</i>	<i>2,5193568</i>	<i>2,03227</i>	<i>5,15061094</i>	<i>5,47375655</i>	<i>10,61508</i>	<i>6,58437542</i>	<i>16,0097052</i>	<i>9,5715055</i>	<i>91,2401899</i>	<i>82,10995</i>

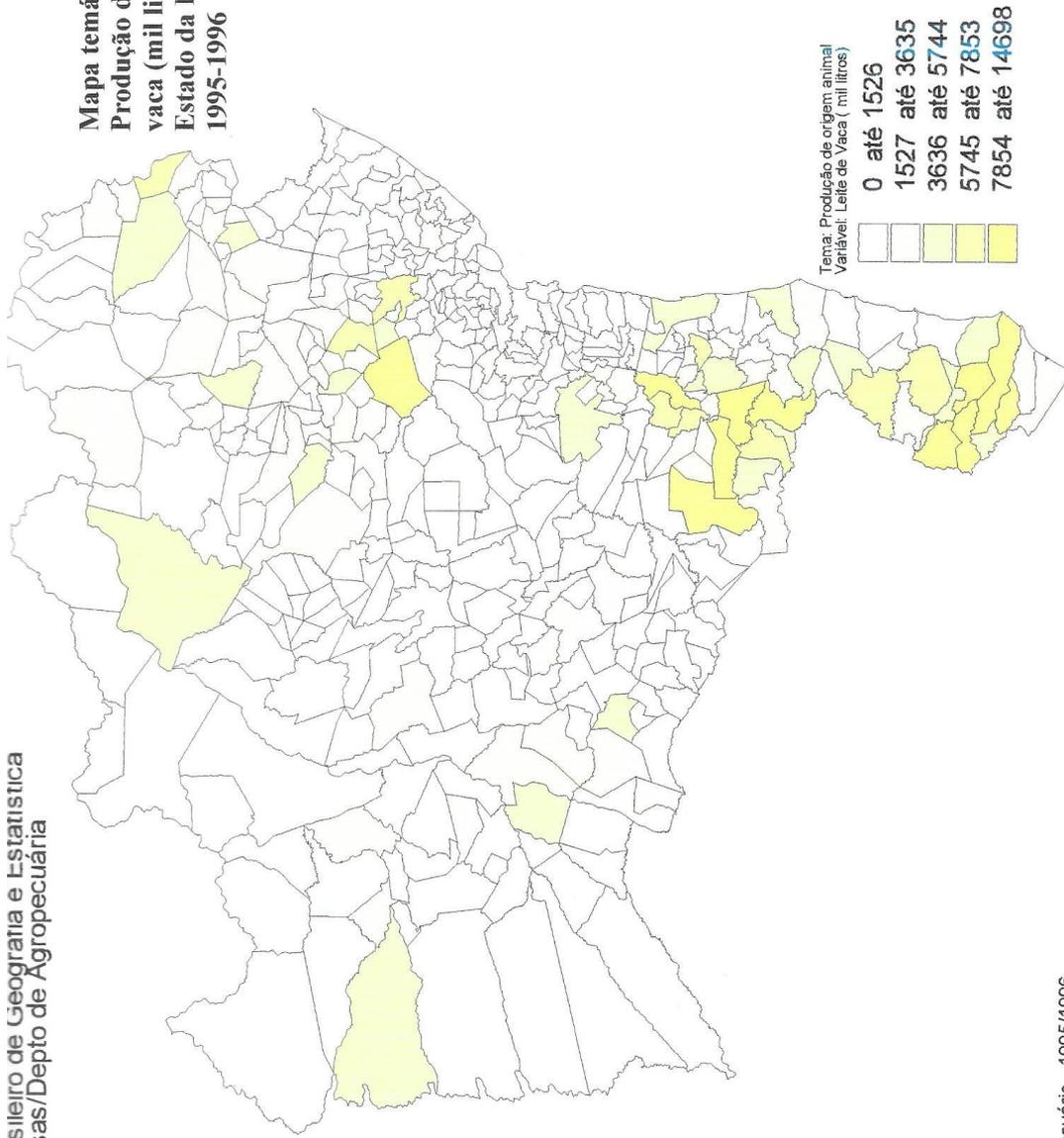
FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 1995-1996.



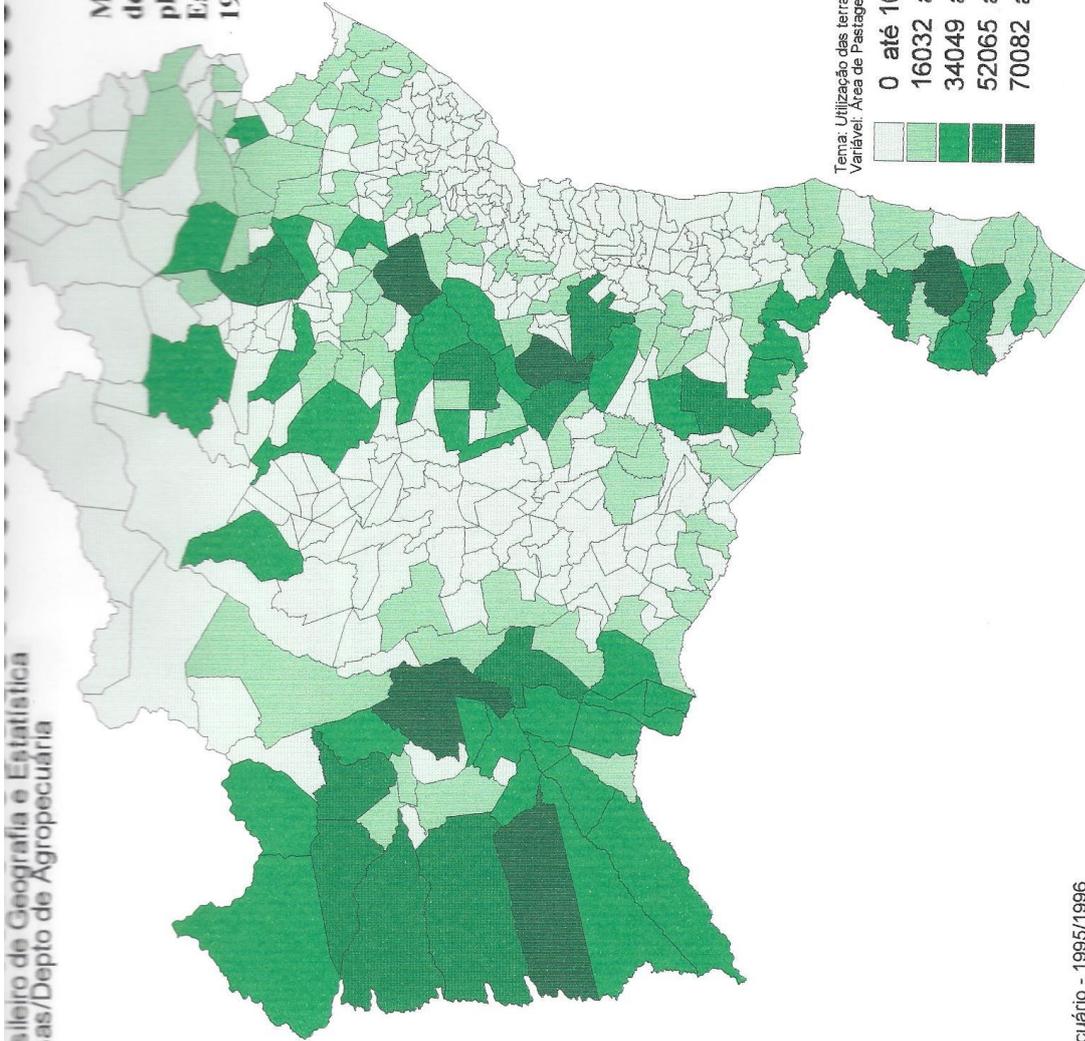
**Mapa temático:
Produção de leite de
vaca (mil litros) no
Estado da Bahia, em
1995-1996**



**Mapa temático:
Produção de leite de
vaca (mil litros) no
Estado da Bahia, em
1995-1996**



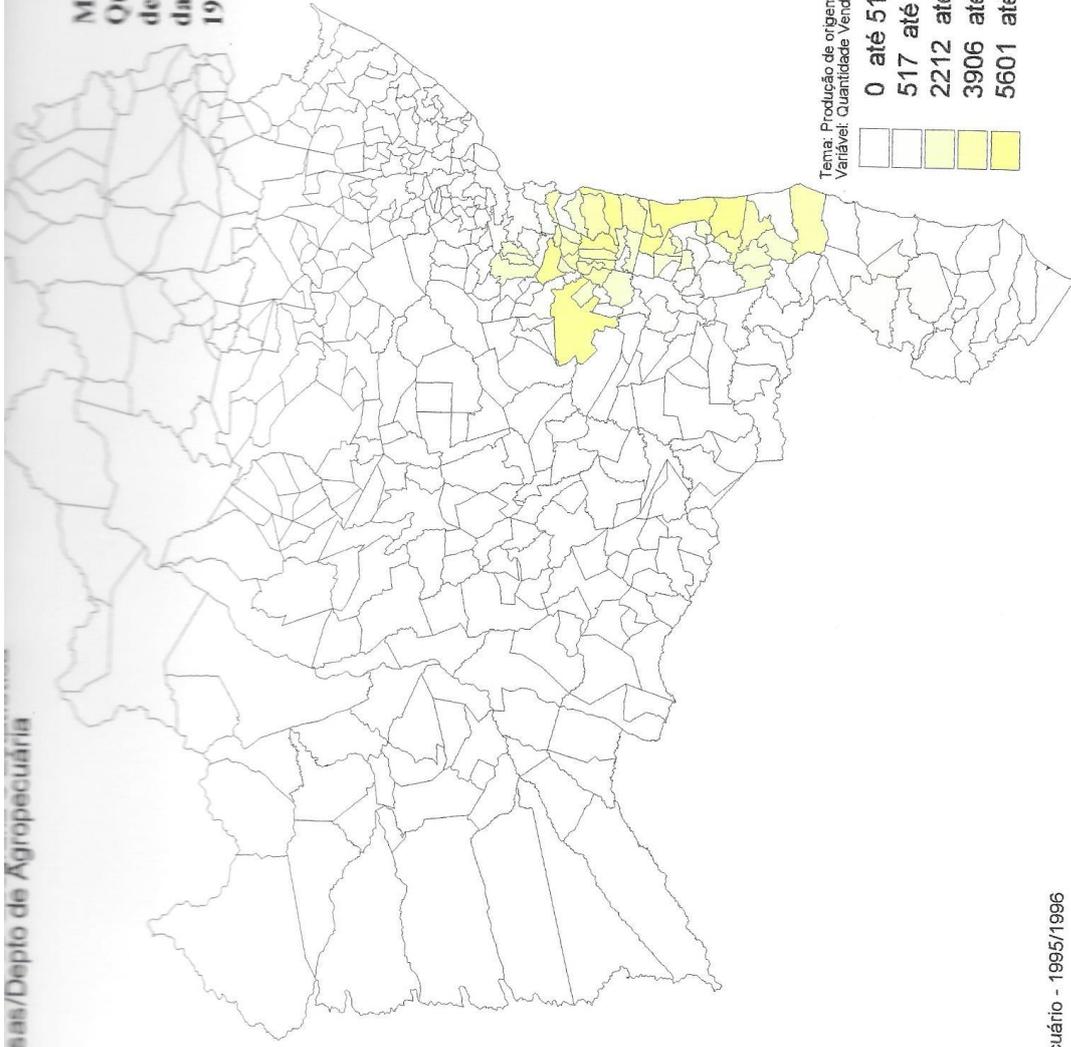
Mapa temático: Área
de pastagens
plantadas (ha) no
Estado da Bahia, em
1995-1996



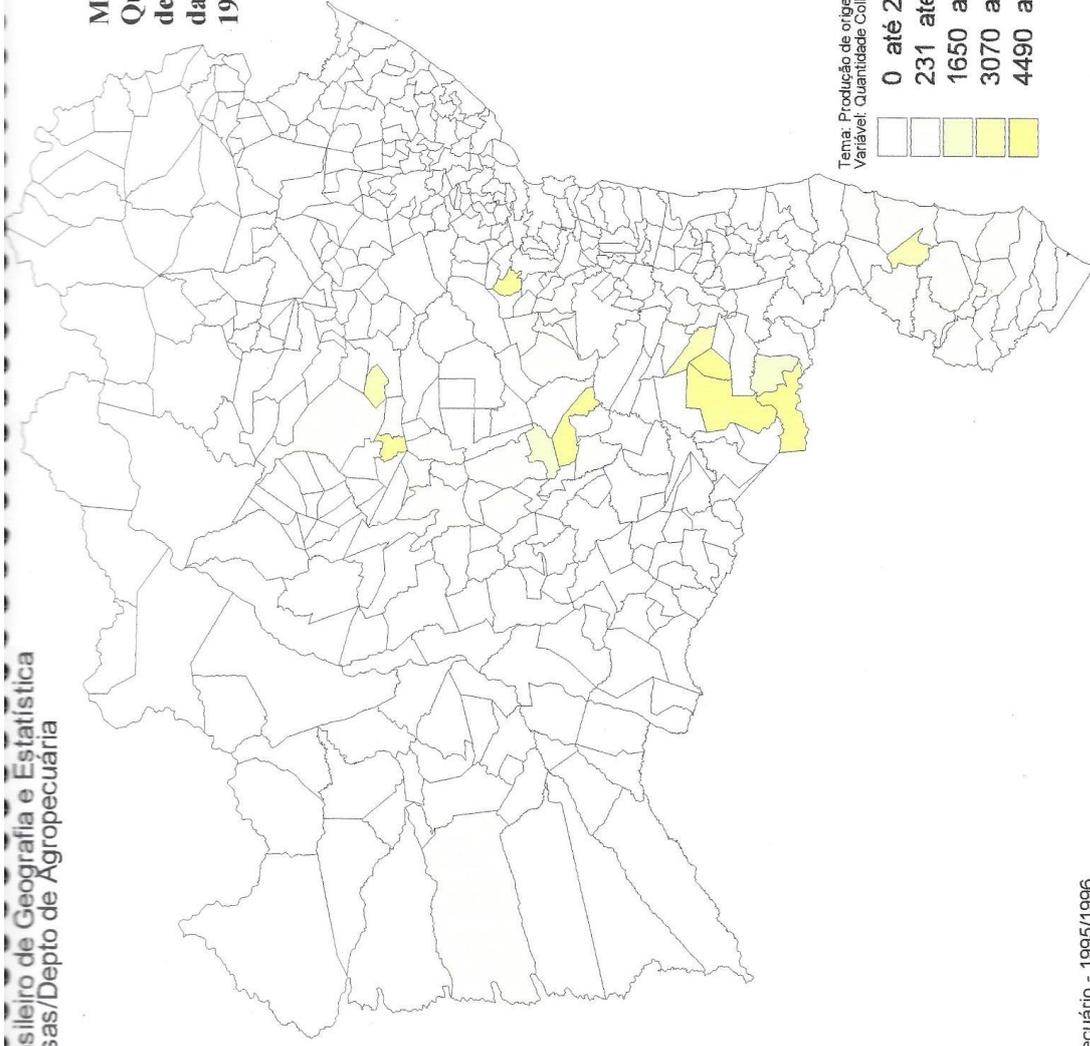
Tema: Utilização das terras (ha)
Variável: Área de Pastagens Plantadas (ha)

0 até 16031
16032 até 34048
34049 até 52064
52065 até 70081
70082 até 126226

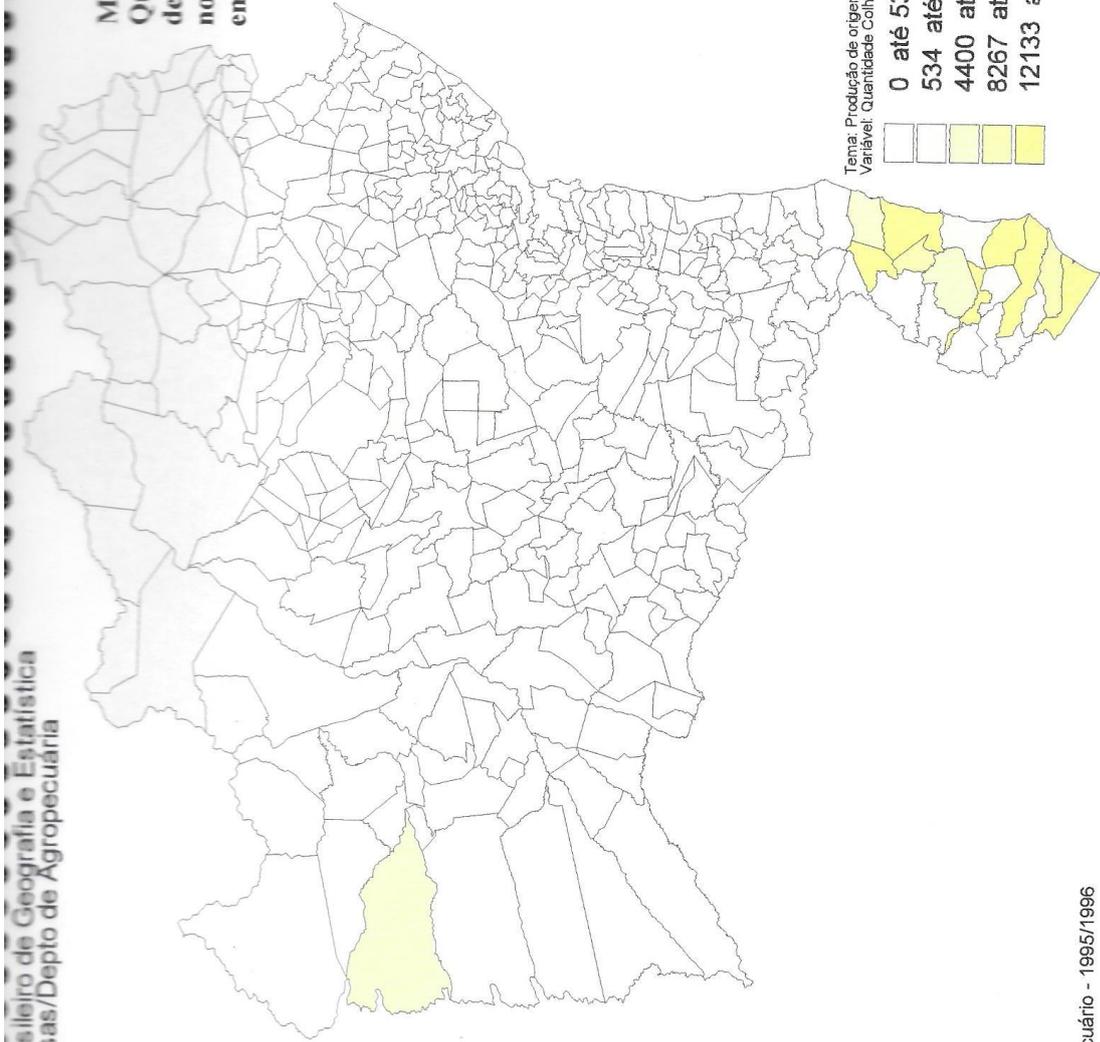
**Mapa temático:
Quantidade vendida
de cacau (t) no Estado
da Bahia, em 1995-
1996**



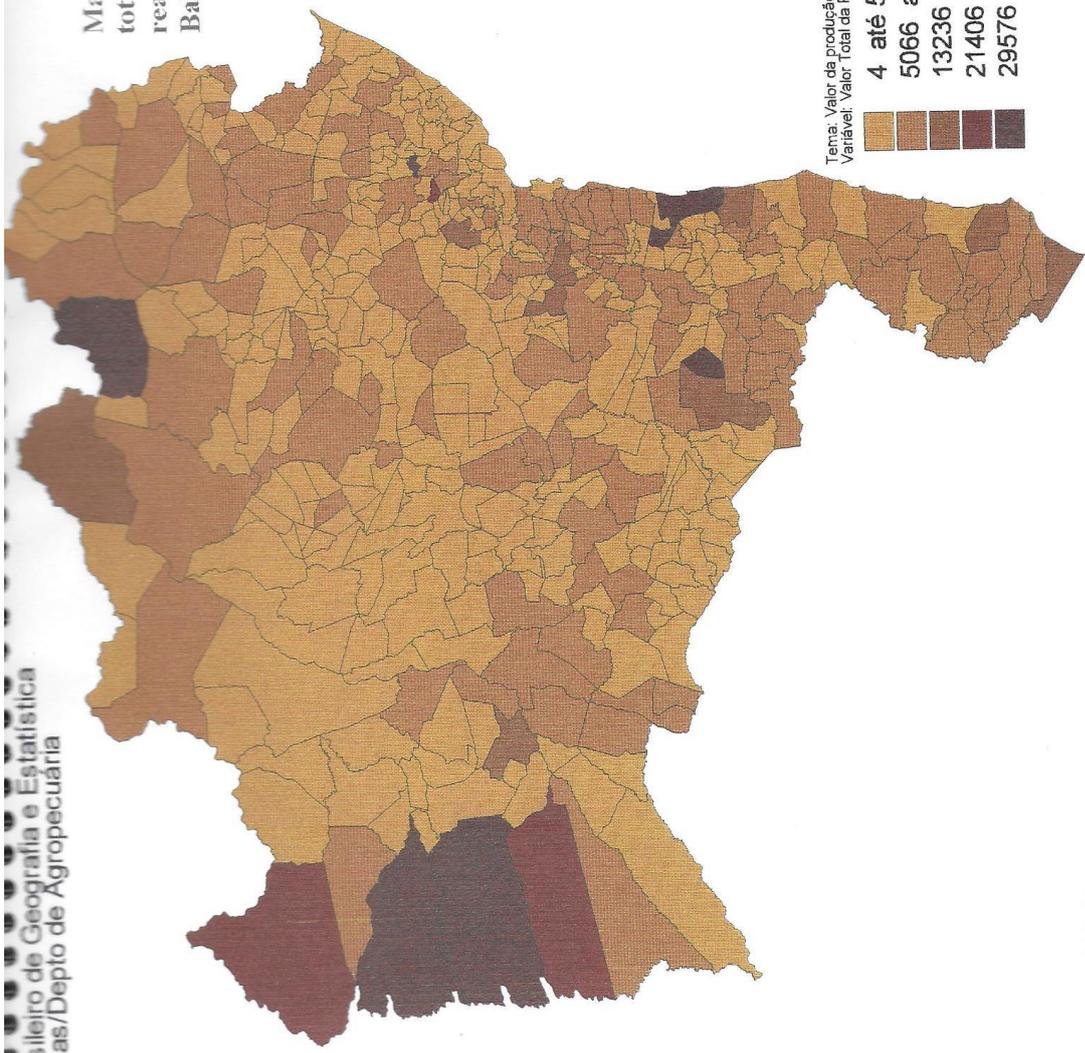
**Mapa temático:
Quantidade colhida
de café (t) no Estado
da Bahia, em 1995-
1996**



Mapa temático:
Quantidade colhida
de mamão (mil frutos)
no Estado da Bahia,
em 1995-1996



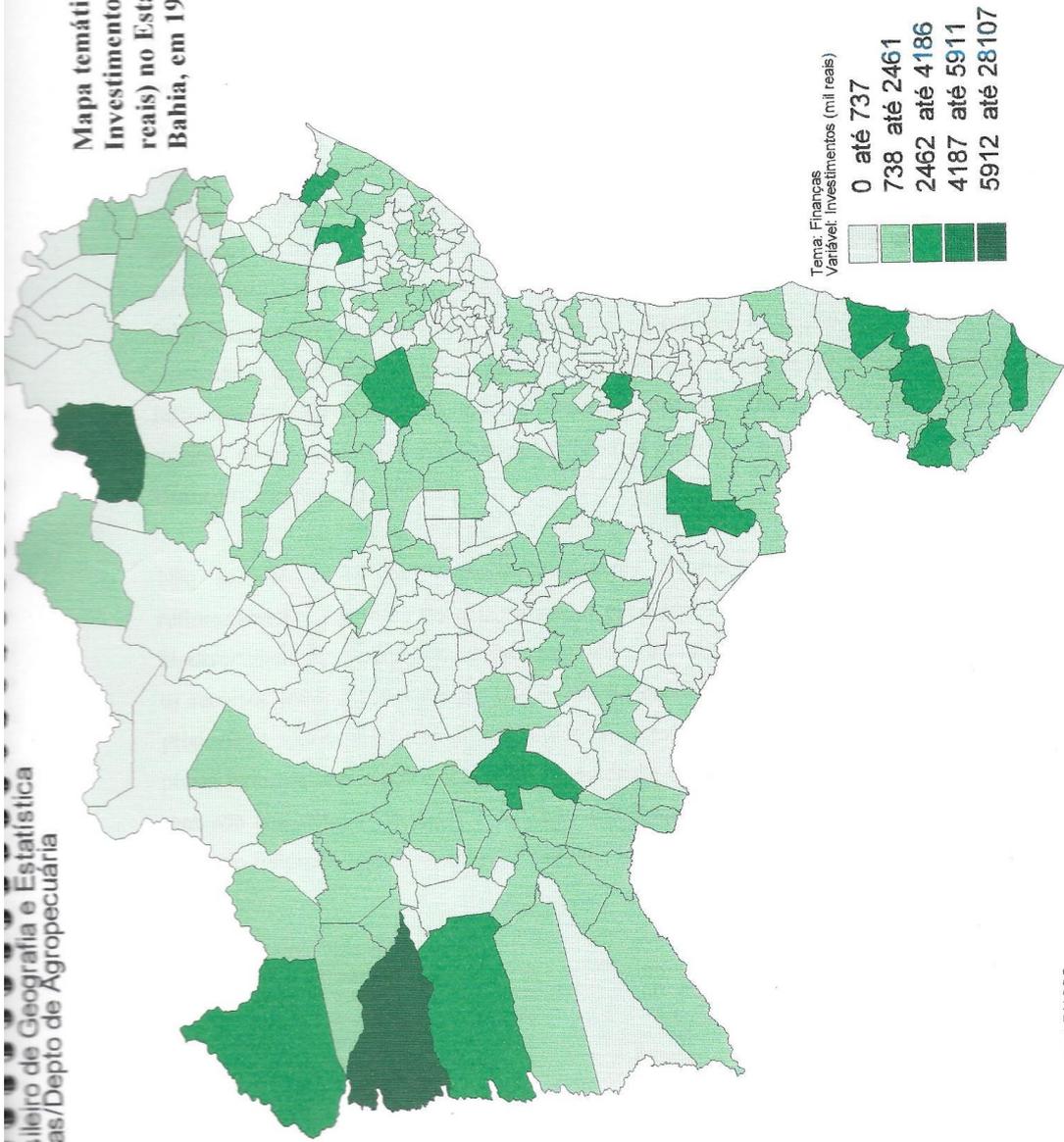
Mapa temático: Valor total da produção (mil reais) no Estado da Bahia, em 1995-1996



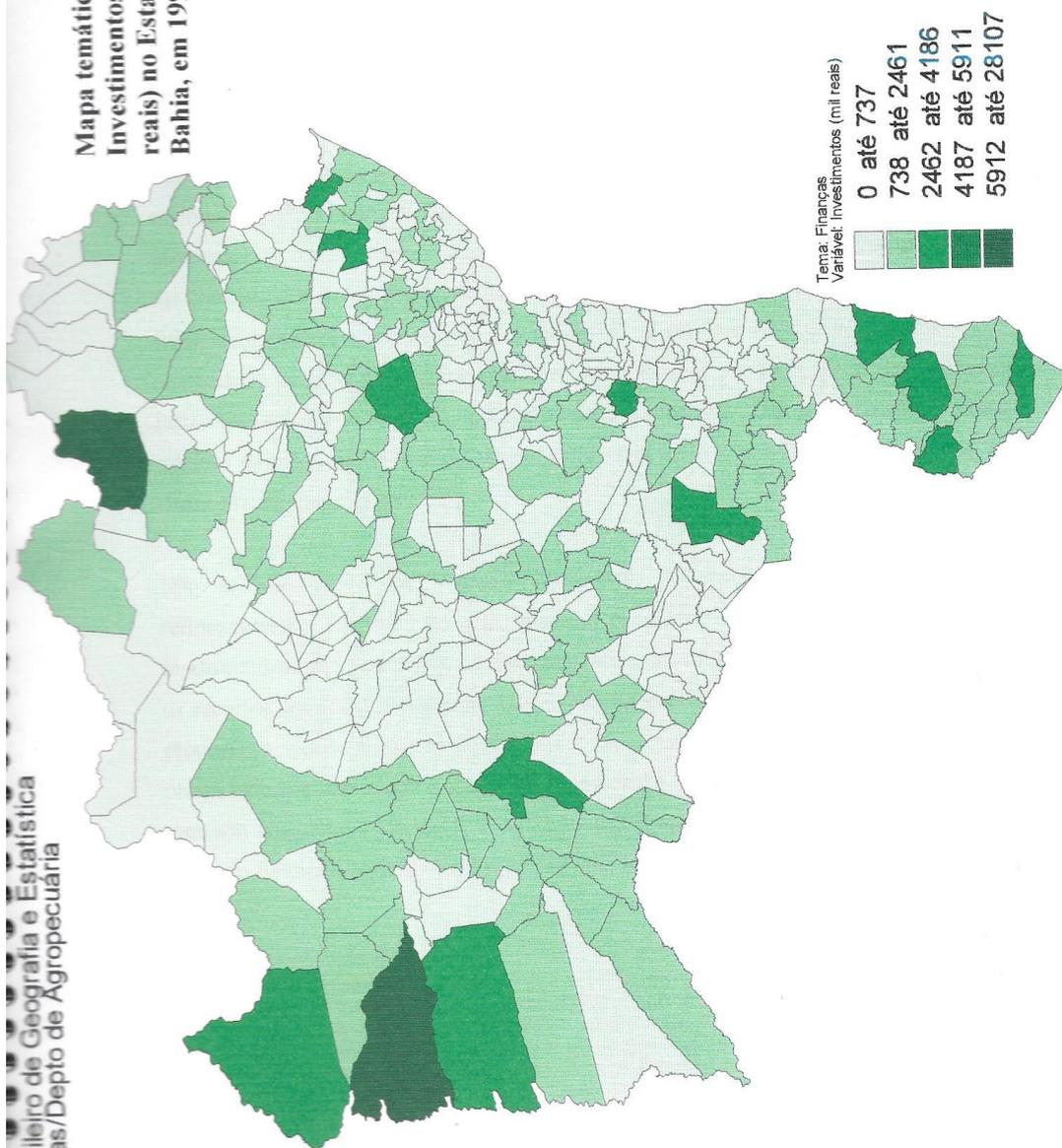
Tema: Valor da produção
Variável: Valor Total da Produção (mil reais)

4 até 5065
5066 até 13235
13236 até 21405
21406 até 29575
29576 até 100295

**Mapa temático:
Investimentos (mil
reais) no Estado da
Bahia, em 1995-1996**



**Mapa temático:
Investimentos (mil
reais) no Estado da
Bahia, em 1995-1996**



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Diretoria de Pesquisas/Depto de Agropecuária

IBGE - Censo Agropecuário - 1995/1996

4.3. A IMPLANTAÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL E O DINAMISMO EXCLUDENTE

No início dos anos 90, a atividade florestal ressurgiu em novas bases produtivas. Implantou-se a fábrica da Bahia Sul Celulose, aproveitando os maciços florestais já existentes (da Companhia Vale do Rio Doce) na região de Teixeira de Freitas. Essa vegetação reflorestada inseriu-se no padrão industrial de produção em torno de uma certa racionalidade¹⁶ econômica, inexistente no processo anterior de extração vegetal, das serrarias, cuja racionalidade econômica própria abrangia uma irracionalidade predatória na relação com o meio ambiente. Salienta-se que essa irracionalidade ambiental dos anos 70 foi necessária para a implantação das indústrias de celulose na região, nos anos 90, em substituição de áreas de pecuária extensiva. Além disso, a região já apresentava condições infraestruturais como rodovias, energia e telecomunicações, além da formação de centros urbanos de médio porte, como Eunápolis, Teixeira de Freitas e Itamaraju, com uma rede financeira e comercial instalada.

Não se visa omitir os impactos ambientais decorrentes da homogeneização do reflorestamento, em torno de uma paisagem exógena e diferente da original, em que a biodiversidade fica restringida na fase atual, além dos impactos sobre a fauna, flora, solo e os recursos hídricos, mas atentar que a relação economia-natureza, em seu padrões de produção e sociais, baseia-se na magnitude do investimento, na escala de produção e na planta industrial em tempo e espaço, na manutenção de estoques de árvores e madeiras, no mercado consumidor de papel e celulose, nos preços internacionais, no ambiente e no mercado fundiário regionais, ou seja, traz uma lógica capitalista industrial de longo prazo.

¹⁶ Essa racionalidade econômica deve ser tratada do ponto de vista da planta industrial para o reflorestamento do eucalipto; portanto, trata-se de uma racionalidade no âmbito da organização produtiva, com planejamento e controle das etapas do processo produtivo. Nesse caso, não se consideram os mecanismos de irracionalidade no âmbito das decisões. Essa racionalidade microeconômica inclusive compreende um projeto de gestão ambiental com recursos florestais de espécies da Mata Atlântica, desenvolvido pela Bahia Sul Celulose. Essa racionalidade difere da irracionalidade econômico-produtiva da fase 1, em que o capital madeireiro explorou e devastou os recursos florestais, ou seja, na lógica privada dos capitais individuais, não havia um plano de manejo de exploração da mata. Por outro lado, do ponto de vista ambiental, os dois processos (fases 1 e 3) são irracionais. O da fase 1, como já salientado, destruiu os recursos florestais; o da fase 3 simplificou o ambiente e a paisagem com o eucalipto, além de trazer consequências para os mananciais subterrâneos.

Isso vem caracterizar a implantação do modelo produtivista no campo, no Extremo Sul do Estado.

Na divisão internacional de trabalho dos anos 90, o Extremo Sul torna-se produtor de eucalipto, celulose e papel para os mercados interno e externo, e secundariamente, servidor de turismo “...uma divisão social de trabalho... é condição de existência para a produção de mercadorias, embora, inversamente, a produção de mercadorias não seja a condição de existência para a divisão social do trabalho”. (MARX,1985, p.50).

Conforme relatório do Programa de Desenvolvimento Florestal (PRODEF) do Governo do Estado da Bahia (2000), o mercado internacional de produtos florestais, em 1998, segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU), importou US\$135,28 bilhões e exportou US\$129,06 bilhões. A produção internacional alcançou 3,26 bilhões de m³ de madeira em toras, 415 milhões de m³ de madeira serrada, 150 milhões de m³ de painéis de madeira, 159 bilhões de toneladas de celulose e 294 bilhões de toneladas de papel e papelão.

Com base nas tabelas 5 e 6, é significativo o crescimento da silvicultura e a extração vegetal na Bahia entre 1980 e 1997. O segmento passa de 6,9% para 17 % na estrutura do setor primário da Bahia (exceção minérios e pescados), passando a ser uma das principais atividades econômicas do Estado. É elevado também o crescimento do Valor Agregado da silvicultura no mesmo período. Tomando-se como base o ano de 1980 para o cálculo do índice, o segmento chega até o índice 295 em 1997, com um crescimento acima dos demais segmentos, como agricultura e pecuária. Observa-se que é justamente no início dos anos 90 que o segmento obtém um incremento ascendente.

No caso da tabela 5, a participação do segmento ultrapassa 10%, em 1990, superando os 18% em 1995 e 1996. No caso da tabela 6, o índice ultrapassa o número 200, em 1990, ficando próximo de 300. Esse desempenho deve-se principalmente à entrada em operação dos primeiros grandes projetos industriais no Extremo Sul da Bahia. Atenta-se que os números refletem apenas a produção de eucalipto, desconsiderando a produção industrial de papel, papelão e celulose, com maior valor agregado.

TABELA 5: Estrutura do setor primário - Bahia - 1980 - 97

ESPECIF./ANOS	1980	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97
Setor primário	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Agricultura	59,5	59,0	56,8	54,8	51,3	59,2	61,7	55,9	57,2	53,8	51,9	53,5	52,8	55,4	56,2	51,3	47,9	50,5
Pecuária	18,3	16,4	18,0	19,8	20,8	18,7	14,2	18,5	18,7	21,7	22,4	19,5	19,5	14,5	15,2	17,5	20,8	19,4
Granja	2,3	2,4	2,6	2,7	2,9	2,1	2,6	3,0	2,8	2,9	3,3	3,3	3,6	3,7	3,1	3,2	3,4	3,4
Silvicult. e Ext. Veg.	6,9	6,9	6,3	7,6	8,9	6,9	7,8	7,2	7,2	7,2	12,7	14,0	14,3	16,7	15,8	18,2	18,1	17,0
Resto	13,1	15,2	16,3	15,1	16,1	13,1	13,6	30,9	14,1	14,4	9,8	9,8	9,8	9,8	9,8	9,8	9,8	9,8

FONTE: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia *apud* CARVALHO JUNIOR (1998).

TABELA 6: Índice do Valor Agregado do setor primário - Bahia - 1980 - 97

ESPECIF./ANOS	1980	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97
Setor primário	100	91	94	96	94	120	114	101	119	121	118	111	113	102	112	102	107	119
Agricultura	100	91	90	89	81	120	119	95	114	110	103	100	101	95	106	88	87	101
Pecuária	100	82	93	105	107	123	89	102	121	144	144	119	121	80	93	98	123	127
Granja	100	97	108	114	119	108	130	134	147	156	168	159	177	164	153	145	162	178
Silvicult. e Ext. Veg.	100	92	87	106	122	121	130	106	124	127	216	226	236	247	258	270	282	295
Resto	100	106	117	111	116	120	119	239	128	133	88	83	85	76	84	76	80	89

FONTE: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia *apud* CARVALHO JUNIOR (1998)

A região passa a reconformar-se com base numa estrutura concentradora e centralizadora de capital, apesar de essa tendência ter-se iniciado na fase da exploração madeireira, mediante os movimentos de pecuarização e concentração fundiários. Na terceira e atual fase, a concentração de capital acentua-se segundo uma tendência a uma estrutura de mercado oligopolizada, baseada em grandes grupos nacionais e estrangeiros, submetida a uma lógica de mercado internacional. Para Mandel (1982), o capital tem a tendência inata de combinar a expansão internacional com a formação e a consolidação de mercados nacionais. As relações capitalistas absorvem relações capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas numa unidade orgânica segundo o desenvolvimento das forças produtivas internas.

“... Centralização de capital implica um poder dirigente central, ou centralização do controle dos meios de produção – em outras palavras, a propriedade privada centralizada... A centralização internacional do capital significa, portanto, controle central de capital de diferentes origens e controles nacionais. Essa centralização pode tomar duas formas: ou as firmas e as grandes empresas com diferentes proprietários imperialistas nacionais podem ser controladas por uma única classe capitalista...; ou, por outro lado, as firmas e as grandes empresas com diferentes proprietários nacionais podem entrelaçar-se com uma companhia internacional sem que o controle caia em mãos de um poder isolado...” (MANDEL, 1982, p.227).

A natureza das empresas que estão-se estabelecendo no Extremo Sul consiste na segunda forma exposta por Mandel (*op.cit.*). A Bahia Sul Celulose é uma *joint-venture* do Grupo Suzano com a Companhia Vale do Rio Doce. A Veracel (antiga Veracruz) é formada pela parceria entre o Grupo Odebrecht¹⁷ e um grupo sueco, Stora. A Tecflor é resultante da união do Grupo Aracruz Celulose com uma empresa de capital norte-americano, a Gutchess. São apenas três grandes empresas formadas que concentrarão terras no Extremo Sul. Ainda se destacam a CAF Florestal Ltda, Plantar Reflorestamento Ltda, Carvalho Empreendimentos e INONIBRÁS – todas com maciços florestais.

Em geral, as empresas fazem parcerias estratégicas, em virtude de algumas já possuírem o maciço florestal e outras por terem *know-how* tecnológico. Além disso, por se tratar de grande inversão de capital, empresas nacionais têm buscado alianças com grupos estrangeiros, sobretudo suecos e norte-americanos, aliando estratégias de supressão de barreiras à entrada no mercado com condições ambientais favoráveis do Extremo Sul, obtendo perspectivas de melhor competitividade internacional, em comparação com os maciços florestais de áreas de clima temperado.

A produção de celulose exige elevados investimentos e uma base territorial concentrada, com amortização do capital investido em longo prazo. Estimam-se, até o ano 2007, no Extremo Sul, investimentos de US\$2,7 bilhões, sendo que US\$1,5 bilhão já foram efetivados pela Bahia Sul Celulose, para a produção de 1.200 toneladas/ano de papel e celulose, em torno de 300 mil hectares, com o plantio de eucalipto, visando gerar 6.000 empregos diretos, elevando a massa salarial em 30% do conjunto de depósitos bancários em Eunápolis e Teixeira de Freitas, como atesta a SEI. Trata-se de um investimento concentrador de terras com a geração de um posto de trabalho para cada 50 hectares e uma relação capital-trabalho de US\$250 mil de investimento; portanto, trata-se de uma atividade intensiva em capital.

O projeto da Veracel Florestal prevê o reflorestamento de 96 mil hectares com eucalipto, em terras próprias e arrendadas, pretendendo gerar 2.600 empregos, com um investimento total de US\$1,2 bilhão, produzindo 750 mil toneladas de celulose por ano. Para cada emprego gerado, serão ocupados aproximadamente 37 hectares, com um custo por

¹⁷ O Grupo Aracruz Celulose adquiriu recentemente a maior parte das ações do Grupo Odebrecht na Veracel.

emprego de US\$460 mil. A unidade fabril deverá ser construída em Eunápolis e as áreas reflorestadas ocupam parte dos territórios de Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Alcobaça, Itamaraju, Jucuruçu, Teixeira de Freitas, Vereda, Prado, no Extremo Sul, e Camacã, Una, Santa Luzia, Itarantim, Canavieiras, Potiraguá, Pau Brasil e Mascote, já no Litoral Sul.

Boa parte da mão-de-obra empregada possui elevada qualificação profissional, superior à verificada na região: imigram funcionários capacitados do Sul do país para trabalharem no processo de produção da celulose e de papel, cabendo à mão-de-obra local, já consolidada, atividades-meio, como a execução de serviços na própria fábrica, e extração da madeira nos momentos de colheita e de eventuais tratamentos culturais, como a limpeza da área reflorestada.

“Em 1993, as duas maiores empresas presentes na sub-região[Teixeira de Freitas] – Bahia Sul e Aracruz – empregavam, respectivamente, 5.500 e 1.300 pessoas, considerando-se os empregos regulares diretos e indiretos. Embora o impacto da indústria de celulose sobre o emprego e sobre a massa salarial total seja reduzido, a presença significativa de categorias de trabalho especializado alterou as características da demanda por comércio e serviços da sub-região, dando origem a novos estabelecimentos concentrados, principalmente em Teixeira de Freitas, que hoje já tem um porte urbano equivalente ao de Eunápolis.”(SEI, 1995, p.86).

Só a Bahia Sul Celulose responde por 30% da arrecadação do imposto estadual sobre circulação de mercadorias e serviços da região de Teixeira de Freitas, enquanto a agropecuária representa 29%. O setor comercial regional gera 53% do ICMS, que é um imposto estadual, e 60% da sub-região de Eunápolis, onde será implantada a fábrica da Veracel Florestal.

Quanto à disposição espacial dos projetos de reflorestamento, a Veracel Florestal Ltda, em implantação, abrange a sub-região de Eunápolis, interligada diretamente com o turismo de Porto Seguro e a Bahia Sul Celulose, a Aracruz e CAF Florestal, a sub-região de Teixeira de Freitas, interligadas com o turismo de Prado e Mucuri. As primeiras áreas reflorestadas foram implantadas pela CAF Florestal para a produção de carvão vegetal, e pela Aracruz Celulose, cuja unidade fabril localiza-se no Espírito Santo. Em 1992, a Bahia Sul Celulose iniciou a produção de papel e celulose em Mucuri.

Mucuri juntamente com Eunápolis e Teixeira de Freitas passa a ter uma função específica para a reprodução do capital industrial, como supridora de hospedagem para a mão-de-obra

qualificada, como referência financeira regional, como território dos maciços florestais, como referência às cidades onde se encontram os centros decisórios das grandes empresas, como elo de ligação ao mercado internacional (exportação de papel e celulose). Para Pedrão (1998), as cidades incorporam certas funções que se estabilizam junto com determinados fluxos de transações, que, por sua vez, implicam certas especializações do trabalho, vinculadas ao funcionamento do capital acumulado.

A Bahia Sul tem produzido 500 mil/ton/ano de pasta de celulose, sendo que 210 mil são utilizadas para a fabricação de 250 mil toneladas de papel de impressão e de escrita, destinadas tanto para exportação quanto ao mercado interno; 80% das 390 mil toneladas de celulose destinam-se à exportação. As áreas reflorestadas das empresas concentram-se em Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa, Teixeira de Freitas e Ibirapuã. Esse processo desencadeado em final dos anos 80 “consolidou os padrões de uso do solo e de estrutura fundiária que começaram a se esboçar desde o final do ciclo extrativista madeireiro e do incentivo ao reflorestamento, restringindo, em grande medida, as possibilidades futuras de reconfiguração destes padrões” (1995, p.75). Com a implantação do projeto da Veracel Florestal, a tendência é a reconcentração fundiária em torno dessas unidades industriais.

Segundo a SEI (1996), trata-se de dois pólos, um comercial e industrial no interior, canalizando o afluxo de pessoas e mercadorias para o segundo polo, das cidades turísticas. Nesse contexto, desenvolve-se o fluxo comercial, cultural, de serviços, da região com outras regiões da Bahia, do Brasil, e com o mercado internacional. A cidade de Teixeira de Freitas desponta como um dos centros comerciais regionais impulsionada pela renda dos funcionários, de nível superior e qualificados, das empresas reflorestadoras, bem acima da renda gerada pela atividade madeireira (com mão-de-obra barata) e da agropecuária em geral. Complementarmente, Mucuri passa a ser a sede habitacional dos funcionários das empresas.

As tabelas 7,8 e 9 apresentam os maiores produtores e consumidores mundiais de celulose, pastas celulósicas e papel.

TABELA 7: Maiores produtores e consumidores mundiais de celulose, em 1998 (mil t)

Produção		Consumo	
País	Quantidade (mil t)	País	Quantidade (mil t)
1º Estados Unidos	58.143	1º Estados Unidos	59.841
2º Canadá	23.500	2º China	18.900
3º China	16.520	3º Canadá	14.931
4º Finlândia	11.355	4º Japão	14.877
5º Japão	10.919	5º Finlândia	9.393
6º Suécia	10.541	6º Suécia	7.933
7º Brasil	6.719	7º Alemanha	5.405
8º Rússia	3.810	8º Brasil	4.236
9º Indonésia	3.430	9º Itália	3.579
10º França	2.677	10º Indonésia	3.079
11º Noruega	2.420	11º Rússia	2.961

FONTE: Pulp & Paper International, Bracelpa/1999 *apud* Governo da Bahia (PRODEF), 2000.

TABELA 8: Produção de pastas celulósicas – 1999 (Toneladas)

Celulose	Produção	Vendas domésticas	Vendas externas
Fibra longa branqueada	87.939	25.703	0
Fibra longa não-branqueada	1.307.339	34.726	163
Fibra curta branqueada	5.095.311	601.924	3.002.266
Fibra curta não-branqueada	268.222	20.290	41.318
Pastas de alto rendimento	444.697	57.626	1.752
Total	7.203.508	740.269	3.045.499

FONTE: Bracelpa – 2000 *apud* Governo da Bahia (PRODEF), 2000.

TABELA 9: Maiores produtores e consumidores mundiais de papel, em 1998 (mil t)

Produção		Consumo	
País	Quantidade (mil t)	País	Quantidade (mil t)
1º Estados Unidos	85.555	1º Estados Unidos	90.892
2º Japão	29.888	2º China	32.892
3º China	27.800	3º Japão	29.989
4º Canadá	18.723	4º Alemanha	16.855
5º Alemanha	16.310	5º Reino Unido	12.477
6º Finlândia	12.703	6º França	10.681
7º Suécia	9.880	7º Itália	9.919
8º França	9.161	8º Canadá	7.306
9º Itália	8.245	9º Brasil	6.211
10º Coreia	7.750	10º Espanha	6.072
11º Brasil	6.524	11º Coreia	5.242

FONTE: Pulp & Paper International, Bracelpa/1999 *apud* Governo da Bahia (PRODEF), 2000.

TABELA 10: Bahia – Indústria – Investimentos acima de US\$5 milhões – 1992/2002.

Projetos	Localização	Período	Investimento US\$ Mil	Linha de produção/objetivo
Implantação				
Bahia Sul Celulose S.A.	Mucuri	1992	1.400.000	Celulose
Aracruz Celulose S.A.	Extremo Sul	1996/1998	41.800	Serraria e Remanufatura 1
Aracruz Celulose S.A.	Extremo Sul	1997/1998	11.900	Unidade de Chips
Aracruz Celulose S.A.	Extremo Sul	1999/2001	51.100	Serraria e Remanufatura 2
Bacell S.A.	Camaçari	1996	216.567	Celulose e Papel
Veracell S.A.	Eunápolis	1996/2001	1.300.000	Celulose e Papel
Ampliação				
Bacraft S.A. Ind. Papel	Santo Amaro	1995/1996	24.000	Papéis sanitários
Bahia Sul Celulose S.A.	Mucuri	1995	83.300	Reflorestamento e infra-estrutura
Sapelba – Fab. Papel BAF	Feira de Santana	1997	18.000	Caixas de papelão

FONTE: SICM (Probahia, Sudic, CIS, CBPM e SGM), BNDES, Desenbanco, Petrobrás.

Conforme a tabela 10, têm-se os investimentos realizados e a realizar da indústria de papel e celulose na Bahia entre 1992 e 2000. As tabelas 11 e 12 mostram a área reflorestada no Brasil e na Bahia, respectivamente, em 1999. O mapa temático *Área de matas plantadas*¹⁸, do IBGE, mostra a concentração de áreas reflorestadas em alguns municípios do Extremo Sul da Bahia.

TABELA 11: Reflorestamentos existentes no Brasil – 1999 (ha)

Estado	Pinus	Eucalipto	Total
Rio Grande do Sul	136.800	115.900	252.700
Santa Catarina	318.120	41.550	359.670
Paraná	605.130	67.000	672.130
São Paulo	202.010	574.150	776.160
Minas Gerais	143.410	1.523.750	1.667.160
Bahia	75.641	279.377	355.018
Outros	182.390	431.030	613.420
Total	1.663.501	3.032.757	4.696.258

FONTE: Revista da Madeira, 1999.

TABELA 12: Área plantada com silvicultura na Bahia, em 1999 (ha)

Região Econômica	Eucalipto	Pinus	Bambu	Seringueira	Total
Extremo Sul	177.717	0	0	0	177.717
Litoral Sul	1.290	0	0	7.000	8.290
Litoral Norte	86.070	27.804	3.000	0	116.874
Oeste	12.500	37.837	0	0	50.337
Sudoeste	1.800	0	0	0	1.800
Total	279.377	65.641	3.000	7.000	355.018

FONTE: DDF/SEAGRI

A nova configuração econômica e espacial do Extremo Sul, baseada na implantação dos projetos de reflorestamento, marca uma dupla relação com a mão-de-obra. Primeiro, consolida a necessidade de uma força de trabalho qualificada e especializada, treinada tanto para a execução das etapas do processo produtivo, desde o plantio até a transformação da madeira em celulose, ou papel, quanto para o desenvolvimento de experimentos a fim de desenvolver processos biotecnológicos mais eficientes e plantas mais produtivas, em termos de precocidade e densidade de tecido vegetal.

Segundo, abre possibilidade para a terceirização de determinados serviços, geralmente, aqueles que exigem uma mão-de-obra menos qualificada (a força de trabalho de valor menor, oriunda da fase do capital madeireiro), principalmente nas atividades de campo,

¹⁸ Ver pag. 85.

referentes aos tratos culturais do eucalipto, formando-se pequenas empresas para ofertar esses serviços. Nesse caso, o capital aumenta, em perspectiva, a taxa de mais-valia relativa, devido à intensificação tecnológica e automação, e a taxa de mais-valia absoluta, em virtude da terceirização de determinadas etapas do processo produtivo.

A terceirização só é vantajosa ao grande capital se o preço que ele pagar pelos serviços terceirizados for inferior aos custos necessários para a contratação direta da mão-de-obra. Além disso, o pequeno empresário ofertante dos serviços só os fará se obtiver uma margem de lucro que compense a execução das atividades. Assim, a massa salarial dessa força de trabalho absorve uma dupla redução no processo de relação social intercapitalista, entre o grande e o pequeno capital. Adicionando a isso há a tendência externa à diminuição da massa salarial em virtude da existência de um exército industrial de reserva. Precariza-se, então, a força de trabalho.

Como expõe Mandel (1982),

“O capital dispõe atualmente de dois meios para a reconstrução do exército industrial. Ele pode, de uma parte, intensificar as exportações de capital e sufocar sistematicamente os investimentos internos, isto é, enviar capital para onde ainda exista excesso de força de trabalho, ao invés de trazer força de trabalho para onde haja excesso de capital: de outra parte, pode intensificar a automação, ou, em outras palavras, concentrar investimentos para liberar tanto trabalho vivo quanto possível (industrialização em profundidade, mais do que em extensão)... a expansão do exército industrial de reserva se tornou atualmente um instrumento deliberado de política econômica em benefício do capital” (MANDEL, 1982, p.128).

Pedrão (1996) adiante completa

“Desde as subcontratações da primeira revolução industrial, que foram usadas como meio de obter vantagens pelas fábricas, até as de hoje, que são usadas para reajustar o mercado de trabalho, há todo um elenco de formas de trabalho subordinadas, que são usadas, em diversas combinações, no ajuste entre a magnitude e a complexidade da produção capitalista diretamente integrada ao mercado, e a magnitude e a composição da força de trabalho disponível em cada sociedade. Essas combinações compreendem a participação de formas de produção subordinadas, urbanas, em que os excluídos da acumulação se reproduzem, e formas de sobrevivência, também dependentes, mas separadas dos problemas de reprodução de trabalho integrado na produção capitalista organizada” (PEDRÃO, 1996, p.215).

As formas concretas do capital no Extremo Sul passam, *mutatis mutandis*, por um processo de aumento e diminuição da taxa de mais-valia e da reserva de força de trabalho, de aumento da oferta de empregos e estagnação econômica regional. Na fase dos

reflorestamentos, acontecem dois movimentos: reconcentração da propriedade fundiária, processo característico da primeira fase de acumulação, da atividade madeireira e da pecuarização, crescendo o exército industrial de reserva (a mão-de-obra desempregada), e dinamização e expansão econômica setorializada com pouca geração de empregos. O resultado é a existência de uma massa de desempregados que, em virtude da concentração no campo, desloca-se para os centros urbanos mais dinâmicos comercialmente. Surgem as condições concretas aos movimentos sociais rurais em busca de empregos e sobrevivência, que só a aquisição de terras mediante a ocupação ou invasão (segundo o direito de propriedade) pode fornecer, em detrimento do subemprego e desemprego urbanos. E aí incrementa-se a mobilização social na região.

Conforme quadro seguinte, têm-se as seguintes fases históricas do processo de ocupação das terras e formação dos centros regionais no Extremo Sul, na segunda metade do século XX.

QUADRO 1: Fases, estágios e características da ocupação regional no Extremo Sul da Bahia, entre 1950 e 2000

Fases	Estágios	Características
<p>Fase 1 Acumulação de capital predatória Atividade capitalista florestal A partir dos anos 50 até meados dos anos 80</p>	<p>Expansão (anos 50 até meados dos anos 70)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - dinamismo com geração de empregos; - baixa composição orgânica de capital; - baixo investimento; - deslocamento migratório interregional e campo-cidade; - pecuarização; - concorrência intercapitalista no espaço regional; - a mata atlântica como mercadoria (valor de troca) a partir do trabalho; - surgimento dos conflitos no campo com indígenas, posseiros e grileiros; - conformação da estrutura de poder regional: exógena e resultante da imigração - ocupação e privatização¹⁹ do espaço rural: a cidade como único espaço público absorvedor da força de trabalho (imigrante e expulsa do campo) e de suas condições de habitabilidade; - concentração fundiária.
	<p>Retração (meados dos anos 70 até meados dos anos 80)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - estagnação econômica; - declínio da atividade madeireira; - diminuição da oferta de empregos; - aumento do desemprego e da desocupação; - desvalorização do próprio capital; - destruição endógena da mercadoria; - devastação da mata atlântica; - aumento da tensão no campo e nas cidades; - toda a região do Extremo Sul

¹⁹ Abstrai-se a noção de privatização do espaço rural *in* GRAZIANO DA SILVA, José. Políticas não-agrícolas para o novo rural brasileiro, 1998 (mimeo). O autor utiliza a expressão desprivatização do espaço rural enquanto política pública deliberada de urbanização da zona rural e de geração de emprego.

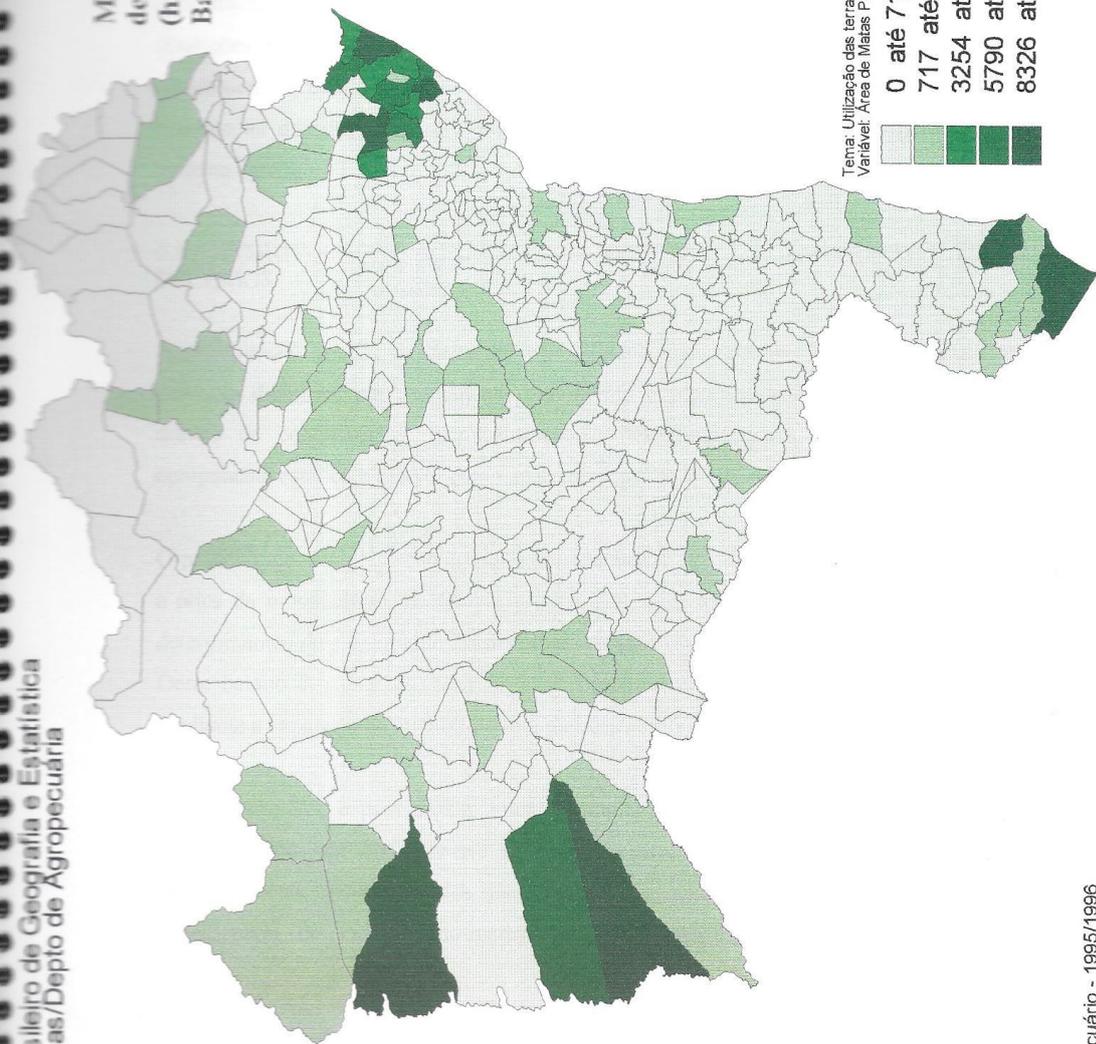
<p>Fase 2: Atividades capitalistas na agropecuária Expansão das lavouras de mamão e café, da pecuária semi-intensiva em bases empresariais, de capital nacional, e do turismo</p>	<p>Em consolidação (Anos 80 e 90)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - dinamismo com menor oferta de empregos; - aumento da composição orgânica de capital; - maior investimento; - deslocamento migratório intrarregional; - aumento da imigração para os centros turísticos; - permanência da desocupação da fase anterior quando da retração no mercado de trabalho, embora com outras condições de empregabilidade; - reinício dos conflitos de terra; - inexistência de mata atlântica em estágio primário, apenas nas reservas indígenas e parques nacionais; - médias e grandes propriedades rurais; - Cidades: Teixeira de Freitas, Porto Seguro...;
<p>Fase 3 Atividades capitalistas industriais Expansão da silvicultura e do capital transnacional associado ao capital nacional</p>	<p>Em formação (Anos 90)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - dinamismo setorializado; - estabilidade econômica geral; - concentração de capital mediante aquisição de terras; - reconcentração fundiária; - grandes propriedades rurais; - condições insuficientes de empregabilidade; - elevada composição orgânica do capital; - grandes investimentos; - baixa capacidade de absorção da mão-de-obra por hectare²⁰; - aumento da desocupação; - revalorização do espaço, artificialmente, como mercadoria mediante o reflorestamento monocultor; - concentração e centralização de capital; - consolidação dos centros regionais e aumento da imigração; - crescimento do grau de urbanização: deslocamento da população rural para as cidades; - mudança da natureza dos conflitos no campo; - desvalorização da terra nua; - consolidação dos movimentos sociais; - a reforma agrária como alternativa de empregabilidade; - aumento do número de assentamentos rurais na região; - Cidades: Mucuri, Teixeira de Freitas, Eunápolis.

²⁰ Se comparada a silvicultura com outras atividades agrícolas de natureza familiar, tipo camponesa e capitalista, com exceção da pecuária extensiva.

A partir do quadro 1, procura-se mostrar uma síntese da natureza das três fases de ocupação do Extremo Sul da Bahia, atentando-se para os movimentos de valorização e desvalorização de capital, determinando as variações de estrutura econômica da região, culminando com o agravamento da pobreza e dos movimentos sociais rurais.

O capítulo seguinte trata dos impactos sociais do referido processo, caracterizados pela concentração fundiária com conseqüentes conflitos no campo e aumento da população urbana com a formação de áreas periféricas nas cidades de pequeno e médio porte.

Mapa temático: Área
de matas plantadas
(ha) no Estado da
Bahia, em 1995-1996



5. OS IMPACTOS SOCIAIS DA ATUAL ESTRUTURA REGIONAL

Entendem-se como impactos sociais os resultados produzidos durante os cinquenta anos de ocupação do Extremo Sul da Bahia, compreendendo o apossamento de terras públicas, o deslocamento de populações rurais para as cidades, aumentando as periferias urbanas, o agravamento da pobreza e dos conflitos pela posse da terra. Tais impactos criaram as condições de surgimento dos movimentos sociais rurais e consolidação de novos sujeitos econômicos, os coletivos rurais de produção organizados em assentamentos. Centra-se esse capítulo na questão fundiária abordando-se o aparecimento de conflitos pela terra e a reforma agrária no Extremo Sul.

5.1 A ESTRUTURAÇÃO AGRÁRIA E OS CONFLITOS NO CAMPO, NOS ÚLTIMOS DECÊNIOS

A estruturação agrária da Bahia vem-se alterando nos últimos decênios. Consiste num processo dinâmico em permanente movimento e recomposição, mediante as relações sociais de concentração, reconcentração e “minifundização”, ao invés de ser um componente estático e estável como aparentemente se apresenta.

O processo de modernização conservadora na Bahia, nos últimos cinquenta anos, segundo a ótica da monocultura, da grande propriedade, com mecanização, é um dos elementos determinantes do movimento de desestruturação e estruturação dos espaços regionais. O Oeste baiano é o exemplo recente desse processo, reconfigurando-se na década de 80, mediante a expansão da lavoura de soja mecanizada²¹.

No Extremo Sul, o povoamento inicia-se predatoriamente, através do desmatamento de mata atlântica, por um processo intensivo de acumulação primitiva, que dinamiza os espaços locais, com impactos irreversíveis ao meio ambiente. Com a diminuição considerável do extrativismo-madeireiro, como atividade dinâmica e geradora de empregos,

²¹ A ocupação dessa região atesta a escolha deliberada e dirigida do Estado brasileiro pela “via prussiana ou junkeriana” de estruturação agrária e produção agrícola. Como fronteira agrícola recente do capital, extensão das regiões cerranas dos Estados do Centro-Oeste brasileiro, o Oeste baiano é a reprodução atual do modelo produtivista, fundado, segundo a ótica clássica, sob a ótica agrária, na aliança de classe da aristocracia rural e burguesias, e, sob a ótica da produção, na revolução verde - aumento do excedente agrícola, mecanização, monocultura e grandes propriedades.

a pecuária expande-se, apresentando uma nova formação regional. A produção de mamão, nesse contexto, destaca-se no espaço de Teixeira de Freitas, como atividade capitalista voltada para o abastecimento do mercado interno com participação relevante na produção nacional. Hoje novos movimentos de reestruturação do espaço regional surgem, apresentando uma outra composição baseada no reflorestamento em pinus e eucalipto, como atividade à montante do complexo agroindustrial papel e celulose, o que tenderá a reconcentrar a propriedade da terra na região.

Os índices de variação dos grupos de área²², de 1950 a 1995, apresentam comportamentos oscilantes e tendentes à concentração da propriedade da terra na Bahia. Paralelamente, o número de ocupantes, ou seja, aqueles que não possuem o domínio do estabelecimento, aumenta de 5,14% em 1950 para 11,41% em 1970, apresentando uma tendência de queda em 1995, com 9,12% na composição da estrutura agrária.

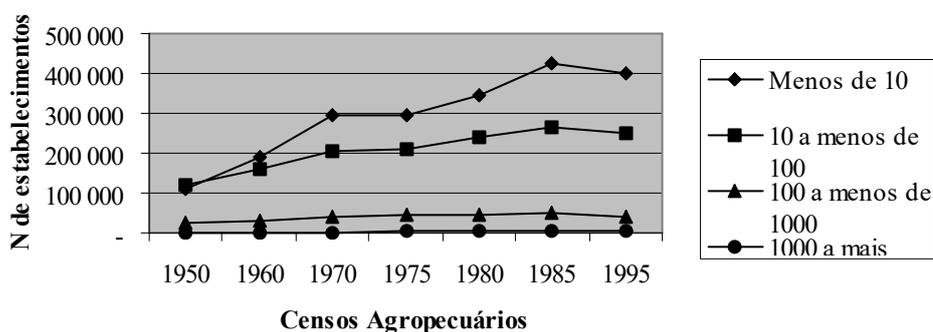
Em 1970, na Bahia, 92,3% dos estabelecimentos agrícolas com menos de 100ha tinham 33,8% da área total em estabelecimentos; em 1995, a proporção do número de estabelecimentos desse grupo eleva-se para 93,5%, caindo a proporção da área desses estabelecimentos para 29,8%. Os estabelecimentos com mais de 1000ha aumentaram sua participação de 23,2% para 34,6%, ressaltando que a quantidade desse grupo aumentou de 0,4% para 0,5%, atestando um crescimento ínfimo e uma concentração significativa da propriedade da terra em poucas unidades de decisão - cada uma dessas passou a decidir sobre uma área maior, seja aumentando a extensão dos imóveis, seja incorporando novos imóveis à sua administração. Houve também uma considerável redução da área controlada pelo grupo de estabelecimentos entre 100 e 1000ha, de 43% para 35,6%.

Quanto à condição do responsável pela exploração da terra, houve um crescimento entre 1970 e 1995, na proporção do número de estabelecimentos controlados pelos próprios proprietários, passando de 78,4% para 83,3%, diminuindo a área controlada por esse grupo, de 68,7% para 63,7%; o número de estabelecimentos controlados por administradores não se alterou (5,6%), apesar de a área controlada ter aumentado de 26,7% para 34,4%. Quanto à essa categoria, infere-se que, seguindo a tendência de aumento da concentração fundiária, as áreas controladas por administradores aumentaram devido à expansão da silvicultura,

²² A categoria grupos de área é utilizada pelo IBGE para incluir os estabelecimentos rurais em intervalos de classe que correspondem às respectivas áreas em hectare.

baseada em reflorestamento com pinus e eucalipto no Litoral Norte e Extremo Sul da Bahia e das atividades empresariais de soja e milho no Oeste baiano, além de se destacarem os aspectos organizacionais na cacauicultura tradicional, em que havia presença marcante do administrador nas fazendas (separação do proprietário da administração).

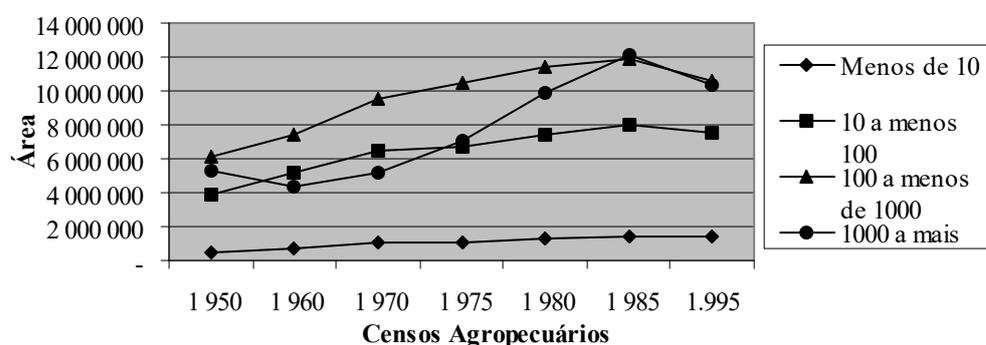
Gráfico 1: Número de estabelecimentos por grupos de área na Bahia, de 1950 a 1995



FONTE: Censo Agropecuário 1995/96-IBGE
Elaboração: SEI/SEPLANTEC

De acordo com os gráficos 1 e 2, na segunda metade do século XX, verifica-se uma tendência concentracionista da propriedade da terra na Bahia. No Gráfico 1, de 1950 a 1995, a quantidade de estabelecimentos aumenta 170,93% e a área ocupada em 89%; entretanto, esse crescimento é diferenciado. O número de estabelecimentos agrícolas com até 10ha e entre 10ha e 100ha cresce em torno de 258,62% e 111,14%, respectivamente. Em relação às categorias entre 100ha e 1000ha e 1000ha ou mais, as variações, apesar de percentualmente elevadas, são pouco representativas na estrutura geral de terras, entre os quinquênios e decênios.

Gráfico 2: Disposição dos grupos de área na Bahia, de 1950 a 1995



FONTE: Censo Agropecuário 1995/96-IBGE
Elaboração: SEI/SEPLANTEC

No Gráfico 2, ocorre o inverso. As áreas ocupadas pelos estabelecimentos com menos de 10ha cresce numa tendência praticamente linear e ascendente. Já a participação das áreas ocupadas pelos estabelecimentos com 1000ha ou mais cresce a uma intensidade maior, principalmente a partir dos anos 70, vindo a cair no decênio 1985-95.

Confrontando os dois gráficos, conclui-se como foi marcante o processo de concentração fundiária na Bahia, numa relação inversa: menos unidades de decisão com áreas maiores de terra e muitas unidades de decisão com menos áreas de terra.

Segundo a estrutura das categorias de utilização das terras por grupos de área, de 1985 a 1995, para todo o Estado da Bahia, houve um crescimento da utilização de lavouras temporárias nos estabelecimentos com mais de 1000ha, passando de 11,24% para 21,97% da área total. Há, em 1995, uma distribuição mais uniforme entre os grupos de área, passando o grupo com 1000ha ou mais a ter uma participação maior no cultivo de lavouras temporárias. Nos demais grupos de área, houve redução no cultivo de lavouras temporárias, sobretudo entre os grupos de menos de 10ha e entre 10 e 100ha, caindo de 23,32% para 20,79%, e 42,85% para 36,55%, respectivamente.

TABELA 13: Utilização das terras no Estado da Bahia, em 1985.

Grupos de área	Utilização das terras – área (%)							
	Lav. Perm.	Lav. Temp.	Lav.T. (descanso)	Past nat.	Past plant.	Mata nat.	Mata plant.	Prod n Util.
Menos de 10	9,53	23,32	7,97	2,07	2,65	1,11	1,04	2,34
10 a menos de 100	42,55	42,85	40,79	19,22	23,82	17,78	5,68	22,69
100 a menos de 1 000	37,40	22,59	34,65	38,96	42,86	34,21	18,35	30,49
1 000 a mais	10,52	11,24	16,59	39,75	30,66	46,90	74,93	44,48
Totais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Censo Agropecuário – 1985/IBGE

Elaboração: SEI/SEPLANTEC

No período considerado, houve alterações na categoria lavouras temporárias (terras em descanso²³). Da área total em descanso do Estado, em 1985, 7,97% encontravam-se nos estabelecimentos com menos de 10ha. Em 1995, essa participação cai para 6,26% (aumento do uso extensivo da terra entre os minifúndios). No grupo de área com 1000ha ou mais, o crescimento é considerável, de 16,59%, em 1985, para 29,28%, em 1995, que se explica por uma maior ocupação de área. Seguindo essa tendência, nesse grupo, ocorreu uma diminuição das pastagens naturais, de 39,75% para 33,94% e um aumento das áreas produtivas não utilizadas, de 44,48% para 66,21%.

TABELA 14: Utilização das terras no Estado da Bahia, em 1995.

Grupos de área	Utilização das terras – área (%)							
	Lav. Perm.	Lav. Temp.	Lav.T. (descanso)	Past nat.	Past plant.	Mata nat.	Mata plant.	Prod n Util.
Menos de 10	10,30	20,79	6,26	2,57	2,84	1,24	0,90	0,90
10 a menos de 100	42,38	36,55	34,96	22,83	25,44	18,09	12,37	12,37
100 a menos de 1 000	38,85	20,69	29,51	40,65	41,62	32,77	20,52	20,52
1 000 a mais	8,47	21,97	29,28	33,94	30,10	47,90	66,21	66,21
Totais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Censo Agropecuário – 1995/IBGE

Elaboração: SEI/SEPLANTEC

É justamente no Extremo Oeste Baiano e Extremo Sul que se acirram os conflitos pela posse da terra no período de 1981 a 1997, como regiões de fronteira agrícola e ocupação recente – a propriedade da terra, no período, significava uma reserva de valor necessária para a especulação financeira em períodos de inflação elevada. No Extremo Sul, particularmente, ainda hoje o preço do hectare de terra, em média, é ainda um dos mais elevados da Bahia. De acordo com dados recentes do Instituto Nacional de Colonização e

²³ São áreas normalmente destinadas ao plantio de lavouras temporárias, mas que se encontram em descanso.

Reforma Agrária, para efeito de desapropriação (VMI/ha), a média de preço do hectare da terra nua nessa região está em R\$436,10, inferior à da região do Recôncavo, com R\$726,78 o hectare.

Entre 1981 e 1997, as regiões do Litoral Sul e Extremo Sul apresentaram os maiores percentuais em conflitos de terra, cerca de 34,28%, e assassinatos no campo, 44,52%, na Bahia. A região do Extremo Oeste, no Além São Francisco, apresentou um percentual de 25,56% e 27%, respectivamente.

TABELA 15: Número de Conflitos por Regiões na Bahia, entre 1990 e 1997

Regiões	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sul/Ext.Sul	24	26,92	12	21,81	6	16,7	16	24,4	18	40	12	27,9	17	28,33	11	26,19
São Francisco	16	24,61	18	32,72	15	41,7	13	34,21	11	24,44	20	46,51	11	18,33	6	14,28
Recôn/Litoral	13	20	13	23,63	5	13,9	5	43,45	6	13,33	4	9,3	21	35	12	28,57
Centro	12	18,66	12	21,88	10	27,8	4	40,52	10	22,22	7	16,27	11	18,33	13	30,95
Bahia	65	100	55	100	36	100	38	100	45	100	43	100	60	100	42	100

FONTE: Conflitos no Campo - Bahia - 1997 - Comissão Pastoral da Terra.

O exército de desempregados reproduz-se nas cidades. Entre os anos 1980 e 1996, o Extremo Sul apresenta um dos maiores ritmos de crescimento urbano da Bahia, conforme alguns indicadores demográficos. Forma-se um contingente humano desempregado, vivendo em condições de pobreza urbana, bem diferente das condições históricas de carência material dos camponeses e trabalhadores rurais no campo, passando a ser trabalhadores de aluguel.

Em relação aos movimentos no campo que ocupam as terras, é interessante atentar à forma como a sua imagem transparece para o conjunto da sociedade, ou seja, com que signos a sociedade compreende e qualifica o movimento, seus participantes e líderes. Essa forma muda no tempo e nas condições objetivas e concretas de seu surgimento, mas o que está por trás dessa aparência, é um conteúdo similar em essência. Os conteúdos inseridos no coletivo social são semelhantes, mas expressos diferentemente. Na Europa Ocidental, dos séculos XV e seguintes, leis consideravam os desempregados e pobres, historicamente expropriados do campo, vagabundos e desocupados²⁴ e que, por isso, deveriam ser

²⁴ No âmbito da Economia Política do Desemprego, há que se diferenciar as categorias do subemprego, sub-ocupação, não-ocupação e exclusão. O subemprego significa uma situação em que há um vínculo empregatício entre empregador e empregado, mas com algum nível de precariedade na relação trabalhista,

castigados com diversas formas de pena, desde a escravidão, serviços forçados, lesões corporais até a execução. Para a sociedade capitalista em formação, tratava-se de pessoas que não queriam trabalhar.

Como salienta Ribeiro (1995), a classe dominante comporta-se de duas maneiras: uma, segundo a mais alta cordialidade nas relações com os seus próximos e outra, com descaço no trato com os que lhe são socialmente inferiores. Assim, na mesma pessoa, percebem-se as duas personalidades – a etiqueta de um anfitrião hospitaleiro e gentil e o papel senhorial diante de um subordinado, num processo espontâneo de relações.

“A essa corrupção senhorial corresponde uma deterioração da dignidade pessoal das camadas mais humildes, condicionadas a um tratamento gritantemente assimétrico, predisposta a assumir atitudes de subserviência, compelidas a se deixarem explorar até a exaustão. São mais castas que classes, pela imutabilidade de sua condição social” (RIBEIRO, 1995).

No caso brasileiro, dos movimentos recentes pela aquisição de terra, para a sociedade em geral, as mesmas qualificações e imagens são aplicadas a seus partícipes. O que vêem o movimento como uma ameaça qualificam-no com adjetivos depreciativos, tratando-se de um conjunto de desocupados, baderneiros, ociosos que invadem a propriedade dos outros. Imiscuem-se conceitos morais às ações dos movimentos sociais. A coerção aos atos de invasão de propriedade é manifestada pela ação policial, respaldada, geralmente, por mandados judiciais, seja com o objetivo de resguardar o direito de propriedade, através das ações civis contra os esbulhos e turbações possessórias, seja com o objetivo de incriminar os invasores através de tipificações penais específicas, como a formação de quadrilha, entre outras. As penas são as restritivas de liberdade.

Há ainda um outro modo de desqualificar o movimento e seus participantes que é o de atribuir a eles, em geral, a inabilidade e o desconhecimento com o trato agrícola, ou seja, quanto às famílias mobilizadas, por parte terem origem urbana, ou por seus membros terem sido apenas trabalhadores rurais, faltam-lhes a tradição e a experiência de um produtor

com a falta de atendimento a certos direitos sociais e condições de trabalho inadequadas; a sub-ocupação significa corresponde à situação em que o trabalhador desenvolve atividades eventuais – é o trabalhador eventual, o bóia-fria, o camelô; a não-ocupação compreende o desemprego genérico, que abrange o desemprego aberto (o indivíduo já trabalhou como empregado, mas se encontra desempregado, procurando emprego) e o desemprego oculto que abrange a situação em que o indivíduo trabalha em atividades informais, eventuais, e está procurando emprego; e exclusão, que compreende a situação em que o indivíduo ganha menos do que o necessário para a sua sobrevivência. O estado de indigência é aquele da exclusão, próximo ao estado de miserabilidade.

rural e disso, os assentamentos não teriam condições de se reproduzirem no futuro. Trata-se de uma visão reducionista da problemática da exclusão, que se ampara numa possibilidade concreta de sobrevivência no campo. Essa visão tem sua origem no conflito da luta de classes, por aqueles adversários do movimento e por aqueles que procuram soluções reformistas à problemática urbana a partir de uma certa passividade social.

A questão que se coloca é a alternativa de emprego no campo ensejada objetivamente pelos movimentos na década de 90. Não se trata de um movimento do campesinato, mas de um movimento essencialmente urbano. Seus membros são, em geral, trabalhadores urbanos, como pedreiros, pintores, domésticos, trabalhadores rurais, minifundistas, filhos de pequenos agricultores entre outros, todos, em geral, desempregados; há uma massa bastante heterogênea, moradores das periferias urbanas dos centros regionais e das pequenas cidades e distritos. Nas pequenas cidades, os ambientes urbano e rural misturam-se e normalmente o habitante convive diretamente com as duas realidades, seja na condição de produtor, seja na condição de trabalhador rural, morando na cidade, seja, ao mesmo tempo, na condição de trabalhador rural e urbano. Nas cidades regionais, de porte maior, há uma separação mais nítida entre o trabalhador urbano e o rural na pessoa do indivíduo. Normalmente, ou é um, ou é outro.

Em geral, não há tradição camponesa entre os assentados pesquisados. Quem fornece a qualificação necessária para aqueles que jamais trabalharam no campo são o movimento social e os assentamentos rurais, através das associações e cooperativas de produção, as cooperativas regionais, como ocorre com o MST. Há jovens técnicos agrícolas e zootecnistas, que encontram, no movimento, condições concretas de trabalho e emprego, sendo pagos pela assistência técnica, podendo inclusive ser assentados.

Para Martins *apud* Santos (1999, p. 44), o caso brasileiro se singulariza do modelo clássico – enquanto neste o capital se expandira à custa da expropriação e da proletarização dos trabalhadores do campo, uma coisa produzindo necessariamente a outra, no Brasil, o capital expulsara e continuava expulsando, mas não proletarizara o trabalhador, uma vez que uma parte dos expropriados ocupavam novos territórios, reconquistando a autonomia do trabalho e praticando uma traição às leis do capital.

Quanto à idéia de uma reforma agrária distributivista, Martins *apud* Santos (*op.cit.*, p. 45) coloca que, no momento, seria historicamente inexecutável por buscar a reforma das contradições do capital sem atingir o capital e a contradição que expressa: a produção social e a apropriação privada da riqueza. O questionamento da propriedade fundiária por milhares de lavradores [os movimentos sociais dos anos 90] leva-os a confrontar-se com o novo barão da terra, o grande capital nacional e multinacional, não havendo a possibilidade de separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital, contra a expropriação e a exploração que estão em sua essência.

TABELA 16: Número de beneficiários, segundo a classe de idade, por Estado - 1996 (anos)

UF	Classe de idade (anos)								Total
	Até 19	19-22	23-27	28-35	36-47	48-57	58-65	>65	
AL	3,44	1,98	8,93	18,05	33,55	23,92	6,95	3,19	100,00
BA	6,31	1,80	6,55	16,93	27,16	23,04	11,30	6,93	100,00
CE	2,65	3,51	9,71	22,13	29,27	19,76	8,18	4,79	100,00
MA	5,51	4,65	10,55	20,20	28,12	18,17	7,95	4,85	100,00
PB	2,11	2,35	8,91	19,34	25,28	18,90	10,80	12,31	100,00
PE	3,01	1,93	8,37	19,30	27,49	21,92	11,11	6,87	100,00
PI	3,41	5,97	12,48	24,51	28,66	18,29	5,49	1,18	100,00
RN	4,22	2,32	7,56	19,99	28,87	22,04	9,15	5,86	100,00
SE	4,01	1,38	8,48	15,57	31,27	26,48	8,80	4,01	100,00
NE	4,58	3,59	9,48	19,99	28,24	19,92	8,72	5,47	100,00
BR	5,69	3,30	8,99	19,50	29,17	19,23	8,88	5,24	100,00

FONTE: I Censo da Reforma Agrária - INCRA/CRUB/UnB

Elaboração: SEI

Como se observa, na tabela 16²⁵, na Bahia, 61,5% dos assentados possuem entre 36 e 65 anos. Trata-se de uma faixa etária avançada, beneficiada pela política de assentamentos. Dificilmente, na conjuntura atual, esse pessoal, dado o nível baixo de qualificação, encontraria emprego nas cidades mais dinâmicas (Salvador, Ilhéus, Itabuna, Jequié, Juazeiro Itamaraju, Teixeira de Freitas, entre outras do Estado), nem mesmo, como temporários, na condição de pedreiros, serventes, pintores, típicas atividades urbanas, predominantemente informais.

Quanto ao perfil etário dos beneficiados nos assentamentos, a Bahia apresenta 61,50% dos beneficiados na faixa etária entre 36 e 65 anos. No Nordeste, esse percentual é de 56,88%, e no Brasil, 57,28%. Com base nos dados da tabela 17, observa-se que 34,36% dos

²⁵Ver I Censo da Reforma Agrária. UNB, 1996.

assentados na Bahia são analfabetos e 16,49% possuem alfabetização incompleta, somando 50,85% do total de assentados. Nesse particular, essa realidade não é típica da Bahia, mas estende-se a outros Estados do Nordeste, como, por exemplo, Ceará, com 57,41% de assentados analfabetos e com alfabetização incompleta; Maranhão, com 57,74%; Pernambuco, com 50,22% e Piauí, com 54,41%. Onde, como e em que condições, esse pessoal encontraria emprego nas cidades?

Em relação ao indicador *nível de estudo* da tabela 17, os Estados do Nordeste apresentam situação pior. Os Estados do Sul apresentam situação melhor – Paraná, 14,36%; Rio Grande do Sul, 10,39%, e Santa Catarina, 13,33%, seguidos dos Estados do Sudeste – São Paulo, 18,29%; Rio de Janeiro, 26,98%; Minas Gerais, 28,97% e Espírito Santo, 38,93%.

Os Estados do Sul e Sudeste apresentam percentuais mais elevados de assentados com grau de escolaridade acima da 1ª série do 1º grau, acima de 40%, enquanto, no Nordeste, o limite inferior está em torno de 30%.

Quanto aos beneficiários diretos dos assentamentos rurais, Medeiros e Leite (1999), afirmam que se encontram posseiros com longa história de ocupação de terras, filhos de produtores familiares pauperizados que optam pela ocupação como único caminho para se perpetuarem na tradição de produtores independentes, parceiros em busca de terra própria, pequenos produtores atingidos pela construção de hidrelétricas, seringueiros que passaram a resistir ao desmatamento que ameaçava o seu modo de vida, assalariados rurais, populações de periferia urbana com empregos estáveis ou não, eventualmente com remota origem rural, aposentados que viram na terra a possibilidade de um complemento de renda.

“Do ponto de vista de sua inserção social e da constituição de sua identidade política, muitos dos assentados foram mobilizados pelo MST, pelo sindicalismo rural, por movimentos atingidos por barragens, trazendo em sua trajetória fortes marcas de diversificadas experiências de organização e confronto, quer com o poder patronal, quer com o Estado.” (MEDEIROS e LEITE, *op. cit.*, p. 155).

São múltiplos os atores envolvidos no processo de assentamento, além dos próprios beneficiários: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Poder Judiciário, as secretarias estaduais de agricultura, as prefeituras, organizações não-governamentais, sindicatos e suas federações regionais, do MST, associações de produtores, cooperativas e entidades patronais, conforme dispõem os autores *retro* citados.

Do ponto de vista das políticas públicas, a emergência dos assentamentos faz-se através da intervenção pontual sobre situações de conflito, segundo sua gravidade, importância e capacidade em relação aos interesses envolvidos nas desapropriações... Os assentamentos fortaleceram os movimentos de luta pela terra, uma vez que se constituíram em prova da eficácia das pressões intensas, em especial das ocupações de terra e acampamentos; provocaram rearranjos institucionais, rebatendo na necessidade de um aparelhamento do Estado para lidar com essa nova realidade (não só em termos de criação de novos organismos ou reformulação dos existentes, nos governos estaduais e federais, mas também de novas leis e regulamentações); geraram empregos e, de alguma maneira, aumentaram o nível de renda das famílias assentadas, com reflexos na economia municipal e regional; alteraram, em maior ou menor medida, as relações de poder local. Se, como aponta Paulilo (1994), a luta pela terra provoca mudanças no modo de vida e na consciência dos que nela se envolveram, o mesmo se pode dizer do espaço onde o assentamento se insere e da dinâmica das políticas públicas voltadas para eles. (MEDEIROS e LEITE, *op.cit.*, p. 156.).

TABELA 17: Porcentagem dos assentados por nível de estudo, por Unidade da Federação, em 1996

UF	Nível de Estudo						
	Analfabeto	Alfabetização (incompleta)	Alfabetização (completa)	1ª a 4ª série do 1º grau	5ª a 8ª série do 1º grau	Acima da 8ª série do 1º grau	Ausência de resposta
AL	46,36	13,27	4,08	25,32	6,51	4,45	2,61
BA	34,36	16,49	4,43	31,54	6,1	7,1	5,39
CE	49,83	7,58	4,22	30,52	4,28	3,55	2,85
MA	44,78	12,96	3,81	27,86	5,6	4,98	4,12
PB	40,4	18,58	3,38	29,62	5,22	2,81	1,08
PE	35,89	14,33	2,02	35,95	6,04	5,74	3,82
PI	28,77	25,64	4,48	30,37	6,68	4,07	2,09
RN	28,53	26,57	3,54	28,12	6,27	6,97	5,59
SE	46,45	11,63	1,84	29,1	6,18	4,78	2,69
AC	26,6	7,02	2,41	31,88	9,5	22,6	19,14
AM	16,02	6,54	3,35	41,92	18,54	13,61	8,1
AP	28,72	5,36	1,27	42,42	14,53	7,69	2,75
PA	28,62	9,24	5,03	42,54	9,6	4,95	2,34
RO	19,11	6,15	3,07	48,8	12,18	10,68	6,59
RR	21,23	10,47	3,41	40,71	16,01	8,17	3,61
TO	27,56	9,71	2,25	41,75	9,77	8,95	6,5
ES	32,84	6,09	1,29	44,28	8,29	7,18	5,9
MG	23,99	4,98	0,73	49,94	7,92	12,43	10,47
RJ	19,88	7,1	2,38	43,07	14,26	13,89	9,29
SP	14,42	3,87	1	50,51	16,88	13,32	6,04
PR	13,22	4,14	1,69	61,41	14,37	5,18	3,39
RS	7,16	3,23	0,74	46,76	32,06	10,04	6,23
SC	10,94	2,39	0,77	66,24	12,4	7,26	5,83
GO	19,63	12,65	3,36	44,38	13,35	6,64	2,85
MS	20,5	5,1	2,19	49,13	14,65	8,46	5,31
MT	18,43	4,22	1,99	47,84	19,25	8,29	2,81
Brasil	29,52	9,89	3,24	39,11	10,45	7,8	5,05

FONTE: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB

Elaboração: SEI

Salienta-se que o conceito de minifúndio varia segundo a área do estabelecimento e o nível tecnológico empregado para o desenvolvimento das atividades agrícolas; portanto, dado o nível tecnológico baixo, sem mecanização e irrigação, sistemas de beneficiamento

precários, utilização de ferramentas básicas para o plantio, capina e colheita, consideram-se, para a análise, os estabelecimentos inseridos na categoria de até 10ha, em geral, como minifúndios, assim como parte dos inseridos entre a categoria 10ha e 100ha²⁶, a depender da região.

Na do Extremo Sul da Bahia, em 1995, os estabelecimentos, cuja área é igual ou superior a 100ha (26,15%), possuem 85,27% da área total da região. Mais da metade dos estabelecimentos possuem entre 10 e 100ha (51,99%), abrangendo uma área de 14,55% do total. A estrutura, nessa região, é mais concentradora – menos estabelecimentos com áreas maiores comparativamente à situação da microrregião de Juazeiro em que se encontra a maioria dos estabelecimentos com até 10ha. Em 1985, 20,14% dos estabelecimentos com menos de 10ha tinham 0,53% da área total e 2,21% com 1000ha ou mais tinham 35,97% da área total da microrregião.

TABELA 18: Disposição dos grupos de área total segundo regiões, em 1985

Grupos de área	Extremo Oeste		Juazeiro		Porto Seguro*		Nordeste	
	Estabelecimentos	Área (ha)						
Menos de 10	42,93	1,06	68,63	7,12	20,14	0,53	72,93	8,70
10 a menos de 100	44,05	9,90	26,29	20,67	54,34	15,50	23,82	32,83
100 a menos de 1 000	11,12	19,87	4,44	28,13	23,31	47,99	3,05	35,34
1 000 a mais	1,89	69,17	0,65	44,09	2,21	35,97	0,20	23,13
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: Censo Agropecuário 1985/IBGE

Elaboração: SEI.

Nota: a microrregião de Porto Seguro, do IBGE, compreende a totalidade da região econômica do Extremo Sul da Bahia, da SEI.

TABELA 19: Disposição dos grupos de área total segundo regiões, em 1995

Grupos de área	Extremo Oeste		Juazeiro		Porto Seguro		Nordeste	
	Estabelecimentos	Área (ha)						
Menos de 10	37,99	0,96	61,07	8,08	21,86	0,59	70,45	9,80
10 a menos de 100	48,52	10,09	34,8	28,98	51,99	14,15	26,20	33,16
100 a menos de 1 000	10,91	18,90	3,86	29,68	23,79	48,31	3,15	36,15
1 000 a menos de 10000	2,35	39,17	0,25	20,8	2,33	31,43	0,19	17,43
10000 a mais	0,23	30,87	0,02	12,45	0,03	5,53	-	3,46

²⁶ No intervalo de 10ha a 100ha, há estabelecimentos rurais que podem ser considerados minifúndios. Um estabelecimento rural de áreas reduzidas com 5ha ou 15ha pode não ser um minifúndio uma vez que tenha um elevado nível tecnológico, como as áreas com fruticultura irrigada; por outro lado, pode haver estabelecimentos rurais com 20ha ou 30ha, sendo considerados minifúndios; mas são casos extremos. No Extremo Sul da Bahia, não se pode considerar um estabelecimento rural de 20ha um minifúndio, mas uma pequena propriedade rural. O minifúndio, para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é aquele cuja área é inferior à fração mínima de parcelamento dos imóveis da região, sendo insuficiente para a sobrevivência da família.

Total	100	100	100	100	100	100	100	100
-------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

FONTE: Censo Agropecuário 1985/IBGE

Elaboração: SEI.

Nota: a microrregião de Porto Seguro, do IBGE, compreende a totalidade da região econômica do Extremo Sul da Bahia, da SEI.

A região do Extremo Sul passou por um dinamismo predatório baseado na extração capitalista de mata atlântica, apesar de geradora de empregos. Com a estagnação dessa atividade, a pecuária expandiu-se como uma das principais atividades econômicas regionais, seguida do cultivo de mamão e café. Hoje com o crescimento do reflorestamento monocultor, baseado em eucalipto, como atividade extensiva em mão-de-obra, surge uma tendência à reconcentração da terra.

Ademais, como aponta a SEI (1998), foram os empreendimentos industriais de celulose e papel que produziram as maiores alterações nos padrões de organização socioeconômica, de uso do solo e de povoamento regional, devido aos grandes maciços florestais implantados de norte a sul da região, em terras antes destinadas à produção agropecuária, inclusive com culturas alimentares.

“A expansão da pecuária e a atividade de reflorestamento parecem ter contribuído, de forma decisiva, quer para a destruição da agricultura tradicional de mercado e da lavoura de subsistência que predominavam na área, quer para a crescente concentração da posse da terra dos anos 60 aos anos 80 e que prossegiu nos anos 90, com a compra de vastas extensões de terra pelas grandes empresas do ramo da celulose. Essas grandes transformações, em boa medida, implicaram significativa eliminação de oportunidades de emprego ou de ganhos para pequenos produtores independentes mais pauperizados. E em vários dos municípios onde mais prosperaram as atividades modernas ocorreram também sérios conflitos de terra”(SEI, 1998, p.63).

Os conflitos no campo impulsionaram os movimentos migratórios entre os municípios determinando os ganhos e perdas populacionais. Quanto a isso, Couto (1978) afirma que uma questão central de estudo sobre urbanização, migrações, industrialização consiste na coexistência de formas de produção ‘modernas’ e ‘tradicionais’. Além do atraso da agricultura ser sempre tomado como principal responsável pelas migrações, a própria modernização de certas áreas agrícolas tem causado outro tipo de migrações, do tipo rural-rural, ou seja, trabalhadores das zonas tradicionalmente ocupadas com atividades de subsistência deslocando-se para zonas modernas onde são absorvidos temporariamente em outras etapas do processo produtivo, como colheita e pós-colheita.

Com base nas tabelas 20 e 21, na microrregião de Porto Seguro (Extremo Sul), destacam-se quatro aspectos: a expansão das pastagens plantadas, a diminuição das matas naturais, o aumento das matas plantadas, com o reflorestamento de espécies exóticas, e a diminuição das áreas produtivas não utilizadas. Esses indicadores refletem o crescimento da pecuária e do reflorestamento com pinus e eucalipto na região. As áreas com pastagens plantadas crescem, entre 1985 e 1995, de 36,01% para 47,21%; as áreas com matas naturais (diminuição da mata atlântica) decrescem de 14,79% para 10,01%; as áreas com matas artificiais crescem de 2,50% para 4,27% e diminui a capacidade ociosa das terras na região, ou seja, decrescem as áreas produtivas não utilizadas de 6,32% para 2,98% da área total.

É nesse período que se acirram os conflitos no campo, no Extremo Sul da Bahia, com o surgimento de movimentos sociais pela terra. Embora tenha havido uma diminuição das áreas produtivas não utilizadas, a região passou por um processo de declínio da atividade madeireira, com intensa exploração de mata atlântica, dinamizadora da ocupação e, recentemente, há uma tendência à reconcentração da propriedade da terra através dos grandes projetos de reflorestamento. A reforma agrária apresenta-se como contra-tendência aos movimentos de reconcentração fundiária em bases produtivas.

Segundo COUTO (1978, p. 29-30), numa sociedade, como a brasileira, em que a infraestrutura urbana é incapaz de continuar recebendo contingentes de mão-de-obra mais numerosos, em que o nível de concentração do capital não consegue oferecer muitos empregos ao excedente populacional, seja em termos de número de empregos, seja em relação a uma demanda de um trabalho mais especializado em torno de uma tecnologia mais avançada, o equilíbrio social torna-se tênue.

“Daí ser importante o papel que assume tal processo de desagregação das massas rurais, divorciadas dos meios de produção atrelados ao ‘velho mercado’, mas perfeitamente re-agregáveis na periferia do espaço capitalista. Este movimento é completado por um outro processo. A disponibilidade de terras não é absoluta. Ela tem seus limites que vão desde a apropriação prévia e “legal” das terras pelos novos agentes de expansão – os empresários modernos, as sociedades anônimas, enfim, os grupos ligados a outras atividades que não agrícolas – até a desapropriação política pelo Estado, na constituição de parques eco-biológicos, reservas indígenas, bordas de barragens e áreas de ocupação ‘coletiva’, por agricultores diretamente assistidos pelos técnicos do Estado, verdadeiros arremedos de socialização da terra, que não passa de uma acomodação de excedentes populacionais provenientes das áreas de conflitos rurais. Enfim, com tudo isso, as terras disponíveis vão ficando mais raras e mais distantes. No entanto, para felicidade geral do sistema, a população excedente, não encontrando mais nenhuma receptividade nos centros urbanos, nem mesmo como recrutas de um exército de reserva o qual já vem apresentando verdadeiro “excesso de contingente”, dirigiu-se às cidades menores e vilas. Aí podem encontrar ou não um trabalho temporário nas atividades agrícolas e minerais, e o seu tempo é completado em atividades marginais...”(COUTO, 1978, p.29-30).

Para COUTO (*op.cit.*), corroborando o que foi destacado anteriormente, aí se encontra o caráter estrutural e não apenas genético da acumulação primitiva, ou seja, esta é parte do processo geral de acumulação, desde os mais simples até os mais complexos, em épocas diferentes. Isso enseja afirmar a inexorabilidade do caráter primitivo, expropriatório e violento do capitalismo na conformação regional do Extremo Sul.

Estudos de Silva (1998a) sobre a estrutura fundiária da Bahia, com base no Índice de Gini sobre o dados dos Censos Agropecuários do IBGE, mostram a concentração da posse da terra no Extremo Sul. Em 1960, o índice indicava um grau de concentração de 0,570 na zona fisiográfica do Extremo Sul, e em 1985, 0,716 e 0,786 nas microrregiões homogêneas²⁷ Interiorana do Extremo Sul e Litorânea do Extremo Sul da Bahia, respectivamente.

TABELA 20: Utilização das terras nas Mesorregiões do Extremo Oeste e Nordeste e Microrregiões de Juazeiro e Porto Seguro do Estado da Bahia, em 1985.

Região	Área							
	Lav. Perm.	Lav. Temp.	Lav.Temp (descanso)	Past nat.	Past plant.	Mata nat.	Mata plant.	Prod n Util.
Extremo Oeste	0,19	4,70	2,38	26,07	17,94	25,20	1,10	22,42
Juazeiro	0,24	11,01	2,51	25,54	2,26	47,47	0,05	10,91
Nordeste	6,34	10,28	3,90	24,26	23,39	21,97	3,16	6,70
Porto Seguro	5,15	4,48	2,42	28,34	36,01	14,79	2,50	6,32

FONTE: Censo Agropecuário – 1985/IBGE

Elaboração: SEI

Salienta-se inclusive que, quando os recursos do meio físico se esgotam, o atrativo de possibilidades de ocupação na economia de mercado, segundo Pedrão (1996), consiste numa pressão de pretendentes a trabalhar, oriundos da produção primitiva, que se reflete na oferta de trabalho não qualificado no meio rural e em pressão sobre as cidades.

TABELA 21: Utilização das terras nas Mesorregiões do Extremo Oeste e Nordeste e Microrregiões de Juazeiro e Porto Seguro do Estado da Bahia, em 1995.

Região	Área							
	Lav. Perm.	Lav. Temp.	Lav.Temp (descanso)	Past nat.	Past plant.	Mata nat.	Mata plant.	Prod n Util.
Extremo Oeste	0,28	11,36	4,39	21,44	17,29	32,83	0,94	11,48
Juazeiro	1,12	11,37	3,90	20,31	4,82	43,07	0,45	14,96

²⁷ Essas microrregiões homogêneas passaram a ser consideradas a microrregião geográfica de Porto Seguro no Censo Agropecuário de 1995-96. Os estudos desenvolveram-se até a análise do Censo Agropecuário de 1985.

Nordeste	4,69	10,27	3,05	27,63	28,16	19,14	2,27	4,78
Porto Seguro	4,27	3,19	0,80	27,27	47,21	10,01	4,27	2,98

FONTE: Censo Agropecuário – 1995/IBGE

Elaboração: SEI

No próximo item, será tratada a questão do aumento da população urbana das cidades do Extremo Sul da Bahia em comparação com o de outras regiões do Estado da Bahia, apresentando taxas de crescimento demográfico, grau de urbanização das cidades, assim como a taxa de indigência dos municípios.

5.2 A PERIFERIZAÇÃO URBANA

Com base em estudo recente elaborado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, intitulado *Bahia - Crescimento populacional 1980 – 1996*, apenas quatro das 15 regiões econômicas da Bahia apresentaram tendência ascendente no seu ritmo de crescimento populacional entre os anos 1991 e 1996, se comparadas às respectivas taxas com as taxas do período 1980/91. O Recôncavo Sul aproximou-se da média baiana (1,11%a.a) no período, com 1,13%a.a.. O Extremo Sul, o Sudoeste e o Baixo Médio São Francisco apresentaram crescimento bem acima da média estadual. O Extremo Sul apresentou uma taxa de crescimento de 2,49% a.a, superior à do período 1980-1991 (1,42% a.a.) e o Baixo Médio São Francisco (região de Juazeiro) de 2,55% a.a., também superior ao referido período (1,63% a.a). As demais regiões apresentaram tendência declinante, seguindo a tendência estadual, conforme tabela 22. Formada por 21 municípios, a região do Extremo Sul concentrava, em 1996, 4,8% da população total da Bahia. Os municípios de Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro apresentaram as maiores taxas de crescimento – 21,54% a.a. e 13,39% a.a., respectivamente.

TABELA 22:
Taxas de crescimento demográfico das Regiões Econômicas 1980-1996

Região	Taxa de crescimento (% a.a.)				
	80/91	91/96	Região	80/91	91/96
RMS	3,19	1,65	Baixo Médio São Francisco	1,63	2,55
Litoral Norte	1,5	1,37	Piemonte da Diamantina	2,76	1,47
Recôncavo Sul	0,96	1,13	Irecê	2,47	-0,72
Litoral Sul	1,88	0,06	Chapada Diamantina	2,02	1,74
Extremo Sul	1,42	2,49	Serra Geral	1,65	1,22
Nordeste	2,03	0,28	Médio São Francisco	2,04	0,54
Paraguaçu	1,75	0,23	Oeste	2,44	1,09
Sudoeste	1,48	1,92	Bahia	2,09	1,11

FONTE: IBGE. Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem Populacional de 1996.

Cálculos: SEI

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

A imigração teve impacto significativo no aumento populacional do Extremo Sul, tanto na relação interregional, com o afluxo de pessoas de outras regiões da Bahia e do norte de Minas Gerais e Espírito Santo, quanto na conformação intrarregional, com uma tendência à concentração populacional em algumas cidades e esvaziamento de outras. Na primeira metade dos anos 90, apenas o Extremo Sul e o Baixo Médio São Francisco tiveram ganho expressivo de população decorrente da imigração. Segundo o referido estudo, essas regiões se caracterizaram, na década passada, como áreas de perda líquida de população (saldos migratórios negativos), sendo que, na primeira metade dos anos 90, houve uma inflexão da tendência ocupacional, com grande capacidade em atrair fluxos migratórios.

O Extremo Sul, desde os anos 70, vinha apresentando saldos migratórios negativos, resultantes da estagnação do extrativismo florestal acompanhada da pecuarização. A dinâmica demográfica atual vem-se configurando a partir da diversificação das atividades agropecuárias, com o desenvolvimento da pecuária bovina semi-intensiva, a expansão das lavouras de café e mamão, da silvicultura com a plantação de eucalipto e a instalação de indústrias de processamento de madeira. Paralelamente, reproduz um setor industrial com gêneros alimentícios, construção, vestuário e calçados e desenvolvem-se o comércio, em alguns centros como Teixeira de Freitas, Itamaraju e Eunápolis, e os serviços turísticos nas cidades costeiras, principalmente Porto Seguro, como centros que atraem mão-de-obra.

TABELA 23:
Participação das regiões econômicas na população total e no incremento populacional do Estado da Bahia entre 1980-1996

Região	Anos			Incremento populacional
	1980(1) (%)	1991 (%)	1996 (%)	91/96 (%)
RMS	18,69	21,04	21,6	31,55
Litoral Norte	4,16	3,91	3,96	4,84
Recôncavo Sul	5,99	5,3	5,31	5,41
Litoral Sul	11,91	11,64	11,05	0,67
Extremo Sul	4,83	4,49	4,81	10,34
Nordeste	9,32	9,26	8,89	2,3
Paraguaçu	10,43	10,05	9,63	2,09
Sudoeste	9,09	8,51	8,86	14,97
Baixo Médio São Francisco	3,03	2,89	3,1	6,81
Piemonte da Diamantina	4,73	5,08	5,17	6,75
Irecê	2,92	3,04	2,78	-1,91
Chapada Diamantina	4,07	4,04	4,17	6,41
Serra Geral	4,64	4,42	4,45	4,87
Médio São Francisco	2,64	2,63	2,55	1,27
Oeste	3,56	3,7	3,7	3,63
Bahia	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE. Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem Populacional de 1996.

Cálculos: SEI

- (1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

Particularmente alguns centros urbanos passaram a garantir melhores condições de trabalho para os trabalhadores locais e imigrantes. Diante da diversidade de situações regionais, de prosperidade e de pobreza, segundo Ribeiro (1995), o deslocamento de um trabalhador de uma região para a outra pode representar uma ascensão substancial, se ele consegue incorporar-se a um núcleo mais próspero.

Assim como a Região Metropolitana de Salvador e a região do Sudoeste, o Extremo Sul apresentou, no período 1991 e 1996, uma das maiores participações no incremento populacional do Estado da Bahia, ou seja, 69.684 pessoas a mais (10,34%) morando na região.

TABELA 24:
População urbana e rural, Taxas de crescimento das Regiões Econômicas
1980-1996

Região	Taxa de crescimento (% a.a.)			
	80/91		91/96	
	Pop. urb.	Pop. rural	Pop. urb.	Pop. rural
RMS	3,29	0,62	1,56	4,4
Litoral Norte	2,84	-0,51	1,49	1,15
Recôncavo Sul	2,18	-0,18	1,99	0,17
Litoral Sul	3,16	0,46	1,61	-2,11
Extremo Sul	9,23	-4,29	4,3	-0,72
Nordeste	4,29	1,08	2,81	-1,1
Paraguaçu	3,81	-0,23	2,16	-2,33
Sudoeste	3,41	-0,8	2,37	1,22
Baixo Médio São Francisco	5,22	-1,3	4,35	0,2
Piemonte da Diamantina	5,2	1,45	3,4	0,09
Irecê	4,61	0,94	1,59	-2,97
Chapada Diamantina	5,02	1,12	4,77	0,5
Serra Geral	4,54	0,31	3,14	0,01
Médio São Francisco	4,16	1,04	2,57	-0,69
Oeste	5,74	0,56	2,78	-0,28
Bahia	3,79	0,11	2,21	-0,57

FONTE: IBGE. Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem Populacional de 1996.

Cálculos: SEI

- (1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

Em 1996, o Extremo Sul era a segunda região mais urbanizada do Estado, com um grau de urbanização de 67,19% e um acréscimo de 5,65 pontos percentuais em relação a 1991 e 39,66 pontos percentuais em relação a 1980, sendo uma das regiões com a maior taxa de crescimento urbano (4,30% a.a.), juntamente com o Baixo Médio São Francisco (4,35% a.a.). No período 1991/80, o Extremo Sul apresentou a maior taxa de crescimento urbano em torno de 9,23%²⁸ a.a., bem acima da segunda colocada, a região Oeste (5,74% a.a.) em todo o Estado. A população rural²⁹ da região do Extremo Sul diminuiu entre 1980 e 1996, de 332.164 para 197.806 pessoas, uma queda considerável de 5,01%.

Em municípios como Belmonte, Caravelas, Guaratinga, Ibirapoã, Itagimirim, Itamaraju, Itapebi, Itanhém, Lajedão, Medeiros Neto, ocorreu redução da população rural ou um crescimento médio anual negativo da população no campo, desde 1980 até 1996. Nos

²⁸ Uma das razões que explicam a elevada taxa de crescimento no período 1980/91 consiste nos efeitos da criação de novos municípios e a transformação estatística de contingentes populacionais rurais em urbanos.

²⁹ Salienta-se que a Bahia é o Estado com o menor grau de urbanização do Brasil, 62,41% e com a maior população rural, 4.714.902 pessoas (14% e 30% das populações rurais brasileira e nordestina).

cinco primeiros, houve intensificação da emigração rural. Por outro lado, houve imigração líquida em áreas rurais de Santa Cruz de Cabrália, Teixeira de Freitas, Mucuri e Porto Seguro. Isso se deve à formação de novos aglomerados como arruamentos à margem das estradas e povoados ou aldeias próximos aos empreendimentos econômicos localizados na zona rural.

“Tal como já havia ocorrido antes com aqueles povoados que se tornaram cidades, em fins dos anos 80, agora, povoados pertencentes aos municípios com área rural em expansão, no início dos anos 90, passaram a aglutinar um número crescente de ex-trabalhadores agrícolas e suas famílias, dispostos a se engajar nos mais variados tipos de serviços que se apresentam como novas oportunidades de ganhos [atividades tipicamente urbanas, industriais, comerciais, de serviços]” (SEI, 1998, p. 73).

Com a implantação da empresa de beneficiamento de eucalipto, Bahia Sul Celulose, em 1992, no município de Mucuri, a região dinamiza-se com reflexos nas cidades de Nova Viçosa, Caravelas, Alcobaça e Teixeira de Freitas. Expande-se, paralelamente, o comércio de mercadorias e serviços turísticos. Eunápolis apresenta sua importância sub-regional pela oferta de serviços mecânicos, comercialização de peças de automóveis e acessórios, serviços médicos e hospitalares, como suporte ao turismo de Porto Seguro, como atesta o estudo da SEI. Teixeira de Freitas apresenta-se como um dos grandes centros regionais, juntamente com Eunápolis e Porto Seguro.

TABELA 25:
Grau de urbanização das regiões econômicas
1980-1996

Regiões	Grau de urbanização			Diferença	
	1980(1)	1991	1996	1980/1991	1991/1996
RMS	96,02	96,99	96,56	0,97	-0,43
Litoral Norte	55,98	64,68	65,07	8,7	0,39
Recôncavo Sul	45,51	51,93	54,17	6,42	2,23
Litoral Sul	49,35	56,61	61,13	7,26	4,52
Extremo Sul	27,23	61,54	67,19	34,31	5,65
Nordeste	21,16	33,6	38,06	12,45	4,46
Paraguaçu	44,11	54,96	60,43	10,85	5,47
Sudoeste	48,9	60,19	61,53	11,29	1,35
Baixo Médio São Francisco	37,21	54,49	59,46	17,29	4,97
Piemonte da Diamantina	30,82	39,92	43,88	9,1	3,96
Irecê	37,36	46,9	52,64	9,54	5,73
Chapada Diamantina	19,84	27,3	31,61	7,46	4,32
Serra Geral	27,27	37,14	40,8	9,87	3,66
Médio São Francisco	28,86	36,18	39,98	7,32	3,8
Oeste	30,56	43,34	47,07	12,78	3,73
Bahia	49,29	59,12	62,41	9,83	3,28

FONTE: IBGE. Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem Populacional de 1996.
Cálculos: SEI

- (1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

Quanto à taxa de crescimento da população total, 10 municípios seguem a tendência regional ascendente, no período 1991/96; 11 municípios apresentam tendência de declínio em suas taxas de crescimento, como Teixeira de Freitas, Nova Viçosa, Alcobaça e Caravelas. Quanto à perda ou ganho de população devido às migrações, no mesmo período, 10 municípios perderam população de forma absoluta, como Itamaraju, Caravelas e Belmonte e 5 municípios apresentaram perda líquida de população, expulsando mais que atraindo população, como Nova Viçosa, Prado e Medeiros Neto e 6 municípios tiveram ganhos populacionais por imigração, como Teixeira de Freitas, Eunápolis, Porto Seguro, Itabela, Santa Cruz de Cabrália e Mucuri. Quanto ao incremento populacional no período 1991/96, Porto Seguro, com 43,5%, Eunápolis, com 22,1%, Teixeira de Freitas, com 15,7%, Santa Cruz de Cabrália, com 15,5% e Itabela, com 8,7%, apresentaram as maiores participações regionais.

Estudos da SEI concluem que o rápido crescimento demográfico do Extremo Sul do período 1980-1991 para o período 1991-1996 deveu-se a uma intensificação da migração para a região, tornando positivo o saldo migratório além de uma pequena e regular redução dos níveis de mortalidade. Essa imigração incrementou-se nos anos 90 a partir de novos investimentos realizados no turismo, em atividades agropecuárias modernas e na agroindústria de papel e celulose, com uma relativa participação da imigração proveniente da região cacauzeira em virtude da crise da lavoura. Essas atividades alteraram a estrutura da propriedade da terra, as condições de uso do solo e a inserção da força de trabalho na produção, havendo um movimento de deslocamento rural-urbano da população. Ocorreu a mudança de residência de trabalhadores do campo para as cidades embora continuassem vinculados a atividades primárias. Esse processo de interiorização do capitalismo na região foi expulsando as famílias do campo.

TABELA 26:
Bahia
Grau de urbanização dos municípios
Extremo Sul 1980-1996

Municípios	1980(1)	1991	1996	2000	Diferença		
					1980/1991	1991/1996	1996/2000
Alcobaça (3)	30,27	35,46	40,92	32,91	5,19	5,46	-8,01
Belmonte	44,14	49,21	58,18	54,11	5,07	8,97	-4,07
Caravelas(3)	34,68	45,2	50,07	49,21	10,52	4,87	-0,86
Eunápolis(2)	0,83	90,07	88,12	93,77	89,24	-1,95	5,65
Guaratinga	23,55	36	43,64	41,14	12,45	7,64	-2,50
Ibirapuã	34,88	41,17	45,66	50,32	6,29	4,49	4,66
Itabela(2)	0	65,12	71,57	73,26	65,12	6,44	1,69
Itagimirim	48,27	64,38	74,06	76,98	16,11	9,68	2,92
Itamaraju(3)	52,43	69,12	76,53	74,85	16,69	7,41	-1,68
Itanhaém	39,22	56,23	62,89	66,08	17,01	6,66	3,19
Itapebi	41,67	57,74	72,06	76,68	16,07	14,32	4,62
Jucuruçu(2)	6,59	8,11	14,43	14,93	1,52	6,32	0,50
Lajedão	42,08	43,56	48,3	54,26	1,48	4,74	5,96
Medeiros Neto	53,52	68,1	69,43	75,51	14,59	1,33	6,08
Mucuri	18,77	27,32	29,55	66,63	8,55	2,23	37,08
Nova Viçosa	32,77	36,66	37,1	76,81	3,89	0,44	39,71
Porto Seguro(3)	39,82	67,27	80,42	83,16	27,44	13,16	2,74
Prado(3)	39,16	42,66	49,24	53,73	3,51	6,58	4,49
Santa Cruz Cabralia(3)	15,06	48,92	56,29	56,60	33,86	7,37	0,31
Teixeira de Freitas(2)	2,08	86,76	84,08	91,81	84,68	-2,68	7,73
Vereda(2)	7,06	10,78	14,26	17,13	3,72	3,48	2,87
Extremo Sul	27,23	61,54	67,19	72,99	34,31	5,65	5,80

FONTE: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 e Contagem Populacional de 1996.

Cálculos: SEI; autor

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a novo município após o Censo Demográfico de 1980.

A expressiva expansão demográfica ocorreu em municípios que apresentaram taxas de crescimento médio anual positivas ou aumento absoluto da população nos períodos 1980-1991 e 1991-1996; ou em que houve oscilações nas taxas de crescimento médio anual ou no tamanho da população entre os períodos (taxa negativa num e taxa positiva noutro período).

Entre 1996 e 2000, aumenta o grau de urbanização do Extremo Sul da Bahia, passando de 67,19% para 72,99% de pessoas residindo em áreas urbanas. Destacam-se os municípios de Mucuri e Nova Viçosa, onde aumentou significativamente a quantidade de pessoas residentes em áreas urbanas. O grau de urbanização desses municípios passou de 29,55% e 37,1%, para 66,63% e 76,81%, respectivamente. Os municípios de Eunápolis e Teixeira de Freitas aumentaram suas populações urbanas em 5,65 e 7,73 pontos percentuais entre 1996

e 2000. Isso se deve à expansão dos empreendimentos de plantação de eucalipto e produção de papel e celulose que vêm consolidando a importância dessas cidades como centros regionais do Extremo Sul.

TABELA 27: Estimativas das famílias indigentes dos municípios do Extremo Sul em 1990

Municípios	Indigência absoluta	Indigência relativa	Municípios	Indigência absoluta	Indigência relativa
Alcobaça	1.715	44,2	Jucuruçu	1.798	44,9
Belmonte	2.698	49,7	Lajedão	376	41,7
Caravelas	2.291	47,1	Medeiros Neto	2.224	46,5
Eunápolis	6.996	45,3	Mucuri	1.851	47,8
Guaratinga	2.822	52,2	Nova Viçosa	2.826	49,7
Ibirapuã	957	50,3	Porto Seguro	3.626	49,7
Itabela	2.057	43,3	Prado(3)	2.881	53,3
Itagimirim	921	51,1	Santa Cruz Cabralia	590	39,4
Itamaraju	8.518	46,6	Teixeira de Freitas	8.445	45,8
Itanhaém	2.489	50,1	Vereda	885	43,1
Itapebi	1.304	51,7	Extremo Sul	58.270	47,3

FONTE: IPEA - 1990

Elaboração própria

Entre 1980 e 1996, como já visto, também se intensificam conflitos no campo, ocupação de terras e assentamentos rurais regularizados em outras regiões do Estado, como o Extremo Oeste da Bahia; entretanto, em particular, é, no Extremo Sul, que os movimentos ganham organicidade, coesão, continuidade e implementam estratégias de dissipação espacial, aglutinando trabalhadores desempregados. Trata-se de agrupamentos humanos em torno de um movimento disciplinado, organizado e conduzido por lideranças regionais. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – por exemplo, que é o movimento mais estruturado dentre os demais, do Extremo Sul, expandiu-se para o Litoral Sul, na região cacauceira, mobilizando trabalhadores desempregados das fazendas de cacau, para a Chapada Diamantina, mobilizando ex-garimpeiros, e para o Recôncavo, com minifundistas e desempregados.

A tabela 27 mostra o elevado nível de indigência da população dos municípios do Extremo Sul, compreendendo, na média, 47,3% do total de famílias da região. Isso significa que essas famílias são potenciais integrantes do MST.

Salienta-se que, no Extremo Sul, apesar do recente processo de urbanização, as possibilidades de ocupação no setor informal são reduzidas, ou seja, um outro setor

informal marginal foi constituído no processo de declínio das atividades econômicas, principalmente a madeireiro-extrativista. Esse setor é aquele onde se inclui o público-alvo dos movimentos sociais no campo. Além disso, pode haver um duplo processo de aumento do desemprego e do emprego, ao mesmo tempo, em virtude de modificações na natureza da atividade econômica. Por mais que ainda se admita o modelo de reflorestamento com eucalipto, do capital industrial, quanto ao seu aspecto social, como gerador de empregos, há um outro processo de geração de desempregados na região, que, no curso do tempo, constituem a marginália urbana do setor informal. A mudança da natureza da ocupação explica essa realidade. Para o capital industrial, é necessário uma força de trabalho mais qualificada, embora se utilize força de trabalho de baixo nível de educação formal em algumas etapas do processo de reflorestamento. Essa é a lógica da acumulação tanto nos modelos produtivistas empresariais de café e mamão quanto no modelo industrial, enquanto atividade determinante na região.

A produção informal se amplia, inclusive, quando parte da população deslocada da produção rural primitiva para as cidades não é absorvida pelo assalariamento. Esse deslocamento do campo para as cidades dá-se ou através do processo violento da grilagem de terras, ou cercamentos, sobre uma agricultura familiar tradicionalmente assentada numa comunidade, ou pelo esgotamento de terras marginais (baixa fertilidade do solo, topografia inadequada, falta de água), com baixa produtividade do trabalho.

Como dispõe Pedrão (1996), a informalidade é uma realidade em que o engajamento das pessoas e dos grupos sociais na produção e no consumo estão geralmente marcados pela precariedade, como moradia precária, ocupação incerta e consumo imprevisível. Essa situação explicita a falta de garantia de sobrevivência dessas pessoas, dependentes de si próprias para se reproduzirem.

“Nas sociedades periféricas de hoje, o papel da informalidade passa a refletir duas causas principais: as necessidades do sistema de produção, de contar com uma reserva de trabalho barato, que não implique custos de reprodução para os capitalistas, e de funcionar como estabilizador do mercado de trabalho, absorvendo os desempregados e rejeitados e formando mão-de-obra semiquificada para o mercado de trabalho assalariado (PEDRÃO, *op.cit.*, p.229).

Quanto ao setor informal, representado por uma economia camponesa³⁰, embora ainda exista uma agricultura familiar, ela não se insere diretamente no processo de constituição dos movimentos sociais no campo, a menos quando os filhos de sitiantes e minifundistas vão buscar novas terras em virtude da exaustão das terras dos pais (é comum haver várias famílias na mesma propriedade rural, principalmente nos minifúndios e pequenas propriedades). Como atestam Mathias e Salama (1983),

“Essa estratégia de sobrevivência leva as mulheres e as crianças a procurarem uma colocação no setor formal e, mais geralmente, no setor informal. Assim o aumento do assalariamento e a penetração de relações mercantis não resultam aqui de uma diminuição relativa do setor não-mercantil, nem de um desenvolvimento da socialização estatal de uma parte da reprodução da força de trabalho. Resulta de mecanismos de pauperização. É o meio de lutar contra a impossibilidade de se reproduzir, recorrendo ao setor de auto-subsistência e à solidariedade familiar, uma impossibilidade que resulta dos mecanismos de urbanização-favelização acelerada...A reprodução da força de trabalho se realiza, em uma parte importante, nos setores não-capitalistas situados no campo. Nas cidades, o setor informal – monetarizado – assume uma função particular na reprodução da família” (MATHIAS e SALAMA, 1983, p. 70 e 71).

O processo da pauperização constitui-se no movimento de desfetichização das relações sociais de produção. É quando a acumulação aumenta, acirrando a exploração da força de trabalho pelas classes dominantes. Os movimentos sociais pela terra explicitam esse momento.

Por fim, salienta-se que, entre os municípios que tiveram perdas migratórias entre 1981 e 1996, destacam-se Itamaraju, Caravelas, Ibirapuã, Belmonte, Itagimirim, Vereda e Jucuruçu. Vários municípios foram atingidos pela retração da atividade madeireira e pelo agravamento da crise do cacau, como Itamaraju. Outros sofreram rapidamente as transformações na estrutura agrária da região, com a destruição da pequena ou média agricultura tradicional devido à expansão de uma pecuária e agricultura modernas e do reflorestamento com eucalipto, gerando concentração de terras e a constituição de uma massa de força de trabalho assalariada. Essas características revelam e enfatizam a natureza primitiva da acumulação na formação regional do Extremo Sul da Bahia, quando o capitalismo se expande, desestruturando e subordinando formas primitivas de produção, seja a agrícola familiar, seja a indígena.

³⁰ “...há pouco espaço para dúvida de que a condição de camponês, por extensão a produção camponesa, dependa de permanência num mesmo lugar, portanto de formação de uma cultura de adaptação ao meio físico, transmitida por meio de tradição. A identidade de camponeses, sua predominância nos lugares específicos em que se instalam, depende da continuidade de seu trabalho e das formas de organização local em que se inserem...há uma expectativa de mudança como consequência da experiência de cada comunidade camponesa, mesmo que suas próprias regras de mudança sejam pouco perceptíveis para quem as olha da lógica da produção comercial”(PEDRÃO, *op.cit.*, p. 222 e 223).

5.3. AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA COMO FORMAS EMANCIPATÓRIAS: A IDENTIDADE DE PROJETO

O tema “reforma agrária” volta a ter relevância em final dos anos 80 e início dos anos 90 devido ao aumento, em geral, do desemprego. A necessidade de realizar uma reforma agrária no Brasil surge da necessidade de geração de novos empregos. Trata-se de evitar que os residentes no campo (ou nas cidades de pequeno porte, do interior) desloquem-se para os grandes centros urbanos, regionais, e das regiões metropolitanas.

Para Martins (1997), no Brasil, só haveria uma reforma agrária efetiva e verdadeira se o processo de criação artificial de excedentes populacionais no campo, para constituir um exército industrial de reserva para lavoura, fosse interrompido e revertido. O campo tornar-se-ia o instrumento central de um projeto alternativo e moderno de reinclusão de excedentes populacionais sem alternativa no mercado de trabalho urbano, havendo o reconhecimento de que a agricultura é uma profissão como outra qualquer e não um destino reservado aos que vivem no mundo supostamente do atraso histórico. A questão agrária não se encontra na agenda política do Estado brasileiro.

“No Brasil, ela é irrelevante para o funcionamento do sistema, ela não obstrui também o processo político, como obstruía em 1964... A questão agrária, em nosso país, vai-se reduzindo a mero problema social, que se resolve com meras técnicas de solução de problemas desse tipo, como se faz em relação a outros problemas sociais. Por isso, ela já se confunde com o problema da pobreza. Não é mais um obstáculo histórico, embora, do meu ponto de vista, continue sendo, de certo modo, um obstáculo político à transformação efetiva do Brasil num país moderno e democrático...a questão agrária e os problemas de pobreza que ela cria não aparecem como pobreza rural, mas, basicamente, como pobreza urbana... Ou as elites incorporam como de seu interesse esse tipo de reforma, por algum motivo político, econômico ou social, ou até mesmo histórico, ou dificilmente esse tipo de reforma se cumprirá enquanto reforma estrutural, reforma nas relações de classes e nas relações de poder.”(MARTINS, 1997, p. 43-45).

Hoje a ênfase da questão não incide exclusivamente na conformação da estrutura fundiária atual, mas expande-se na perspectiva de garantir emprego no campo, diferentemente do que se discutia nos anos 50 e 60. Naquela época, desestimular o latifúndio improdutivo a fim de elevar o excedente agrícola, sobretudo de grãos, era o centro da discussão, e para tal, era necessária a implementação de uma reforma agrária ampla que redistribuísse a propriedade da terra, aumentando, potencialmente, a oferta de alimentos. Essa tese perdeu seu sentido econômico, pois o latifúndio modernizou-se, ou seja, assimilou os padrões produtivistas e, com isso, a produção agrícola de cereais começou a elevar-se. Na Bahia, o

exemplo recente é a região do Oeste, com crescentes produções de soja e milho, em grandes áreas de terra e propriedades mecanizadas.

Embora as políticas fundiárias devam pautar-se pelo desestímulo aos latifúndios improdutivos, que ainda existem, a reforma agrária passa a ser, atualmente, um substrato da política geral de geração de empregos, como uma contra-tendência à oferta restrita de empregos, ou ao próprio desemprego, gerados no campo (pela mecanização e modernização) e nos centros urbanos, para um excedente de mão-de-obra, de reserva, sem qualificação profissional. Segundo Marx, na sociedade burguesa, um general ou um banqueiro desempenha um grande papel, enquanto o homem simples, ao contrário, desempenha um papel ordinário, assim é também com o trabalho humano. Ele é despendido da força de trabalho simples que, em média, toda pessoa comum, sem desenvolvimento especial, possui em seu organismo vivo. Embora o próprio trabalho médio simples mude seu caráter, em diferentes países ou épocas culturais, ele é porém dado em uma sociedade particular.

O acirramento dos movimentos sociais no campo, principalmente nos anos 90, consiste num processo contraditório (uma contra-tendência) à acumulação de capital quanto às condições objetivas da força de trabalho. A possibilidade e a capacidade de mobilização de trabalhadores rurais e urbanos em torno de uma proposta que procura ser auto-organizativa e que estabeleça perspectivas de empregabilidade contrapõe-se ao movimento de mercantilização da força de trabalho. O desemprego atual gerado nas três fases históricas recentes, caracterizado pela desocupação e inchaço dos centros urbanos é expressão da força de trabalho de reserva da região, formada nos processos de povoamento e imigração. Esse processo se dá de dois modos. Primeiro, enquanto uma tentativa de deixar de ser uma força de trabalho de reserva, reguladora de seu próprio valor social médio, como mão-de-obra rural e urbana.

“... quando ocorre a reprodução ampliada do capital, ocorre também a reprodução ampliada das contradições sociais. A tendência à aparente perpetuação do capitalismo, de sua exploração e de suas relações de poder não se repete sem reproduzir consigo aquilo que a nega e que propõe, no próprio bojo da exploração e da opressão, a libertação.”(MARTINS, *op.cit.*, p. 74).

A condição de ingresso no movimento social consiste no rompimento do fluxo de relações do possuidor do dinheiro com o proprietário da força de trabalho no processo de

intermediação dessa mercadoria. Rompe-se uma realização potencial de um contrato no movimento de trocas.

Quando o movimento organizado ocupa e invade as fazendas, o direito de propriedade é atingido e, mais uma vez, rompe-se o contrato social³¹ firmado pelo proprietário da terra e os demais possuidores e proprietários seja de capital, seja de força de trabalho. Trata-se de um duplo processo que atinge as bases de funcionamento do capitalismo na região: primeiro, quando o trabalhador ingressa no movimento social e segundo, quando os trabalhadores, reunidos, ocupam uma fazenda.

“Por força de trabalho ou capacidade de trabalho, entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie.” (MARX, 1985, p.135).

Para Marx, há que se estabelecerem algumas condições para que o possuidor de mercadorias encontre essa força de trabalho livre, como mercadoria. Essa só pode aparecer no mercado à medida que e porque ela é oferecida à venda ou é vendida como mercadoria por seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é força de trabalho; esse possuidor da força de trabalho deve poder dispor dela, ou seja, ser proprietário livre dela própria. Ele e o possuidor de dinheiro encontram-se no mercado de trabalho e relacionam-se entre si, como possuidores de mercadoria, diferenciando-se apenas por um ser comprador e o outro, vendedor, enquanto pessoas juridicamente iguais, estabelecendo-se um contrato entre propriedades. O proprietário da força de trabalho só deve vendê-la por determinado tempo, pois se a vender em bloco, deixa de ser livre e passa a tornar-se escravo. Ele coloca-a provisoriamente à disposição do comprador. Além disso, a mercadoria força de trabalho não se desprende da corporalidade viva de seu possuidor, portanto ela não é divisível e torna-se exclusiva.

³¹ O proprietário de terra pode ser apenas proprietário de uma terra, tendo-a como patrimônio, assim como pode tê-la como capital, gerando dinheiro numa atividade agropecuária produtiva. O dinheiro, enquanto categoria marxista, é o equivalente geral de todas as outras mercadorias. Em síntese, MARX (1988, p. 121-22) demonstra a forma direta de circulação de mercadorias é $M - D - M$, transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Ao lado dessa forma, há uma segunda, especificamente diferenciada, a forma $D - M - D$, transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. Dinheiro que em seu movimento descreve essa última circulação transforma-se em capital, torna-se capital e, de acordo com sua determinação, já é capital.

Na Bahia, é no Extremo Sul que os movimentos sociais no campo adquirem impulso ao final dos anos 80 e propagam-se com intensidade para outras regiões do Estado. Formam-se as condições históricas e objetivas para o surgimento de um conjunto de trabalhadores desempregados organizados e o acirramento dos conflitos no campo. Essas condições objetivas caracterizam-se por dois fatores: a conformação fundiária e sua estruturação durante o povoamento, incrementado nos anos 70, a partir da exploração madeireira e a implantação da pecuária e pelo desemprego gerado da urbanização acelerada, da formação de uma força de trabalho ociosa e desocupada, em boa parte do ano, como mão-de-obra de reserva, para a própria pecuária, e para as lavouras recentemente implantadas em bases tecnologicamente avançadas, como o mamão e o café, além de cacau, principalmente, durante os serviços de colheita, quando se exige mais mão-de-obra no processo produtivo.

Castells (2000) define movimentos sociais como ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade. Considerando que não há percepção de história alheia à história que percebemos, do ponto de vista analítico, não existem movimentos sociais bons ou maus, progressistas ou retrógrados. São eles reflexos do que somos, caminhos de nossa transformação, uma vez que a transformação pode levar a uma gama variada de paraísos, de infernos ou de infernos paradisíacos... Todos eles são sintomas de nossas sociedades, e todos causam impacto nas estruturas sociais, em diferentes graus de intensidade e resultados distintos que devem ser determinados por meio de pesquisas.

Não se trata, pois, de considerar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como mau, como permanentemente a mídia televisiva e escrita reproduz em seus noticiários; nem bom, como defendem hermeticamente e exclusivamente segmentos da esquerda brasileira, embora, necessário e ideologicamente, admita-se ser um movimento, em sua gênese, progressista, podendo vir a tornar-se retrógrado historicamente, em sua práxis. O MST, em síntese, é produto histórico com sua tendência transformadora, que pode implicar contextos de total paraíso, ou escuridão, conforme os sujeitos³² sociais envolvidos, os

³² ...a constituição de sujeitos, no cerne do processo de transformação social, toma um rumo diverso do conhecido durante a modernidade dos primeiros tempos e em seu período mais tardio, ou seja, sujeitos, se e quando construídos, não são mais formados com base em sociedades civis que estão em processo de desintegração, mas sim como um prolongamento da resistência comunal. Enquanto na modernidade a identidade de projeto fora constituída a partir da sociedade civil (como, por exemplo, no socialismo, com base no movimento trabalhista), na sociedade em rede, a identidade de projeto, se é que se pode desenvolver, origina-se a partir da resistência comunal (CASTELLS, 2000, p. 28).

interesses de classes e o conjunto de signos e significados que interpretam suas ações. Para a família pobre sem-terra, o MST pode vir a ser o “paraíso” no futuro; para o proprietário ou grileiro da terra, para o governo e seu grupo de sustentação política pode ser um “inferno”, uma vez que gera instabilidade para estes e atinge o direito individual de propriedade daqueles.

O ajuizamento de valores sobre o MST ocorre no âmbito da Política, sendo a mídia importante para reproduzir juízos. Do ponto de vista sociológico, abstraindo a visão de Castells, o MST é produto histórico em devir.

Juntamente com a modernização tecnológica da segunda metade do século XX no Brasil, o Estatuto do Trabalhador Rural³³, em 1962, consolida, institucionalmente, os vínculos contratuais do trabalho rural, deixando de ser vínculos de dependência pessoal, de favor entre o proprietário e o trabalhador rurais. Formam-se excedentes populacionais que deixam de ser absorvidos. Os trabalhadores rurais são expulsos do campo. Isso dá margem ao surgimento dos excluídos nas favelas, nas beiras de rua das cidades do interior, invasões, e cortiços.

Destacam-se ainda os fluxos de oferta de mais e menos condições de empregabilidade, formais ou informais, gerados pelo turismo e vinculados a fatores sazonais. Nos períodos de refluxo, essa força de trabalho ocupada nas atividades geradas pelo turismo fica desocupada.

³³ No Brasil, “o regime de propriedade que então havia era o regime das sesmarias, suspenso em 1822, poucos meses antes da Independência. Apesar de suspenso, não foi imediatamente substituído por um direito de propriedade. Na prática, ele continuava funcionando embora o governo não fizesse novas concessões de sesmarias...Era necessário criar um direito de propriedade que fosse, ao mesmo tempo, um obstáculo ao livre acesso à terra por parte da massa da população pobre, inclusive por parte dos ex-escravos, daqueles que viessem a ser libertados da escravidão... A fórmula encontrada foi a de aprovar uma nova lei de terras [Lei n.601, de 1850]. [Com essa lei, o domínio de boa parte das terras passa do Estado para os particulares, com exceção de algumas áreas, como as terras de marinha]. Tratou-se de aprovar um regime de propriedade que impedisse o acesso à propriedade da terra a quem não tivesse dinheiro para comprá-la, mesmo que fosse terra pública ou terra devoluta. Para obter a legitimação do direito à terra havia era necessário que a pessoa pagasse por ela...o chamado Registro Paroquial de Terras é até hoje a base de referência da cadeia dominial no Brasil. Qualquer título de propriedade territorial cuja cadeia dominial chegue até o Registro Paroquial é um título perfeito.”(MARTINS, 1997, p. 13-15).

Segundo Marx, uma das formas encontradas para evitar que trabalhador assalariado nas colônias se transformasse em camponês autônomo, o que dificultaria o desenvolvimento do capitalismo e a formação de um mercado interno, era fazer com o Estado fixasse um preço de terra além das possibilidades dos trabalhadores assalariados até que outros desses, como imigrantes, tomassem o lugar daqueles no mercado de trabalho. Além disso, obter-se-ia um fundo de recursos, proveniente da venda das terras para os trabalhadores assalariados que conseguissem comprá-las, para permitir que o Estado custeasse a vinda de imigrantes europeus, mantendo o mercado de trabalho abastecido para o capitalista.

“A massa da população marginalizada pelo desemprego fica marginalizada também em termos de conhecimento, de cultura, de especialização, etc, e sem possibilidade de reintegrar-se no mercado de trabalho a curto prazo, a não ser em ocupações igualmente marginalizadas. Vai-se criando aos poucos uma espécie de humanidade de Segunda categoria, excluída até mesmo da possibilidade de participar das lutas sociais e políticas segundo modelos políticos eficazes de atuação, recolhida a formas *lumpen* e quase sempre delinquentes de ação e reação.” (MARTINS, *op.cit.*, p. 58).

A existência do conflito urbano é explicitada por Ribeiro (1995) da seguinte forma:

“a questão hoje é mais grave. A luta dentro dessa massa urbana é ferocíssima. Se associam, eventualmente, nos festivais, como o Carnaval e cerimônias e Candomblé, como paixões esportivas co-participadas e como os cultos de desesperados. Esses marginais não devem, porém, ser confundidos com a secular população favelada das grandes cidades, que de fato são suas principais vítimas. O normal da marginália é uma agressividade em que cada um procura arrancar o seu, seja de quem for. Não há família, mas meros acasalamentos eventuais. A vida se assenta numa unidade matricêntrica de mulheres que parem filhos de vários homens. Apesar de toda a miséria, essa heróica mãe defende seus filhos e, ainda que com fome, arranja alguma coisa para por em suas bocas. Não tendo outro recurso, se junta a eles na exploração do lixo na mendicância nas ruas das cidades. É incrível que o Brasil, que gosta tanto de falar de sua família cristã, não tenha olhos para ver e admirar essa mulher extraordinária em que se assenta toda a vida da gente pobre (RIBEIRO, 1995).

Ribeiro (1995) coloca ainda que

“a própria população urbana, largada a seu destino, encontra soluções para seus maiores problemas. Soluções esdrúxulas é verdade, mas são as únicas que estão a seu alcance. Aprende a edificar favelas nas morrarias mais íngremes fora de todos os regulamentos urbanísticos, mas que lhe permitem viver junto aos seus locais de trabalho e conviver com comunidades humanas regulares, estruturando uma vida social intensa e orgulhosa de si...Outra expressão da criatividade dos favelados é aproveitar a crise das drogas, como fontes locais de emprego...Outro processo dramático vivido por nossas populações urbanas é sua deculturação. Sua gravidade é quase equivalente à primeira grande deculturação que sofremos, no primeiro século, ao desindianizar os índios, desaffricanizar os negros e deseuropeizar europeu para nos fazermos. Isso resultou numa população de cultura arcaica, mas muito integrada, em que um saber operativo se transmitia a pais e filhos e em que todos viviam um calendário civil regido pela Igreja, dentro de padrões morais bem prescritos” (*Ibid*).

Uma das recentes soluções para essa população urbano-marginal é a encontrada pelos movimentos sociais no campo, através das organizações, como MST, MLT (Movimento de Luta pela Terra) entre outros. Nesse caso, a CPT – Comissão Pastoral da Terra, embora não constitua um movimento social em si, já que suas ações encontram-se isoladas no espaço, sujeitas a ações de membros religiosos, sobretudo padres e freiras, constitui-se em uma alternativa para a marginália urbana.

Apresenta-se o Quadro 2 sobre a estratificação social brasileira segundo Ribeiro (1995), na qual se insere a população mobilizada pelos movimentos sociais no campo.

Analisando a constituição de classes sociais proposta por Ribeiro (1995) para a sociedade brasileira, atenta-se que o perfil da população inserida e mobilizável pelos atuais movimentos no campo corresponde às chamadas classes subalternas e oprimidas. No primeiro caso, trata-se de minifundistas, parceiros rurais e ex-trabalhadores rurais e urbanos assalariados, basicamente. No segundo, são aqueles inseridos na exclusão, informais, ambulantes, bóias-frias, cujas condições de trabalho sujeitam-se, com mais intensidade, às incertezas do mercado de trabalho ou à inexistência de empregos. Esse estágio é o último da estratificação social. Ao mesmo tempo, observa-se uma tendência a que os situados na classe subalterna (outrora trabalhadores estabilizados) insiram-se, com o aumento do desemprego, nas classes oprimidas. É um processo crescente que permite, objetivamente, a inserção desses indivíduos nas ações de ocupação de terras.

Quanto às classes dominantes, a formação do patronato oligárquico, senhorial e parasitário é expresso, concretamente, no Extremo Sul, pelos fazendeiros de gado, juntamente com poucos produtores de cacau, oriundos da primeira fase de ocupação, seguindo a expansão do primeiro tipo de capitalista, o empresariado madeireiro. Posteriormente, uma outra classe dominante implanta-se na região, do tipo empresarial contratista, com o surgimento das fazendas modernas de mamão e café, em bases produtivistas. No atual, implanta-se uma outra classe dominante, empresarial, de grande capital industrial nacional e internacional, representado por estamentos gerenciais nacionais e estrangeiros (os executivos, respaldados por profissionais especializados), que estabelecem a nova lógica da economia regional. No setor turístico, hoje predominam os setores intermediários, compostos por profissionais liberais que se tornam pequenos empresários de pousadas e hotéis.

Para Ribeiro (1995), as classes subalternas são formadas por um bolsão da aristocracia operária com empregos estáveis, sobretudo os especializados, e pequenos proprietários, arrendatários e gerentes de grandes propriedades rurais. O objetivo dessas classes consiste em defender o que já têm e obter mais, do que transformar a sociedade.

QUADRO 2: Estratificação social brasileira segundo DARCY RIBEIRO (1995)

Classes dominantes				
<i>Patronato</i>		Estamento gerencial estrangeiro	<i>Patriciado</i>	
Oligárquico	Moderno		Estatal	Civil
Senhorial Parasitário	Empresarial Contratista		Político Militar Tecnocrático	Eminências Lideranças Celebidades
Setores intermédios				
<i>Autônomos</i> Profissionais liberais Pequenos empresários			<i>Dependentes</i> Funcionários Empregados	
Classes subalternas				
<i>Campesinato</i> Assalariados rurais Parceiros Minifundistas			<i>Operariado</i> Fabril Serviços	Parte da população dos assentamentos rurais
Classes oprimidas				
<i>Marginais</i> Trabalhadores estacionais Volantes Empregados domésticos			Maioria da população-alvo dos movimentos no campo	
Biscateiros Delinquentes Prostitutas Mendigos				

FONTE: RIBEIRO, 1995.

“...formando a linha mais ampla do losango das classes sociais brasileiras, fica a grande massa das classes oprimidas dos chamados marginais, principalmente negros e mulatos, moradores das favelas e periferias da cidade. São os enxadeiros, os bóias-frias, os empregados na limpeza, as empregadas domésticas, as pequenas prostitutas, quase todos analfabetos e incapazes de organizar-se para reivindicar. Seu desígnio histórico é entrar no sistema, o que sendo impraticável, os situa na condição da classe intrinsecamente oprimida, cuja luta terá de ser a de romper com a estrutura de classes. Desfazer a sociedade para refazê-la... Geralmente estão resignadas com seu destino, apesar da miserabilidade em que vivem... [são] os excluídos da vida social, que lutam por ingressar no sistema de produção e pelo acesso ao mercado...apesar de sua natureza inorgânica e cheia de antagonismos, que cabe o papel de renovador da sociedade como combatente da causa de todos os outros explorados e oprimidos.” (RIBEIRO, *op.cit.*, p. 209 e 210).

No Extremo Sul da Bahia, os movimentos sociais no campo têm origem no movimento sindical de trabalhadores rurais com o apoio das ações das Pastorais da Igreja Católica no

final da década de 70. Nessa época, acirraram-se os conflitos de terra entre grandes proprietários e posseiros, agricultores familiares, pressionados a abandonar as terras. É o momento da pecuarização da região. Segundo estudos da organização não-governamental Terra Viva, com sede na cidade de Itamaraju, o trabalho das comunidades de base estava no auge, e as principais lideranças atuais foram formadas nesse período. Nos anos 80, os sindicatos articularam-se regionalmente, a fim de discutir e implementar estratégias de atuação, a partir de um fórum informal de sindicatos, ASTREB – Articulação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Extremo Sul da Bahia. A reforma agrária vai-se tornando a principal meta do movimento sindical. Incrementam-se as ocupações de terras até 1989, com sucessivos despejos judiciais e uso de violência policial. É a época do Programa Nacional de Reforma Agrária, do Governo Sarney. No final dos anos 80, chega à região o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, aliado inicialmente do movimento sindical. Com o tempo, passa a haver divergências entre os dois movimentos.

“Em 1989, as lideranças sindicais decidem se afastar da luta pela terra, embora permaneçam aliados políticos do MST...este período marca o início de um processo de crise onde vários fatores interagem: as principais lideranças passam a priorizar a estrutura vertical do movimento sindical e se ausentam da região, a reação conservadora da Igreja Católica reduz sua presença enquanto pastoral e o movimento perde sua bandeira principal, a luta pela terra...A tendência atual é superação deste período de crise. O movimento [sindical] vive uma fase de reencontro de seu caminho, de reconstrução de seu projeto político. O empenho do movimento na produção de conhecimento sobre suas bases traduz a busca da superação desta crise” (TERRA VIVA, 1987).

O MST passa a ser o movimento expoente da luta pela terra no Extremo Sul, expandindo-se rapidamente, para outras regiões da Bahia, como a cacaueteira e o Recôncavo. O movimento sindical da região enfraqueceu-se em torno de uma crise de identidade quanto a suas funções sociais, de representatividade, devido ao aumento do desemprego no campo e aos movimentos de concentração fundiária, e de legitimidade, quanto ao desconhecimento da natureza e a dimensão das categorias concretas que lhe davam sustentação: o agricultor familiar e o novo perfil dos trabalhadores rurais.

“... as técnicas progridem diferenciadamente, a seleção de trabalhadores é dinâmica ao longo de toda a escala de qualificações, e tem o resultado final de estabelecer números máximos de entrada de trabalho não qualificado na base da escala. Subentende-se portanto, que há crescente distanciamento entre a admissão de novos trabalhadores e o crescimento da população dos não incluídos...entende-se que há equivalente distanciamento entre o nível tecnológico em que se reproduz a produção primitiva e o dinamismo do emprego assalariado. Na prática, o sistema de produção tende a absorver proporção decrescente dos que chegam à idade de trabalhar na produção rural primitiva... as oportunidades de trabalho para os analfabetos diminuem proporcionalmente, e ficam restritas a um número menor de atividades. (PEDRÃO, 1996, p. 219).

Para Martins (1997), o Movimento dos Sem Terra é, ao mesmo tempo um grande movimento de modernização no campo. Ele é o mais conseqüente movimento de modernização e ressocialização das populações do campo que já houve na história do Brasil. Tira-se o sujeito da mais absoluta falta de destino, da mais absoluta miséria e transforma-se-o num sujeito que vive num estado de bem-estar social.

“... a reforma agrária deveria ser feita mesmo nos casos em que, a curto prazo, não se produzisse nem um grão de milho como excedente econômico para o mercado...num primeiro momento, tire essa população da miséria, da marginalização, da falta de possibilidade de trabalhar. Uma reforma que ofereça aos beneficiários a possibilidade de ao menos plantar a comida que comem... O problema é que o Estado brasileiro é incompetente para fazer isso. Uma proposta assim dá certo nas experiências localizadas de assentamentos do Movimento dos Sem Terra porque não é uma organização tutelada pelo Estado. Só dá certo porque a própria população envolvida no movimento está nele, não só porque quer terra, mas, também, porque tem um modo de vida como bandeira. Uma mística de como viver, de como um ser humano deve ser”(MARTINS, *op.cit.*, p.61).

O movimento social, concretizado na forma organizacional dos assentamentos rurais, constitui-se num mecanismo de retenção de parte da pressão sobre o mercado de trabalho, já que absorve alguma quantidade de trabalhadores antes desempregados. Pode-se afirmar que, num primeiro estágio de desenvolvimento, o assentamento rural consiste num sistema de produção primitiva, embora não-camponês. Num primeiro momento, pouca relação possui com a produção mercantil. Num estágio mais desenvolvido, volta-se para o mercado para transacionar um excedente maior.

Segundo Pedrão (1996), quando um índio sobrevive na serra ou floresta, pouco importa seu sistema de produção, nem para o poder organizado; contudo, quando ele se desloca para a agricultura comercial ou para a cidade, é um marginalizado, que exerce pressão social e política nos mecanismos de decisão econômica. Nesse caso, pode-se tratar de grupos que jamais participaram da produção capitalista ou que já foram expulsos dela e buscam formas primitivas de sobrevivência.

Ao mesmo tempo, o assentamento rural não contradiz a lógica do capitalismo. Constitui-se também, desde que em pequena escala, num amortecedor de tensões localizadas no espaço. Se se expandem intra e inter-regionalmente, passam a ser ameaça à reprodução do capital e à estrutura de poder, já que apresenta um modelo diferente de organização social, com ênfase na autonomia e liberdade de decisão da força de trabalho.

“A industrialização expandiu a incorporação de recursos naturais e de trabalho e acelerou a intensidade de absorção e da rejeição de trabalhadores. Mas criou contradições, internas e externas, de interesses que levaram muitos grupos a procurar sobrevivência fora da produção diretamente organizada em moldes capitalistas. Isso acontece porque são grupos que conseguem manter-se sem se chocarem diretamente com os interesses do sistema capitalista ou porque têm algumas vantagens especiais de acesso a recursos naturais e em condições favoráveis. É o que acontece com numerosa população dos países de clima tropical na América Latina, mas freqüentemente nas florestas e nas costas. Essa estratégia de sobrevivência contrasta com a uniformidade do movimento de formação de capital. O processo de busca de mais-valia relativa assinala o mecanismo interno de captação e de rejeição de trabalhadores por parte de cada capitalista, e em cada sistema de produção em seu conjunto, traduz-se num mecanismo de contratação seletiva, que, entretanto, permite que se reproduzam mecanismos de solidariedade, de tipo não-capitalista, como entre membros de uma mesma comunidade (PEDRÃO, *op.cit.*, p. 218).

Entende-se o movimento social no campo como estruturação orgânica e dinâmica que encontra, espacialmente, as condições objetivas de sua expansão – a existência da exclusão - agravadas pelo aumento do desemprego nos centros urbanos regionais e da desocupação no campo. Essa situação não se confunde com assentamentos isolados e pontuados no espaço baiano, sem amparo institucional e organizacional. Como se observa na tabela 28, as regiões econômicas do Extremo Sul, Chapada Diamantina, Nordeste, Piemonte da Diamantina, Sudoeste e Litoral Norte apresentam as maiores taxas de ocupação das famílias assentadas, sendo que, no Extremo Sul, a taxa está em torno de 90,20% do total da capacidade dos assentamentos.

O aspecto organizacional se destaca como garantia de continuidade dos projetos de assentamentos, além da existência de recursos naturais, e hídricos, que garantem a sobrevivência e a reprodução dos grupos familiares. Isso porque são consistentes e organizados os movimentos sociais no campo, atraindo militantes e trabalhadores desempregados. Verifica-se o contrário nas regiões do Baixo-médio São Francisco, Irecê e Oeste com taxas de ocupação menores, 10,10%, 42,71% e 46,84%, respectivamente. Na Bahia, com uma taxa geral de 64,79%, há uma capacidade ociosa relevante de ocupação dos assentamentos, que pode ser explicada pela desistência de assentados ou pelo fracasso de alguns projetos de assentamento devido à sua frágil capacidade organizacional.

TABELA 28: Indicadores dos projetos de assentamento da União, na Bahia, por região econômica, em 1998³⁴.

Região Econômica	N de projetos	Área	N de famílias		Taxa de ocupação	Área/ Capacidade	Área ocupada	Área ociosa
			Capacidade	Beneficiários				
Extremo Sul	16	29.824,58	1357	1224	90,20	21,98	26.901,47	2.923,12
Litoral Sul	40	45.364,89	2117	1387	65,52	21,43	29.721,82	15.643,06
Chapada Diamantina	9	29.496,10	929	893	96,12	31,75	28.353,09	1.143,01
Oeste	13	170.633,04	3625	1698	46,84	47,07	79.926,87	90.706,17
Médio São Francisco	21	246.310,00	5473	3606	65,89	45,00	162.286,47	84.023,53
Paraguaçu	14	66.874,29	2134	1671	78,30	31,34	52.365,01	14.509,28
Recôncavo Sul	6	6.440,91	401	289	72,07	16,06	4.641,95	1.798,96
Nordeste	14	34.851,33	932	835	89,59	37,39	31.224,10	3.627,23
Irecê	8	67.206,79	1604	685	42,71	41,90	28.701,15	38.505,63
Piemonte Diamantina	7	23.673,57	794	706	88,92	29,82	21.049,80	2.623,77
Metropolitana Salvador	2	11.232,00	300	2	0,67	37,44	74,88	11.157,12
Baixo-Médio São Fran.	1	25.379,27	812	82	10,10	31,26	2.562,93	22.816,34
Sudoeste	9	17.468,30	715	606	84,76	24,43	14.805,30	2.663,00
Litoral Norte	2	3.877,74	152	146	96,05	25,51	3.724,67	153,07
Bahia	162	778.632,81	21345	13830	64,79	36,48	486.339,52	292.293,29

FONTE: INCRA/98 – Relatório de projetos de assentamentos

Com base nas tabelas 28 e 29, há na Bahia 239 assentamentos rurais e fundos de pasto, sendo que 162 são assentamentos federais, implementados pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e 77 são estaduais. As regiões da Chapada Diamantina e Nordeste concentram o maior número de assentamentos estaduais.

TABELA 29: Assentamentos estaduais de reforma agrária assistidas pela CORA/SEAGRI - 1998

Regiões Econômicas	N imóveis	Área	Famílias
1.Litoral Norte	6	892	327
2.Baixo Médio São Francisco	8	11.409	239
3.Chapada Diamantina	18	22.059	795
4.Nordeste	14	16.384	510
5.Piemonte da Diamantina	21	21.701	1409
6.Litoral Sul	2	2.313	180
7.Sudoeste	2	1.887	192
8.Extremo Sul	1	500	33
9.Paraguaçu	5	962	202
Bahia	77	78.107	3.887

FONTE: Coordenação de Reforma Agrária e Associativismo - CORA

Nota: abrange as fazendas e fundos de pasto

³⁴ INCRA. *Relação de projetos de assentamento na Bahia*. Salvador, 1998 (mimeo).

QUADRO 3: Relação de Assentamentos vinculados ao MST no Estado da Bahia, em 1999

Assentamento	Município	Área total	Data da desapropriação	Quantidade de famílias
Região Extremo Sul				
4045	Alcobaça	5.100,00	15/01/87	145
Guaira	Prado	918,00	Doação	26
Maravilha (Palmares)	Eunápolis	3.757,00	24/03/95	120
N. Senhora do Rosário	Prado	670,00	30/07/86	44
Nova Dely	Jucuruçu	1.457,00	16/12/86	56
1º de Abril	Prado	800,00	Governo do Estado	38
Bela Vista	Itamaraju	2.388,13	20/06/97	150
Paulo Freire	Mucuri	2.312,85	10/12/97	100
Reunidas Corumbau	Prado	2.741,04	22/10/96	100
Riacho das Ostras	Prado	2.000,00	18/12/86	87
Santa Luzia	Prado	1.124,28	10/11/98	50
Terra Nova (Murici)	Porto Seguro	754,68		31
Sub-total		24.022,98		947
Região Sudoeste				
Amaralina	V. da Conquista	2.722,00	15/07/87	131
União IBC	V. da Conquista	180,00	Governo do Estado	28
Etelvino Campos (Paixão)	V. da Conquista	260,00	Governo do Estado	74
Lagoa e Caldeirão	V. da Conquista	1.507,00	12/01/95	150
Conquista do Rio Pardo	V. da Conquista	1.457,36	17/04/97	60
Nossa Senhora do Mutum	V. da Conquista	2.862,31	20/06/97	120
Olho d'água	V. da Conquista	623,48	13/11/97	40
Cipó	V. da Conquista	1.443,80		80
Cedro	V. da Conquista	800,00	17/12/97	60
Cascata/Cangussu	Barra do Choça	867,28	06/05/98	60
Primavera	Encruzilhada	1.590,03		80
Boa Sorte	Ribeirão do Largo	1.362,50	28/08/97	70
Mocambo	V. da Conquista	1.256,42	11/11/94	80
Sub-total		16.932,18		1033
Região Sul				
Loanda	Itajuípe	408,40	04/09/95	50
Nova Ypiranga	Camacan	817,90	18/09/96	100
Assucena/Recordação	Camacan/Pau Brasil			65
Rio Aliança (Contrato)	Arataca	567,57	07/10/97	50
Terra Vista	Arataca	904,13	29/10/93	100
Sub-total		2.698,00		365
Região Baixo Sul				
Mariana	Camamu	679,00	04/04/88	27
Mata do Sossego	Igrapiúna	1.567,68	18/07/96	82
Novo Horizonte	W. Guimarães	2.497,80	25/06/96	101
Santa Luzia	Valença	386,30	06/09/96	26
Resistente (S.Marcos I)	W. Guimarães	1000,96	04/09/95	50
União (São Marcos II)	W. Guimarães	562,14	04/09/95	30
Tancredo Neves	W. Guimarães	986,00	Doação	59
17 de Abril	Taperoá	999,23	18/08/97	58
Boa Sorte	W. Guimarães	1099,34	01/09/97	58
Che Guevara	W. Guimarães	848,24	22/10/97	58
Margarida Alves	Ituberá	522,25	20/11/97	31
Joseney Hipólito	Ituberá	825,68	20/11/97	60
Chico Mendes	W. Guimarães	425,97	22/10/97	31
Sub-total		12.400,59		671
Região Recôncavo				

Nova Suiça	Santo Amaro	1.821,60	23/09/96	100
Bela Vista	Santo Amaro	299,90	07/04/97	30
Eldorado (Petinga)	Santo Amaro	653,40	01/09/97	50
Sub-total		2.774,90		180
Região Chapada				
Bartira	Itaetê	4.230,00		160
Baixão	Itaetê	4.782,61		200
Beira Rio	Boa Vista do Tupim	11.007,00		400
Barra Verde	Boa Vista do Tupim	2.490,54		100
Jaqueira	Lençóis	1.190,70		47
Bela Flor	Lençóis	505,00		20
São Sebastião de Utinga	Wagner	1.977,27		92
Sub-total		26.183,12		1.019
Total		85.011,77		4.215,00

FONTE: MST; Sistematização: autor, 1999.

Como se observa nos Quadros 3 e 4, a estratégia de ocupação das fazendas pelo MST concentra-se nas áreas onde há recursos naturais, água e vegetação, em abundância, compreendendo desde o Extremo Sul até o Recôncavo, passando pelo Litoral Sul, Baixo Sul, no litoral, e adentrando a Chapada Diamantina, ao longo dos municípios da Bacia do Alto Paraguaçu. Se se observarem as datas de regularização dos assentamentos nas cinco regiões econômicas, vê-se que o MST começou a surgir no Extremo Sul do Estado, na segunda metade da década de 80, difundindo-se no início da década de 90, para as demais regiões. O Extremo Sul também apresenta a maior concentração de famílias sem-terra acampadas em fazendas ocupadas, em 1999, o que corrobora a hipótese da continuada desocupação da força de trabalho na região. Na região do Recôncavo, a concentração de famílias acampadas também é significativa.

Conforme gráfico 3, a região do Extremo Sul apresenta o maior percentual de famílias assentadas ou acampadas vinculadas ao MST, entre 1986 e 1999, 34,59%, vindo, em sequência, a Chapada Diamantina, com 23,94%, o Sudoeste com 18,49%, o Recôncavo, com 14,24%, o Sul, com 5,97% e Juazeiro, com 2,77%. Observa-se ainda que boa parte dos assentamentos e acampamentos no Extremo Sul surgiram em meados da década de 90, o que confirma a tese de agravamento das condições de sobrevivência³⁵ das populações locais e o incremento das famílias no movimento social.

³⁵ Quanto ao nível de indigência dos municípios do Extremo Sul, os dados do IPEA (1990) já mostravam as elevadas taxas de indigência na região; desde então, como nenhuma mudança estrutural ocorreu e que viesse a modificar as condições de sobrevivência das famílias mais pobres, infere-se que, uma década depois, a situação tenha-se agravado.

Com base no mapa temático *Área de terras produtivas não utilizadas*³⁶, do IBGE, se comparada a outras regiões do Estado da Bahia, o Extremo Sul possui poucas áreas de terras que não estão sendo utilizadas para qualquer finalidade produtiva, ao tempo em que há uma baixa ocupação da mão-de-obra no meio rural da região. Isso potencializa o conflito social devido à maior desocupação de trabalhadores, mais pessoas mobilizadas nas ocupações diante da restrição de terra produtiva não utilizada.

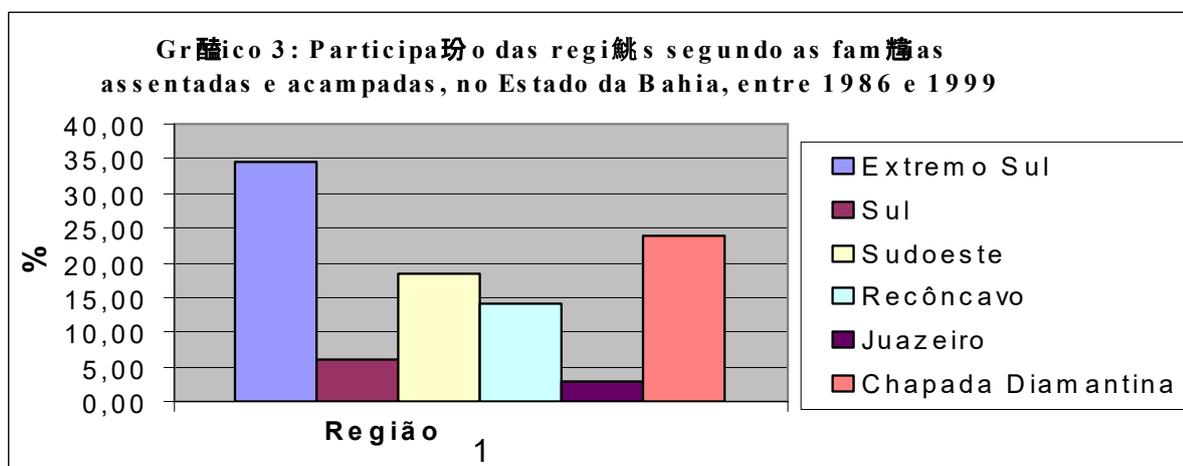
QUADRO 4: Relação de acampamentos vinculados ao MST no Estado da Bahia, em 1999

Acampamento	Município	Área (ha)	Data	Quantidade de famílias
Região Recôncavo				
Palmeiras	São Francisco do Conde	270	05/04/98	30
Brejo	Santo Amaro	394	08/10/97	50
Barreto de Araújo	Biritinga	20.000	10/05/99	100
Panema	Mata de São João	1.490	15/10/97	40
Gameleira	Catu	100	20/01/98	50
Pedrinhas	Mata de São João		21/10/97	80
Santo Antônio	Simões Filho	400	16/08/98	30
Menino Jesus	Serrinha	13.000	15/03/99	470
São Domingos	São Sebastião do Passé	405	20/04/97	60
Faz. Roçadinho	Feira de Santana	380	18/02/98	90
Sub-total				1000
Região Sudoeste				
Pancada Formosa/Casa de Pedra	Caatiba	630	19/03/98	80
Seis Irmãos	Iguai	1200	07/08/98	100
Mumbuca/Sossego	Encruzilhada	400	22/06/98	140
Bandicua	Automira	600	13/01/99	100
Santa Luzia	Encruzilhada	700	25/10/98	80
Sub-total				500
Região Sul				
Itambé	Itajuípe	600	23/04/99	50
Água Santa	Pau Brasil	500	08/11/98	80
Região Juazeiro				130
Três Bois	Casa Nova			60
Jacaré	Juazeiro			170
Sub-total				230
Região Extremo Sul				
Rosa do Prado	Prado	5.980	21/12/89	350
Beira Rio	Porto Seguro	1.600		180
Modelo	Prado	216	03/07/98	25
Goiânia	Itamaraju	1105	09/05/98	400
Conjunto Almeida	Itamaraju			150
Itatiaia	Guaratinga	2000		180
Florestan Fernandes	Mucuri	1500		250
Chico Mendes	Porto Seguro	800		165

³⁶ Ver pag 146.

Fransopli	Eunápolis	2500	10/04/99	70
Estrela do Sul	Porto Seguro			150
Sub-total				1920
Região Chapada				
Santa Rita	Utinga	546	20/01/98	60
Moçambique	Itaeté	2608	30/07/98	200
Santa Fé	Marcionílio Souza		15/02/99	50
Dandara	Iramaia	3600	08/03/99	110
Laranjeira	Wagner	652	01/11/98	30
Peixe	Boa Vista do Tupim	2000	25/03/99	175
Europa	Itaeté	1730	29/08/98	60
Grotão	Boa Vista do Tupim	3000	20/07/99	120
Retiro	Wagner	400	06/04/99	30
Jenipapo	Tapiramutá	2600	20/03/99	130
Sub-total				965
Região Baixo Sul				
Mengerona	Grapiúna	600	10/01/99	20
Cententa	Ituberá	1000	23/03/99	35
Santa Luzia II	Valença	300	22/04/98	25
Mucuba	Wenceslau Guimarães			100
Sítio do Meio	Nilo Peçanha	800	14/08/98	70
Canta Galo	Ibirapitanga	100	04/05/97	50
Sub-total				300
Total				5.045,00

FONTE: MST; Sistematização: autor, 1999.



FONTE: MST; sistematização: autor, 1999.

Por outro lado, entende-se o movimento social como expressão da luta de classes, sendo, do ponto de vista concreto, uma luta de classes no campo, resultante do sub-emprego e do desemprego. A capacidade de mobilização e de aglutinação das lideranças regionais mais conscientes atrai uma massa de desempregados urbanos e sub-empregados rurais, alguns com consciência política por já terem sido sindicalizados, outros devido à escassez material para a sobrevivência do grupo familiar. Assim, constituído o grupo para ocupar determinada fazenda já escolhida pelas lideranças, estabelece-se a luta de classes. A

invasão é a manifestação concreta dessa luta pela apropriação da terra. Não se constitui numa luta por melhores salários ou pela oferta de novos empregos. É uma luta pela aquisição da terra, que, através do trabalho, valoriza-se e emprega. Nesse caso, busca-se, em última instância, uma distribuição da terra, renda e emprego em favor da força de trabalho, ou seja, que seja conquistado e reconhecido um direito social pelas instituições políticas e sociais. A força de trabalho passa a apropriar-se do resultado de seu próprio trabalho. Como afirma Martins (1997),

“O Movimento dos Sem Terra é que é o portador e o agente moderno porque questiona a estrutura de propriedade e por meio dela questiona a estrutura de poder; questiona a propriedade concentrada injustamente, anti-social, e, em consequência, questiona o poder oligarquizado e, no fundo, antidemocrático. O Movimento é o único agente social a proclamar todos os dias que a questão agrária não é só nem predominantemente uma questão econômica. Ela é uma questão política. O Movimento dos Sem Terra atua no sentido de democratizar a propriedade da terra e de desimpedir um fator de persistência da mentalidade oligárquica. Nesse sentido, ele é essencialmente modernizador, muito mais modernizador do que o capital que se compôs com a grande propriedade fundiária.” (MARTINS, *op.cit.*, p 64-65).

As pessoas envolvidas no movimento, individualmente, não trabalham mais para o pecuarista, ou produtor de café, mamão e cacau, ou na extração madeireira, nem permanecem desempregadas, como exército industrial de reserva, regulador do nível salarial médio de subsistência da classe trabalhadora a que se vinculam, donde decorrem o sobretrabalho e o sub-emprego, nem trabalham como informais (pedreiros, pintores...) nos centros urbanos. Elas tornam-se possuidoras da produção agrícola de seu próprio trabalho e do grupo familiar na organização produtiva individual e na coletiva.

“O sistema de apropriação capitalista surgido do modo de produção capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, baseada no trabalho próprio. Mas a produção capitalista produz, com a inexorabilidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação. Esta não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre o fundamento do conquistado na era capitalista: a cooperação e a propriedade comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho...o modo de produção capitalista de produção e acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista exigem o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador” (MARX, 1985, p. 294 e 302).

A partir da passagem acima de O Capital, o acirramento dos movimentos sociais no campo no final dos anos 80, no Brasil, particularmente no Extremo Sul da Bahia, constitui-se inexoravelmente num movimento de contra-tendência que aglutina centenas de desempregados, excluídos, produto do processo de acumulação capitalista regionalmente. Não se pode afirmar, entretanto, que seu caráter seja revolucionário *stricto sensu*. Também não se afirma o seu caráter reacionário, tipo camponês, segundo Marx, quando considera

os estratos médios, como o campesinato, o pequeno comércio, o artesanato, reacionários, que combatem a burguesia para evitar a sua extinção enquanto estamentos médios.

O movimento pela terra não desponta, explicitamente, como contestação ao direito de propriedade particular da terra, embora a sua ação rompa os contratos pré-estabelecidos legalizadores de um direito proprietário pré-existente. A organização produtiva dos assentamentos, decorrentes do MST, adquire uma natureza mista, coletiva e individual, em que se reconhece a autonomia do assentado na produção e comercialização dos bens produzidos em sua gleba individualizada - autonomia, normalmente, vinculada a um projeto coletivo de plantio e assistência técnica, gerido pela associação ou cooperativa de produção local, ou cooperativa regional.

Quanto à capacidade de organização e mobilização dos atuais movimentos sociais no campo, como dispõe Capra (1998, p.80), “a auto-organização é a emergência espontânea de novas estruturas e de novas formas de comportamento em sistemas abertos, afastados do equilíbrio, caracterizados por laços de realimentação internos e descritos matematicamente por meio de equações não-lineares”.

Para a compreensão do movimento popular em questão - como se organiza e difunde-se, a tentativa de abstrair a idéia de auto-organização do movimento popular em espaços disciplinados pelo *modus operandi* e *interna corporis*, em torno de processos produtivos, sendo os assentamentos expressão dessa territorialidade, torna-se pertinente, pela espontaneidade com que o movimento se forma nos vários espaços regionais. Essa espontaneidade é marcada pela pobreza e inexistência de alternativas de sobrevivência³⁷ para muitas famílias, embora não se possa perder de vista o caráter indutor e norteador imanente desempenhado pelas lideranças.

Assim, não se trata, em si, de compreender apenas as relações sociais existentes no interior de um assentamento, ainda que sejam elas determinadas pela realidade mesorregional – o

³⁷ Várias pesquisas, realizadas em ambientes de informalidade no Chile, no México, no Equador, no Brasil, apontam ao mesmo fenômeno, de que as pessoas que não conseguem trabalho regular durante muito tempo perdem essa esperança, e passam a ter outras formas de comportamento, que vão da apatia à contravenção e ao alcoolismo. Como não há informações sobre distúrbios psicológicos dos mais pobres, não há também como saber os efeitos da incidência desses problemas em sua esperança de vida e em seu cotidiano (PEDRÃO, *op.cit.*, p. 229).

Extremo Sul da Bahia, em particular, com traços culturais e econômicos historicamente conformados. Consiste em, principalmente, conhecer a dinâmica do movimento popular, que se manifesta localmente, em cada assentamento, enquanto materialidade, objetiva, que reúne o modo econômico de produção, consumo e comercialização e sua interação com o mundo externo, e expande-se, regionalmente, pela conectividade de relações que são mantidas e desenvolvidas em espaços que transcendem a perspectiva local. Disso decorre a atual propagação do movimento, não só no Extremo Sul, mas na região cacauceira, Recôncavo baiano e em todo o Brasil, como processo em contínuo e intenso deslocamento, implementado pelas ocupações, formas alternativas de mobilização de desempregados oriundos da crise. Interação que se forma em redes informais de comunicação que são acionadas no momento em que se vislumbra uma nova ocupação de terras. Daí o caráter de massa do contingente de pessoas que se forma numa ocupação, ora inseridas no contexto regional, ora completamente desvinculadas das práticas agrícolas regionais, de que se observa uma permanente migração entre as ocupações e assentamentos.

No curso do processo, a natureza auto-organizativa cria as condições para o surgimento das normas de costume do movimento. Essas normas difundem-se no espaço e são formadoras de novas estruturas. A realidade econômica mesorregional - o sistema agrário - é o aspecto que peculiariza a natureza e a estruturação produtiva de cada assentamento, diante do caráter homogeneizador, próprio do processo de expansão do movimento, com referência à institucionalidade e à forma organizativa dos sistemas de produção.³⁸

Segundo Freud *apud* Enriquez (1996),

“não há qualquer razão racional na constituição e no funcionamento da massa. Tudo se passa como se os indivíduos tivessem se reunido por motivos imprecisos ou desconhecidos, se estimulassem mutuamente, sem outros objetivos além dos de cometer um crime, adorar os ídolos, ou, no caso de ações precisas, de ‘erguer montanhas’” (1996, p.59-60).

Essa colocação remete à seguinte pergunta: o que leva à mobilização, *in loco*, de um agrupamento de indivíduos normalmente desempregados, senão a condição de desempregado, ou seja, a sua própria materialidade - fruto da inexistência de renda? Como ocorre a transcendência da mente individual de cada um para uma mente coletiva, de ação conjunta visando à ocupação da terra?

³⁸ [Os conceitos de sistemas agrário e de produção encontram-se em Dufumier \(1997\).](#)

Para aqueles mesmos autores, a idéia de massa psicológica é um ser provisório, composto de elementos heterogêneos, que se unem por um momento. Ressalta-se que a mobilização para as ocupações ocorre nessa perspectiva: várias famílias, de municípios diferentes, aglomeram-se numa determinada área ocupada a partir do poder da palavra das lideranças regionais e locais. Verifica-se uma permanente migração, entre os próprios sem-terras de ocupações diferentes, e assentados, entre assentamentos.

Ainda Freud *apud* Enriquez (1996) afirma que a massa psicológica

“dota os indivíduos de uma espécie de mente coletiva que os faz sentir, pensar e agir, de maneira muito diferente daquela pela qual cada membro, tomado individualmente, sentiria, pensaria e agiria, caso se encontrasse em estado de isolamento... A massa é impulsiva, mutável e irritável... Não pode tolerar qualquer demora entre seu desejo e a realização do que deseja. Tem um sentimento de onipotência: para o indivíduo num grupo, a noção de impossibilidade desaparece [tudo é possível, como força-motriz de sua ação e movimento]. A massa não conhece nem a dúvida nem a incerteza. Levado a todos os extremos, um grupo só pode ser excitado por um estímulo excessivo. O que exige de seus heróis é força ou mesmo violência. A massa é tão intolerante quanto obediente à autoridade” (ENRIQUEZ, 1996, p. 56).

Assim, pela influência de sugestões, os grupos são capazes de elevadas ações e devoção a um ideal, sob forma de renúncia e despreendimento, que é o momento da reunião das aglomerações de famílias inteiras num acampamento de uma fazenda ocupada, em mínimas condições materiais, sujeitas à represália do Estado mediante sua força jurisdicional e policial. Nesse momento, a coesão é mantida pelo “poder mágico” das palavras em encadeamento de situações diversas, exercitado pelos militantes mais instruídos com a *praxis*. Essa linguagem “encantada, artística e repetitiva (estruturada ritualmente) abrange os efeitos atratores que conduzem à organização. A repetição de slogans, canções e palavras de ordem dão a sensação de que as palavras dão presença à ausência e à realidade dos desejos” (ENRIQUEZ, *op.cit*, p.58). O MST é o exemplo vivo dessa *praxis*.

Assim, entende-se identidade a fonte de significado e experiência de um povo (CASTELLS, *op.cit*, p.20).

Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida... O autoconhecimento – invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta – nunca está

totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros (CALHOUN *apud* Castells, *op. cit.*, p.22).

CASTELLS (*op. cit.*, p. 22), entende identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, que prevalecem sobre outras fontes de significado. Tanto para o indivíduo, pode haver identidades múltiplas; contudo, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação, quanto na ação social.

Ademais, do ponto de vista político, Medeiros e Leite (1999) apontam que grande parte dos assentamentos decorreu de um processo de luta pela terra, o que implica um certo nível de organização e constituição de lideranças que normalmente participam da política local após a consolidação dos assentamentos, tornando-se porta-vozes do grupo e de suas demandas. Muitos tornam-se vereadores e prefeitos³⁹. São, na verdade, formadores de opinião que representam os interesses dos assentados e passam a disputar o poder com as elites locais.

Do ponto de vista econômico, os assentamentos, segundo os autores *retro* mencionados, tendem a promover um rearranjo do processo produtivo nas regiões onde se estabelecem. O comércio local é afetado, geram-se impostos, aumenta a movimentação bancária, inclusive com recursos do PROCERA, diversifica-se a produção agrícola, podem ocorrer mudanças tecnológicas, gerando efeitos multiplicadores entre os demais agricultores familiares. O mercado local é dinamizado pela venda de produtos oriundos dos assentamentos, aumentando a oferta local, principalmente em municípios pequenos.

“Na dimensão das relações societárias, nossa hipótese é que há um processo de aprendizagem de formas organizativas. A luta pela terra e os procedimentos de constituição do assentamento proporcionam a experiência de novas formas de participação e de sociabilidade entre assentados, rearranjando e/ou recuperando redes de relações pessoais anteriores, que dão origem a distintas formas de organização ou constituem novas. Para além das associações e cooperativas..., formam-se grupos de mulheres, jovens, estabelecem-se grupos religiosos distintos. Alguns estudos de caso demonstram ainda como um processo de luta que culminou em um assentamento pode promover um ‘aprendizado organizativo’ em relação a novos grupos que passam a se formar visando novas ocupações, muitas vezes com assessoria daquele primeiro”. (MEDEIROS e LEITE, *op.cit.*, p.167).

³⁹ O ex-prefeito de Itamaraju é um frade, Frei Dilson (1996-2000), é ex-deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores e um dos responsáveis pelo fortalecimento do MST na região.

Vale ressaltar que os assentamentos de produção agropecuária formados pela mobilização dos movimentos sociais são produtos urbanos, que pouco se assemelha à produção camponesa tradicional, ou do pequeno produtor, pouco existente na região. Trata-se de um movimento orgânico e disciplinado, inserido, em última instância, num movimento de classe, que não se confronta apenas com o proprietário de terra, mas com outras classes sociais, como industriais, comerciantes e financistas, à medida que apresenta uma alternativa (conflituosa), uma resposta concreta ao desemprego urbano crescente. Disso decorre a natureza urbano-rural desses movimentos.

“Com a diminuição constante do número dos magnatas do capital, os quais usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a extensão da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, educada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. (MARX, 1985, p. 294).

Em relação à natureza dos participantes dos movimentos sociais, a massa desempregada, não se pode falar numa classe educada, contudo unida, revoltada e organizada. Pelo contrário, a massa é pouco esclarecida quanto à educação formal e engaja-se nos movimentos por não lhe vislumbrar qualquer outra alternativa concreta de sobrevivência.

Para Martins (1997), o MST não é mais um movimento social. É uma organização que possui uma estrutura, um corpo de funcionários e que já perdeu as características de um movimento social. Para ele, a tendência dos movimentos sociais é desaparecerem quando atingidos ou esgotados seus objetivos ou sua capacidade de pressão, ou transformarem-se em organizações partidárias ou de outro tipo. Se o problema se resolve, acaba o movimento. Se não se resolve, há uma tendência de que o movimento se institucionalize.

A institucionalização do movimento ocorre na concretização do modo de organização dos assentamentos segundo uma estrutura administrativa local e regional. Em estágios mais avançados de organização, as associações ou cooperativas de produção dos assentamentos vinculam-se às respectivas cooperativas regionais, que se relacionam diretamente com a cooperativa central de um Estado, ou de mais de um Estado da Federação. A cooperativa central do Estado da Bahia responde também pelos assentamentos do Estado de Sergipe.

Os assentamentos são o resultado concreto das condições objetivas das ações do movimento. O MST, contudo, continua como movimento à medida que mobiliza novos

membros para o processo de ocupação de terras. O assentamento e sua organização produtiva são a imagem da ocupação no futuro.

Dada a complexidade alcançada pelo movimento nos últimos anos, tanto em relação à estrutura organizacional, quanto à abrangência espacial, o MST capilarizou-se no tecido social, apresentando diferenciações, em estágios de desenvolvimento de seu processo de atuação. Primeiro, manifesta-se nas ocupações, que é o primeiro estágio do processo, como concretude da ação do movimento – é o momento da mobilização dos desempregados para a ocupação de terras, formando acampamentos, irregulares. Segundo, quando do início da regularização fundiária, em que o acampamento torna-se assentamento e os assentados produzem, basicamente, para a subsistência. Terceiro, quando o assentamento encontra-se num estágio de uma acumulação patrimonial e de bem-estar dos assentados mais avançados. Não significa que o processo seja determinístico, tendo os ocupantes-assentados que alcançar o terceiro estágio, como etapa inexorável às ações do movimento. A passagem do segundo estágio para o terceiro é mais duradoura no tempo e nas condições objetivas, quanto à existência de recursos naturais, tecnologia e organização.

“A vida nos acampamentos promove uma radical experiência de ressocialização de seus membros e participantes. Neles se cria uma espécie de sociabilidade nova, o que significa que daí decorre mais do que a reivindicação de terra. É o que o Movimento propõe nesse projetos de cooperativa, de trabalho, de modernização das relações sociais... Pode-se dizer que nessa experiência há uma certa reinvenção do mundo camponês em bases modernas” (MARTINS, *op.cit.*, p. 65).

Quando a produção dos assentamentos é coletiva, ou seja, não há lotes individualizados por grupo familiar, os produtores trabalham em mutirão, não necessitando de contratar mão-de-obra para as atividades da lavoura. O grupo coletivo – assentados e seus familiares – trabalham no plantio até a colheita, deixando a comercialização para a associação ou cooperativa do assentamento. Quando a produção é individual, é comum os próprios assentados contratarem mão-de-obra, temporariamente, para ajudar no plantio, capina e colheita dos produtos agrícolas. Nesse caso, são trabalhadores rurais temporários, sub-empregados da região.

Há alguns estágios no processo de consolidação dos produtores rurais nos assentamentos. Após um determinado período, alguns abandonam a terra em que se assentaram ou mantêm-se na terra produzindo. Nesse caso, podem permanecer como produtores simples de mercadorias, seja para autoconsumo, seja no mercado, pelo movimento de circulação –

M – D – M. Produzem para obter dinheiro e adquirir mercadorias para o próprio consumo nos mercados locais, ou para a formação de um reduzido patrimônio de eletrodomésticos (reprodução simples). Num segundo momento, acumulam meios de produção e bens, gerando um maior bem-estar à família (meios de produção e de subsistência, como propriedades do produtor direto, não são capital; só o serão sob condições em que servem ao mesmo tempo como meios de exploração e de dominação do trabalhador, segundo Marx). Num terceiro momento, a minoria consegue acumular (reprodução ampliada) e agir capitalisticamente, segundo a lógica do movimento de circulação D – M – D’; então, tendem a contratar mão-de-obra por mais tempo, afastando-se parcialmente do processo produtivo, enquanto força de trabalho. Aumentam as diferenciações internas no âmbito dos sistemas de produção e da renda.

A implantação de um assentamento rural não significa, necessariamente, a existência de um movimento orgânico por trás. Há muitos assentamentos cujos participantes desmobilizam-se, atêm-se apenas a suas unidades produtivas e conformam-se com a sua situação já resolvida e regularizada. Daí seu caráter reacionário. O que caracteriza o movimento social no campo é sua abrangência espacial, a constante mobilização dos líderes e assentados nas ações do movimento, visando expandir seus objetivos originários, como a ocupação das terras, o assentamento de famílias, a produção agrícola e novas ocupações de terras com outros membros e, assim, sucessivamente.

Como expõe Mandel (1982),

“Uma vez que a relação de forças dos combatentes determina a distribuição do valor recém-criado entre capital e trabalho, ela determina, da mesma forma, a taxa de mais-valia. Isso pode ser entendido num duplo sentido. Em primeiro lugar, quando a relação de forças políticas e sociais é favorável, a classe operária pode ter êxito na incorporação de novas necessidades, determinadas pelas condições sociais e históricas e aptas a serem satisfeitas pelos salários, no valor da força de trabalho. Pode conseguir aumentar esse valor. No entanto, se as condições econômicas é que se mostrarem vantajosas, isto é, quando houver uma aguda escassez de mão-de-obra devido a um ritmo anormal da acumulação de capital, o preço da mercadoria força de trabalho (o salário) também poderá se elevar periodicamente acima de seu valor. Ao contrário, quando a relação de forças políticas e sociais for desvantajosa para a classe operária, o capital poderá ter êxito na redução do valor da força de trabalho pela destruição de uma série de conquistas históricas e sociais dos operários, isto é, pela eliminação parcial de mercadorias que correspondem a suas necessidades dentro do padrão de vida considerado normal. Analogamente, o capital pode forçar a redução do preço da mercadoria força de trabalho até um nível abaixo de seu valor, quando a relação de forças econômicas for particularmente desvantajosa para a classe operária.” (MANDEL, 1985, p. 107).

A exclusão social que estabelece as condições objetivas para o crescimento dos movimentos sociais é representativa da desvantagem atual da força de trabalho, após o primeiro momento de expansão e geração de empregos da atividade madeireira, dinamizadora da região e absorvedora de imigrantes. Estagnada essa atividade e com expansão da pecuária extensiva (baixo índice de ocupação de mão-de-obra por hectare), com a tecnificação das novas culturas agropecuárias (mamão, café e pecuária semi-intensiva), com a sazonalidade da atividade turística e com a implantação da silvicultura para produção industrial (baixa ocupação de mão-de-obra por hectare), e a tendência à concentração fundiária, formam-se contingentes humanos desempregados nas periferias dos centros urbanos, que passam a ser mobilizados para ingressar nos movimentos pela aquisição de terras, através do imediato e único modo que lhes é possível: a ocupação de fazendas.

“O mecanismo inerente ao modo de produção capitalista, que normalmente conserva dentro de limites o aumento no valor e no preço dos salários, é a expansão ou reconstrução do exército industrial de reserva ocasionada pela própria acumulação de capital, isto é, pelo aparecimento inevitável, em períodos de alta salarial, de tentativas no sentido de substituir em grande escala a força de trabalho viva por maquinaria. A queda na taxa média de lucros resultante de um aumento na composição orgânica do capital e dos salários em alta tem o mesmo efeito. Se a taxa de lucros cair abaixo do nível necessário para promover uma contínua acumulação do capital, esta última cederá abruptamente; na depressão resultante, a demanda de mercadoria força de trabalho cai com rapidez, e o exército industrial de reserva é reconstruído, detendo dessa maneira o aumento de salários ou provocando a sua queda”(Ibid, p.106).

O último ciclo descrito por Mandel (1982), de depressão econômica, como causadora da reconstituição do exército industrial de reserva consiste no estágio de retração da fase do dinamismo madeireiro, não obstante o dinamismo dos modelos das fases seguintes, dos empreendimentos capitalistas mais tecnificados e da expansão do capital industrial, serem insuficientes para empregar a força de trabalho estabelecida e reproduzida na região. A fase terceira, dos grandes projetos da silvicultura tendem a homogeneizar a paisagem florestal, a concentrar a terra, a expropriar os antigos rentistas rurais e pecuaristas, os agricultores familiares e, por fim, desempregar os trabalhadores rurais.

Com base na tabela 30, observa-se a relação mão-de-obra ocupada por hectare, na Bahia, para a silvicultura e a extração florestal. Essa atividade apresenta a segunda menor relação no Estado, em 1996, superior apenas ao sistema de produção da pecuária. O mapa temático

*Total de pessoal ocupado*⁴⁰, do IBGE, mostra a baixa ocupação da mão-de-obra no meio rural, no Extremo Sul, se comparada com outras regiões do Estado, como as regiões Nordeste e Centro Norte, ou seja, o Extremo Sul se moderniza com baixa ocupação da mão-de-obra.

A terceira fase gera empregos setorialmente, na indústria de papel e celulose, apenas para os trabalhadores mais qualificados e especializados. Isso implica o surgimento de um comércio compatível com os padrões de consumo nos maiores centros regionais, como Teixeira de Freitas, para aqueles trabalhadores de renda mais alta. Os trabalhadores da periferia desses centros, pouco qualificados ou sem qualificação industrial, tenderão a manter-se excluídos.

TABELA 30:
Pessoal ocupado por hectare e variação do pessoal ocupado
segundo os grupos da atividade econômica
Bahia - 1985/96

	PO por ha		Var. % (PO/ha)	Var. % (PO)
	1985	1996	1985-96	1985-96
Total	0,096	0,084	-12,2	-21,7
Agricultura	0,161	0,154	-4,2	-40,6
Horticultura e produtos de viveiro	0,304	0,255	-16,2	123,6
Pecuária	0,053	0,044	-15,9	-22,2
Produção mista (lavoura e pecuária)	0,111	0,118	6,4	435,5
Silvicultura e exploração florestal	0,034	0,062	82,7	81,2

FONTE: IBGE- Censos Agropecuários 1985-1996 *apud* COUTO FILHO.

É da própria exclusão, que surge o movimento dialético e contrário à expansão do capital, como contra-tendência em busca de mínimas condições de sobrevivência. Isso ocorre porque os excluídos (grupos familiares), em geral, passam a ter uma renda inferior ao mínimo necessário à sua subsistência, uma vez que o agricultor expropriado e o trabalhador rural desempregado passam a habitar os espaços públicos, que são predominantemente urbanos, concentrando-se nas periferias, em áreas irregulares, já que, no campo, os espaços encontram-se privatizados.

Há uma queda do valor médio da força de trabalho regional abaixo do mínimo suficiente para a manutenção de sua sobrevivência. A luta de classes manifestada no movimento é sustentada por uma classe híbrida, de proletários (ex-trabalhadores das serrarias - unidades

⁴⁰ Ver pag 147.

manufatureiras madeireiras, com traços urbanos), de minifundistas e expropriados da terra no processo histórico de ocupação e concentração rurais) e de trabalhadores rurais. De outro lado, encontram-se os pecuaristas, os agricultores capitalistas, os especuladores e rentistas rurais.

Estudos da FAO (Romeiro *et al*, 1994) concluíram que os assentamentos revelaram-se eficazes promotores do desenvolvimento rural e de fixação do homem no campo, apesar da baixa produtividade. Outras pesquisas têm enfatizado a existência de diferenciações nos próprios assentamentos, apresentando marcantes heterogeneidades. Outro aspecto considerado é o padrão tecnológico, vinculado a discussões sobre financiamentos, estrutura de mercado. Em outras, o foco analítico incide sobre as trajetórias de luta pela terra, as mediações e os formatos de representação que surgem no processo de formação dos assentamentos, como a concessão de uso e não a propriedade plena, a obrigatoriedade de vinculação a alguma associação para obter acesso a recursos creditícios, priorização da organização coletiva, provocando discriminação em relação aos que optam pelas individuais, imposições sobre a organização da produção, como formas produtoras de tensões e disputas internas.

“Os resultados apresentados têm sido cruciais para romper com uma tendência, marcada por um certo romantismo e fortemente influenciada pela imagem que os grupos procuram passar deles mesmos, que é a de um certo comunitarismo no plano interno, negando-se tensões inerentes aos processos sociais. Finalmente, ..., a literatura também tem insistido em ressaltar como os assentados são provenientes de diversas origens: sem terra, assalariados, trabalhadores com experiência urbana (por vezes longa), o que mostra a necessidade de reconceituar a demanda por terra e a importância de se conhecer as circunstâncias em que ela emerge”. (MEDEIROS e LEITE, *op.cit*, p 158).

Para Medeiros e Leite (*op.cit.*), falar em ‘impactos regionais dos assentamentos rurais’ implica perceber diferentes dimensões das relações sociais, econômicas, políticas e ambientais, que se desenvolvem como um processo, em espaços e tempos marcados e delimitados pela própria criação dos assentamentos, mas que levam à necessidade de atentar para as condições anteriores da ‘região’ dos assentados.

Para os mesmos autores, o primeiro momento da trajetória dos assentamentos consiste no histórico da região onde se localizam e dos conflitos que lhes deram origem, quando surgem lideranças, alianças e oposições, solidariedades e identidades. Ocorrem alterações

nas relações sociais. O segundo momento consiste na intervenção do Estado sobre o conflito, com a regularização ou desapropriação das terras, delimitação das áreas dos assentados, fornecimento de linhas de crédito. Um terceiro momento é o da instalação e reprodução do assentamento após a delimitação dos lotes. Consiste na disputa por créditos do PROCERA, imposição do associativismo, diferenciação política, busca de mercados, carências de comercialização, infra-estrutura, saúde e educação.

“Assentar significa reconhecer uma situação de conflito, determinados agentes sociais, demandas, muitas das quais até então ignoradas, e, possivelmente, permitir sua transformação em direitos... o assentamento em si mesmo implica o reconhecimento do direito a determinado pedaço de terra. A trajetória dos assentados, suas alianças, possibilidades de coesão e de constituição de espaços de poder, as relações que estabelecem entre si, com o Estado e com as forças políticas locais, são definidoras das possibilidades de consolidação desse direito ou de seu desdobramento em outros direitos. Desse ponto de vista, o assentamento representa uma ruptura com uma situação anterior e aparece, ele mesmo, como resultado de relações de poder”. (MEDEIROS e LEITE, *op.cit.*, p. 160).

Como base organizacional dos assentamentos, o sistema cooperativista funda-se no fomento ao espírito da solidariedade e cooperação mútua entre os assentados, como vínculo social de sustentação da expansão do movimento. Com o esgotamento do modelo de assentamento por lotes individuais, adotado pelo órgão governamental para a reforma agrária - o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o MST sugere a adoção de uma nova proposta, baseada na propriedade cooperativa, no sentido de modernizar a política de assentamento, buscando uma melhor forma de potencializar os recursos naturais disponíveis, partindo da compreensão de o imóvel ser uma unidade produtiva única, que deve estar integrada ao processo de desenvolvimento do município e da região.

A criação do Sistema Cooperativista dos Assentamentos, do MST, reforça a tese que se vem difundindo quanto à ênfase do sentido econômico dos assentamentos, além de sua importância social. Os assentamentos deixam de ser um sistema voltado para dentro, que corresponde à sua fase inicial de organização, em que predomina a agricultura de subsistência, para a alimentação do núcleo familiar, e, num estágio posterior, voltado somente para a comercialização esporádica do excedente no mercado local e regional. A ênfase é dada ao fomento de uma produção regular para um mercado além do âmbito local.

Após a desapropriação, os sem-terra definem, coletivamente, uma forma de organizar a produção, discutindo o projeto coletivo e os projetos individuais de cada assentado. Em

assembleia, delineiam-se as diretrizes de curto prazo, como a divisão pré-parcelada da propriedade, como forma de garantir a sobrevivência do núcleo familiar, que é, normalmente, a área delimitada na fase de ocupação; definem-se também as diretrizes de longo prazo - os investimentos a realizarem-se. Os mecanismos informais de deliberação coletiva, muito embora já arraigados e institucionalizados no processo de deslocamento, migração e expansão do movimento, consolidam-se num território delimitado, particular a uma determinada coletividade, formalizando-se num estatuto, como instrumento de disciplinamento de cada assentamento.

As diretrizes comuns da institucionalidade dos assentamentos concretizam-se em cada grupo mobilizado no processo de dissipação e ocupação das terras, caracterizadas por normas consuetudinárias de conduta, arraigadas a partir do processo de continuidade histórica, no sentido de estruturação de cada grupo e seu espraiamento, que se repetem pela *praxis*. São normas consuetudinárias que, por essência, positivam-se no processo que antecede o conflito pela posse da terra no grupo de ocupantes. Ao arraigarem-se, legitimam o movimento, expandindo-o. Essa capacidade de difusão, diante das condições de exclusão atuais, é que consiste na alternativa única de atração e aglutinação de contingentes crescentes de desempregados. Sob disciplina e uma ordem própria institucionalizadas por tais normas, o resultado econômico e social, *a posteriori*, atrai contingentes populacionais cada vez crescentes.

A hermenêutica jurídica visa estabelecer a origem da força compulsória das normas costumeiras, com base em dois aspectos: o uso continuado e a convicção da obrigatoriedade. O costume, como expõe Ferraz Jr (1998), como fonte das normas consuetudinárias, possui em sua estrutura, um elemento substancial, que é o uso reiterado no tempo, e um elemento relacional, que consiste no processo de institucionalização que fundamenta a convicção da obrigatoriedade do cumprimento da norma, explicitado em procedimentos rituais, ou silêncios presumidamente aprovadores - a *opinio necessitatis* e a expectativa de consenso social. Assim, a norma consuetudinária adquire validade e eficácia perante a comunidade.

A validade é caracterizada pela institucionalização do costume e a eficácia pelo reconhecimento probatório de sua existência e aplicabilidade. Assim, no movimento, a

praxis legitima os mecanismos de sanção na execução das atividades produtivas do assentamento, aplicados em assembléia, pelos assentados, seja em torno de ações que infrinjam normas de costume e de organização da produção e da vida comunitária local, seja em torno de ações que infrinjam normas estatais legisladas, como as tipificadas em crimes contra a pessoa - homicídio, tentativas de estupro - e a honra - calúnia - e em crimes contra o patrimônio, como o furto.

A natureza dual do movimento desponta à medida que acontece a ocupação - a ordem própria que se impõe como desordem diante do ordenamento jurídico do Estado e institucional da sociedade, do ponto de vista do conflito. Um novo ordenamento é construído na sociedade a partir da natureza inicial de ruptura de contratos pelo movimento. Essa natureza é, em si, o surgimento de uma nova ordem como contestação, e a própria desordem perante as normas jurídicas em vigência, baseadas na propriedade privada, restritamente, da terra.

Estudando a organização e a produção nos assentamentos, Teófilo Filho (1994, p.118), comparando os resultados da pesquisa da FAO (1992) entre as regiões do Brasil, afirma que a dimensão organizativa influencia não somente a produção e o consumo individual das famílias, como também o processo de comercialização da produção. O caráter organizativo associativista ou cooperativista dos assentamentos é que caracteriza a chamada “potência transformadora da ação coletiva”, em que este conceito é “capaz de expressar a vitalidade e a força de mudança dentro das organizações camponesas e também nas mobilizações sociais no campo”.

Ainda Teófilo Filho (1994) expõe que

“a força da comunidade e os laços de solidariedade social são algumas de suas várias dimensões e se expressam quando os camponeses empreendem uma iniciativa de defesa de seus interesses. Isso pode ser verificado em muitos episódios da luta pela terra no Brasil. A aparente inércia dos camponeses transforma-se em uma ação que gera uma capacidade coletiva de dar respostas a problemas individuais da comunidade. A conquista da terra solda esses laços de solidariedade e os transforma em princípios de ação social.”(Teófilo Filho, 1994, p. 105).

Segundo a teoria liberal sobre subjetividade e cidadania, a base convencional do contrato social conduz a uma naturalização da política e a uma convenção de que o Estado é um ente natural, justificando a atuação política passiva dos cidadãos, centrada no modo de

regulação que, para Santos (1997), está sustentada por três princípios: o princípio do Estado (Hobbes), o princípio do mercado (Locke) e o princípio da comunidade (Rousseau). Por outro lado, o pilar da emancipação encontra-se na articulação entre a racionalidade moral-prática do direito moderno, a racionalidade cognitivo-experimental da ciência e das técnicas modernas e a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura moderna. Emancipação e regulação relacionam-se dinamicamente como um vir-a-ser em equilíbrio, ainda inalcançado.

Para Rousseau *apud* Santos (1997), a vontade geral tem de ser construída com a participação efetiva dos cidadãos, autônoma e solidariamente. Assim, o contrato social baseia-se não numa obrigação política vertical cidadão-Estado, no modelo liberal, mas numa obrigação política horizontal cidadão-cidadão, visando a uma associação política participativa. Desse modo, a igualdade formal é insuficiente, sendo necessária uma igualdade substantiva em que se critica o direito de propriedade privada.

Em relação aos recentes movimentos sociais no campo, uma questão se coloca primeiramente. O movimento não percebe o Estado e a sociedade como coletivos naturais, já que se conscientiza de que a igualdade jurídica formal não satisfaz carências materiais básicas de parte da população; portanto, é necessário agir de algum modo, visando superar tais dificuldades e uma das formas mais concretas e imediatas de ação é infringir o direito de propriedade privada posto, particularmente, o da terra, institucionalizado e normalizado.

Posteriormente, enquanto assentamento rural regularizado segundo as normas do direito nacional, o modo produtivo-organizacional dos produtores busca assentar-se na relação cidadão-cidadão através de práticas participativas. Desse modo, as formas associativistas e cooperativistas passam a ser adotadas organizacional e juridicamente perante a sociedade e o mercado.

Com os novos movimentos sociais, nos países da América Latina, sobretudo naqueles em que recentemente a democracia representativa liberal foi restaurada, após períodos de ditaduras militares, o Movimento dos Sem-terra, embora surja no contexto da década de 80, no Brasil, e expanda-se na década seguinte, baseia-se, em essência, numa questão historicamente conflituosa e não-resolvida, que é a questão agrária. Salienta-se, contudo,

que o movimento ganha ímpeto quando a concentração de renda no País acirra-se e as perspectivas de empregabilidade do contingente populacional urbano-rural diminuem na década de 90⁴¹.

Com o agravamento da pobreza, o movimento, em seu processo de amadurecimento político, assume não somente uma postura reivindicatória, propositiva e conflitiva pela posse da terra, mas, visa, em seu discurso de aglutinação, a restabelecer uma perspectiva nova de exercício da cidadania, baseada nas condições materiais de sobrevivência e bem-estar, inexistentes na prática de seus quadros - cidadania que não se identifica com a forma ativa e passiva de votar e ser votado, de exigir direitos genéricos e impessoais, fundados nos chamados direitos difusos e coletivos, como o direito do consumidor, a proibição de discriminações de qualquer tipo, a defesa dos direitos humanos, minorias e meio ambiente, inseridos no ordenamento jurídico positivado do Estado liberal.

Segundo Dalton e Kuechler *apud* Santos (1997), uma definição genérica do que são esses novos movimentos sociais consiste em

“um setor significativo da população que desenvolve e define interesses incompatíveis com a ordem política e social existente e que os prossegue por vias não institucionalizadas, invocando potencialmente o uso da força física e da coerção” (1997, p.257).

Santos (1997) afirma que a emancipação por que lutam não é política, mas antes pessoal, social e cultural. Admitida a heterogeneidade desses movimentos, seja por temas que impulsionam os movimentos, seja pela realidade de cada país, a definição acima torna-se genérica. No campo, Grzybowski (1994) analisa o momento por que passam os movimentos populares rurais, mostrando que há uma crise, que é de método, e não de concretude social e aponta a democratização dos movimentos populares rurais como aspecto central de um projeto central de reforma agrária.

O MST, em si, não se identifica, em sua totalidade, com os chamados novos movimentos sociais, embora mantenha similaridade. Sua ação é política e, sobretudo, econômica, porquanto se fundamenta na necessidade da produção direta da vida material e de suas condições de reprodução.

⁴¹ Não se trata aqui de discutir as características gerais desse momento nacional.

“Se a classe operária não foi o sujeito monumental da emancipação pós-capitalista, foi sem dúvida o agente das transformações progressistas (emancipatórias, neste sentido) no interior do capitalismo. Embora seja ainda hoje debatível em que medida a cidadania social é uma conquista do movimento operário ou uma concessão do Estado capitalista, não parece restar dúvida de que, pelo menos, sem as lutas sociais do movimento operário, tais concessões não seriam feitas”. (SANTOS, 1997, p. 245).

Salienta-se que, além da garantia das condições de sobrevivência e reprodução de um contingente de ex-desempregados que se tornaram produtores, não há algo mais que compõe o bem-estar das famílias assentadas? E que não se restringe à materialidade dos bens e ao patrimônio familiar acumulado com o tempo? Algo que não pode ser quantificado monetariamente, enquanto emancipação objetiva social? Algo que está na dimensão da subjetividade do agricultor e da relação dele com a família e dessa com as demais famílias?

Nesse caso, o indivíduo-agricultor transforma-se. Passa de uma dimensão centrada no imediatismo da sobrevivência inexorável, da sujeição, da opressão e do temor, para uma dimensão presente de planejamento e uma dimensão de futuro, para onde ele vislumbra o produto da colheita no tempo; portanto, para uma dimensão de reflexões, que permite alcançar uma imaterialidade do estado d’alma em bem-estar ou felicidade⁴². O indivíduo passa a ser sujeito de si mesmo na organização coletiva.

Embora discordando da idéia de que a emancipação provém somente do indivíduo e da subjetividade, Santos (1997) aponta aspectos atuais da idéia de Marcuse quando expõe que a razão tecnológica que sustenta o desenvolvimento do capitalismo implica o sacrifício da subjetividade individual, já que é incapaz de satisfazer as necessidades psíquicas e somáticas dos indivíduos e de desenvolver plenamente as suas capacidades emocionais. Daí a docilidade e a passividade das formas repressivas de felicidade colocadas para a maioria da população mediante o consumo compulsivo de mercadorias.

A passagem da condição de desempregado ou de trabalhador rural em assentado rompe essa docilidade social consentida e explícita, no consciente coletivo, a impossibilidade de os indivíduos, como desempregados, exercerem o ato compulsivo induzido de consumo de mercadorias. Assim, a predisposição desses indivíduos aflora e interage com os seus pares,

⁴² Não se trata de uma felicidade plena, como algo romântico, uma vez que os obstáculos tecnológicos, o conhecimento técnico e a realização da produção ainda persistem, mas da passagem de um estágio de completa miséria, de instabilidade de curto prazo, para um estágio de obtenção e elevação de renda, uma estabilidade de curto prazo com perspectivas de planejamento de longo prazo.

formando um novo coletivo social, enquanto sujeito ativo, na organização do movimento social. Estabelece-se o conflito de classes quando o sujeito oposto torna-se evidente.

Assim, Castells (2000) propõe três formas e origens de construção da identidade num contexto de relações de poder: a identidade legitimadora, a identidade de resistência e a identidade de projeto.

A identidade legitimadora é aquela introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o objetivo de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; a identidade de resistência é criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos; a identidade de projeto consiste nos atores sociais que, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

Contextualizando as definições de Castells na ação do MST, observa-se o seguinte. A identidade legitimadora concretiza-se com a tendência ao aumento da desocupação e do desemprego num movimento geral de acumulação de capital; com a defesa da propriedade rural pelo Estado quando a Justiça concede liminares de reintegração de posse aos proprietários legítimos e quando a mídia, como formadora de opinião, expõe juízos de valor sobre o comportamento do MST.

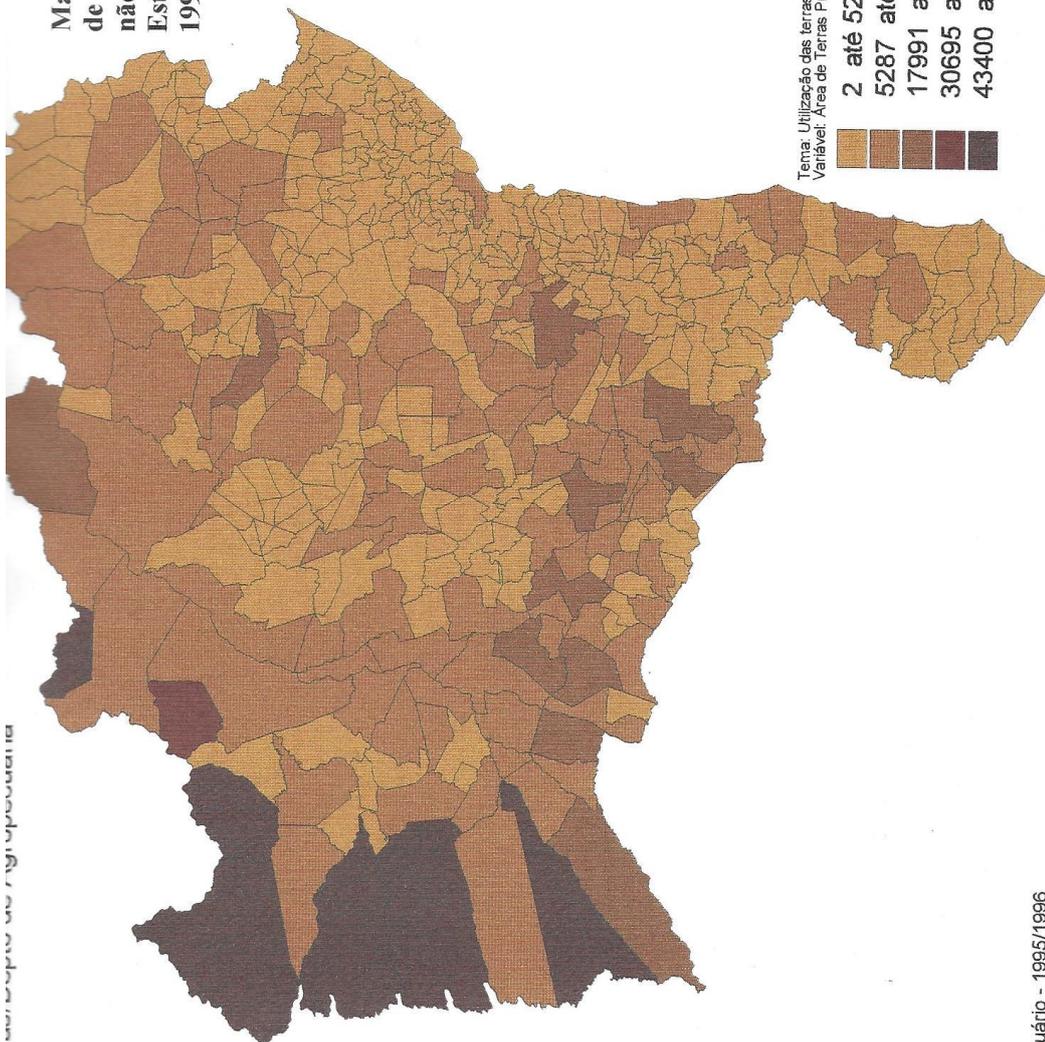
A identidade de resistência se expressa na reprodução em tempo e espaço do movimento a partir das ocupações e manutenção dos acampamentos e no conflito político direto com os sujeitos sociais que lhe são opostos, inclusive a mídia. Há momentos em que as ações MST são manchetes dos principais noticiários. Passa-se um tempo, as ações não são divulgadas pela mídia e o MST, para o público externo, fica latente. Depois, o movimento ressurgue com novas ações mais intensivas, como a ocupação de prédios públicos para barganhar mais recursos do Governo Federal para a reforma agrária.

A identidade de projeto são os próprios assentamentos, concretamente, produzindo, comercializando, organizando-se e elevando a renda dos produtores-assentados. É o momento em que o projeto inicial de ocupação se afirma e torna-se novamente projeto e reflexivo para os acampados do tempo inicial. Os assentados de hoje são os acampados de ontem, assim como os acampados de hoje são os assentados de amanhã. Essa relação reflexiva atribui a natureza de projeto do movimento social, constituindo-se uma nova identidade coletiva. Isso significa também que os próprios assentados individualmente readquirem uma nova identidade a partir de sua posição de produtor rural.

Na tipologia clássica de Touraine *apud* Castells (2000), os movimentos sociais são definidos a partir de três princípios: a identidade do movimento, que se refere à autodefinição do movimento, sobre o que ele é, em nome de quem se pronuncia; o adversário do movimento, referindo-se ao principal inimigo do movimento, conforme explicitamente declarado pelo movimento; e a visão ou modelo social do movimento que significa a visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização social que almeja no horizonte histórico da ação coletiva que promove (é a perspectiva de futuro).

Nesse capítulo, buscou-se compreender os impactos sociais resultantes da formação regional do Extremo Sul, numa perspectiva histórica, que implicaram o surgimento das condições objetivas de constituição do MST. O próximo capítulo trata do sistema agrário do eixo Itamaraju-Prado, no Extremo Sul da Bahia, abordando os resultados da pesquisa de campo realizada em assentamentos rurais, comparando-se os diversos sistemas de produção. Observa-se que existe uma diversidade de situações e de níveis de renda e condições de formação do patrimônio familiar.

Mapa temático: Área de terras produtivas não utilizadas (ha) no Estado da Bahia, em 1995-1996



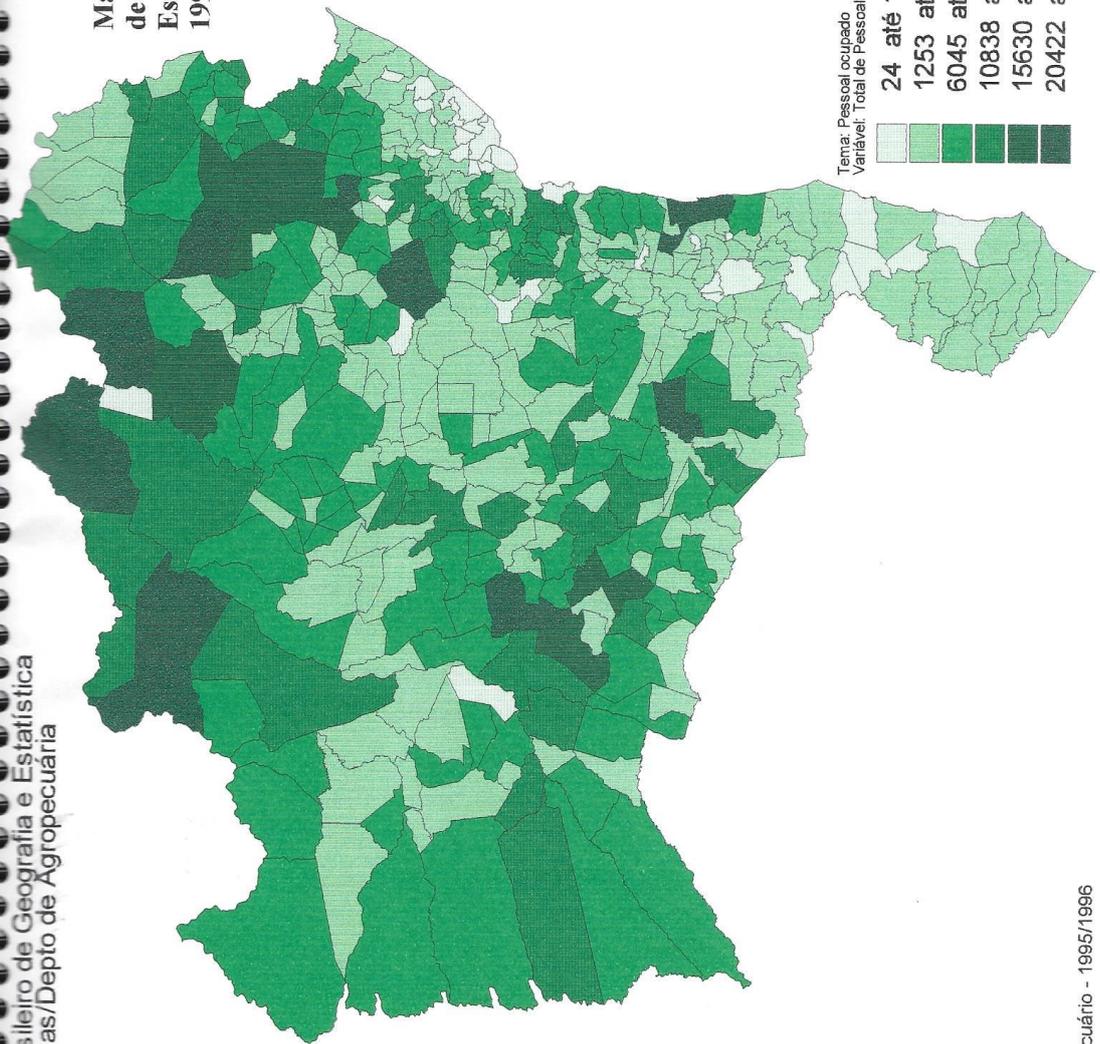
Tema: Utilização das terras (ha)
Variável: Área de Terras Produtivas não Utilizadas

2 até 5286
5287 até 17990
17991 até 30694
30695 até 43399
43400 até 176747

Bahia

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - 1995/1996

Mapa temático: Total de pessoal ocupado no Estado da Bahia, em 1995-1996



BGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Diretoria de Pesquisas/Depto de Agropecuária
Bahia

6. O SISTEMA AGRÁRIO DO EIXO ITAMARAJU-PRADO

O presente capítulo considera os resultados oriundos da pesquisa de campo em assentamentos rurais dos municípios de Prado e Itamaraju. Foram entrevistadas 27 famílias de produtores rurais, sendo 10 do Assentamento 1º de Abril, 7 do Assentamento Riacho das Ostras, 3 do Assentamento Nossa Senhora do Rosário, no município de Prado e 7 do Assentamento Bela Vista, no município de Itamaraju. Um quinto assentamento, Assentamento de Santa Luzia, em Prado, foi pesquisado onde se realizaram entrevistas qualificadas com alguns produtores rurais. Além disso, outras entrevistas qualificadas foram feitas com técnicos agrícolas da cooperativa regional dos assentamentos rurais do MST, da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e da Comissão Especial de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) em Itamaraju.

6.1 AS TIPOLOGIAS DE PRODUTORES RURAIS

O eixo Itamaraju-Prado vem passando por um processo de diversificação agrícola, semelhante ao que vem ocorrendo em vários municípios do Extremo Sul da Bahia. O cacau chegou no município de Itamaraju, nos anos 50 e 60, como área de expansão da cacauicultura do Litoral Sul da Bahia. Até meados dos anos 80, no município de Itamaraju, havia praticamente pecuária e plantações de cacau.

É a partir dos anos 60 que madeiras do Espírito Santo e Minas Gerais, atraídas pela existência de uma densa floresta atlântica, principalmente de jacarandá, deslocam-se para os dois municípios, para iniciarem a exploração de madeiras-de-lei. À medida que se expandia a exploração florestal, desenvolvia-se a ocupação de terras devolutas, grilagem e a formação de pastagens. Com base em relatos de campo, muitos dos capitalistas-madeireiros tornaram-se pecuaristas, produtores de café e cacau. Dos anos 60 até o final dos anos 80, consta ter havido até 40 serrarias em Itamaraju. A mão-de-obra necessária para as serrarias provinha basicamente do campo, de trabalhadores rurais sazonais.

Hoje restam apenas três depósitos de madeira uma vez que muitos capitalistas-madeireiros deslocaram-se para o Estado do Pará, no norte do Brasil. É nos anos 70 que acaba o

jacarandá e a exploração madeireira volta-se para as chamadas “madeiras brancas” (comercialmente menos valorizadas). Hoje no município, comercializa-se madeira proveniente do Pará. Até o início dos anos 80, havia a exploração florestal em decadência, a cacauicultura e a pecuária, como atividades econômicas principais.

“Nas regiões do Sul e Extremo Sul, as espécies nativas mais utilizadas nas serrarias são o Jequitibá, Vinhático, Curubixá, Paraju, Aderno, Sucupira Preta e Amarela, Farinha Seca, Tapicuru, Roxinho, Pequi Vinagreiro, Pequi Amarelo, Guanandi, Boleira, Carne de Vaca, Goiti, Papeba, Barriga d’água, Garapa, Peroba Osso, Perobinha do Campo, Cedro Agrião, Louro Ingá, Louro Mutamba e Bandarra [além de Eucalipto]. “(SEI, 1997, p. 95).

Nos anos 80, é introduzido o café⁴³ em Itamaraju, através da empresa agrícola Cafenorte, do Espírito Santo, com a variedade de café *conillon*, expandindo-se, em seguida, a outros produtores patronais. A Cafenorte hoje produz, em média, 93.000 sacas de café beneficiado. O café vem substituindo áreas de pastagem desgastadas, de médios e grandes pecuaristas.

No final dos anos 80 e início dos 90, desenvolve-se a cultura do mamão mecanizada por grandes empresas de São Paulo e Espírito Santo, como a JTA e a JTU, sendo que as plantações passaram a ser arrendadas em áreas de pastagem desgastadas. O arrendamento dava-se por 5 a 10 anos, recebendo os proprietários das terras uma renda de até 10% da produção de mamão, sendo que, ao final do contrato, as empresas entregariam a área com capim plantado a eles. A maior parte da produção de mamão dos dois municípios destinava-se aos mercados do Sudeste do Brasil.

No município de Prado, a área de cacau concentra-se na região de Cay, próximo à reserva florestal de Monte Pascoal. Em Itamaraju, as plantações de cacau concentram-se na região de São Paulinho, ao longo do maciço rochoso, e no vale do Jucuruçu, na região de Nova Alegria, encontrando-se miniprodutores, de até 7ha, pequenos produtores, de 10 a 15 ha, e médios produtores, de até 50ha. Os miniprodutores produzem cacau e lavouras de subsistência e os demais, em geral, cultivam cacau e criam gado extensivamente. Estima-se haver 2% de grandes produtores, 40% de médios produtores, 30% de pequenos produtores e 28% de miniprodutores. Em Itamaraju, o cacau é encontrado nos distritos de São

⁴³ Em 1950, já havia o café tipo fino no município de Porto Seguro; contudo, nos anos 80, o café tipo *conillon* expande-se por vários municípios do Extremo Sul da Bahia.

Paulinho, Vila União, Nova Alegria, Itabasil, Pirajá e Campo Alegre. As plantações de banana são encontradas nas áreas de cacau.

O café está concentrado nas áreas de tabuleiro dos dois municípios. Os grandes e médios produtores de café normalmente utilizam máquinas agrícolas e irrigam a plantação por aspersão (canhão) ou gotejamento, sendo que os pequenos produtores não a irrigam. Em Itamaraju, as plantações de café são encontradas no distrito de Ribeiro de Fora, nas margens do Rio Jucuruçu e no distrito do Córrego do Palmeira, próximo à cidade. Destacam-se ainda as vilas de Nova Alegria, Vila União e Campo Alegre.

Na lavoura de mamão, trata-se de grandes empresas rurais, que irrigam a lavoura por canhão ou microaspersão. As plantações concentram-se nas áreas de tabuleiro e no município de Itamaraju, assim como o café, no distrito de Ribeiro de Fora, nas margens do Rio Jucuruçu e no distrito do Córrego do Palmeira.

A pecuária extensiva para corte está distribuída em todo o território dos dois municípios. A pecuária para leite está restrita a 10 produtores espalhados em Itamaraju.

As lavouras de mandioca, feijão e milho são encontradas entre os pequenos produtores e concentram-se nas áreas de reforma agrária, abastecendo o mercado local. A produção de hortaliças distribui-se ao longo das rodovias federais e estaduais.

A produção de eucalipto é encontrada no município de Prado, em áreas de tabuleiro costeiro, sendo explorada pelas empresas Aracruz Celulose e Bahia Sul Celulose. Em Itamaraju, não há plantação de eucalipto.

Outra lavoura em expansão no município de Itamaraju é a pimenta-do-reino nos distritos do Córrego do Palmeira, de Campo Alegre e no entorno da cidade, havendo miniprodutores de 1 a 2 ha. Há 3 fábricas de condimentos no município, sendo que parte da produção destina-se ao mercado consumidor de São Paulo. O urucum concentra-se no distrito de São Paulinho e a seringa no distrito de Pirajá até a BA-284 e ao longo do Córrego do Palmeira. Observam-se também plantações de abóbora e melancia por pequenos produtores rurais.

Outra lavoura em expansão é o abacaxi cuja plantação está concentrada no entorno da cidade de Itamaraju e no distrito de Córrego do Palmeira, em áreas de 3 a 4ha.

O Quadro 5 mostra a síntese dos fatos ecológicos, técnicos e socioeconômicos entre 1950 e 2000, nos dois municípios. O mapa seguinte⁴⁴ mostra a disposição espacial das principais atividades agropecuárias no meio rural do município de Itamaraju.

QUADRO 5: Síntese dos fatos ecológicos, técnicos e socioeconômicos no período entre 1950 e 2000

Datas	Fatos ecológicos	Fatos técnicos	Fatos socioeconômicos
1950-60	Mata Atlântica ainda preservada. Expansão do cacau, intensificação do desmatamento e expansão da pecuária. Recursos hídricos abundantes e solos férteis.	Cacau sob sistema cabruca; exploração manual	Existência de posseiros. Início da ocupação das terras devolutas e grilagem. Início da concentração de terra a partir da exploração madeireira e da pecuária.
1970	Devastação quase total da mata atlântica. Exploração madeireira. Pastagem, gado e cacau.	Mão-de-obra assalariada. Pacote tecnológico da CEPLAC no cacau. Implantação das serrarias. Asfaltamento da BR 101.	Expulsão dos “moradores”; absorção da mão-de-obra do campo na atividade madeireira
1980	Implantação do café. Plantação de eucalipto.	Uso de irrigação e mecanização em parte do café. Plantio industrial de eucalipto.	Surgimento do MST e dos assentamentos rurais.
1990	Plantação de mamão. Expansão do café. Plantação e produção de eucalipto. Cacau em declínio. Gado extensivo. Mandioca, feijão e milho dos assentamentos. Expansão do côco.	Irrigação mais sofisticada no mamão e em parte do café.	Arrendamento na plantação de mamão. Expansão do movimento social no campo e dos assentamentos rurais. Exploração econômica do eucalipto. Produção de mandioca, milho e feijão dos assentamentos para o mercado de Itamaraju.

FONTE: pesquisa de campo, 1999

⁴⁴ Ver pag 153.

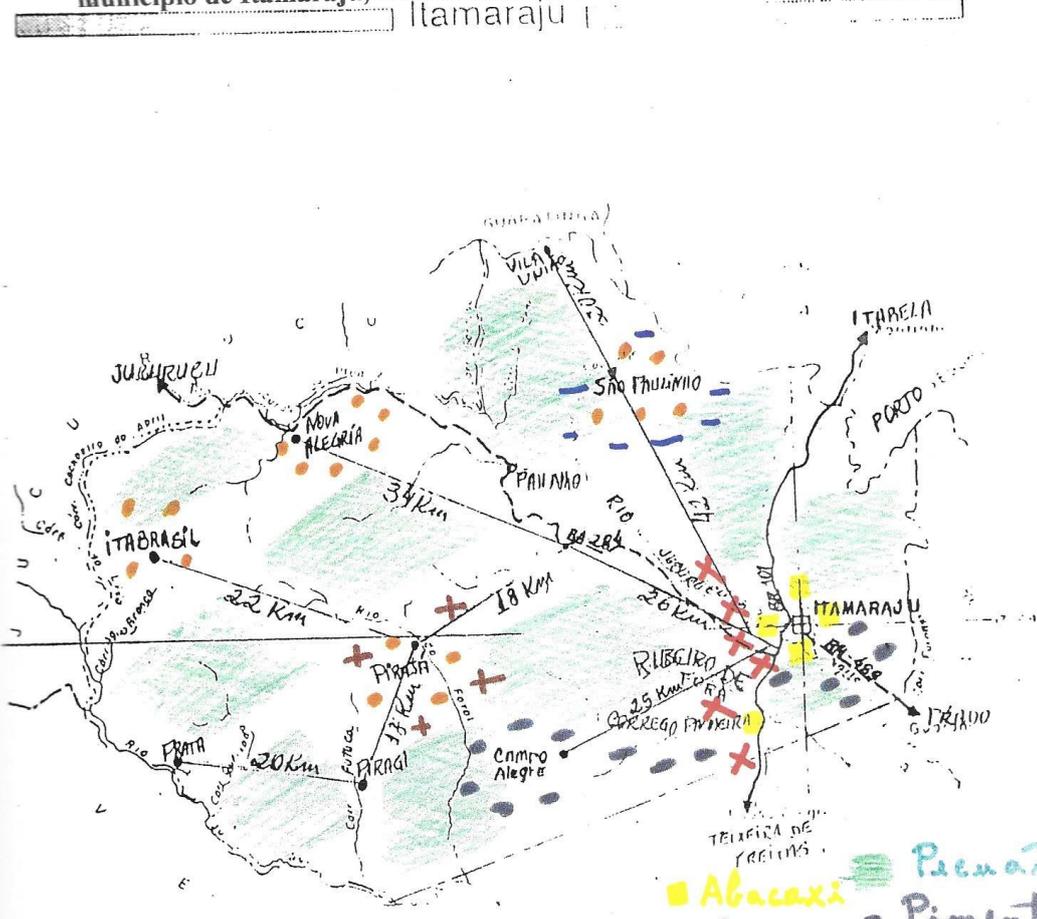
O Quadro 6 trata das categorias de produtores com os respectivos sistemas de produção. Os grandes grupos nacionais associados com empresas multinacionais plantam eucalipto para a fabricação de papel e celulose. Grandes empresas capitalistas mantêm plantações de mamão e café irrigado em algumas situações, além de criarem gado de corte. Encontram-se também fazendeiros absenteístas, típicos da velha tradição do cacau, juntamente com a criação de gado de corte em sistemas extensivos de pastoreio. Têm-se os produtores patronais, concentrados no cultivo de café irrigado, na colheita de cacau e na criação de gado de corte. Em seguida, observam-se agricultores familiares capitalizados na colheita de cacau, no plantio de café em sequeiro, no cultivo de hortas e na criação de gado de leite. Há os assentados, provenientes das experiências de reforma agrária nos dois municípios, capitalizados ou em processo de capitalização, plantando côco, café em sequeiro, horta e criando gado extensivamente. Há ainda os assentados em via de endividamento e os assentados semi-proletarizados que somente plantam feijão, milho e trabalham em outras atividades agrícolas e em atividades não-agrícolas temporariamente, fora da unidade familiar.

QUADRO 6: Categorias de produtores e tipos de sistemas de produção no eixo Itamaraju-Prado, em 1999.

Categorias de Produtores	Tipos de Sistemas de Produção
Grupos nacionais associados a empresas multinacionais Empresas – capitalistas	- eucalipto para papel e celulose (monocultura) - monocultura do mamão - café <i>conillon</i> (parte irrigado) com gado de corte (extensivo)
Fazendeiros absenteístas (proprietários)	- monocultura de cacau; - gado de corte (extensivo)
Produtores Patronais	- cacau/ café irrigado/gado de corte extensivo
Produtores Familiares capitalizados	- cacau/ horta/ café em sequeiro/gado de leite
Assentados: produtores capitalizados ou em vias de capitalização	- côco/café em sequeiro/gado extensivo/ horta
Assentados em via de endividamento/ Assentados semi-proletarizados	Roça de mandioca/milho/feijão e trabalhador em atividades agrícolas e não-agrícolas fora da unidade familiar

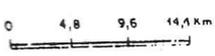
FONTE: pesquisa de campo, 1999.

Mapa temático: Disposição das principais culturas no território do município de Itamaraju, Estado da Bahia, em 1999



- Abacaxi
- + Seringa
- Urucum
- Cacau
- ▨ Pecuari
- Pimenta
- × Café
- Mamão

NOTA: Mapa provisório sujeito a alterações
 FONTE: CEI



SECRETARIA DE AGRICULTURA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU
 ESTADO DA BAHIA

6.2 A RENDA AGRÍCOLA

6.2.1 Perfil geral

Os assentamentos rurais pesquisados são diferentes uns dos outros, assim como os sistemas de produção de cada assentado diferenciam-se entre si, quanto à quantidade e combinação de lavouras, criatórios, sistemas de beneficiamento, quantidades colhidas, nível de integração entre os sub-sistemas, maior complexidade, e, por conseguinte, níveis de renda diferenciados. Cada assentamento constitui-se numa totalidade intrinsecamente diversificada. Possui a sua própria história, um projeto coletivo que se vai diferenciando à medida que as famílias vão obtendo autonomia, constituindo-se como unidades de decisão microeconômicas quanto ao destino de cada lote de terras. Daí a tendência à diversificação. Nesse caso, nem o todo explicaria as partes (as famílias), nem cada parte individualmente explicaria o todo (o coletivo). São entes de identidades próprias, historicamente formados e também com culturas próprias.

Todos os assentamentos visitados possuem essas características: uma perspectiva coletiva, que garante a organicidade do assentamento e sobretudo, do movimento social, e outra individual, garantidora da autonomia familiar. Isso não significa dizer a inexistência de conflitos internos; ao contrário, uma das principais questões desses assentamentos consiste em coadunar as duas perspectivas numa espécie de equilíbrio dinâmico.

No nível de reprodução simples, situam-se produtores de 5ha do Assentamento 1º de Abril e produtores com áreas de 18 a 20ha do Assentamento Bela Vista. Tais produtores encontram-se na situação de poderem suprir a cesta básica familiar, restando um excedente para a aquisição de bens materiais para a família, insuficiente para a reprodução ampliada do sistema produtivo. Apenas 3 produtores foram considerados no nível de indigência, quando a renda total familiar é inferior à cesta básica familiar, que passa a ser satisfeita através dos mecanismos de ajuda mútua existentes entre as famílias rurais, com recursos de custeio para a reforma agrária, ou com recursos da associação ou cooperativa do assentamento.

Se se considerar somente a renda agrícola, amplia-se o número de assentados no nível de indigência, destacados no gráfico 4. Tais famílias dependem ainda mais da renda proveniente de aposentadorias para a sobrevivência. Além disso, em vários casos, seja nos três níveis de reprodução, a renda não-agrícola iguala ou ultrapassa a renda agrícola na composição da renda total da família.

Entre os assentamentos, há diferentes níveis e estágios de organização e inclusive entre os próprios produtores. O que se pôde observar é que os modelos que apresentavam produtores rurais individuais, em áreas de 15 a 20 ha, apresentavam os maiores rendimentos e uma maior diversidade, uma vez que a área também era maior, se comparados com a situação de assentados com 5ha, submetidos aos projetos coletivos. Por exemplo, os entrevistados do Assentamento Riacho das Ostras apresentaram os maiores níveis de renda, sendo inseridos na região de reprodução ampliada juntamente com outros produtores dos Assentamentos rurais de 1º de Abril, Nossa Senhora do Rosário e Bela Vista.

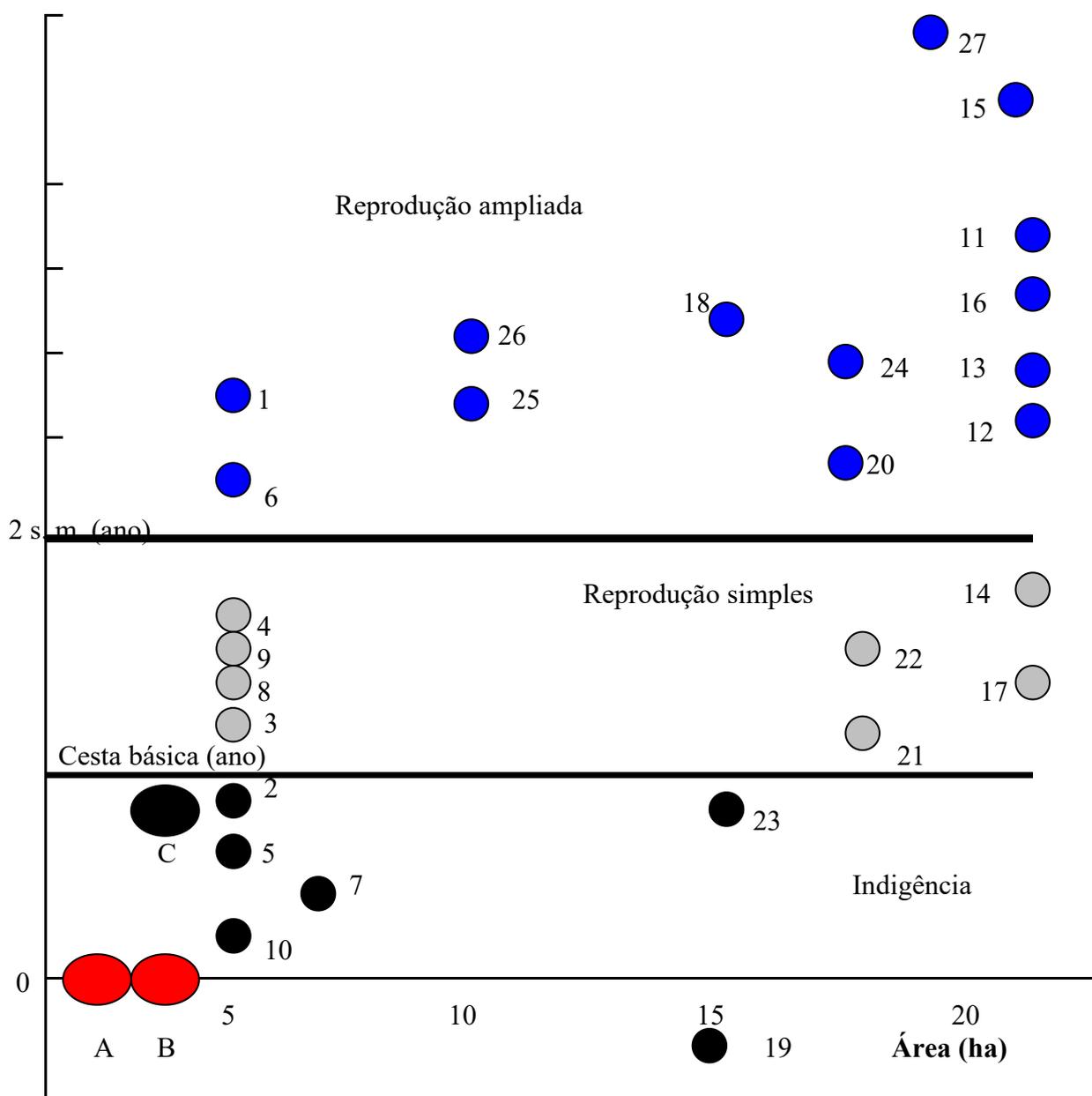
As diferenças entre os produtores não são verificadas apenas pelo nível de renda, mas pela diversidade de culturas e criações e a integração entre si, o rendimento por unidade de trabalho familiar, ou seja, a intensividade do sistema considerado.

6.2.2 Os produtores-assentados típicos

Para a análise dos sistemas de cultivo, criação e beneficiamento, elaborou-se uma tipologia constituída de três produtores típicos. Os produtores entrevistados de n. 7, 22 e 11 são considerados os mais representativos entre os sistemas de produção classificados nos níveis de indigência, reprodução simples e reprodução ampliada, respectivamente.

GRÁFICO 4: Renda familiar agrícola e cesta básica familiar anual dos sistemas de produção de assentamentos rurais no Extremo Sul da Bahia, em 1999

**Renda agrícola familiar e
Cesta básica familiar**



FONTE: pesquisa de campo, 1999

Nota: a) os números identificam os 27 produtores rurais. Esse gráfico é uma representação-síntese dos gráficos individuais de cada produtor. O preço total da cesta básica é diferente para cada família, não podendo estar explícita sua representação numérica.

b) as figuras circulares mais cheias representam a agregação de situações estimadas iguais. A letra A representa cinco produtores do Assentamento Santa Luzia, sem renda agrícola, uma vez que as respectivas rendas anuais estimadas em R\$1.768,00 provêm de aposentadorias. A letra B representa 20 assentados sem renda agrícola, porém com renda anual estimada em R\$600,00, proveniente de atividade não-agrícola eventual. A letra C representa 24 assentados com renda anual estimada em R\$600,00, proveniente de plantio de milho, feijão e mandioca (roça) em pequenos lotes no próprio assentamento.

O produtor 7, do Assentamento 1º de Abril, é classificado no nível de indigência cuja renda anual é inferior ao consumo da cesta básica anual. O seu sistema de produção é constituído de mandioca, beneficiado na casa de farinha coletiva do Assentamento 1º de Abril e vendida e consumida pela família como farinha, de abacaxi em 0,5ha e cana-de-açúcar em 1,0ha, havendo uma área em repouso de 1,0 ha, totalizando uma área de 5ha. Na área de mandioca, de 2,5ha, foi plantado côco, que ainda não começou a produzir. A renda agrícola anual dessa família é de R\$968,00, correspondendo à renda total, inferior à cesta básica anual de R\$1.117,20 e ao salário mínimo anual de R\$1.632,00. A cultura do abacaxi agrega R\$750,00 à renda total.

Trata-se de uma família de 5 pessoas, o que significa uma renda *per capita* de R\$193,60/ano. É um caso extremo de indigência, não havendo qualquer integração entre os sistemas de cultura, ou seja, trocas internas no âmbito do sistema de produção. O produtor comercializa a farinha através da cooperativa do assentamento e vende a cana e o abacaxi na feira local do município de Prado. Não exerce qualquer tipo de atividade não-agrícola. Estima-se que a renda dessa família venha a elevar-se substancialmente quando começar a produção de côco. Apenas 2 UTf – duas unidades de trabalho familiar - atuam no sistema de produção. A relação renda e UTf, (R/UTf), é de R\$484,00.

O tipo representativo do nível de reprodução simples é o produtor 22, do Assentamento Bela Vista, cuja renda agrícola está em torno de R\$2.830,75/ano, correspondendo à renda total da família. Apresenta um sistema de produção mais diversificado que os do nível de indigência, ocupando uma área total de 18 ha. O produtor planta abóbora, melancia, mandioca, milho, feijão e cria gado, sendo o leite destinado para consumo familiar. Cria também galinhas. Há quatro pessoas na família, com uma renda *per capita* anual de R\$707,69, com uma cesta básica anual de R\$578,64. Há também pouca integração sistêmica entre as unidades de cultura, criação e beneficiamento, evidenciando a necessidade de um treinamento específico para os produtores rurais, no sentido de economizar despesas através de trocas internas de insumos que possam inclusive elevar a renda de cada sistema.

O produtor 22, apesar do tamanho de seu lote, possui pouca área cultivada, sendo que a melancia, o milho e o feijão são as culturas que mais contribuem com a renda total da

família. Apresenta uma R/UTf de R\$629,05 uma vez que há 4,5UTf trabalhando por ano, na unidade familiar. O produtor comercializa seus produtos em Itamaraju. Trata-se de um assentamento recente, ainda em formação.

O assentado típico da região de reprodução ampliada é aquele que possui uma renda agrícola anual de R\$ 9.158,33, para uma família de 3 pessoas (abaixo da média, que é de 5), totalizando uma renda *per capita* de R\$3.052,78, com uma cesta básica anual de R\$406,08. A R/UTf é de R\$6.105,5, uma das relações mais altas de todos os produtores, sendo a quantidade de UTf igual a 1,5, numa área de 22ha.

O produtor 11 possui 8 sistemas de cultivo, 3 de criação, 1 de beneficiamento individual e 1 de beneficiamento coletivo. O sistema de produção compõe-se de abacaxi, urucum, maracujá, feijão, mandioca, milho, amendoim, cana-de-açúcar para a produção de aguardente no alambique coletivo do Assentamento Riacho das Ostras, além de uma farinheira motorizada, galinhas, porcos e gado para auto-consumo exclusivamente. Há integração entre os diversos sistemas internos, conforme fluxograma 11. É o produtor que possui condições de investir com recursos próprios na atividade agropecuária e elevar o patrimônio familiar.

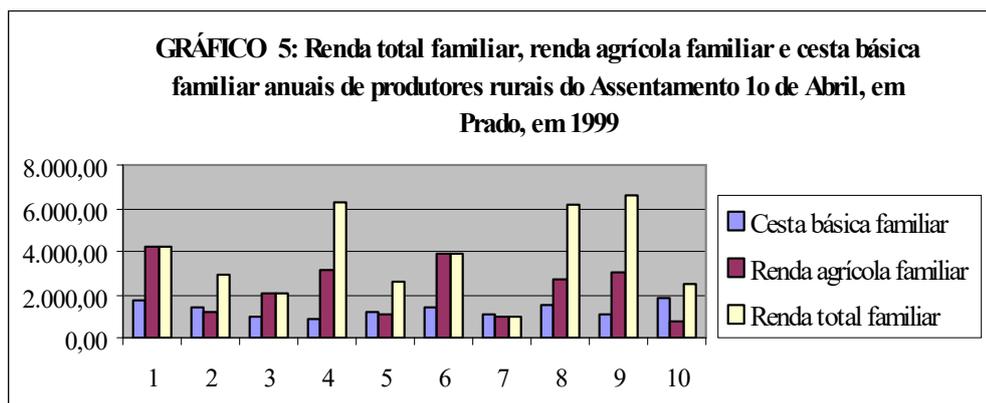
O que fornece essa renda elevada é o nível de diversificação das atividades, significando sistemas intensivos em mão-de-obra e em terra. A aguardente é o produto que mais renda agrega ao sistema, vindo depois o abacaxi, a mandioca e o amendoim. Observa-se que há uma distribuição de renda mais equitativa entre os sistemas, ao invés de uma concentração em uma ou duas culturas, como se observa nos níveis de reprodução inferiores.

Os gráficos 5, 6 e 7 mostram a relação entre a renda familiar total, a renda agrícola familiar e a cesta básica familiar anuais dos produtores rurais dos Assentamentos 1º de Abril, Bela Vista, Riacho das Ostras e Nossa Senhora do Rosário, em 1999. Observa-se que, em algumas situações, a cesta básica é superior à renda agrícola e à renda total da família. Em outras situações, vê-se a importância da renda não-agrícola na diferença entre a renda total e a renda agrícola.

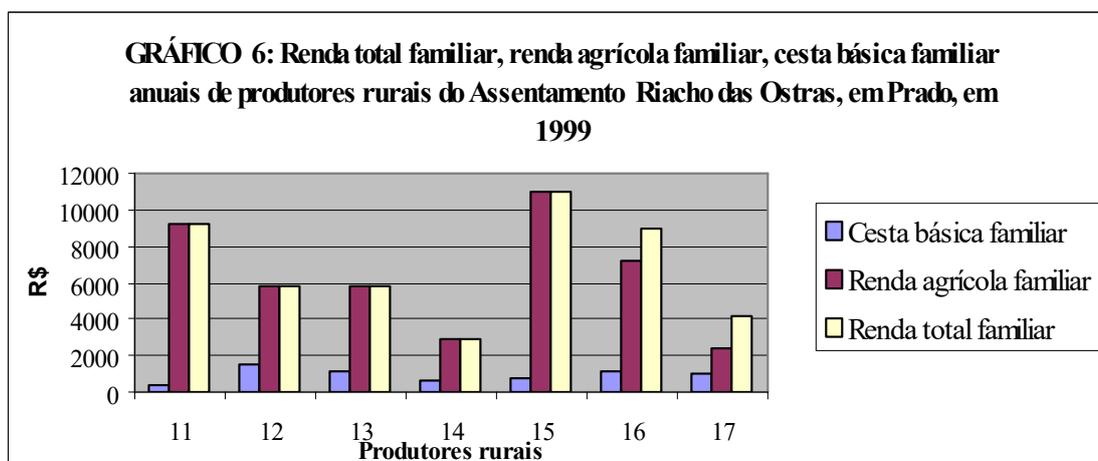
TABELA 31: Tamanho da família, cesta básica familiar, renda familiar agrícola, renda familiar não-agrícola e renda familiar total de produtores rurais no Extremo Sul da Bahia, em 1999.

Assentamento 1º de Abril	Tamanho da família	Cesta básica familiar	Renda familiar agrícola	Renda familiar não-agrícola	Renda familiar total
Produtor 1	5	1.688,16	4.213,00	0	4.213,00
Produtor 2	7	1.368,00	1.158,00	1.768,00	2.926,00
Produtor 3	5	924	2.088,00	0	2.088,00
Produtor 4	3	907	3.159,50	3.150,00	6.309,50
Produtor 5	3	1.194,12	1.134,00	1.440,00	2.574,00
Produtor 6	5	1.454,88	3.934,00	0	3.934,00
Produtor 7	5	1.117,20	968	0	968,00
Produtor 8	3	1.564,80	2.654,20	3.536,00	6.190,20
Produtor 9	5	1.041,12	3.025,00	3.536,00	6.561,00
Produtor 10	5	1.849,92	721,8	1.768,00	2.489,80
Assentamento Riacho das Ostras					
Produtor 11	3	406,08	9.158,33	0	9.158,33
Produtor 12	11	1.514,76	5.845,00	0	5.845,00
Produtor 13	6	1.149,72	5.867,00	0	5.867,00
Produtor 14	3	625,32	2.893,70	0	2.893,70
Produtor 15	9	817,62	10.928,00	0	10.928,00
Produtor 16	6	1.134,24	7.202,50	1.768,00	8.970,50
Produtor 17	5	965,04	2.378,00	1.768,00	4.146,00
Assentamento Bela Vista					
Produtor 18	5	1.076,64	6.634,75	0	6.634,75
Produtor 19	5	1.079,16	-18,25	0	-18,25
Produtor 20	1	1.383,60	4.003,75	630,00	4.633,75
Produtor 21	5	591,48	1.188,75	1.768,00	2.956,75
Produtor 22	4	578,64	2.830,75	0	2.830,75
Produtor 23	6	1.494,72	1.133,75	0	1.133,75
Produtor 24	4	809,28	4.887,95	0	4.887,95
Assentamento N. Sra do Rosário					
Produtor 25	5	441,96	4.150	0	4.150
Produtor 26	5	396	6.173,40	0	6.173,40
Produtor 27	5	636,72	14.495,00	0	14.495,00
Assentamento Santa Luzia					
Produtores A (5)	0	n.d.	0	1768,00	1768,00
Produtores B (20)	0	n.d.	0	600,00	600,00
Produtores C (24)	0,5	n.d.	600,00	0	600,00

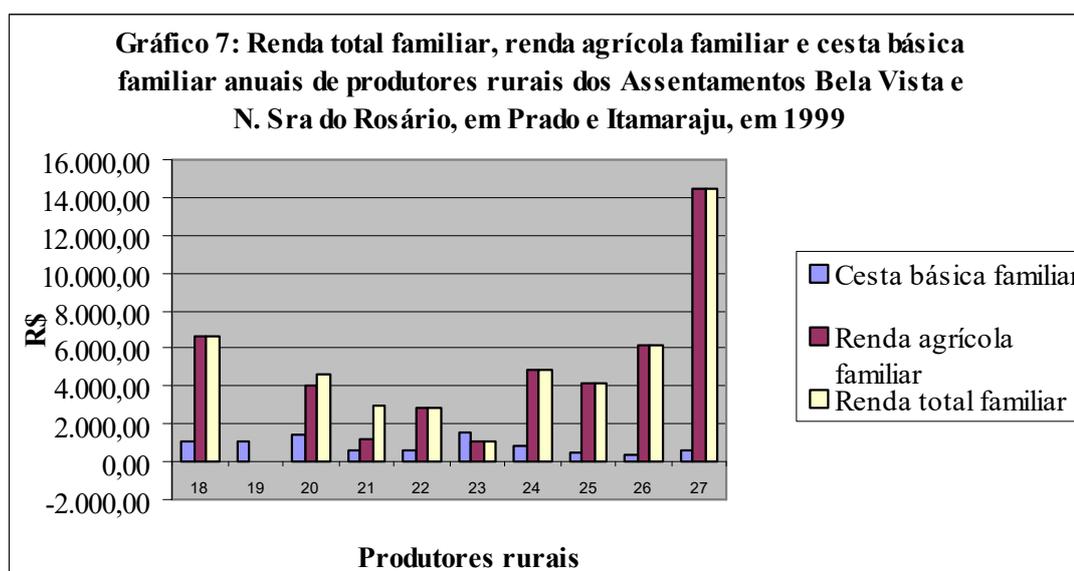
FONTE: pesquisa de campo, 1999.



FONTE: Pesquisa de campo, 1999; sistematização: autor



FONTE: Pesquisa de campo, 1999; sistematização: autor



FONTE: Pesquisa de campo, 1999; sistematização: autor

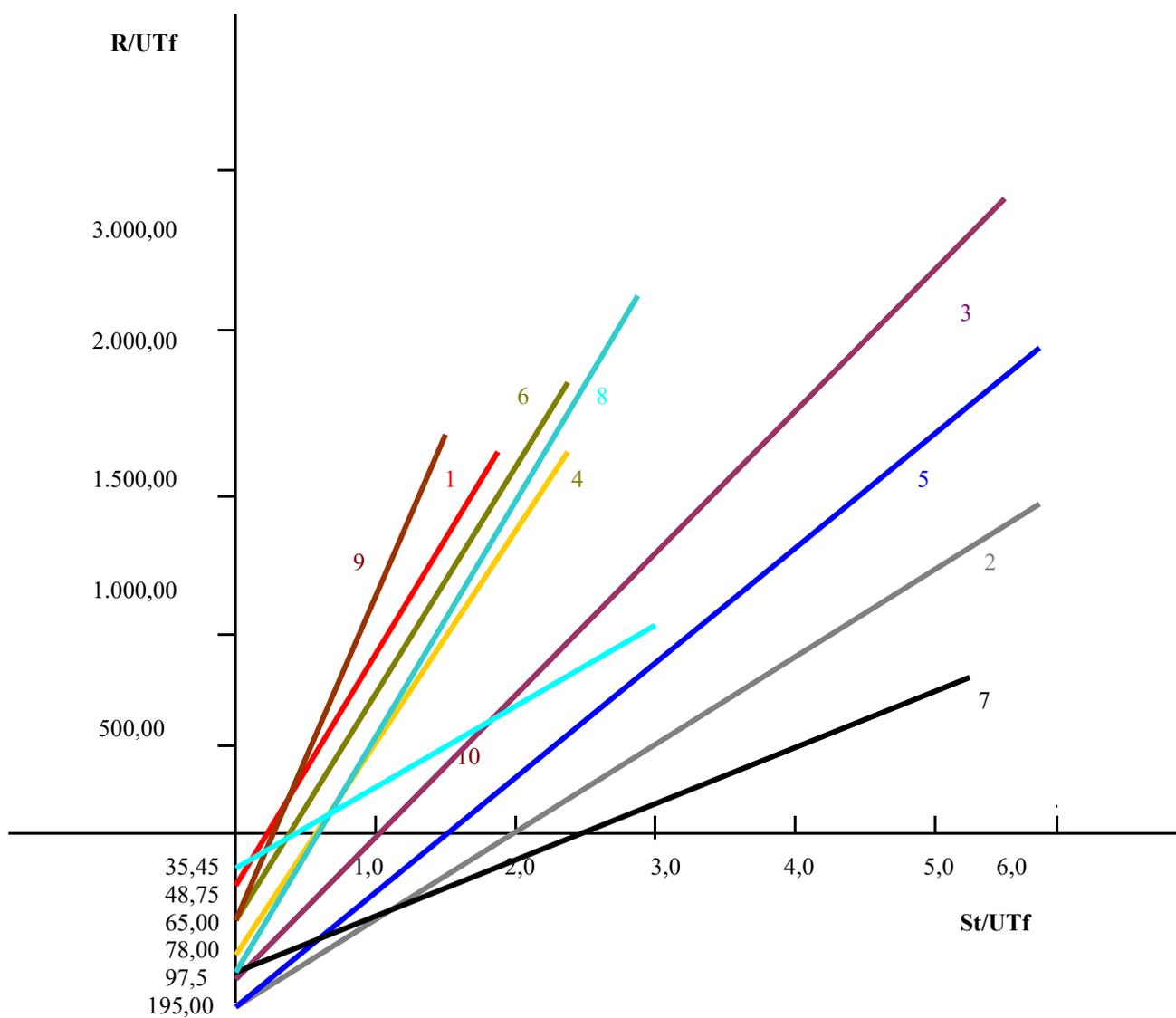
A tabela 32 apresenta as equações lineares de cada sistema de produção obtidas a partir dos cálculos dos indicadores dos sub-sistemas. As relações renda e unidade de trabalho familiar (R/UTf) e área e unidade de trabalho familiar (St/UTf) são diferentes para cada sistema de produção, com situações mais intensivas em trabalho - maior R/UTf e menor St/UTf. Nos gráficos 8,9,10 e 11, dos sistemas de produção de cada assentamento, observa-se a composição dos sub-sistemas de uma forma linear. As curvas mais próximas à ordenada do gráfico representam os sistemas de produção mais intensivos em trabalho ($\Delta R/UTf > \Delta St/UTf$). As curvas mais próximas à abscissa representam os sistemas de produção mais extensivos ($\Delta R/UTf < \Delta St/UTf$).

TABELA 32: Equações dos sistemas de produção dos Assentamentos 1º de Abril, Riacho das Ostras, Bela Vista e Nossa Senhora do Rosário, em 1999.

Produtor	Equações dos sistemas de produção	R/UTf	St/UTf
Assentamento 1º de Abril			
1	R/UTf = 839,60 (Sa/UTf) – 48,75	1000,8	1,3
2	R/UTf = 270,60 (Sa/UTf) – 195,00	1158,0	5,0
3	R/UTf = 456,60 (Sa/UTf) – 195,00	2088,0	5,0
4	R/UTf = 1.170,90 (Sa/UTf) – 78	2263,8	1,1
5	R/UTf = 265,80 (Sa/UTf) – 195,00	1134,0	5,0
6	R/UTf = 825,80 (Sa/UTf) – 65,00	1314,1	1,7
7	R/UTf = 166,14 (Sa/UTf) – 97,5	484,0	3,5
8	R/UTf = 593,84 (Sa/UTf) – 97,5	1387,1	2,4
9	R/UTf = 644,00 (Sa/UTf) – 65,00	579,0	1,7
10	R/UTf = 183,36 (Sa/UTf) – 35,45	129,6	0,9
Assentamento Riacho das Ostras			
11	R/UTf = 472,14 (Sa/UTf) – 28,57	6911,9	13,0
12	R/UTf = 265,68 (Sa/UTf)	983,0	3,7
13	R/UTf = 268,27 (Sa/UTf) – 7,78	1279,9	4,9
14	R/UTf = 143,27 (Sa/UTf) – 7,78	3144,2	20,3
15	R/UTf = 500,81 (Sa/UTf) – 5,5	1196,4	2,4
16	R/UTf = 331,93 (Sa/UTf) – 18,18	1309,5	4,0
Assentamento Bela Vista			
17	R/UTf = 108,09 (Sa/UTf)	475,6	4,4
18	R/UTf = 446,10 (Sa/UTf) – 28,125	3317,6	7,5
19	R/UTf = 2,11(Sa/UTf) – 28,125	-12,3	9,0
20	R/UTf = (225,52) Sa/UTf – 56,25	4003,1	18,0
21	R/UTf = (69,16) Sa/UTf – 12,5	264,1	4,0
22	R/UTf = 161,38 (Sa/UTf) – 12,5	633,0	4,0
23	R/UTf = 79,3 Sa/UTf – 56,25	23,1	15,0
24	R/UTf = (274,67) Sa/UTf – 16,07	1384,7	5,1
Assentamento Nossa Senhora do Rosário			
25	R/UTf = (415) Sa/UTf – 45	2030,0	5,2
26	R/UTf = (628) Sa/UTf – 45	6235,0	9,9
27	R/UTf = 730,50 (Sa/UTf) - 65	14545,0	19,9

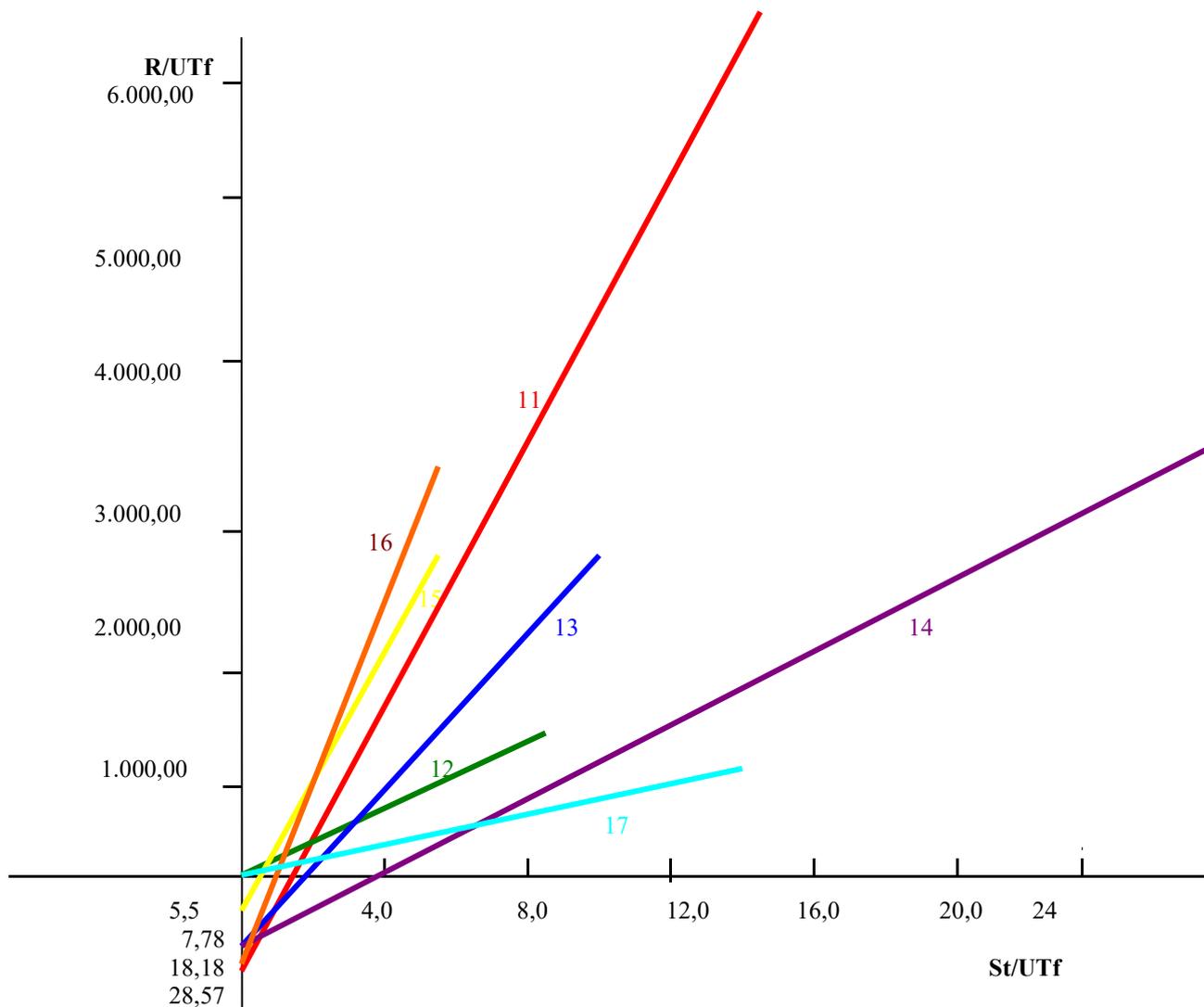
FONTE: Pesquisa de campo, 1999.

GRÁFICO 8: Curvas dos sistemas de produção pesquisados do Assentamento 1º de Abril, em 1999



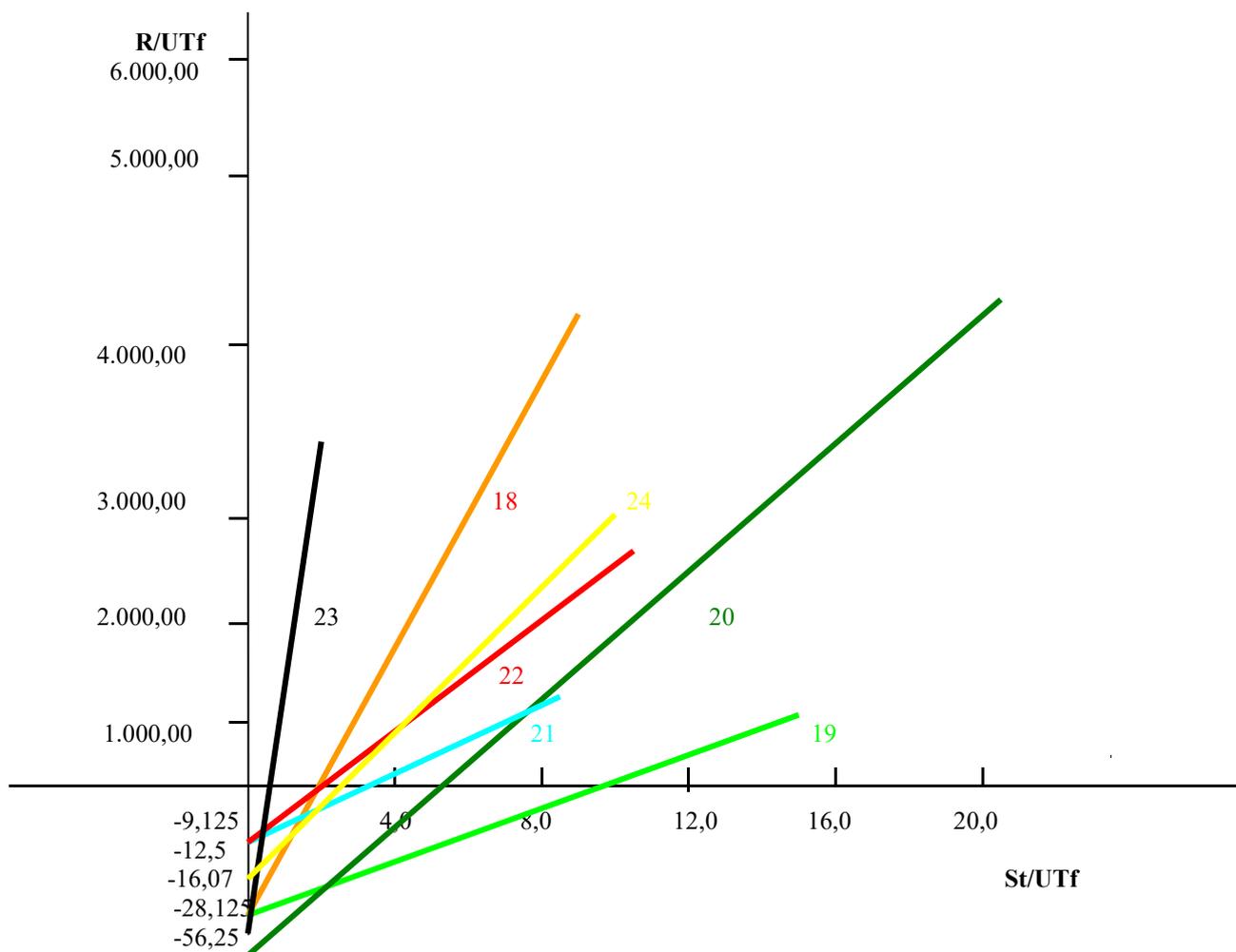
FONTE: pesquisa de campo, 1999

GRÁFICO 9: Curvas dos sistemas de produção pesquisados do Assentamento Riacho das Ostras, em 1999



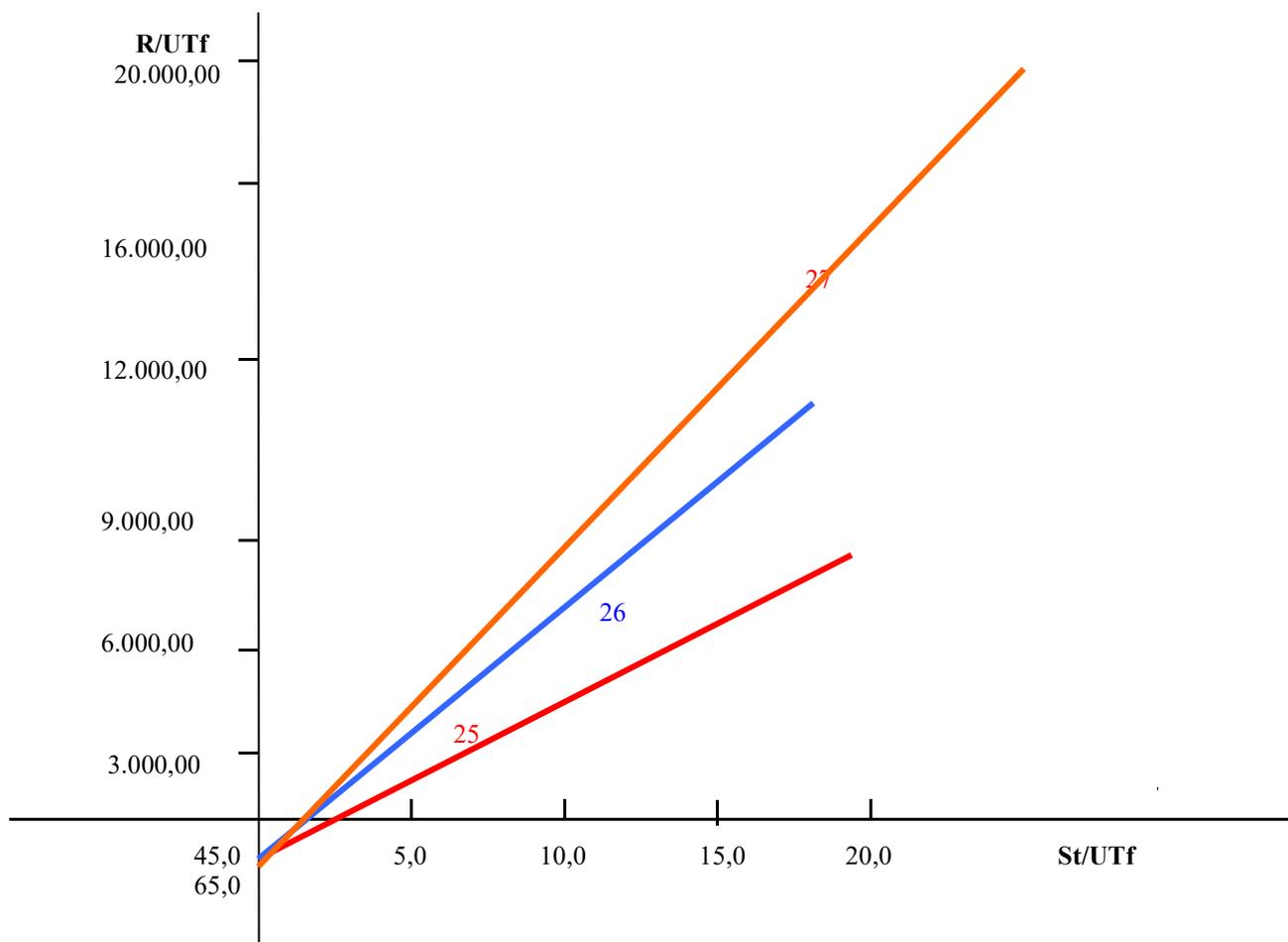
FONTE: pesquisa de campo, 1999

GRÁFICO 10: Curvas dos sistemas de produção pesquisados do Assentamento Bela Vista, em 1999



FONTE: pesquisa de campo, 1999

GRÁFICO 11: Curvas dos sistemas de produção pesquisados do Assentamento Nossa Senhora do Rosário, em 1999



FONTE: pesquisa de campo, 1999

6.3. A RENDA NÃO-AGRÍCOLA PREVIDENCIÁRIA

Na pesquisa de campo com os produtores rurais assentados, observou-se que cerca de 30% dos entrevistados diretos possuem algum tipo de renda proveniente de aposentadorias e pensões. Em alguns casos, são rendas exclusivamente previdenciárias. Trata-se de uma tendência nacional, destacando-se principalmente nos municípios do Norte e Nordeste do Brasil, onde a renda dos ativos é inferior em comparação com a renda dos inativos e boa parte da população rural obtém renda de aposentadorias e pensões. Inicialmente, com base nos dados das PNAD's/IBGE, compara-se a participação das aposentadorias e pensões com as demais ocupações na estrutura da ocupação no meio rural baiano, em 1981 e entre 1992 e 1997, e a inserção da Bahia no contexto nordestino.

No Nordeste, segundo os ramos de atividade, a PEA rural cresceu, no período de 1981 a 1992, a uma taxa anual de 1,6%, passando de 6,170 milhões para 7,332 milhões, e a população de aposentados, pensionistas ou outras rendas no campo aumentou a uma taxa de 2,4% ao ano, passando de 643 mil para 835 mil pessoas. A PIA rural, População em Idade Ativa, aumentou de 3,6% ao ano no mesmo período – de 11,302 milhões para 16,670 milhões de pessoas residentes no meio rural. Na Administração Pública, aumentou, ao ano, em 7,6%, a população empregada e residente no meio rural, passando de 40 mil para 89 mil pessoas no mesmo período.

No período de 1992 a 1997, a PEA rural, no Nordeste, decresceu, passando de 7,332 milhões para 7,232 milhões de residentes no meio rural. A população de aposentados, pensionistas e outras rendas cresceu, ao ano, a uma taxa de 6,4%, bem superior ao verificado no período seguinte, passando de 835 mil para 1,122 milhão de pessoas. A população empregada na Administração Pública cresceu de 89 mil para 113 mil pessoas, com oscilações em sentido contrário no período. No mesmo período, a PIA rural diminuiu, de 16,670 milhões para 12,359 milhões de pessoas.

TABELA 33
População rural de 10 anos e mais, segundo ramo de atividade (Mil pessoas).
Nordeste - 1981/1997

Ramos de atividade	1981	1992	1993	1995	1996	1997	taxa de crescimento (% aa.)		
							1981/92 ^a		1992/97 ^b
1.População Economicamente Ativa	6.170	7.332	7.373	7.364	6.861	7.232	1,6	***	-0,8
2.Ocupados									
2.1.Agrícola	4.581	5.562	5.276	5.516	4.979	5.308	1,8	***	-1,1
2.2.Não Agrícola	1.521	1.600	1.934	1.698	1.698	1.734	0,5		0,0
2.2.1.Administração Pública	40	89	150	115	101	113	7,6	***	0,2
3.Não Ocupados									
Procurando Emprego	67	169	163	150	185	190	8,8	***	2,4
4.Não Economicamente Ativos									
4.1 Aposentados, Pensionistas ou Outras Rendas	643	835	911	1.017	1.119	1.122	2,4	***	6,4
5. Pessoas de 10 anos ou mais	11.302	16.670	11.938	12.042	12.173	12.359	3,6	***	-4,3

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Janeiro 1999

Notas: a) teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

c) ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

No Nordeste, é expressivo o aumento da participação dos aposentados, pensionistas e outras rendas no período entre 1992 e 1997, passando de 5,01% para 9,08% na PIA rural. Também se observa aumento da participação do pessoal ocupado na Administração Pública no meio rural, passando de 0,53% em 1992, para 0,92% em 1997. Da mesma forma, aumentam as participações do pessoal ocupado em atividades agrícolas e não-agrícolas.

TABELA 34
Participação dos ramos de atividade na população rural de 10 anos e mais (Mil pessoas).
Nordeste - 1981/1997

Ramos de atividade	1981	1992	1993	1995	1996	1997
1.População Economicamente Ativa	54,59	43,98	61,76	61,16	56,36	58,52
2.Ocupados						
2.1.Agrícola	40,54	33,37	44,19	45,81	40,90	42,95
2.2.Não Agrícola	13,46	9,60	16,20	14,10	13,95	14,03
2.2.1.Administração Pública	0,35	0,53	1,26	0,96	0,83	0,92
3.Não Ocupados						
Procurando Emprego	0,59	1,02	1,37	1,25	1,52	1,54
4.Não Economicamente Ativos						
4.1 Aposentados, Pensionistas ou Outras Rendas	5,69	5,01	7,63	8,44	9,19	9,08
5. Pessoas de 10 anos ou mais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Janeiro 1999

Elaboração: SEI

Para o Brasil, a tendência é a mesma: aumenta o número de aposentados e pensionistas, passando de 1,240 milhão de pessoas em 1981, para 1,517 milhão, em 1992 e 2,073

milhões em 1997, a uma taxa de crescimento anual de 1,9% entre 1992 e 1981 e 6,4% entre 1997 e 1992.

Na Bahia, a PEA rural cresceu, no período de 1981 a 1992, a uma taxa anual de 1,8%, e a população de aposentados, pensionistas ou outras rendas no campo aumentou a uma taxa de 4,8% ao ano – o dobro da taxa referente ao Nordeste. A PIA rural, População em Idade Ativa, aumentou de 3,8% ao ano no mesmo período. Na Administração Pública, a população empregada passou de 7 mil para 8 mil pessoas no mesmo período.

No período de 1992 a 1997, a PEA rural, na Bahia, aumentou pouco, passando de 2,158 milhões para 2,235 milhões de residentes no meio rural. A população de aposentados, pensionistas e outras rendas cresceu, ao ano, a uma taxa de 6,4%, também superior ao verificado no período seguinte, e semelhante à taxa de crescimento verificada para o Nordeste, passando de 259 mil para 358 mil pessoas. A população empregada na Administração Pública, no meio rural, foi a que mais cresceu, em termos de taxa anual, passando de 8 mil para 26 mil pessoas, apresentando o mesmo comportamento em relação ao Nordeste, crescendo de 8 mil para 26 mil pessoas, com oscilações em sentido contrário no período. No mesmo período, a PIA rural também diminuiu de 4,794 milhões para 3,762 milhões de pessoas.

Salienta-se que, no meio rural, tanto no Nordeste quanto na Bahia, a população de aposentados e pensionistas apresentou taxas anuais de crescimento significativas- umas das que mais cresceram - nos períodos considerados, assim como a população empregada na Administração Pública.

Em relação aos inativos previdenciários, alguns aspectos devem ser mencionados:

a) a inserção de relações capitalistas no campo, com o processo de modernização da economia rural, baseadas em contratos de emprego, impessoais entre empregador e empregado, substituindo as relações de compadrio e pessoais entre patrão e empregado.

O Estatuto do Trabalhador Rural, de 1962, embora tivesse trazido benefícios para a força de trabalho sobretudo agrícola, contribuiu, institucionalmente, para consolidar relações

capitalistas no campo, o que implicou aumento da desocupação e indução ao êxodo rural, indiretamente;

b) o aumento da sindicalização de trabalhadores e pequenos produtores rurais, contribuindo com uma assistência jurídica e tornando mais célere o acesso a informações por parte dos trabalhadores, visando a satisfação de direitos daqueles com mais de 60 anos pelo Estado;

c) envelhecimento da população rural nos anos 80 e 90, mediante aumento da taxa de crescimento das faixas etárias mais elevadas, juntamente com a fixação do direito a benefícios para os trabalhadores rurais com mais de 60 anos, sem a necessária contribuição prévia.

Em relação à importância da sindicalização no meio rural, no período 1951-1960, somente 13 sindicatos rurais tinham sido formados. Até 1960, registraram-se, no Brasil, 1.386 entidades de empregados de todos os setores de atividade. De 1951 a 1960, 489 sindicatos foram criados, dos quais 237 eram de trabalhadores fabris. A formação de novas entidades não se limitou ao setor industrial, mas se estendeu também aos setores de comércio, transporte, finanças e de profissionais liberais; contudo, foi o meio rural em que se formaram mais entidades. Nesses anos, foram criados 1.032 sindicatos rurais abrangendo pequenos proprietários e trabalhadores assalariados.

A sindicalização no campo havia sido iniciada no Governo Goulart (1961-1964) e prosseguiu intensamente na década de 70, quando foram formados 1.211 novos sindicatos rurais, superando a década anterior. Do ponto de vista do associativismo, no período do regime militar, foram criadas instituições que, possibilitariam o aparecimento de um movimento sindical constante no campo.

O sindicalismo no campo, principalmente após o regime militar, quando foram reconhecidos direitos individuais e coletivos, como os de associação (além da autonomia sindical), tem sido mais atuante quando se trata de garantir direitos aos trabalhadores e produtores rurais familiares. E essa militância mais ativa também tem contribuído para

viabilizar, extrajudicialmente, o reconhecimento estatal sobre as aposentadorias por idade desses trabalhadores e produtores.

A Constituição de 1988 já havia previsto a aposentadoria por idade aos sessenta anos, para o homem, e cinqüenta e cinco anos, para a mulher, abrangendo os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para aqueles que exerciam atividades em regime de economia familiar, incluindo o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. As recentes reformas constitucionais por que vem passando o sistema previdenciário brasileiro mantiveram as mesmas condições de aposentadoria para os trabalhadores e produtores familiares rurais, previstas na Constituição de 1988.

TABELA 35

População de 0 a 60 anos e mais, por faixa etária, nos anos censitários, variação anual e diferença em números absolutos nos períodos 80-91 e 91-96. Bahia.

Idades	Anos censitários			Var. aa %		Dif em N Absol	
	1980	1991	1996	80-91	91-96	80-91	91-96
0-9	2.893.361	3.092.091	2.753.695	0,6	-2,3	198.730	-338.396
10-19	2.324.745	2.959.972	3.134.979	2,2	1,2	635.227	175.007
20-59	3.645.739	4.999.038	5.679.683	2,9	2,6	1.353.299	680.645
60 e +	570.883	816.890	939.715	3,3	2,8	246.007	122.825

FONTE: IBGE. Censos Demográficos e Contagem Populacional de 1996 *apud* SEI.

Entre 1980 e 1991, a população com mais de 60 anos cresceu mais que as populações das demais faixas etárias, a uma taxa anual de 3,3% e entre 1991 e 1996, a uma taxa anual de 2,8%, conforme tabela 35.

Desagregando as faixas etárias da população total e rural da Bahia, a população rural acima dos 60 anos, que é aquela na qual se aposenta boa parte dos trabalhadores rurais, cresceu menos que as populações urbana e total da mesma faixa etária, com um incremento absoluto de 22.269 pessoas. Esse dado pode significar a possibilidade de novos beneficiários rurais, ou parte deles, se presumir que, nas faixas acima de 64 anos, parte da população rural composta de produtores e trabalhadores rurais já esteja recebendo algum tipo de benefício.

Ao mesmo tempo, pode-se afirmar que os trabalhadores rurais obtêm os benefícios em alguns anos após atingirem o limite de 60 anos que lhes dá o direito à aposentadoria, ou seja, recebem os benefícios em idade mais avançada, quando passam a ter assistência

judiciária de sindicatos e quando a informação relativa ao direito lhes é transmitida. A população rural, em todas as faixas etárias, apresenta taxas de crescimento inferiores às taxas de crescimento das populações urbana e total. Mesmo assim, comparando somente o crescimento nas faixas etárias da população rural, observa-se que as faixas etárias acima de 55 anos apresentam crescimento positivo e acima das demais faixas etárias, algumas, inclusive apresentando crescimento irrisório ou negativo. Ainda considerando o aumento do grau de urbanização do Estado, entre 1991 e 1996, passando de 59,12% para 62,41% (incremento absoluto negativo em 136.189 pessoas residentes no meio rural), respectivamente, é nas faixas mais avançadas em idade que se apresenta algum crescimento da população rural. Isso significa que a população rural está envelhecendo e que os que continuam a residir no campo são aqueles trabalhadores, aposentados e pensionistas de mais idade, que não deixam seu imóvel ou sua casa situada em algum lugarejo.

O aumento do número de aposentados e pensionistas vem contrapor-se à queda da renda agrícola nas décadas de 80 e 90, para uma população mais idosa de produtores e trabalhadores rurais e, por conseqüência, aos respectivos grupos familiares, no sentido de minimizar o empobrecimento de segmentos rurais, baseados na agricultura familiar, lavradoras de produtos tradicionais, como milho, feijão e mandioca e também de resultar num efeito residual de contenção do êxodo rural, para os filhos ainda agricultores desses inativos previdenciários.

TABELA 36
Participação dos ramos de atividade na população rural de 10 anos e mais (Mil pessoas).
Bahia - 1981/1997

Ramos de atividade	1981	1992	1993	1995	1996	1997
1. População Economicamente Ativa	55,61	45,02	62,92	61,87	54,78	59,42
2. Ocupados						
2.1. Agrícola	47,46	36,99	50,90	49,59	42,76	48,05
2.2. Não Agrícola	7,51	6,71	10,66	10,66	10,36	10,12
2.2.1. Administração Pública	0,21	0,16	0,90	0,43	0,46	0,69
3. Não Ocupados						
Procurando Emprego	0,64	1,32	1,36	1,62	1,66	1,26
4. Não Economicamente Ativos						
4.1 Aposentados, Pensionistas ou Outras Rendas	4,85	5,39	7,76	8,11	9,43	9,53
5. Pessoas de 10 anos ou mais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Janeiro 1999

Elaboração: SEI

Nota: os percentuais não somam 100%. Os ramos foram destacados da tabela original havendo outros, ramos não discriminados.

Na Bahia, assim como no Nordeste, aumenta, significativamente, a participação de aposentados, pensionistas na PIA rural, passando de 5,39% em 1992, para 9,53%, em 1997. No mesmo sentido, aumenta a participação de ocupados no campo, através da Administração Pública, de 0,16%, em 1992, para 0,69%, em 1997. Também cresce a participação dos ocupados em atividades não-agrícolas, no mesmo período, de 6,71% para 10,12%.

Salienta-se que a renda oriunda de atividades agropecuárias varia em tempo e espaço, principalmente devido a variações climáticas, implicando, muitas vezes, situações de pobreza crônica, falta de produção, principalmente nas regiões mais áridas da Bahia e Nordeste. Destaca-se ainda a real queda da renda agrícola nos últimos dez anos, diante da diminuição dos preços das *commodities* internacionais.

Isso significa também o predomínio do regime de aposentadoria por idade, enquanto garantia beneficiária dos trabalhadores rurais, e não o regime por tempo de serviço (alterado, recentemente, por tempo de contribuição) no meio rural.

Fazendo a análise por família, no meio rural, é significativa a taxa de crescimento anual das famílias não ocupadas que dependem de pensionistas ou aposentados para sobreviver, em torno de 7,2%, passando de 93 mil para 124 mil famílias. No meio rural-exclusive, concentra-se a maior parte das famílias aposentadas e pensionistas, cuja quantidade aumentou, por ano, em 6,4%, entre 1992 e 1997. Esses dados acompanham a tendência ao aumento das aposentadorias de pensões de trabalhadores rurais no campo, considerando o crescimento do número de benefícios emitidos pelo INSS.

O número de famílias não-ocupadas no meio rural também variou entre 1992 e 1997, devido principalmente ao desempenho da agropecuária naqueles anos. Em 1997, a quantidade de famílias procurando emprego diminuiu em relação a 1996, passando de 8 mil para 5 mil famílias. O bom desempenho da agropecuária baiana, crescendo a uma taxa próxima de 12%, garantiu ocupação a mais famílias residentes no meio rural.

Na categoria “outros não ocupados”, em 1997 diminui a quantidade de famílias em virtude do desempenho das safras agrícolas. Como, no período considerado, os números variaram em sentidos opostos, infere-se que essa categoria depende das oscilações da produção agropecuária no Estado.

No meio urbano, concentra-se a maior parte das famílias aposentadas e pensionistas, cuja quantidade cresceu a uma taxa anual de 8,6%, entre 1992 e 1997, acompanhando o aumento da urbanização do Estado e do envelhecimento da população urbana, com taxas de crescimento anuais, acima de 4%, nas faixas etárias superiores a 54 anos. Além disso, parte da população urbana aposentava-se pelo regime de tempo de serviço, em idade inferior aos 60 anos de idade (idade esta, de fato, como limite mínimo de aposentadoria do trabalhador rural). Parte dos trabalhadores urbanos inseridos no mercado de trabalho formal poderia aposentar-se mais cedo que o trabalhador rural.

Em relação ao crescimento das atividades não-agrícolas e da quantidade de aposentados e pensionistas, infere-se que, ao mesmo tempo em que os lavradores e trabalhadores rurais vão envelhecendo, acima dos 60 anos, obtendo um benefício rural a fim de complementar a renda familiar, os filhos desses lavradores, diante de queda da renda agrícola, oscilações climáticas, também buscam outras alternativas de complementação da renda mediante as diversas ocupações não-agrícolas; portanto, até o momento, a renda familiar vem sendo incrementada tanto por mudanças na natureza das atividades laborais quanto pela própria inatividade.

A aposentadoria e a pensão, assim como as atividades não-agrícolas tipicamente urbanas, passam a representar estratégias de sobrevivência do grupo familiar que depende dos mais velhos para se reproduzir, principalmente nas regiões mais áridas do Estado.

No caso dos assentamentos rurais, verifica-se que a renda previdenciária consiste numa renda agrícola complementar, ou até mesmo numa renda principal das famílias de aposentados, ou seja, os assentamentos tornam produtores diretos ex-trabalhadores rurais de uma faixa etária acima dos 50 anos, que teriam menos condições de conseguir um emprego agrícola ou não-agrícola no mercado; portanto, essa função social o MST cumpre

em sua política de constituição dos assentamentos, vindo a coadunar-se com a política geral de previdência social.

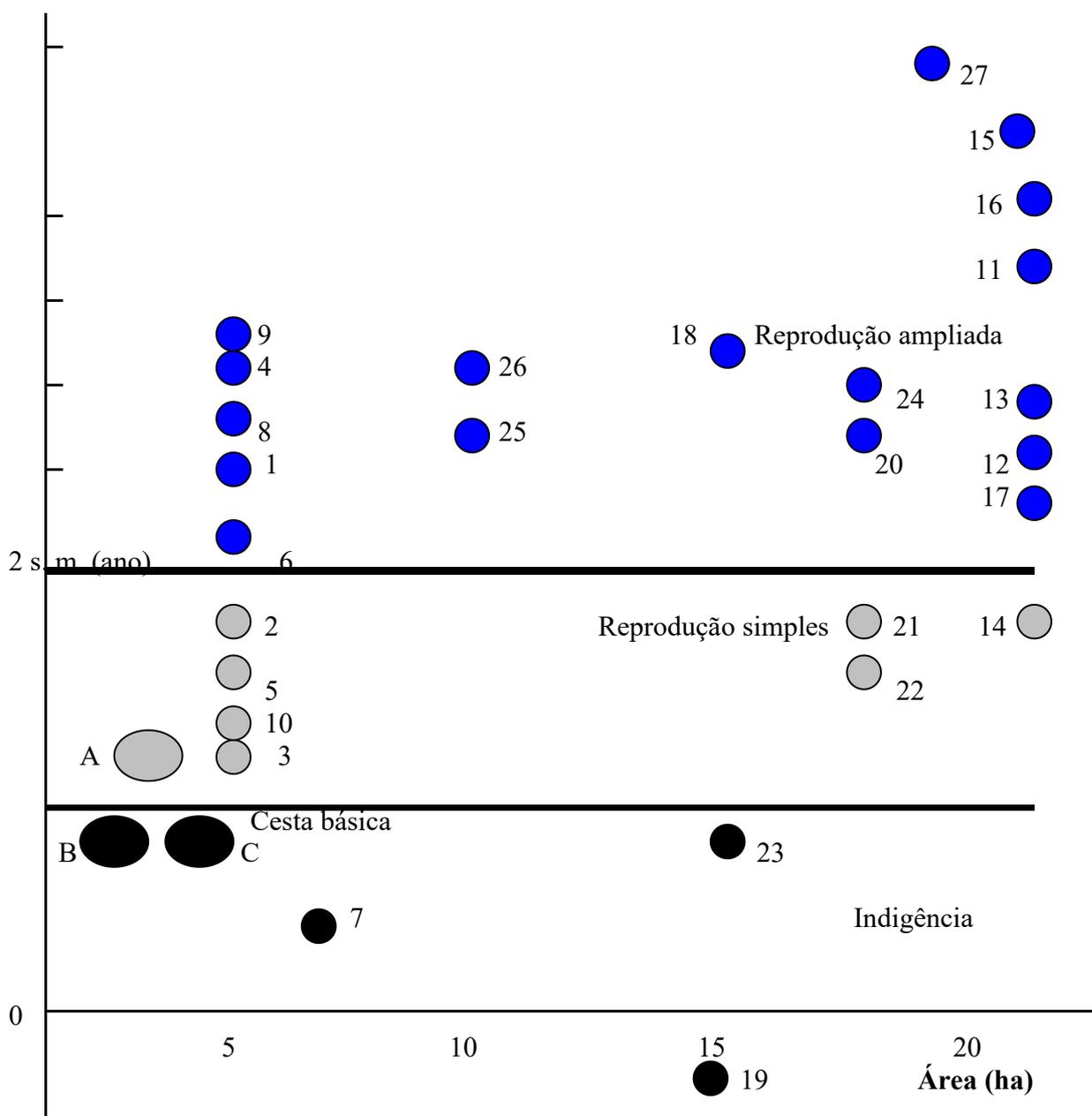
Com base no gráfico 12, a partir da comparação da renda total familiar (renda agrícola e renda não-agrícola) com a cesta básica familiar, observa-se que a maior parte das famílias entrevistadas possui uma renda anual que lhes permite acumular e reinvestir na atividade agrícola, mesmo nas situações em que a renda não-agrícola familiar, proveniente de aposentadorias de um ou dois membros do casal, é superior à renda agrícola. Encontram-se os maiores níveis de renda entre aqueles produtores que mais diversificam sua produção agrícola, principalmente entre os produtores individuais do assentamento rural de Riacho das Ostras, possuidores de áreas em torno de 20 ha. Todos os produtores entrevistados desse assentamento, quando acrescida a renda não-agrícola, foram incluídos no nível de reprodução ampliada.

Comparando o gráfico 12 com o gráfico 4, vê-se que os produtores 4,8,9 e 17 são deslocados do nível de reprodução simples para o nível de reprodução ampliada em virtude do incremento da renda não-agrícola de natureza previdenciária. Isso significa que, inclusive nos assentamentos rurais, há uma tendência generalizada de crescimento da renda previdenciária na zona rural. No caso dos produtores A, estes deslocam-se de um nível de renda agrícola igual a zero para o nível de reprodução simples, decorrente da renda previdenciária.

Pelo menos nas cinco situações do Assentamento Santa Luzia, os assentados que recebem renda previdenciária situam-se na região de reprodução simples, ou seja, a renda familiar é superior ao consumo familiar básico. Para uma estimativa, do total de 59 assentados, com exceção dos cinco, os demais encontram-se na situação de indigência. Esses assentados são os trabalhadores recém-ingressos no assentamento rural, quando este se encontra em sua fase inicial. Alguns são trabalhadores urbanos eventuais e a metade possui a roça de milho, mandioca e feijão no próprio assentamento. Podem ser, portanto, equiparados aos trabalhadores urbanos desocupados das periferias das cidades do Extremo Sul da Bahia.

GRÁFICO 12: Renda familiar total (renda agrícola e renda não-agrícola) e cesta básica familiar anual dos sistemas de produção de assentamentos rurais no Extremo Sul da Bahia, em 1999

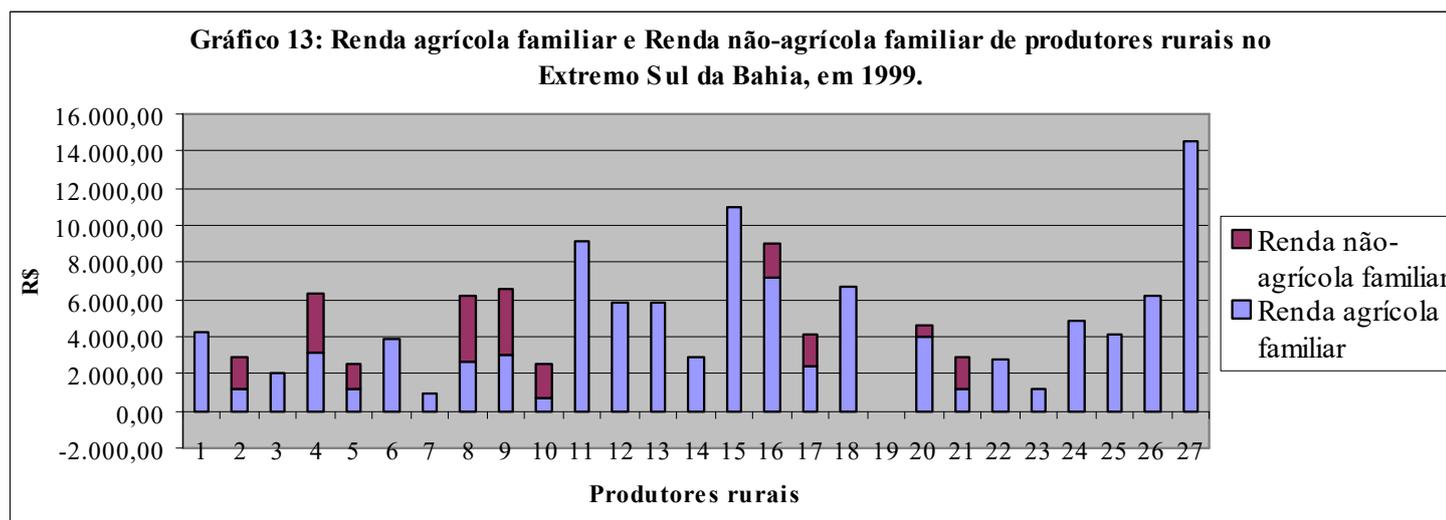
**Renda familiar total e
Cesta básica familiar**



FONTE: pesquisa de campo, 1999

Nota: a) os números identificam os 27 produtores rurais. Esse gráfico é uma representação-síntese dos gráficos individuais de cada produtor. O preço total da cesta básica é diferente para cada família, não podendo estar explícita sua representação numérica.

b) as figuras circulares mais cheias representam a agregação de situações estimadas iguais. A letra A representa cinco produtores do Assentamento Santa Luzia, com renda anual estimada em R\$1.768,00, proveniente de aposentadorias. A letra B representa 20 assentados com renda anual estimada em R\$600,00, proveniente de atividade não-agrícola eventual. A letra C representa 24 assentados com renda anual estimada em R\$600,00, proveniente de plantio de milho, feijão e mandioca (roça) em pequenos lotes no próprio assentamento.



Das 27 famílias entrevistadas, 10 obtêm algum tipo de renda não-agrícola, predominantemente de origem previdenciária, correspondendo a 37% do total da amostra. Se se acrescentarem os 49 assentados do Assentamento Santa Luzia, de um total de 76 assentados, 35 obtêm algum tipo de renda não-agrícola, correspondendo a 46% do total.

Entre os 10 entrevistados do Assentamento 1º de Abril, 6 recebem rendas não-agrícolas. Em todas as situações, a participação da renda não-agrícola na renda total é significativa, chegando a corresponder a 71,01%, conforme tabela 37. No Assentamento Riacho das Ostras, apenas 2 entrevistados declararam receber algum tipo de renda não-agrícola, assim como no Assentamento Bela Vista. A participação da renda não-agrícola, proveniente de benefícios previdenciários, conforme tendência nacional e estadual, é importante na composição⁴⁵ da renda total dos assentados. O fenômeno social da política previdenciária como política social compensatória está presente entre os produtores dos assentamentos como agentes econômicos e sociais integrados na sociedade, sujeitos às políticas públicas e ações institucionais do Estado em dimensões não diretamente relacionadas com a política de reforma agrária.

⁴⁵ Para uma melhor visualização, ver gráfico 12.

TABELA 37: Estimação da renda agrícola e renda não-agrícola de produtores-assentados, em 1999.

Produtor	Renda agrícola (RA)	Renda não-agrícola (RN)	Renda total (RT)	(RA/RT)*100 %	(RN/RT)*100 %
1º de Abril					
1 (A)	4.213,00	0	4.213,00	100,00	0
2 (A)	1.158,00	1.768,00	2.926,00	39,58	60,42
3 (A)	2.088,00	0	2.088,00	100,00	0
4 (A)	3.159,50	3.150,00	6.309,50	50,01	49,99
5 (A)	1.134,00	1.440,00	2.574,00	44,06	55,94
6 (A)	3.934,00	0	3.934,00	100,00	0
7 (A)	968,00	0	968,00	100,00	0
8 (A)	2.654,20	3.536,00	6.190,20	42,87	57,12
9 (A)	3.025,00	3.536,00	6.561,00	46,10	53,89
10 (A)	721,80	1.768,00	2.489,80	28,99	71,01
Riacho das Ostras					
11	9.158,33	0	9.158,33	100,00	0
12	5.845,00	0	5.845,00	100,00	0
13	5.867,00	0	5.867,00	100,00	0
14	2.893,70	0	2.893,70	100,00	0
15	10.928,00	0	10.928,00	100,00	0
16	7.202,50	1.768,00	8.970,50	80,29	19,71
17	2.378,00	1.768,00	4.146,00	57,35	42,65
Bela Vista					
18	6.634,75	0	6.634,75	100,00	0
19	- 18,25	0	- 18,25	100,00	0
20	4.003,75	630,00	4.633,75	86,40	13,60
21	1.188,75	1.768,00	2.956,75	40,20	59,80
22	2.830,75	0	2.830,75	100,00	0
23	1.133,75	0	1.133,75	100,00	0
24	4.887,95	0	4.887,95	100,00	0
N. Sra. do Rosário					
25	4.150	0	4.150	100,00	0
26	6.173,40	0	6.173,40	100,00	0
27	14.495,00	0	14.495,00	100,00	0
Santa Luzia					
20 assentados (renda média)	0	600,00	600,00	0	100,00
5 assentados	0	1768,00	1768,00	0	100,00
24 assentados	600,00	0	600,00	100,00	0

FONTE: Pesquisa de campo, 1999; sistematização: autor.

6.4. COMPLEXIDADE E INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Esta parte do trabalho trata da noção de complexidade dos sistemas de produção observados. Se o sistema for mais integrado entre seus diversos sub-sistemas, cultivo, criação e beneficiamento, será mais complexo. Quanto menos integrado, menos complexo e sem qualquer integração, sistema totalmente simples. Assim, os sistemas de produção foram classificados em sistemas integrados, sistemas pouco integrados e sistemas sem integração. Estes correspondem àqueles em que não há qualquer relação de troca com fluxo de matéria e energia entre seus sub-sistemas⁴⁶; os sistemas pouco integrados são aqueles que possuem uma ou duas situações de integração entre os sub-sistemas; os sistemas integrados são aqueles em que há pelo menos três situações de integração entre os sub-sistemas.

A classificação proposta revela, em geral, pouca ou nenhuma integração entre os sub-sistemas de cultivo, criação e beneficiamento nos sistemas de produção dos assentamentos. A complexidade em si ocorreria inclusive com a quantidade de sub-sistemas existentes no sistema, ou seja, um sistema de produção com vários sub-sistemas integrados ou pouco integrados. Por outro lado, mais quantidades de sub-sistemas, embora tendam à complexidade, podem apresentar situações simplificadas, por falta de manejo adequado, conhecimento técnico por parte dos assentados. Isso ocorre principalmente nas situações em que a associação ou cooperativa do assentamento indica ou até determina aos assentados quais lavouras plantar em seus lotes, com base nas melhores condições de mercado, como o preço em alta. Essa situação é comum entre os assentados que não possuíam experiência⁴⁷ como produtores rurais antes de ingressarem no movimento social: pouca ou nenhuma noção sistêmica de seu sistema de produção, ou seja, dividem o lote em partes onde plantam lavouras separadas ou consorciadas e vendem o resultado da colheita no mercado. Em geral, o produtor familiar possui uma compreensão sistêmica e total de sua propriedade, obtida pela tradição passada de pai para filho. Isso facilita o manejo das lavouras em virtude de observações sistemáticas ou aleatórias que, ao longo do tempo, gera um conhecimento empírico-técnico acumulado.

⁴⁶ As unidades de cultivo, criação e beneficiamento da unidade de produção ora são tratados como sistemas, ora como sub-sistemas.

⁴⁷ É comum, nos assentamentos, encontrar situações em que os assentados não conseguem elevar o rendimento físico da área ou possuem obstáculos no âmbito da comercialização dos produtos.

TABELA 38: Integração dos sistemas de produção dos assentados no Extremo Sul da Bahia, em 1999.

Assentamento 1º de Abril	Sistema integrado	Sistema pouco integrado	Sistema sem integração	Renda familiar agrícola	Renda familiar total
Produtor 1			X	4.213,00	4.213,00
Produtor 2			X	1.158,00	2.926,00
Produtor 3			X	2.088,00	2.088,00
Produtor 4			X	3.159,50	6.309,50
Produtor 5			X	1.134,00	2.574,00
Produtor 6		X		3.934,00	3.934,00
Produtor 7		X		968	968,00
Produtor 8		X		2.654,20	6.190,20
Produtor 9		X		3.025,00	6.561,00
Produtor 10		X		721,8	2.489,80
Assentamento Riacho das Ostras					
Produtor 11	X			9.158,33	9.158,33
Produtor 12	X			5.845,00	5.845,00
Produtor 13		X		5.867,00	5.867,00
Produtor 14			X	2.893,70	2.893,70
Produtor 15		X		10.928,00	10.928,00
Produtor 16		X		7.202,50	8.970,50
Produtor 17		X		2.378,00	4.146,00
Assentamento Bela Vista					
Produtor 18		X		6.634,75	6.634,75
Produtor 19			X	-18,25	-18,25
Produtor 20			X	4.003,75	4.633,75
Produtor 21			X	1.188,75	2.956,75
Produtor 22			X	2.830,75	2.830,75
Produtor 23		X		1.133,75	1.133,75
Produtor 24		X		4.887,95	4.887,95
Assentamento N. Sra do Rosário					
Produtor 25			X	4.150	4.150
Produtor 26			X	6.173,40	6.173,40
Produtor 27	X			14.495,00	14.495,00
Assentamento Santa Luzia					
Produtores A (5)		-	-	0	1768,00
Produtores B (20)		-	-	0	600,00
Produtores C (24)			X	600,00	600,00

FONTE: Pesquisa de campo, 1999.

Apenas 3 sistemas de produção foram considerados integrados como os mais complexos; 13 pouco integrados e 11 sistemas sem integração. Disso decorrem algumas considerações. O assentamento rural que apresentou os sistemas de produção com uma tendência à integração, ou aumento da complexidade interna, foi o Assentamento Riacho das Ostras, seja devido ao tempo de existência do assentamento, seja porque se trata de produtores rurais em lotes totalmente individuais, onde a autonomia das famílias é garantida, não se sujeitando às orientações dos dirigentes da associação do assentamento, nem dos dirigentes

da cooperativa regional dos assentados vinculada ao MST (com sede no município de Itamaraju) quanto ao que e como produzir. Daí os sistemas de produção apresentarem uma maior diversidade. Além disso, destaca-se a experiência dos próprios produtores por uma tendência à diminuição dos custos de produção uma vez que muitos já eram exclusivamente trabalhadores rurais ou minifundistas, e sistemas mais integrados significam sub-sistemas com trocas internas, com fluxos de matéria e energia entre si, e, por isso, tendencialmente com menos custos de produção. Em várias situações, porém, nem todos os bens intermediários podem ser produzidos no próprio sistema de produção⁴⁸.

Destacam-se, em seguida, exemplos de sistemas de produção integrados, pouco integrados e sem integração.

No exemplo seguinte, o sistema de produção possui 8 sistemas de cultivo, 2 sistemas de criação e está vinculado a 1 sistema de beneficiamento coletivo, para onde é destinada a cana para produzir aguardente. Trata-se de um sistema de produção cuja renda agrícola anual está estimada em R\$9.158,33, classificado na região de reprodução ampliada. Quanto mais diversificado o sistema, a renda familiar tende a ser maior, embora essa relação não seja linear e direta. Os produtores 12 e 27 (ver anexo) possuem sistemas de produção integrados e diversificados com rendas anuais estimadas em R\$5.845,00 e R\$14.495,00, classificados na região de reprodução ampliada.

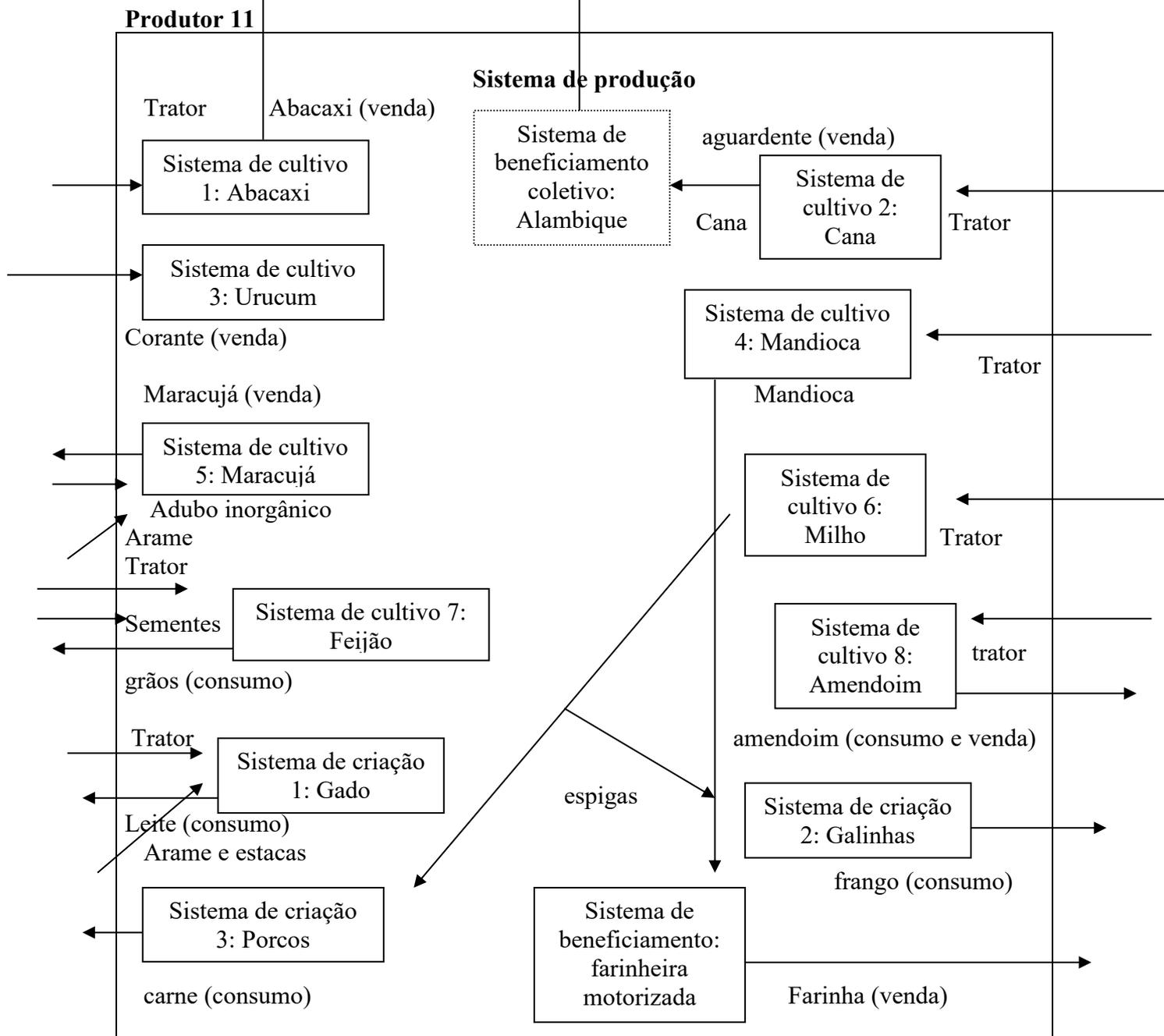
Entre os sistemas de produção considerados pouco integrados, há algumas situações particulares de cada sistema quanto ao nível de renda. Os sistemas de produção 15 e 16⁴⁹ apresentam rendas familiares totais de R\$10.928,00 e R\$8.970,50, respectivamente. Embora tenham sido considerados sistemas pouco integrados, geram uma renda familiar elevada. Isto se deve não somente à diversificação, mas ao próprio manejo das lavouras, destacando-se, por exemplo, a produção consorciada de café, urucum, jaca e cana em sistemas agroflorestais.

⁴⁸ Não se trata de sistemas tendencialmente autárquicos, mas de sistemas que transacionam, no mercado, bens finais e produzem internamente bens intermediários para os próprios sub-sistemas

⁴⁹ O produtor 16, do Assentamento Riacho das Ostras, recebe orientação técnica da organização não-governamental Terra Viva que desenvolve a implantação de sistemas de cultivo agroflorestais.

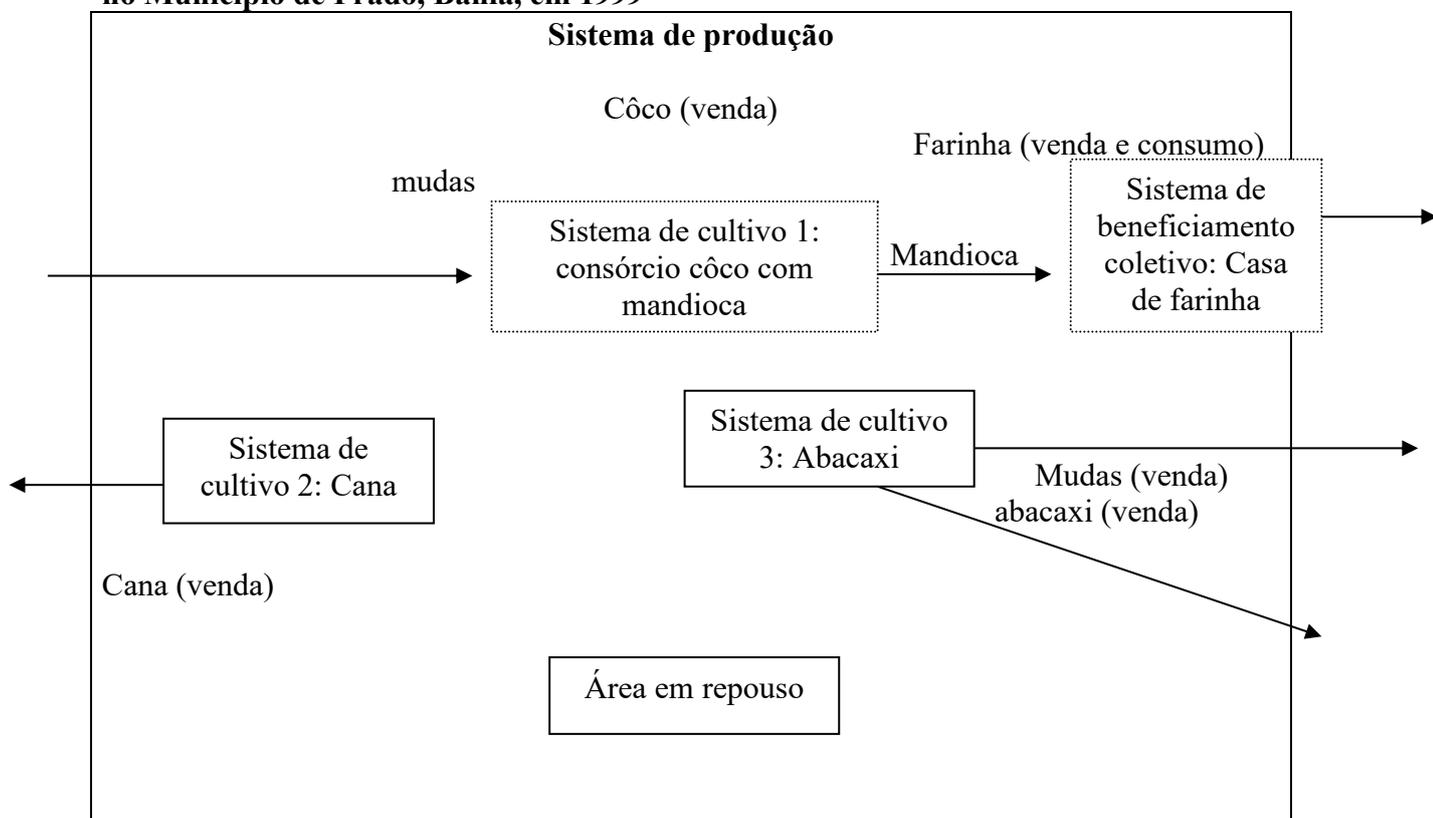
Sistema integrado

FLUXOGRAMA 1: Sistema de produção do Produtor 11 do Assentamento Riacho das Ostras, no Município de Prado, Bahia, em 1999



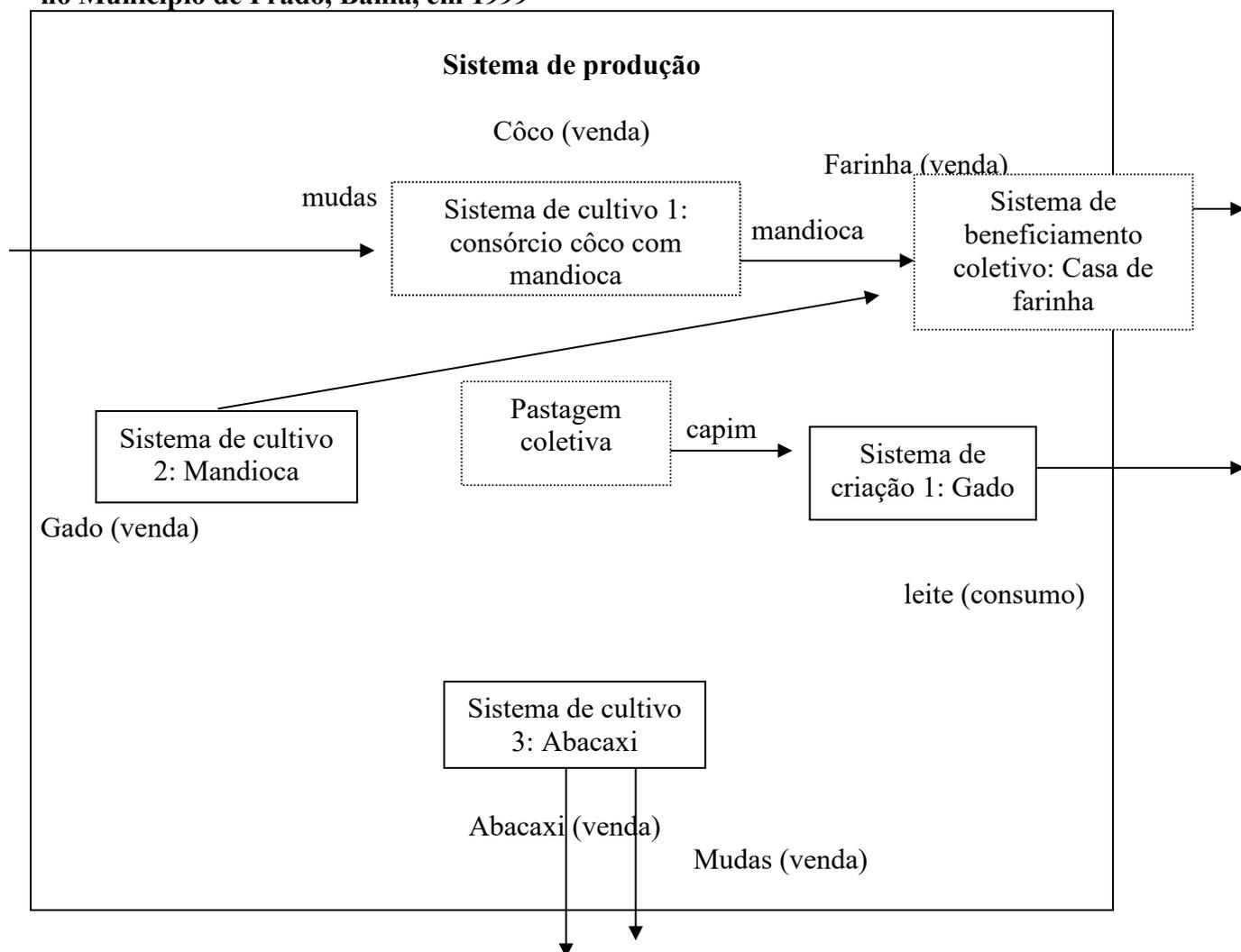
Sistemas pouco integrados

FLUXOGRAMA 2: Sistema de produção do Produtor 7 do Assentamento 1º de Abril, no Município de Prado, Bahia, em 1999



Considerando somente a renda agrícola, os produtores 7 e 10 e 8 e 9, cujos sistemas de produção, quanto à complexidade, foram classificados como pouco integrados. Quanto ao nível de renda, foram classificados nas regiões de indigência e reprodução simples, respectivamente. Isto se deve ao cultivo de produtos tradicionais como a mandioca para a produção de farinha, juntamente com uma pequena produção de cana e abacaxi e criação de poucas cabeças de gado. Entre os sistemas pouco integrados, há situações em que os sistemas de produção situam-se nos três níveis de reprodução: ampliada, simples e indigência.

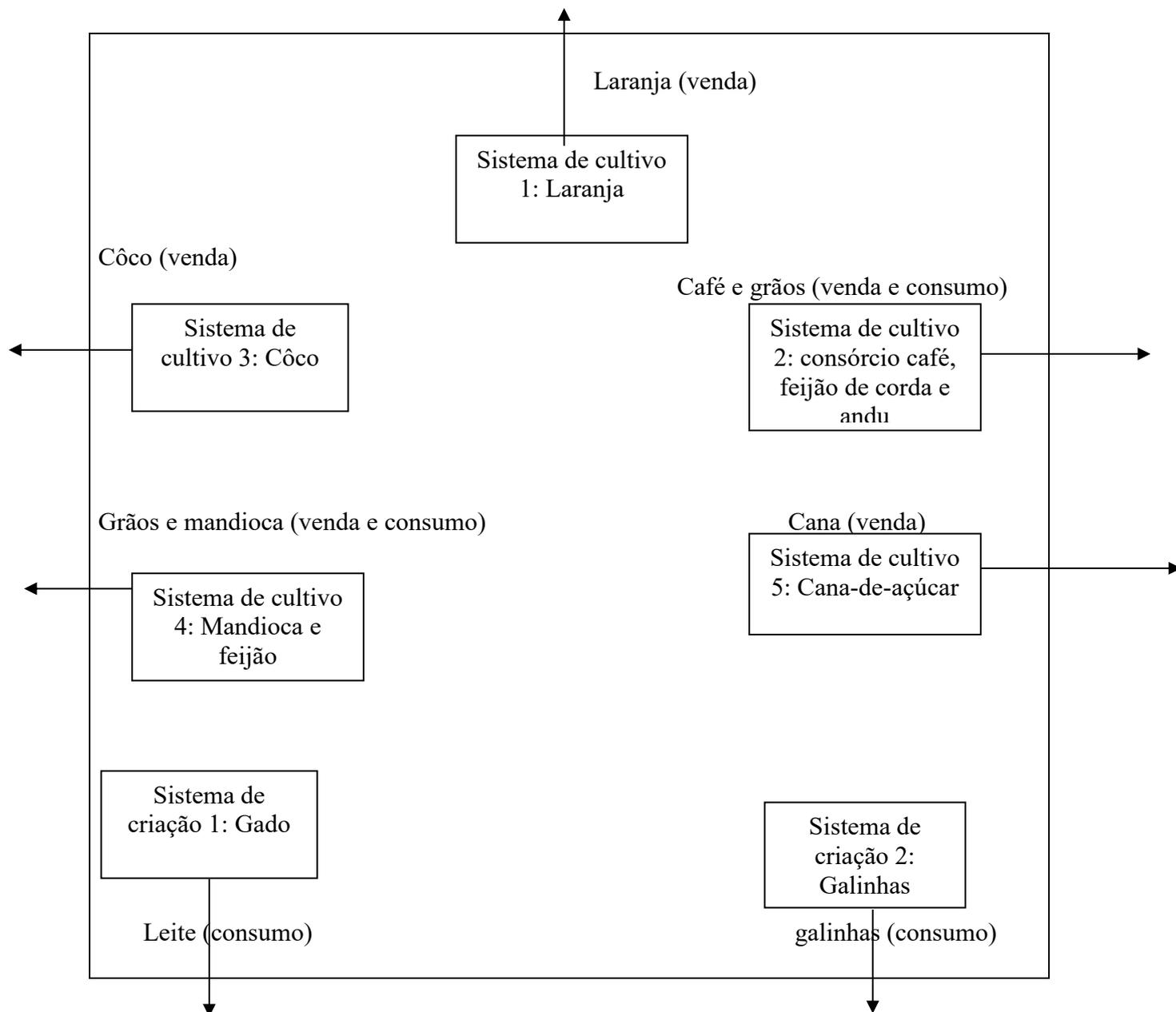
FLUXOGRAMA 3: Sistema de produção do Produtor 9 do Assentamento 1º de Abril, no Município de Prado, Bahia, em 1999



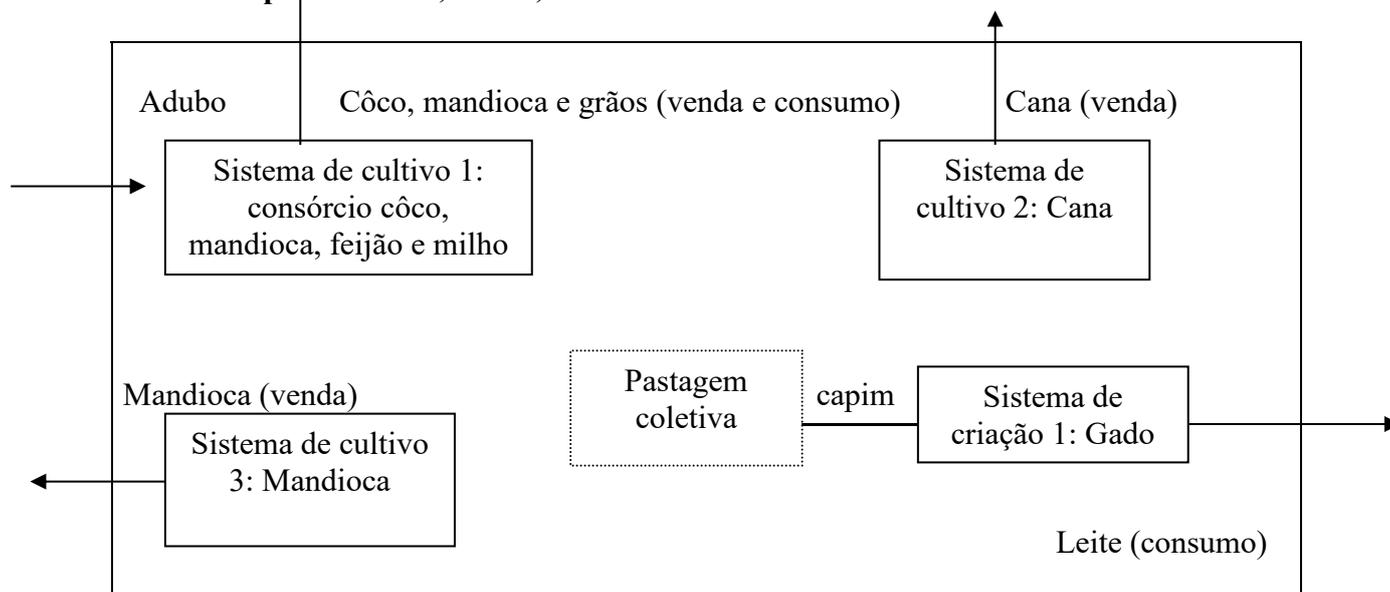
Entre os sistemas sem integração, há sistemas classificados nas regiões de reprodução ampliada, simples e indigência; portanto, sistemas com níveis de renda bastante diferentes. O Produtor 26, do Assentamento Nossa Senhora do Rosário, cultiva lavouras permanentes como côco, laranja e café, e lavouras temporárias de melhores preços no mercado, como o feijão de corda e o andu. O Produtor 4, do Assentamento 1º de Abril, planta, basicamente, mandioca, milho e cana-de-açúcar, consistindo num sistema menos diversificado que o anterior.

Sistemas sem integração

FIUXOGRAMA 4: Sistema de produção do Produtor 26 do Assentamento Nossa Senhora do Rosário, no Município de Prado, Bahia, em 1999



FLUXOGRAMA 5: Sistema de produção do Produtor 4 do Assentamento 1º de Abril, no Município de Prado, Bahia, em 1999



Como se observa, há uma diversidade de situações em somente 27 sistemas de produção pesquisados; diversidade caracterizada por níveis diferentes de renda e de composição do sistema de produção. Além disso, a pouca integração interna nos sistemas de produção é uma característica daqueles cujos assentados seguem as orientações do projeto coletivo encaminhado pela associação ou cooperativa do assentamento, assim como é um aspecto dos assentados que possuem pouca experiência como produtores rurais. As inovações tecnológicas e organizacionais que impliquem uma maior integração interna dos sistemas de produção exigem, necessariamente, mudanças de comportamento e transmissão de conhecimento a partir de processos de treinamento e capacitação cujos resultados tendem a aparecer após anos de formação de uma tradição familiar no cultivo das lavouras. O assentado rural autoproduz-se ao produzir mediante processos reflexivos.

Segundo Morin (1990), uma organização, por exemplo, no mercado, ao produzir bens e serviços, ao mesmo tempo, autoproduz-se – produz os elementos necessários à sua própria sobrevivência e organização. Nesse processo, auto-organiza-se, automantém e pode autodesenvolver-se ao desenvolver a produção. O produtor, ao produzir, produz-se a si mesmo. A sua autoprodução é necessária à produção de objetos, que é necessária à sua própria auto-produção. O próprio produtor é seu próprio produto. Assim, surge um problema de causalidade: a) a causalidade linear na relação causa e efeito; b) causalidade circular retroativa diante da necessidade de uma empresa ser regulada devido a fatores

exteriores, força de trabalho e capacidades energéticas internas, podendo o efeito vir a retroagir a produção de objetos e serviços na empresa; c) a causalidade recursiva – os efeitos e os produtos são necessários ao processo que os gera. A organização, como organismo vivo, auto-eco-organiza-se e auto-eco-produz diante de um meio exterior que se encontra integrado num sistema eco-organizado ou ecossistema.

Conforme tabela 39, observa-se que 70,37% dos produtores pesquisados plantam mandioca, ou seja, dos 27 entrevistados diretamente, 19 plantam mandioca. A casa de farinha coletiva é utilizada por 55,56% dos produtores; 48,15% criam gado bovino e 40,74% criam galinhas para o autoconsumo. A cana-de-açúcar aparece com 40,74%, sendo cultivada por 11 produtores-assentados. O côco vem em seguida, com 25,93%; o abacaxi com 22,22%; o feijão e o milho consorciados também com 22,22% e o feijão solteiro com 18,52%; 33,33% dos produtores usam pastagens coletivas dos assentamentos e 18,52% têm alguma área em repouso; 14,81% possuem pomar e também cultivam horta e 14,81% plantam banana da terra e côco com mandioca.

Além da mandioca, destacam-se as criações para o auto-consumo como a de gado bovino e galinhas e a utilização da casa de farinha coletiva para agregar valor à mandioca colhida com a venda de farinha. A maior parte das lavouras mais frequentes é constituída de lavouras temporárias. As lavouras permanentes com café e laranja assim como lavouras temporárias com perspectiva de melhor preço no mercado e mais intensivas em trabalho, como a horticultura e a plantação de abacaxi ainda são pouco cultivadas nos assentamentos. Isso significa que há necessidade de introduzir novas culturas com o uso de tecnologia e trabalho mais intensivo, como a fruticultura.

Os assentamentos rurais convivem com a situação de permanência de uma ordem de conhecimentos estabelecida que, para se alterar, necessita de processos duradouros. Problemas como manejo adequado de lavouras e definição da estratégia adequada do que e em que quantidade produzir e da estratégia de comercialização do produto das colheitas são alguns dos entraves não resolvidos entre muitos assentamentos do Extremo Sul da Bahia.

Ainda persiste um pensamento simplificador de como tratar a agricultura, ou seja, planejam-se os plantios por lavoura e não de um modo sistêmico, ou seja, é a prevalência da visão das partes separadas sobre o todo orgânico. Assim qualquer organização tende a degradar-se e a degenerar-se. O fenômeno da desintegração e da decadência é um fenômeno normal, as coisas duram modificando-se. A única maneira de lutar contra a degenerescência está na regeneração permanente. Esse modo de pensar é perfeitamente consistente quando se trata de organizações em movimentos sociais.

Para Morin (*op.cit.*), quanto menos um pensamento for mutilador, menos mutilará os homens: as visões simplificadoras, parcelares e unidimensionais têm gerado sofrimentos em milhões de seres. A complexidade não consiste numa receita, mas torna os sujeitos prudentes, menos susceptíveis aos determinismos, do discurso único, do ilusório absoluto, de curso indefinido. O pensamento complexo não recusa a clareza, a ordem, o determinismo, mas considera-os insuficientes e necessita de uma estratégia de um ponto de partida para uma ação mais rica, menos mutiladora.

Complexidade compreende tanto um fenômeno quantitativo pela quantidade de interações entre muitas unidades, que desafiam as possibilidades de cálculo e medida, quanto incertezas, indeterminações, fenômenos aleatórios, em contato com o acaso. É também incerteza em sistemas ricamente organizados, uma mistura de ordem e desordem, ao contrário da ordem e desordem estatísticas, no âmbito de fenômenos de criatividade, de liberdade, riquezas de relações com o meio e inventividade.

Trata-se de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados, em que há o paradoxo do uno e do múltiplo. Diante disso, ao mesmo tempo que surge a necessidade de o conhecimento por ordem e certeza, clarificar, elucidar, distinguir, hierarquizar e selecionar, tais operações, necessárias à compreensão inteligível, correm o risco de se tornarem obscuras e tornarem os sujeitos pensantes cegos, reincidindo em ações mutiladoras.

TABELA 39: Frequência absoluta e frequência relativa dos sub-sistemas em relação aos sistemas de produção dos Assentamentos 1º de Abril, Riacho das Ostras, Bela Vista e Nossa Senhora do Rosário, em 1999.

Sub-sistemas	Frequência absoluta	Frequência relativa
1. Consórcio: côco com grãos, verduras e frutas	1	3,70
2. Côco	7	25,93
3. Côco com grãos	2	7,41
4. Côco com grãos e tubérculos	1	3,70
5. Côco com tubérculos	4	14,81
6. Cana	11	40,74
7. Mandioca	19	70,37
8. Banana da terra	4	14,81
9. Abacaxi	6	22,22
10. Pomar	4	14,81
11. Horta	4	14,81
12. Urucum	2	7,41
13. Maracujá	2	7,41
14. Milho	1	3,70
15. Feijão	5	18,52
16. Amendoim	4	14,81
17. Consórcio: café com pimenta do reino	1	3,70
18. Feijão e milho	6	22,22
19. Mandioca com grãos	3	11,11
20. Viveiro de mudas	1	3,70
21. Abóbora	1	3,70
22. Consórcio: verduras	3	11,11
23. Café e banana da terra	1	3,70
24. Laranja	3	11,11
25. Café e feijão	1	3,70
26. Café, feijão de corda e andu	1	3,70
27. Mandioca e feijão	1	3,70
28. Gado	13	48,15
29. Galinhas	11	40,74
30. Porcos	1	3,70
31. Café, urucum ,cana e jaca	1	3,70
32. Melancia	2	7,41
33. Eucalipto	1	3,70
34. Café	2	7,41
35. Casa de farinha coletiva	15	55,56
36. Alambique	1	3,70
37. Área desocupada	5	18,52
38. Pastagem coletiva	9	33,33
Total de sistemas de produção	27	100,00

FONTE: Pesquisa de campo, 1999.

7. CONCLUSÕES: PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E CONTRADIÇÕES

Ao longo dessa dissertação, procurou-se desenvolver a idéia de tendência não como movimento linear, mas numa perspectiva dialética. Daí a noção de contradições como estado concreto, produto histórico e inerente ao processo de formação regional, gerando situações novas no período de 1950 a 2000. Observa-se também que a noção de tendência está diretamente vinculada ao processo de acumulação de capital. Parte-se do pressuposto de que quem determina e impõe predominantemente as mudanças no espaço regional é o capital em suas formas concretas, na concorrência intercapitalista, seja através das formas mais modernas até as formas mais primitivas e predatórias de exploração dos recursos naturais e da força de trabalho.

Além disso, a noção de contradição é dada pela força de trabalho no conflito de classes, expressa em algo novo, que surgiu em meados dos anos 90: os movimentos sociais pela terra e os novos coletivos dos assentamentos rurais. A contradição pode ser considerada como a própria devastação da mata atlântica em cinquenta anos de ocupação intensiva da região. A síntese dos processos tendenciais e contraditórios é a formação do Extremo Sul na segunda metade do século XX.

Será que a tendência só é dada pelo capital e a contradição em si pelo lado do trabalho? Não somente. A tendência é também a contradição. Essa tendência de que trata a dissertação terá em si a própria contradição, porque é uma tendência excludente; e os excluídos, contradição em si, enquanto produto da tendência, geram movimentos de contra-tendência através dos movimentos sociais, que serão tendência, em sua própria dimensão, na condição de contra-tendência; portanto tendência e contradição são parte de uma mesma unidade: o Extremo Sul em devir.

Trata-se de um processo de concentração e centralização de capital - do capital individual do mercado regional e nacional ao capital associado visando competitividade no mercado nacional e internacional. Da primeira à terceira e atual fase, tinha-se uma disposição de vários capitais individuais, tanto no setor madeireiro quanto pecuário. Posteriormente, uma quantidade menor de capitais individuais nos empreendimentos agrícolas de café e mamão. Hoje grandes capitais industriais possuem projetos na região, o que significa transferência

de patrimônio (a terra) de vários proprietários (pecuaristas em geral) para o grande capital. Salienta-se que o recente processo de estabilização da economia nacional, de meados dos anos 90, a partir do Plano Real contribuiu para a desvalorização da terra, favorecendo a transferência de terras para a produção de eucalipto.

Além disso, a desocupação da mão-de-obra tende a aumentar com o processo de modernização de várias atividades econômicas e com isso, os movimentos sociais terão condições concretas para continuarem a existir, surgindo os assentamentos rurais. Isso porque não há perspectivas de mudanças estruturais que venham a diminuir as condições de pobreza de boa parte da população rural e periférica das cidades. A reforma agrária continuaria como tema central na ação dos movimentos sociais na região.

No processo histórico de formação do Extremo Sul, de agravamento da desocupação e surgimento dos movimentos sociais rurais, vê-se que o resultado concreto desse processo vem consistindo na existência de um conjunto de novos produtores rurais, oriundos dos projetos de reforma agrária, que passam a obter uma renda suficiente para o custeio alimentar da família e, principalmente, para reproduzir os sistemas de produção agropecuária onde trabalham. Historicamente, passam de uma situação de desocupados e acampados para produtores rurais, fortalecendo a economia dos municípios, seja como fornecedores, seja como consumidores, numa perspectiva de política local de segurança alimentar.

Graziano da Silva (1999) defende uma política de reforma agrária regionalizada, criando-se zonas reformadas que permitam concentrar os esforços do poder público (federal, estadual e municipal) para um desenvolvimento rural integrado dos assentamentos. A sua operacionalização seria a mais descentralizada possível, reservando-se ao INCRA apenas a condução da desapropriação do imóvel e as diretrizes gerais do planejamento. No Nordeste, seriam consideradas três sub-regiões: terras de usinas e engenhos da Zona da Mata, o Vale do Jequitinhonha, o semi-árido. Vale acrescentar, na Bahia, região cacauceira, em crise, áreas do Extremo Sul e latifúndios desocupados do Oeste. Além dessas áreas, o Sudeste-Sul, com assentamentos produzindo casas populares, como pesque-pague.

“Trata-se de buscar nas franjas do crescimento da prestação de serviços pessoais, que caracteriza o mundo atual, um conjunto de novas ocupações artesanais que não exijam níveis de qualificação que

não possam ser adquiridos por meio de um treinamento rápido para o conjunto de milhões de sem-terras (ex-parceiros, ex-meeiros, ex-bóias-frias, ex-pequenos produtores rurais)” (GRAZIANO DA SILVA, p.257).

Quanto à composição da renda não-agrícola dos assentados, observa-se que os benefícios rurais, ao mesmo tempo que decorrem de uma política previdenciária específica para os trabalhadores rurais, consistem numa política assistencial e de garantia de “renda mínima não explícita”, enquanto política de Estado (e não de governo), visando reduzir tensões sociais e minimizar a pobreza, diante da carência total, de produção agropecuária e renda, principalmente nas regiões mais atrasadas, nas que predominam uma economia de base familiar sem recursos, e nas modernas, geradoras de desemprego. Os benefícios previdenciários consistem em alternativa, senão a única, para indivíduos e famílias, assim como o emprego público em áreas rurais, em várias regiões da Bahia. Salienta-se que quase a totalidade das aposentadorias e pensões rurais emitidas corresponde a um salário mínimo. As famílias que possuem renda agrícola insuficiente, ou não auferem qualquer tipo de renda, sobrevivem apenas do benefício do mais idoso da residência.

Para o meio rural, a política previdenciária não deve ter um caráter assistencial, embora necessária enquanto política compensatória no sentido de garantir renda a muitas famílias e minimizar a pobreza rural. Isto porque, em si, a concessão de benefícios rurais não resolve o problema da estagnação e atraso econômicos de muitas regiões do Estado, principalmente as afligidas pela escassez hídrica, enquanto produto social e climático.

Muitas famílias, de produtores e trabalhadores rurais, dependem da aposentadoria e ou da pensão dos entes mais idosos do núcleo familiar, enquanto segurança nos momentos de falta de renda das atividades agrícolas e não-agrícolas. Observa-se, assim, o caráter desvirtuado da política previdenciária, não do ponto de vista do direito, mas quanto à sua eficácia social.

O benefício tem um caráter individual, *intuitu personae*, embora perpassado para os dependentes do titular. Assim sendo, deveria cobrir as necessidades da inatividade, ampliadas em virtude do processo de envelhecimento natural do homem, associado ao processo de envelhecimento social decorrente da labuta diária com a terra (daí a expectativa de vida ainda ser menor no campo) e ao ainda insuficiente atendimento e infra-

estrutura de saúde em vários rincões do Estado. Não podendo mais trabalhar como antes, o trabalhador teria direito a um benefício que substituísse a renda proveniente da atividade laboral. Daí o regime de aposentadoria por idade, com limites reduzidos para o homem e a mulher do campo. Em tese, essa é a orientação básica da política previdenciária no meio rural.

Na realidade, o benefício do idoso passa a ter que satisfazer as necessidades de outros membros do grupo familiar, tornando-se insuficiente para as necessidades do idoso (essa realidade também se observa em ambiente urbano diante do aumento do desemprego). Vê-se aí já um desvio de finalidade na relação política previdenciária e realidade social. Ao mesmo tempo em que atende o idoso, atua como política compensatória indiretamente, não explícita.

Menos dependência dos benefícios concedidos no campo será alcançado a partir de uma política de desenvolvimento rural, que passa, necessariamente, pelo que já se expôs em relação ao desenvolvimento das atividades agrícolas e não-agrícolas e urbanização do meio rural, conforme as peculiaridades regionais. Isso evidentemente passa por uma integração entre as políticas públicas federais e estaduais destinadas ao meio rural. A política previdenciária deixa de ser genérica no sentido de garantir a sobrevivência da família, para ser específica à manutenção do beneficiário.

Para a situação concreta e como projeção-síntese para os sistemas de produção dos quatro assentamentos, com base nos cálculos de renda e área por sub-sistema (sistema de cultivo, sistema de criação e sistema de beneficiamento), calculou-se a renda por unidade de trabalho familiar (R/UTf) e área (superfície) por unidade de trabalho familiar (St/UTf) a fim de se obter uma estimativa da curva linear de cada sub-sistema. Ao invés de se calcular a curva dos sub-sistemas de cada produtor rural, procurou-se identificar os principais sub-sistemas do conjunto de produtores entrevistados de cada assentamento. A partir dos principais sub-sistemas identificados, obteve-se um conjunto de sub-sistemas que constituiram um sistema de produção projetado.

Quatro tipos de sistemas de produção – um para cada assentamento – foram projetados como propostas de ocupação do lote médio; portanto, as relações R/UTf e St/UTf foram

obtidas a partir de valores médios, tipos, gerando, sistemas de produção ideais, tanto na situação média projetada proporcional⁵⁰ igual à situação média real, quanto na situação média real somente. Vários modelos, assim, poderiam ser propostos, entretanto, considerando a inexistência de rupturas, intervenções ou inovações tecnológicas bruscas que viessem a alterar a estrutura de cada sistema de produção no curto prazo – inferência a partir das próprias entrevistas – procurou-se fazer uma extrapolação⁵¹ – aumento da área por sub-sistema e, por decorrência, da renda – a fim de ocupar toda a área de cada sistema de produção, elevando, assim, a própria renda agrícola familiar.

Os gráficos 14,15,16 e 17 representam as situações ideais de cada assentamento, mas possíveis de se tornarem reais, sem alterações no nível tecnológico. Os gráficos constituem sínteses simplificadoras da diversidade de composição de sub-sistemas de cada produtor rural pesquisado. Para uns, o modelo tende a ser mais rentável; para outros (a minoria) tende a ser menos rentável⁵².

No assentamento 1º de Abril, propõe-se, como modelo de sistema de produção para o assentado, a seguinte composição: cana-de-açúcar, gado bovino, galinhas, abacaxi, horta, mandioca e renda não-agrícola (essa fonte de renda é importante para os assentados). A mandioca, a horta e o abacaxi são lavouras mais intensivas em trabalho e menos dependente de superfície plantada uma vez que geram mais renda por unidade de trabalho familiar ($\Delta R/UTf > \Delta St/UTf$). O aumento da renda é mais que proporcional ao aumento da área plantada com base no nível tecnológico dado, que é comum entre os assentamentos da região. O aspecto diferencial é a fertilidade do solo - condições agrônômicas mais favoráveis que implicam obter-se um rendimento físico por unidade de área maior, se comparado com as curvas de produção dos demais plantios de mandioca nos outros

⁵⁰ Na situação média real, as médias R/UTf e St/UTf foram calculadas a partir de valores reais da renda e da área de cada sub-sistema. Na situação média projetada proporcional, as médias foram calculadas a partir da extrapolação da área de cada sub-sistema, de que decorreu os valores das rendas. Nenhum sub-sistema é exógeno ao que se constatou na pesquisa.

⁵¹ É mais plausível e real extrapolar o aumento da ocupação da mão-de-obra em atividades agrícolas que em atividades não-agrícolas nesse particular, uma vez que as condições limitantes de terra estão dadas e as condições de ocupação da mão-de-obra no mercado de trabalho são incertas, considerando principalmente o assentado e membros de sua família, como potenciais forças de trabalho em atividades não-agrícolas. Não se considera a possibilidade de se tornarem empreendedores nas condições objetivas com as quais se apresenta a realidade.

⁵² Como não se trata de fazer projetos individuais por produtor, mas conhecer a situação predominante da amostra pesquisada, os modelos propostos, com base nos resultados, permitem projeções adequadas à realidade. Como se trata de uma situação ainda ideal, tal proposta de planejamento pode vir a ser adotada pelos sistemas de produção dos assentamentos a partir das condições objetivas atuais.

assentamentos⁵³. No Assentamento Nossa Senhora do Rosário, a curva de produção da mandioca é mais extensiva que a anterior. No Assentamento Riacho das Ostras, é mais extensiva ainda e no Assentamento Bela Vista, a curva de mandioca tende à elasticidade ($\Delta R/UTf \rightarrow 0$).

Comparando as curvas de produção do abacaxi no Assentamento 1º de Abril e no Assentamento Riacho das Ostras, observa-se que naquele a curva é mais intensiva em trabalho e menos dependente de terra que nesse último. Assim, como no caso da mandioca, a fertilidade do solo explica o maior rendimento físico por unidade de área no Assentamento 1º de Abril que no Assentamento Riacho das Ostras. Neste necessita-se de mais unidade de área para produzir a mesma renda daquele.

A criação de gado bovino, em geral, tende a ser mais extensivo uma vez que os rebanhos são criados dependendo de espaço. A criação nos Assentamentos 1º de Abril e Bela Vista é basicamente extensivo, tendendo à elasticidade ($\Delta St/UTf > \Delta R/UTf$) – a renda aumenta menos que proporcional ao aumento de terra por unidade de trabalho familiar. No Assentamento Riacho das Ostras, a curva de produção do gado bovino é menos extensiva que as dos assentamentos anteriores. A criação de galinhas é mais intensiva nos Assentamentos 1º de Abril e Riacho das Ostras e mais extensiva no Assentamento Bela Vista.

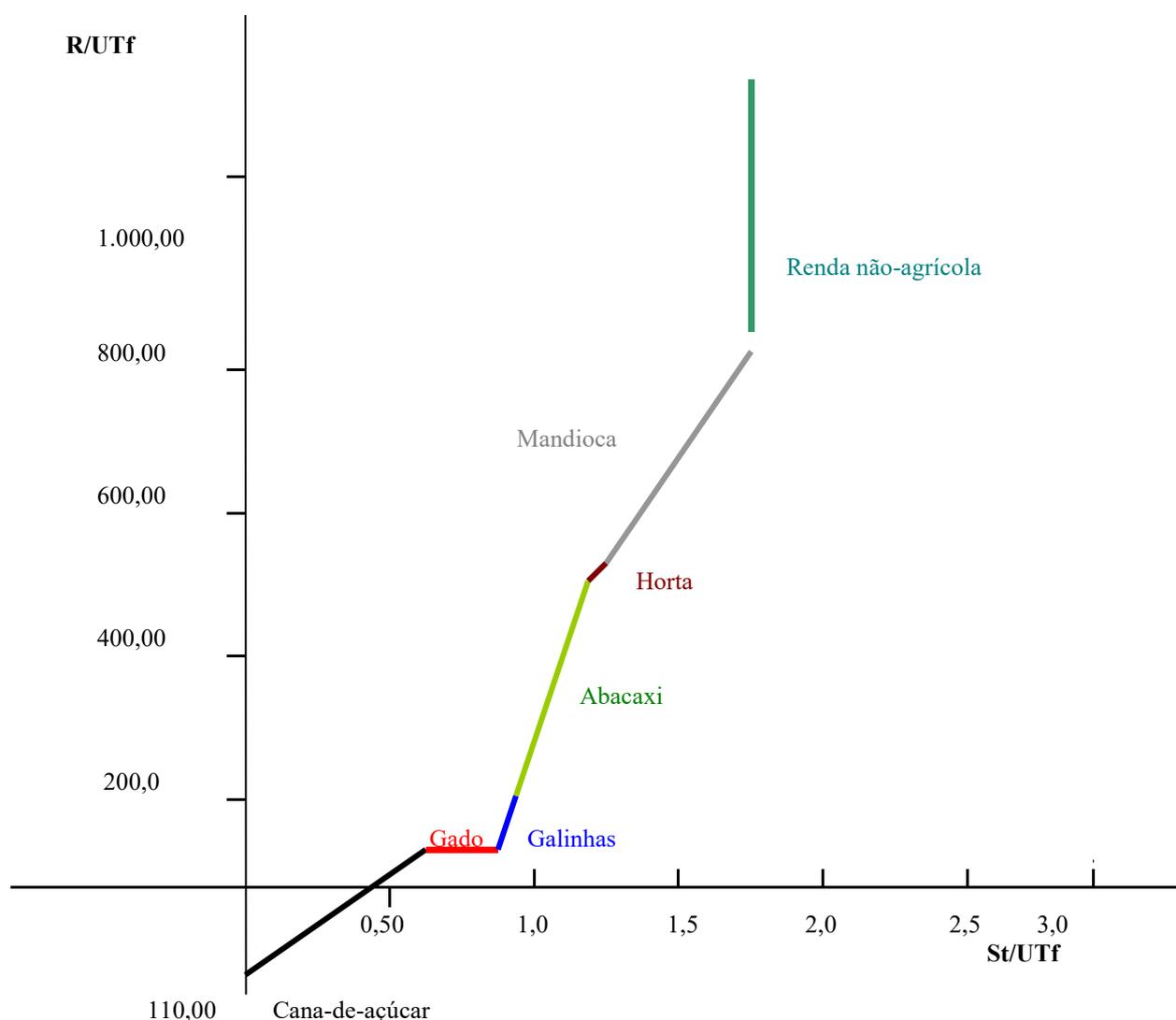
A curva de produção da cana-de-açúcar apresenta duas situações: no Assentamento 1º de Abril, a cana-de-açúcar agrega pouca renda, enquanto, nos Assentamentos Nossa Senhora do Rosário e Riacho das Ostras, agrega uma renda 10 vezes maior que no assentamento anterior. A curva de produção do côco é praticamente igual nos Assentamentos Nossa Senhora do Rosário, Riacho das Ostras e Bela Vista, sendo mais elástica neste assentamento.

O sistema de produção de café com pimenta do reino, no Assentamento Riacho das Ostras, é bastante intensivo com uma agregação de renda que depende mais de trabalho e capital que de terra. Um outro sistema de cultura que agrega valor é o sistema plantado com

⁵³ Ver os gráficos comparativamente por sub-sistema a fim de perceber a intensividade ou extensividade dos sub-sistemas. Dado o mesmo nível tecnológico de manejo entre as lavouras de subsistência, o diferencial de renda é explicado pela fertilidade do solo.

técnicas agroflorestais através do consórcio de café, urucum, cana-de-açúcar e jaca, embora menos intensivo, no mesmo assentamento. A plantação consorciada de café com banana da terra depende de uma área maior no Assentamento Nossa Senhora do Rosário e também gera uma renda de R\$3.700,00 em 6ha, conforme Quadro 7⁵⁴. Em geral, os sistemas de pomar, criação de galinhas e gado bovino são destinados ao autoconsumo familiar, com menor agregação de renda. À medida que a renda aumenta, isso significa que os sub-sistemas são voltados para o mercado, inclusive com o cultivo de lavouras permanentes.

GRÁFICO 14: Sistema de produção planejado a partir da composição dos diferentes sub-sistemas existentes no Assentamento 1º de Abril, em 1999



FONTE: Pesquisa de campo, 1999. Nota: Situação média projetada proporcional = Situação média real

⁵⁴ O Quadro 7 mostra o cálculo dos parâmetros para elaborar as curvas de produção de cada sub-sistema.

Comparando as curvas dos sistemas de produção dos quatro tipos, observa-se que a curva do sistema de produção do Assentamento 1º de Abril, se fosse linearizada, tenderia a uma maior intensividade, sendo menos dependente de área; contudo, de fato, há uma limitação espacial, em que cada família ocupa 5ha ou 2ha/UTF em média. Trata-se de uma limitação do modelo institucional e organizacional do assentamento.

O Assentamento Riacho das Ostras apresenta uma curva do sistema de produção que tende a uma situação mais intensiva na utilização de trabalho e capital, com menos terra, embora as partes (cada sub-sistema) apresentem diferenças e particularidades que não são explicadas por uma simplificação de uma curva de produção linearizada (regressão linear). Já o Assentamento Nossa Senhora do Rosário apresenta uma situação mais homogênea quanto ao comportamento dos sub-sistemas; da mesma forma, o Assentamento Bela Vista, com exceção da banana da terra. Nesse assentamento, os sub-sistemas são bastante extensivos, sendo que o sub-sistema banana da terra é bastante intensivo. Para as demais lavouras, a elevada extensividade é explicada por menos fertilidade do solo.

Dadas as condições tecnológicas e o manejo da lavoura, os modelos propostos implicam uma elevação de renda para a maioria dos assentados como uma nova composição entre os sub-sistemas existentes em cada assentamento, partindo-se do pressuposto de os assentados já possuírem experiência e conhecimento acumulado com as situações concretas de cada sub-sistema. Há uma possibilidade, que pode vir a ser uma tendência, de implantação de tais modelos a partir de um planejamento participativo elaborado com os próprios assentados.

GRÁFICO 15: Sistema de produção planejado a partir da composição dos diferentes sub-sistemas existentes no Assentamento Riacho das Ostras, em 1999

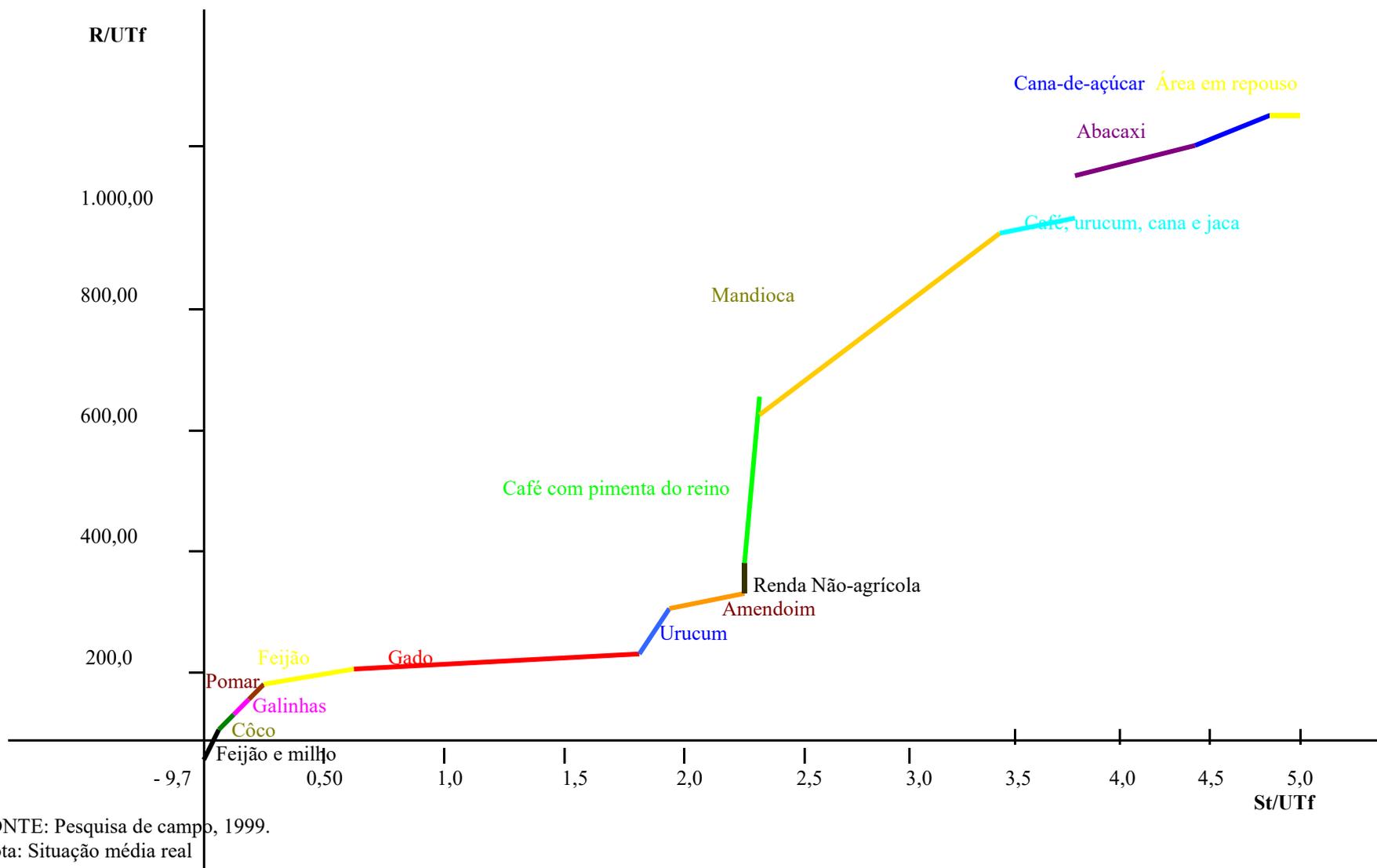
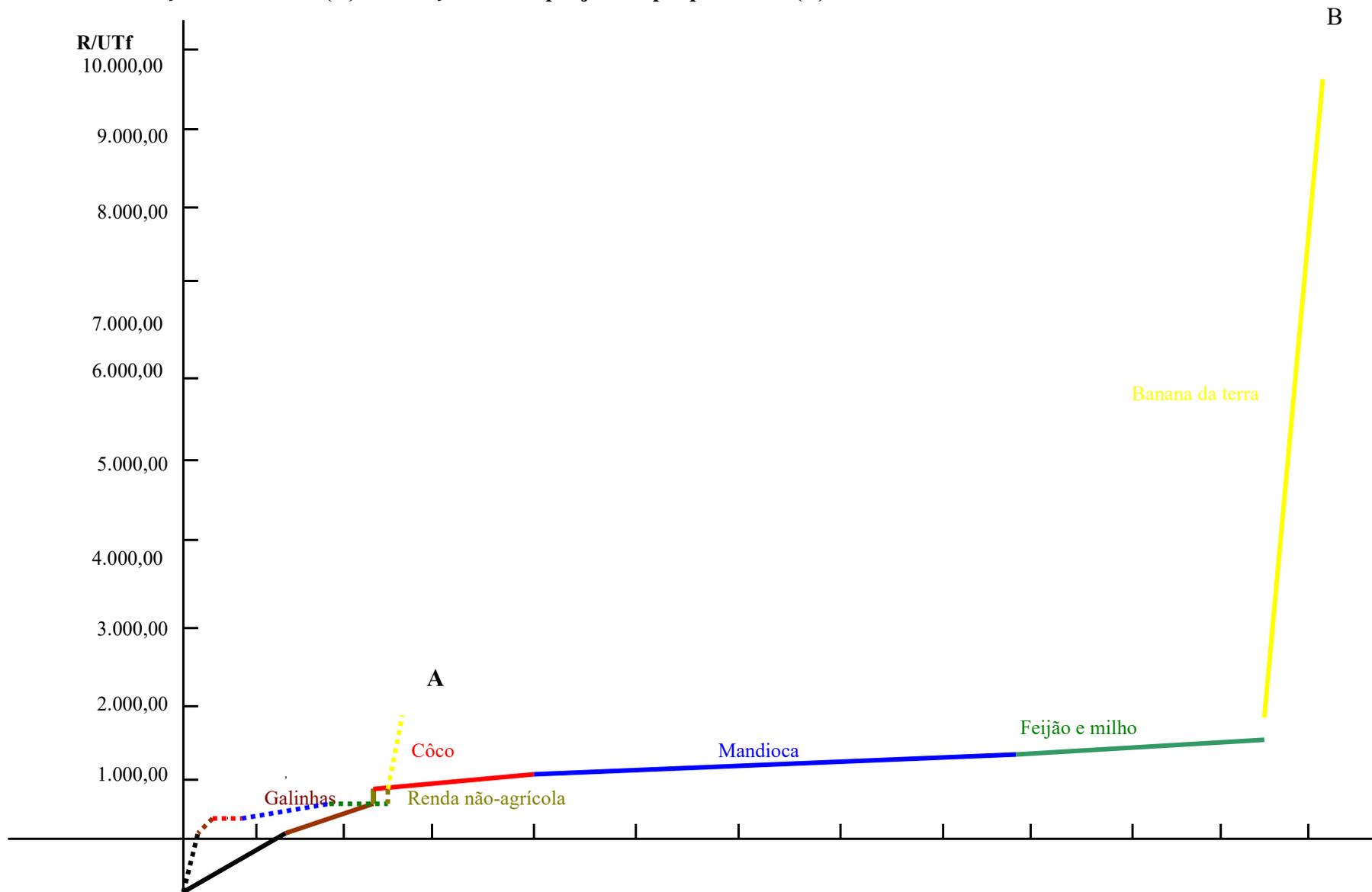
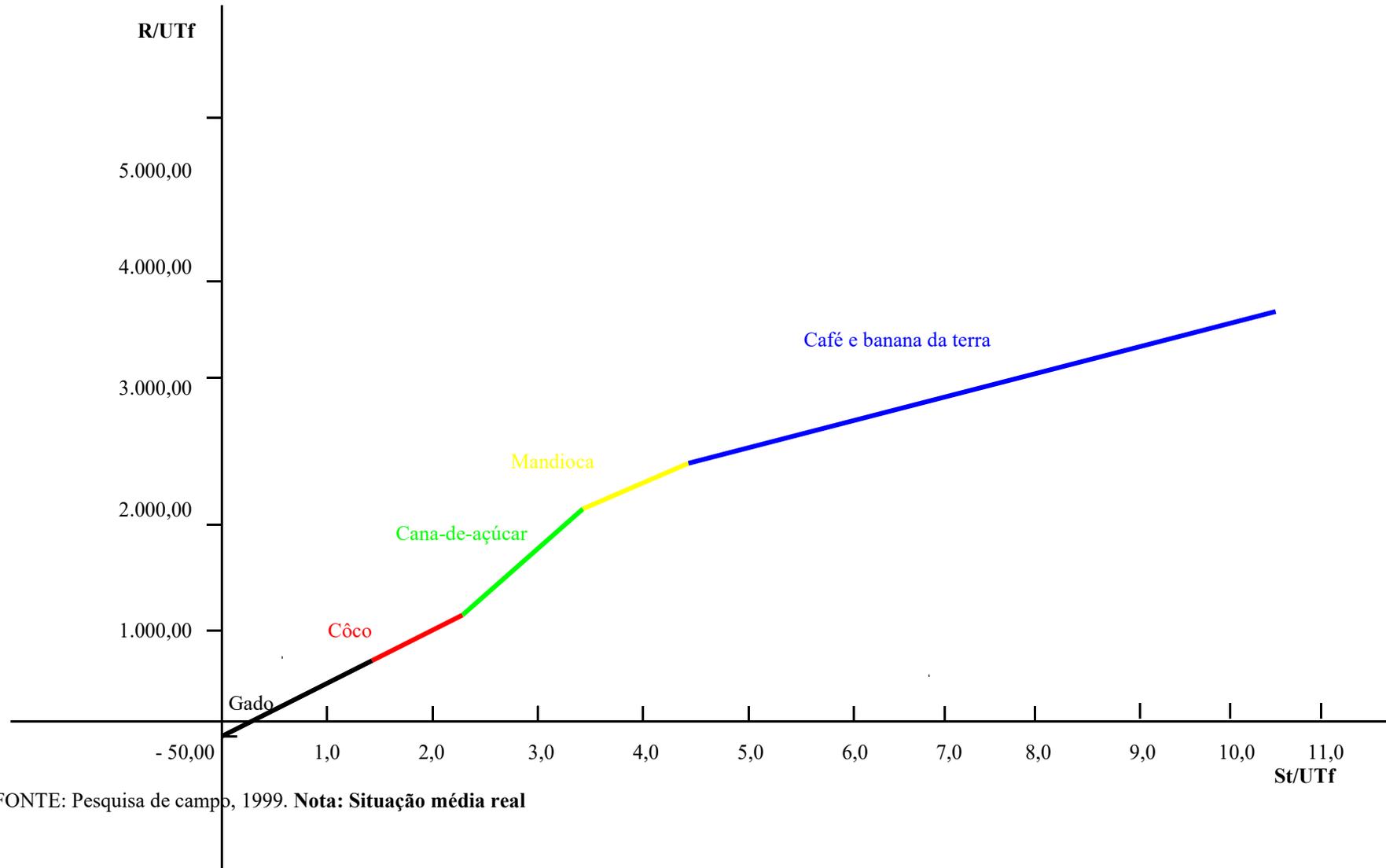


GRÁFICO 16: Sistema de produção planejado a partir da composição dos diferentes sub-sistemas existentes no Assentamento Bela Vista, em 1999 - Situação média real (A) e Situação média projetada proporcional (B)



Po mar - 30,00 0,50 1,0 1,5 2,0 2,5 3,0 3,5 4,0 4,5 5,0 5,5 6,0
St/UTf

GRÁFICO 17: Sistema de produção planejado a partir da composição dos diferentes sub-sistemas existentes no Assentamento Nossa Senhora do Rosário, em 1999



FONTE: Pesquisa de campo, 1999. Nota: Situação média real

QUADRO 7: Cálculo das médias R/UTf e St/UTf dos sub-sistemas por assentamento

1o de Abril			
Situação média real			
Sistema	Média R/UTf	Média S.A/UTf	Rna/UTf
Banana da terra	26,25	0,50	1289
Cana	45,00	0,60	
Gado	50,00	0,28	
Galinhas	170,00	0,03	
Abacaxi	514	0,16	
Horta	526,83	0,01	
Mandioca	803,36	0,72	
Rna	1289,00	0,00	
Pomar	1359,78	0,01	
Área total/UTf			2
St			5
UTF médio			2,5
St/UTf real (há) - A			2,31
St/UTf modelo (há) - B			2
B-A			-0,31
Situação média projetada proporcional			
Sistema	Média R/UTf	Média S.A/UTf	
Cana	45,00	0,60	
Gado	50,00	0,28	
Galinhas	170,00	0,03	
Abacaxi	514	0,16	
Horta	526,83	0,01	
Mandioca	803,36	0,72	
Rna	1289,00	0,00	
St/UTf modelo (há) - B			1,80
Área em repouso			0,2
Riacho Ostras			
Situação média real			
Sistema	Média R/UTf	Média S.A/UTf	Rna/UTf
Feijão e milho	24,17	0,08	338
Côco	50,00	0,02	
Galinhas	91,16	0,04	
Pomar	142,00	0,07	
Feijão	180,42	0,33	
Gado	198,44	1,28	
Urucum	254,33	0,11	
Amendoim	254,51	0,42	
Rna	338,00	0,00	
Café c/pimenta do reino	636,00	0,07	
Mandioca	940,93	1,15	
Café, urucum, cana e jaca	988,18	0,18	
Abacaxi	1000,00	0,67	
Cana	1015,00	0,35	
St			22
UTF médio			4,6
St/UTf real (há) - A			4,76
St/UTf modelo (há) - B			5

B-A (área em repouso)			0,24
Bela Vista			
Situação média real			
Sistema	Média R/UTf	Média S.A/UTf	Rna/UTf
Pomar	25	0,13	511
Galinhas	92	0,23	
Côco	194	0,06	
Mandioca	275	0,53	
Feijão e milho	418	0,28	
Rna	511	0,00	
Banana da terra	2000	0,05	
R/UTf médio total	3004		
St			15
UTF médio			2,6
St/UTf real (há)			1,27
St/UTf modelo (há)			6,00
Situação média projetada proporcional			
Sistema	Média R/UTf	Média S.A/UTf	Rna/UTf
Pomar	118	0,6	
Galinhas	433	1,1	
Côco	916	0,3	
Mandioca	1295	2,5	
Feijão e milho	1969	1,3	
Rna	511	0,0	
Banana da terra	9426	0,2	
St/UTf modelo (há)		6,0	
N.Sra do Rosário			
Situação média real			
Sistema	Média R/UTf	Média S.A/UTf	
Banana da terra	40,00	0,25	
Café e feijão	160	1	
Laranja	220,00	3	
Galinhas	240,00	1,00	
Café, feijão de corda e andu	484	1	
Mandioca com grãos	635,00	1,00	
Gado	732,2	1,25	
Côco	1133,33	1,17	
Feijão	1375	1890625	
Cana	2000,00	1,00	
Mandioca	2450	1,38	
Café e banana da terra	3700	6	
St			15
UTF médio			1,3
St/UTf possível (há) - A			10,79
St/UTf modelo (há) - B			11,00
Área em repouso (B-A)			0,21

FONTE: Pesquisa de campo, 1999; sistematização: autor

O MST, como organização plural, apresenta uma multiplicidade de identidades concretizados nos diversos assentamentos rurais espalhados pelo país. Cada um com sua identidade própria constituída pela história de formação do assentamento, história de vida e cultura dos assentados num contexto regional, pelas vocações naturais e agrônômicas da terra, pelo nível tecnológico local, pelo desenvolvimento das forças produtivas na região, pelo nível educacional dos assentados, pela natureza da ocupação nas atividades, pelo caráter rural e urbano, pela organização e institucionalidade do coletivo, pela importância política na municipalidade, pelas estruturas dos sistemas de produção nos assentamentos, pela religião, por diferentes origens do movimento em âmbitos estaduais e regionais, por outras possíveis dimensões, formando uma unidade de identidade própria: o MST – vir a ter uma terra para viver.

A terra passou a ser uma referência territorial dos assentados numa perspectiva de resistência e construção. O espaço sendo determinante na formação de uma identidade coletiva. Como afirma CASTELLS (*op.cit*), diante do fracasso dos movimentos e políticas pró-ativas (o movimento trabalhista, os partidos políticos), na luta contra a exploração econômica, a dominação cultural e a repressão política, restou ao povo reagir com base na fonte mais imediata de auto-reconhecimento e organização autônoma: seu próprio território.

Identidades constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construídas por meio de um processo de individualização...Significado constitui-se em identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator... na sociedade em rede, o significado organiza-se em torno de uma identidade primária (uma identidade que estrutura as demais) auto-sustentável ao longo do tempo e do espaço. (CASTELLS, *op. cit.*, p.23).

(...) do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso... todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço...Quem constrói a identidade coletiva, e para quê essa identidade é construída, são, em grande medida, os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. (CASTELLS, *op.cit.*, p. 23 e 24).

Os movimentos sociais rurais da década de 90, e principalmente o MST, constroem suas identidades a partir da queda da renda agrícola e escassez de terras de um grupo de pequenos produtores e minifundistas, e depois, de uma situação objetiva de desocupação e pobreza. Essa segunda condição é que induz a massa de desocupados, sem-terras e minifundistas a ingressarem no movimento social.

O meio pelo qual constroem suas identidades é através da ocupação direta de terras com base num processo de mobilização prévio fomentado pelas lideranças principais do movimento. Inicialmente, do ponto de vista organizacional e estratégico, o MST surge, de certa forma, espontaneamente, sem uma ordem pré-estabelecida de organização, a partir de condições objetivas comuns dos participantes. Depois, quando se institucionaliza, passa a adotar métodos de arregimentação de pessoas, com ampla assessoria de profissionais contratados, inclusive de advogados e agrônomos, com o mapeamento das situações jurídicas e agronômicas das terras.

Quem participa do processo de formação da identidade do movimento, diretamente são os próprios trabalhadores sem-terra, acampados e assentados; depois as lideranças que constroem o discurso midiático do movimento e indiretamente, os técnicos agrícolas, professores e pesquisadores. E, por último, a finalidade do movimento consiste em transformar uma realidade objetiva de pessoas engajadas, provendo-lhes com a possibilidade de aquisição de terras para viver e ocupar-se com trabalho, mediante uma ação coletiva. A eficácia dos sistemas de produção dos assentamentos garante as condições de reprodução do movimento no tempo e no espaço.

Segundo, em romper uma estrutura de propriedade da terra em âmbito regional. Terceiro, ter um efeito midiático para a sociedade mostrando os objetivos de justiça social, mesmo que ocorra mediante conflito. Quarto, colocar a questão agrária e a reforma agrária na agenda de políticas públicas em âmbito nacional, assim como ser reconhecido pelo Governo, legitimando-se, como interlocutor, nas negociações.

Por outro lado, essa identidade é construída de um modo reflexivo. Ela não se constrói linearmente a partir da ação do movimento enquanto sujeito social, mas dialético e reflexivamente a partir da reação dos sujeitos opositores. Perante o público externo, o MST

constrói a sua identidade no processo de ação e reação, segundo os meios simbólicos e estruturas interpretativas, conforme os interesses dos sujeitos sociais.

Pode-se ainda afirmar que essa identidade de projeto, numa dimensão mais ampla, constitui-se num horizonte de transformação de toda a sociedade, segundo a ação política do movimento. O MST, assim, firma sua identidade de resistência nos acampamentos e sua identidade de projeto nos assentamentos, mediante elevação de renda das famílias assentadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 2a ed., 1982.

CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – O Poder da Identidade*. São Paulo: vol. II, Paz e Terra, 2000.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*, São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CARVALHO JUNIOR, Cesar Vaz. Agropecuária na Bahia segundo os Censos de 1985 e de 1995/96: indicadores dos níveis da atividade econômica. *In Conjuntura & Planejamento*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador: n. 52, set 1998

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro, 11ª ed., 1992.

CENSO Demográfico 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 dez. 2000.

I CENSO da Reforma Agrária. UNB, 1996.

Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo 1997 - Bahia*. Salvador. 1998.

COUTO, Vitor de A. *Limites da acumulação primitiva*. Paris, Université de Paris I, Pantheon-Sorbone, nov. 1978.

COUTO FILHO, Vitor A, MACHADO, Gustavo B. *Novos Mundos Rurais. In Série Estudos e Pesquisas*. Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 1999.

DUFUMIER, Marc (a). La importancia de la tipología de las unidades de producción agrícolas en el análisis-diagnóstico de realidades agrarias. In Seminário Sistemas

Agrários. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, s.d., s.n.

_____. *Les projets de développement agricole*. Paris: CTA-Karthala, 1996.

_____. (b). *Sistema de produccion y desarrollo agricola en el tecer mundo*. In *Seminário Sistemas Agrários*. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, s.d., s.n.

ENRIQUEZ, Eugène. *Da Horda ao Estado - Psicanálise do Vínculo Social*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

FERRAZ JR, Tércio. *Introdução ao Estudo do Direito - técnicas, decisão, dominação*, São Paulo: Atlas, 1988.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 1999.

GROPPO, Paolo. Diagnoses do sistema agrário. In *Seminário Sistemas Agrários*. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, s.d., s.n.

GOVERNO DA BAHIA. Programa de Desenvolvimento Florestal (PRODEF). Salvador, ago, 2000.

GUEDES, Joana. *et al.* Cooperativas de assentamento rural. In *Revista Ops*, outono, v. 2, n. 06 1997.

HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, parte I e II, 2ª ed, 1992.

_____. *Princípios de filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

IBGE. *Censo Agropecuário 1985*. Rio de Janeiro, Bahia, 1991.

IBGE. *Censo Agropecuário 1995-96*. Rio de Janeiro, n. 15, Bahia, 1998.

INCRA. Relação de projetos de assentamento na Bahia. Salvador, 1998 (mimeo).

MACHADO, Gustavo. Estruturação agrária na Bahia. *In Conjuntura e Planejamento*. Salvador. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, n. 52, set, 1998, p.31-40.

MANDEL. Ernst. Capitalismo tardio. *In Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. *In Stédile, João Pedro (org.). A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MARX, Karl. O Capital. *In Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 2ª ed. v. 2, 1985

_____. O Capital. *In Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 3ª ed. v. 1, 1988.

MATHIAS, Gilberto. & SALAMA, Pierre. *O Estado superdesenvolvido: das metrópoles ao terceiro mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MEDEIROS, Leonilde Servolo & LEITE, Sérgio Pereira. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. *In Da Silva, Francisco Carlos Teixeira et al. Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed., 1998.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2ª ed., 1990.

_____. *O método I: a natureza da natureza*: Portugal: Europa-América, 3ª ed., 1997.

_____. *O método II: a vida da vida*: Portugal. Europa-América, 2ª ed., 1990.

- _____. *O paradigma perdido – a natureza humana*. Portugal, 5ª ed., 1990.
- MORIN, Edgar *et al.* *Ética, solidariedade e complexidade*. São Paulo: Palas Athena, 1998.
- OFFE, Klaus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1994.
- OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classe*. Rio de Janeiro: 6ª ed., Paz e Terra, 1993.
- PEDRÃO, Fernando. *Novos elementos de Economia Política* (versão preliminar). Salvador: mimeo, fev 1998.
- _____. *Raízes do capitalismo contemporâneo*. São Paulo/Salvador: Hucitec/Edufuba, 1996
- REYDON, Baastian Philip. & RAMOS, P. (org.). *Mercado y politicas de tierras*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*: São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- ROMEIRO, Ademar *et al.* *Economia do meio ambiente – teoria, política e a gestão de espaços regionais*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997
- ROMEIRO, Ademar. Entrevista. *Revista Ops*. Salvador: v.1, n.3, p. 8-22, Inverno, 1996.
- _____. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 1998.
- _____. *Reforma Agrária - produção, emprego e renda - o relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes/Ibase/FAO, 2ª ed., 1994.

- RUSCHI, Augusto. O eucalipto e a ecologia. In *Boletim do Museu de Biologia*. Série Divulgação, n.44. 1976.
- SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI - desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora, 4ª ed., 1997.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais. In *Cadernos CRH*, Salvador, n. 28, jan-jun 1998, p.59-79.
- SILVA (a), Domingos Nascimento. *A estrutura fundiária do Estado da Bahia: considerações a partir do Índice de Gini*. Salvador: In *Conjuntura e Planejamento*, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, n.58, nov, 1998.
- SILVA (b), Francisco Carlos T. da et al (org). *Mundo rural e política – ensaios disciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- SORJ, Bernardo et al (org). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- STÉDILE, João Pedro. (coord.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. *Celulose e Turismo – Extremo Sul da Bahia*. Série Estudos e Pesquisas. Salvador: n.28, fev, 1996.
- _____. *Complexo Madeireiro/Moveleiro na Bahia – Proposta de implantação*. Série Estudos e Pesquisas. Salvador: n. 34, ago 1997.
- _____. *Bahia – Crescimento populacional 1980 – 1996*. Série Estudos e Pesquisas. Salvador: n.39, 1998.

_____. *Mudanças sociodemográficas recentes – Extremo Sul da Bahia.*

Salvador: Série Estudos e Pesquisas, n. 40, nov, 1998.

TEÓFILO FILHO, F.Edson. A organização da produção nos assentamentos: subordinação ou autogestão? *In Romeiro, A. et al. Reforma Agrária – produção, emprego e renda.*

Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 2^a ed., 1994.

TERRA VIVA *et al. Agricultura familiar no Extremo Sul da Bahia.* Itamaraju, 1997

(mimeo).

ABSTRACT

This dissertation tries to understand the historic process formation of the Extreme-South of Bahia, between 1950 and 2000, when the region was included in the national economic development guidelines. That period present defined phases historically which permit to comprehend the actual economic structure. These phases are based in the moviment of the diferent forms of capitals that determine the flow of the regional economic dinamism.

The contradictions of the capitalism increased in the region. Public and indian lands were apropiated. The rural space was changed, becoming properties. The towns were urbanized. The agrarian conflicts increased. The tropical forest disappeared. The cattle breeding expanded. The coffee and mamoa production projects were implanted. The unemployment increased. The big industrial projects of paper and cellulose production were implanted too. The urban exclusion appeared with the rural social movements. This analyse comprehends a marxist approach, considering the primitive acumulation category. The dissertation presents the possibility to consider this category in the twentieth century, specifically in the Extreme-South of Bahia. Three historic phases are proposed to understand the recently regional formation of the region.

New rural coletives were formed like a classes conflicts product in the region. The social movements expanded to the north of State of Bahia, constituting cooperativist and associativist economic organization models with families without lands and employment. So new agricultural production systems started do develop. A research was did, involving twenty seven production systems whose small farmers were interviewed, when could be compared diferent rents, agriculture and non-agriculture rents, basically previdenciary rents. Some models of production system could be planned to be proposed to the small farmers in the settlements.

KEY-WORDS: family agriculture, social movements, rural settlements, land reform, social and economic formation.

APÊNDICES

O presente volume de Apêndices tem o objetivo de mostrar ao leitor as etapas de elaboração dos cálculos, fluxogramas e gráficos da Metodologia Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários, a fim de permitir eventuais esclarecimentos quanto ao disposto na parte principal da dissertação.

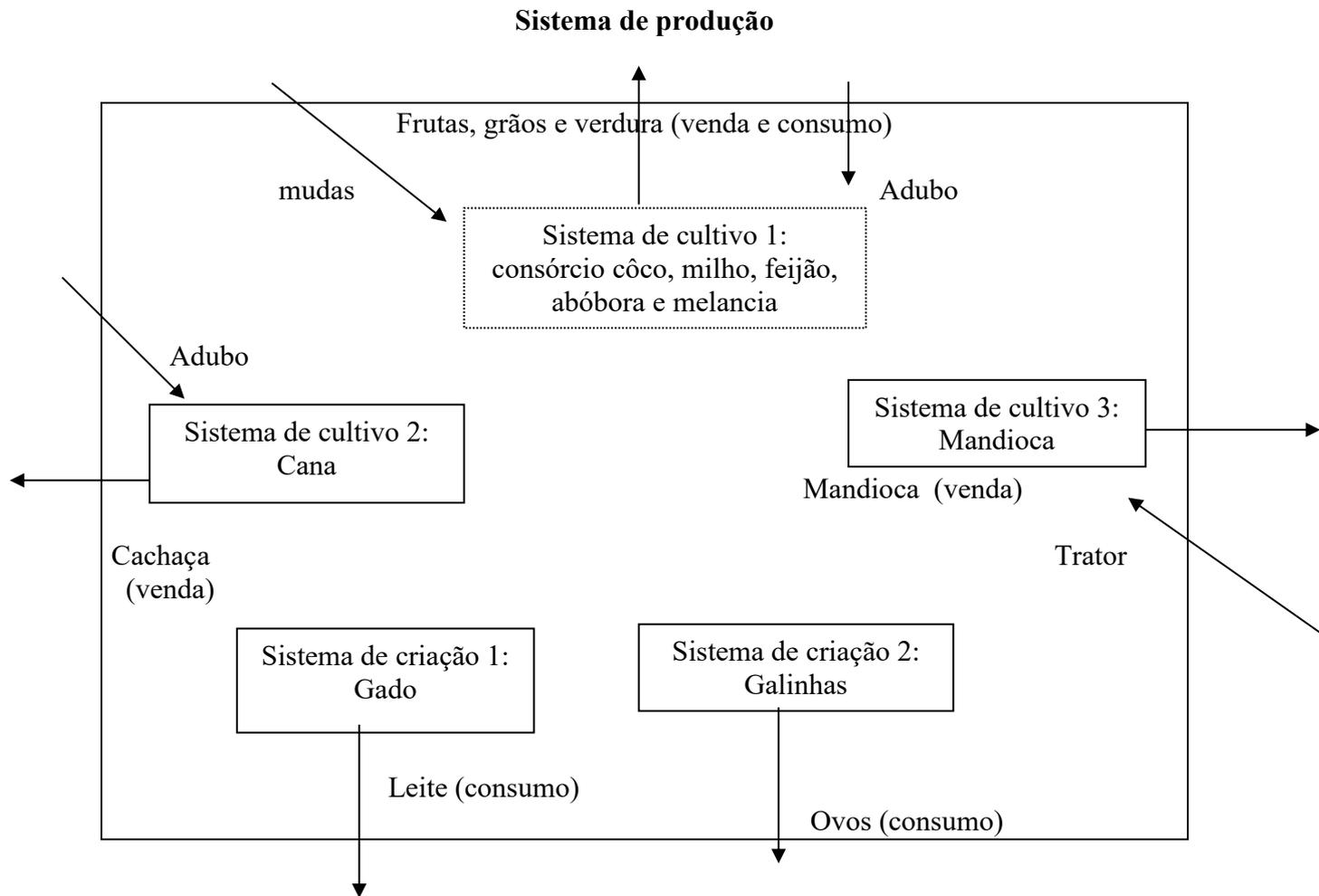
O volume compreende os fluxogramas de cada um dos 27 sistemas de produção pesquisados, mostrando a interação entre os sistemas de cultivo, criação e beneficiamento, assim como os respectivos gráficos, contendo a classificação do sistema de produção na região de reprodução ampliada, simples ou de indigência, e o cálculo dos indicadores econômicos da metodologia. Além disso, considera-se o cálculo dos parâmetros das curvas dos sistemas de produção e a disposição dos sistemas de cultivo, criação e beneficiamento. Ao final, encontram-se algumas imagens fotográficas obtidas durante a pesquisa de campo nos municípios de Itamaraju e Prado, Extremo Sul da Bahia, em 1999, além de mapas da região, obtidos a partir de imagens de satélite, mostrando a situação da vegetação em 1945, 1974 e 1990.

Dessa forma, procura-se demonstrar as etapas de estimação dos dados de renda a fim de tornar evidente o método no qual se basearam as afirmações, inferências e conclusões dessa dissertação.

Fluxogramas dos sistemas de produção

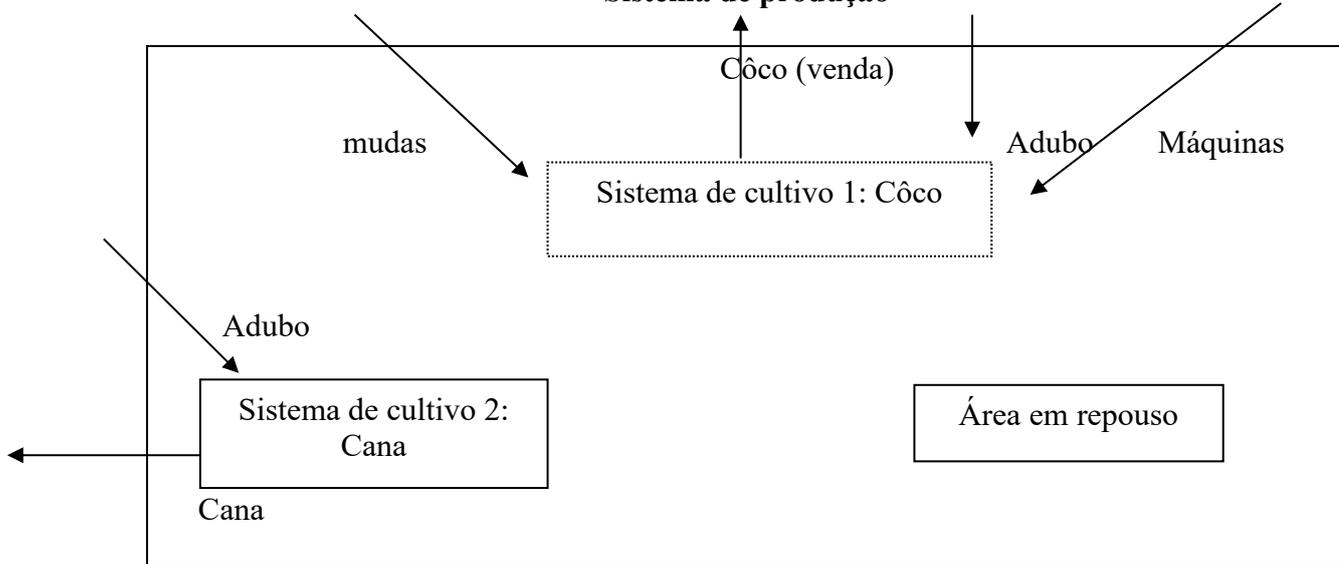
Assentamento 1º de Abril

Produtor 1



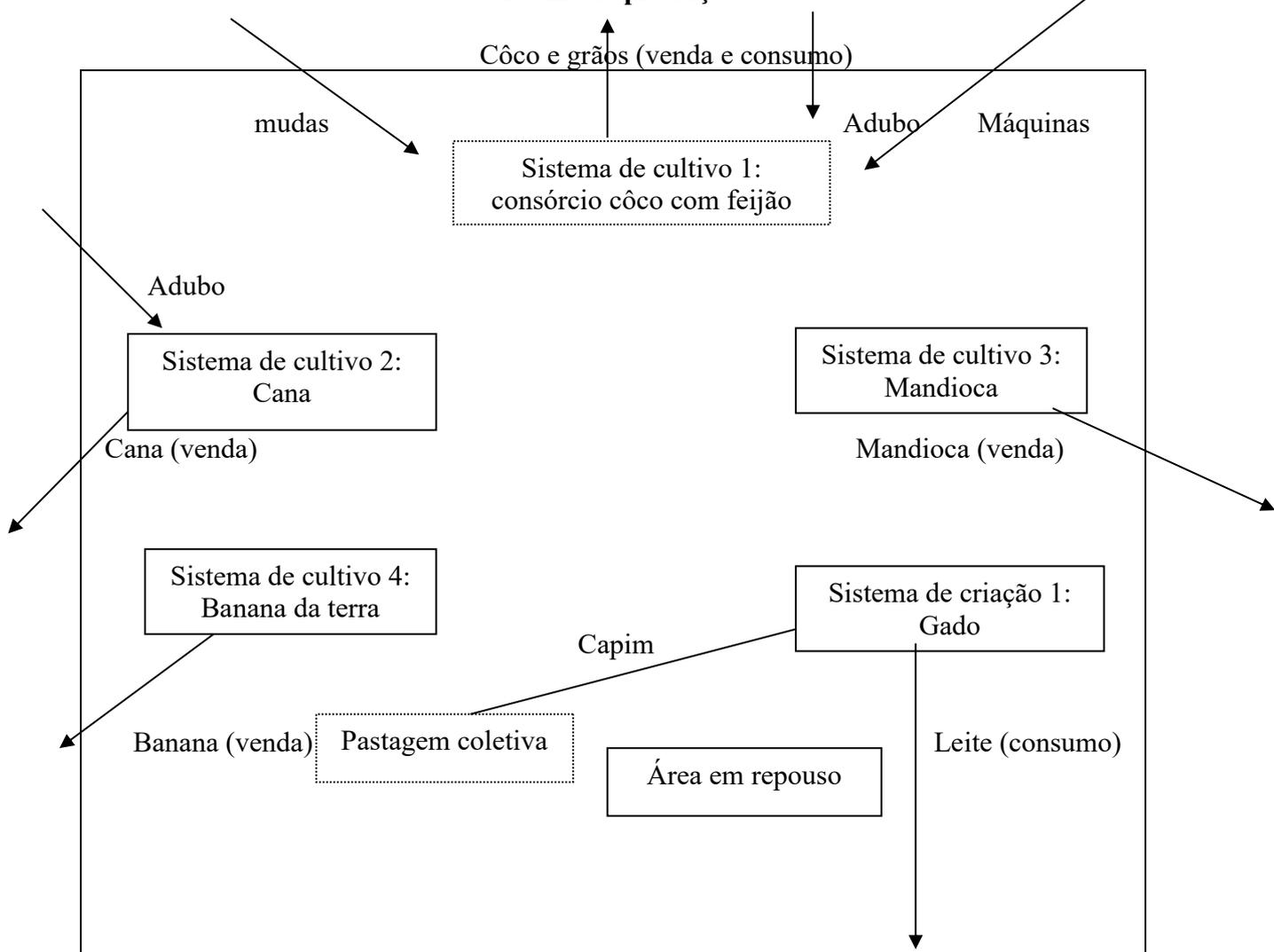
Produtor 2

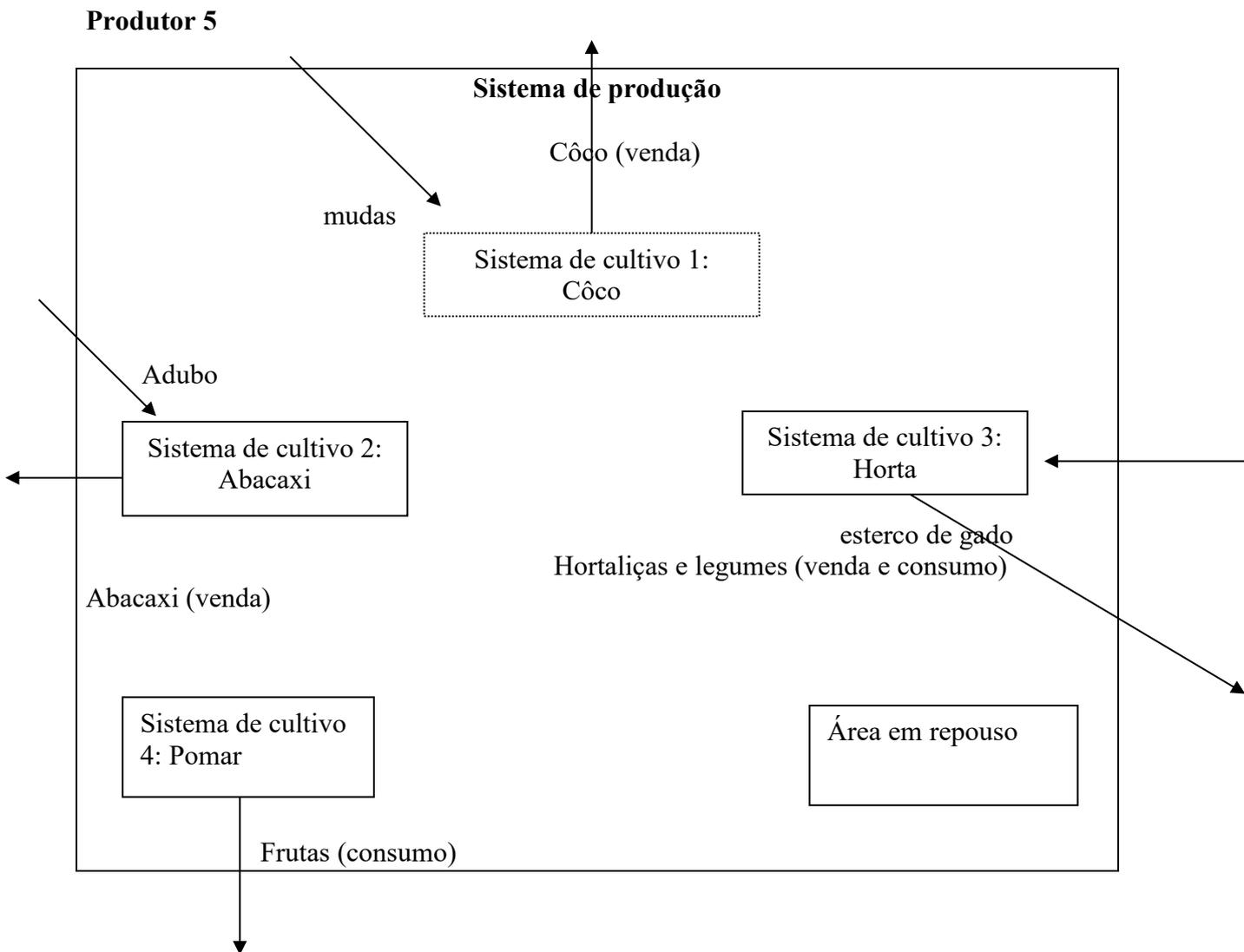
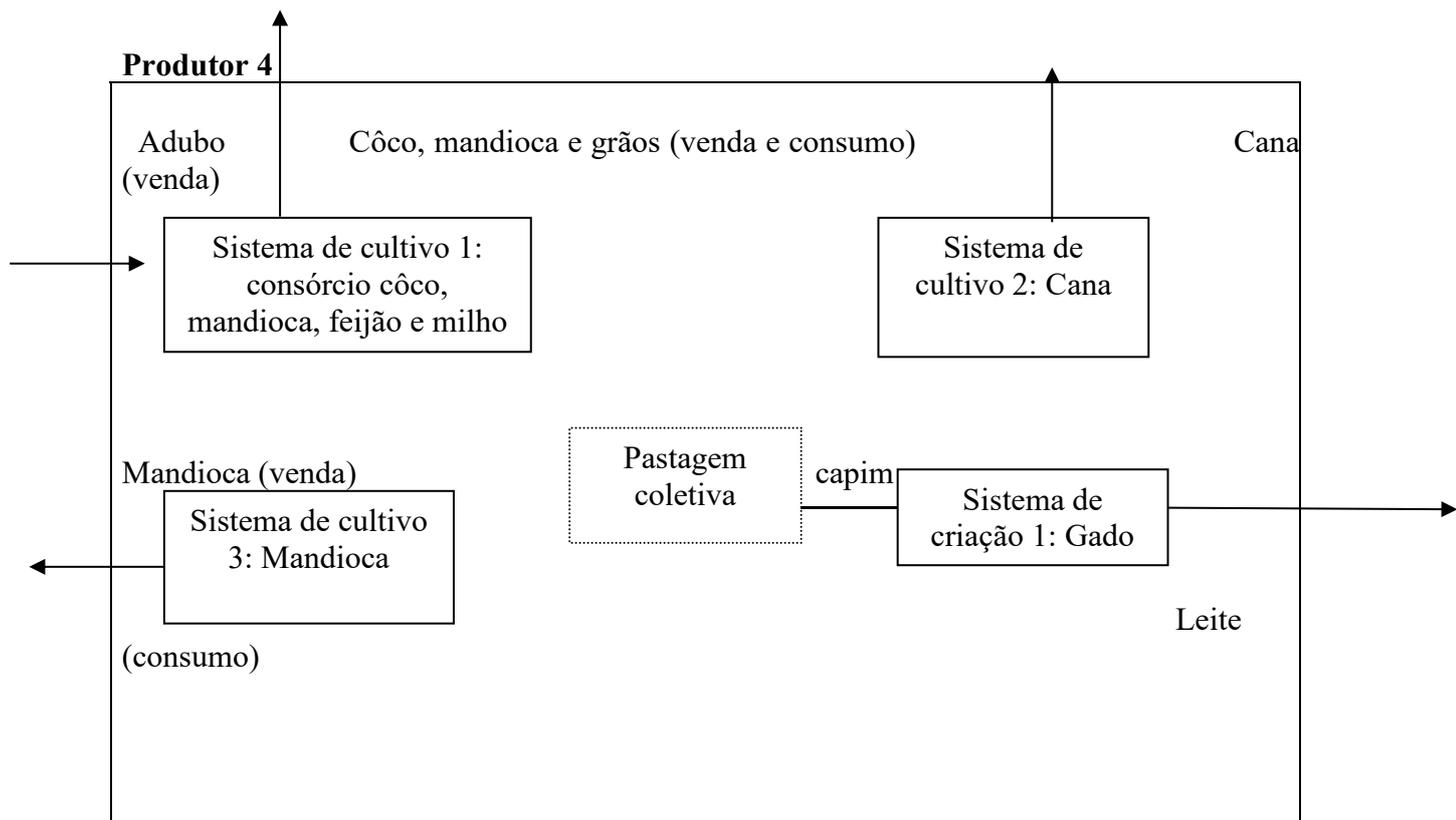
Sistema de produção

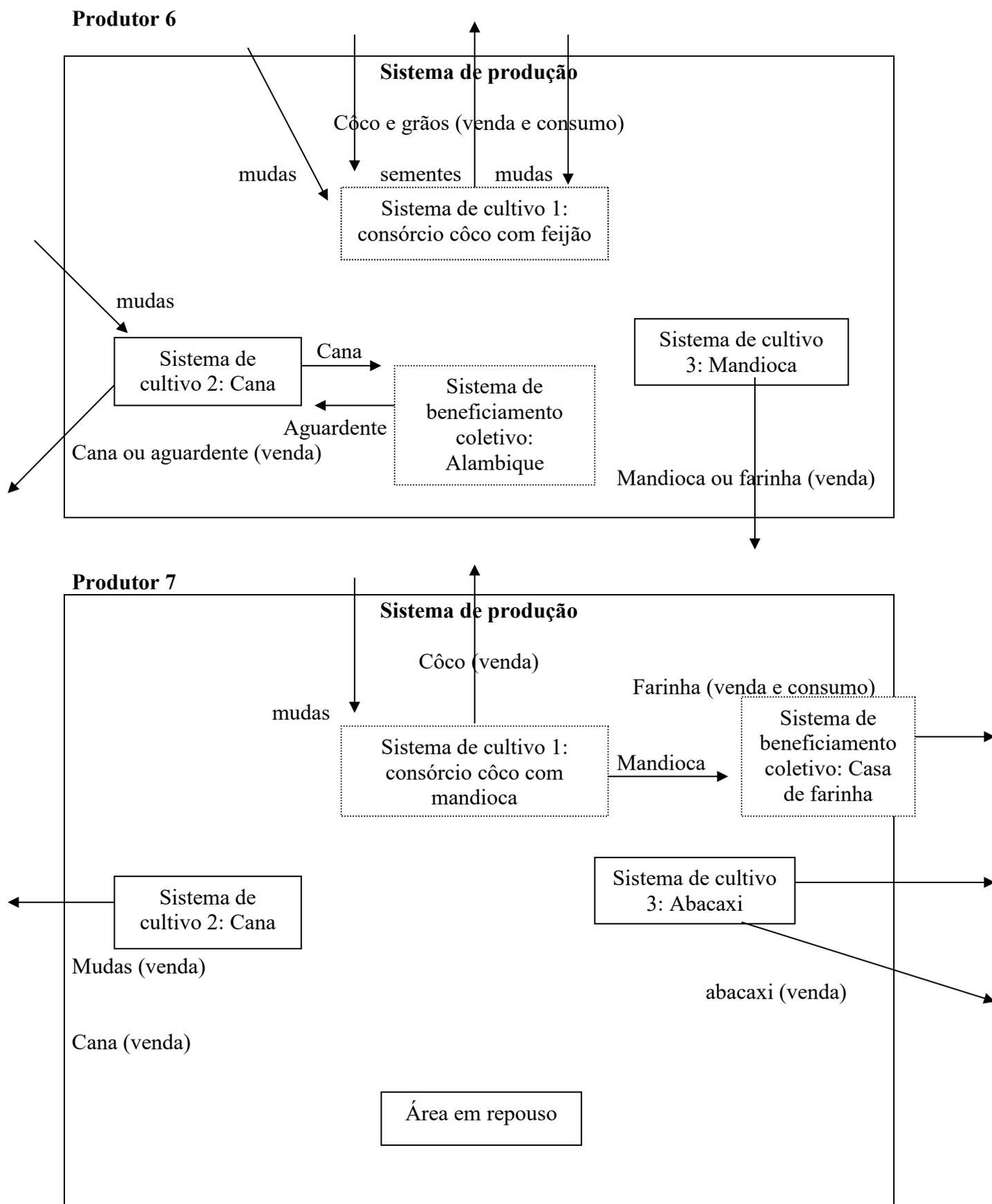


Produtor 3

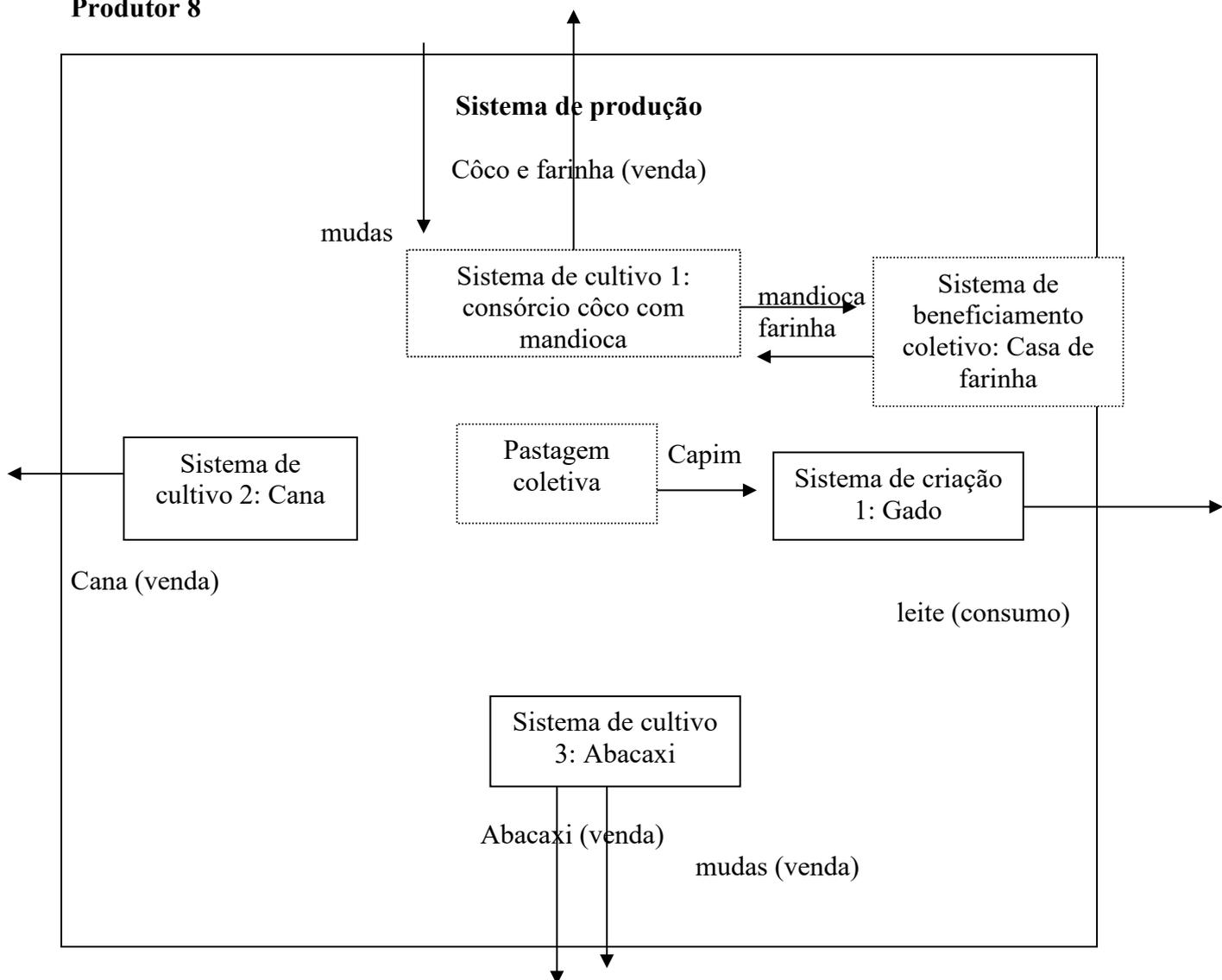
Sistema de produção

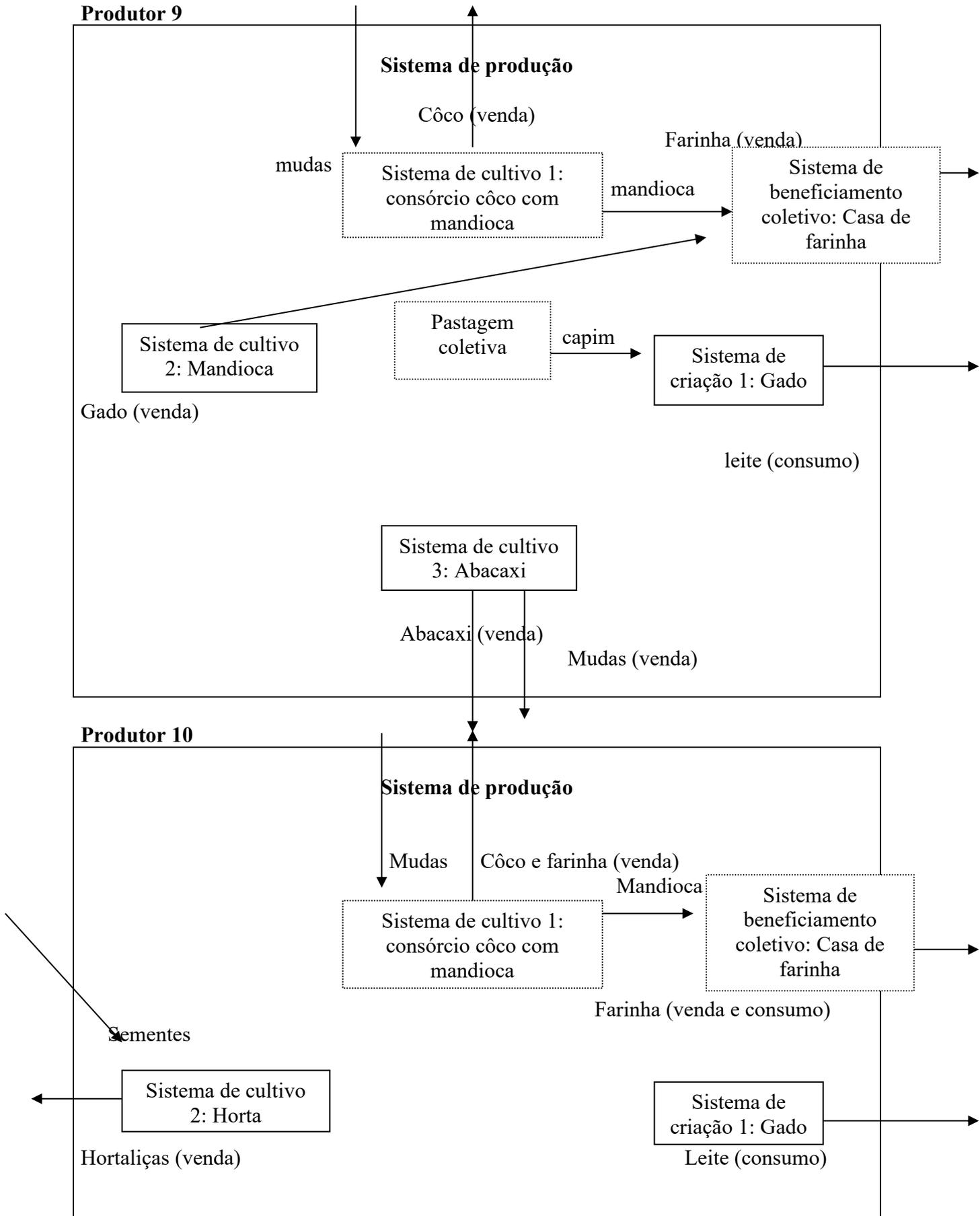




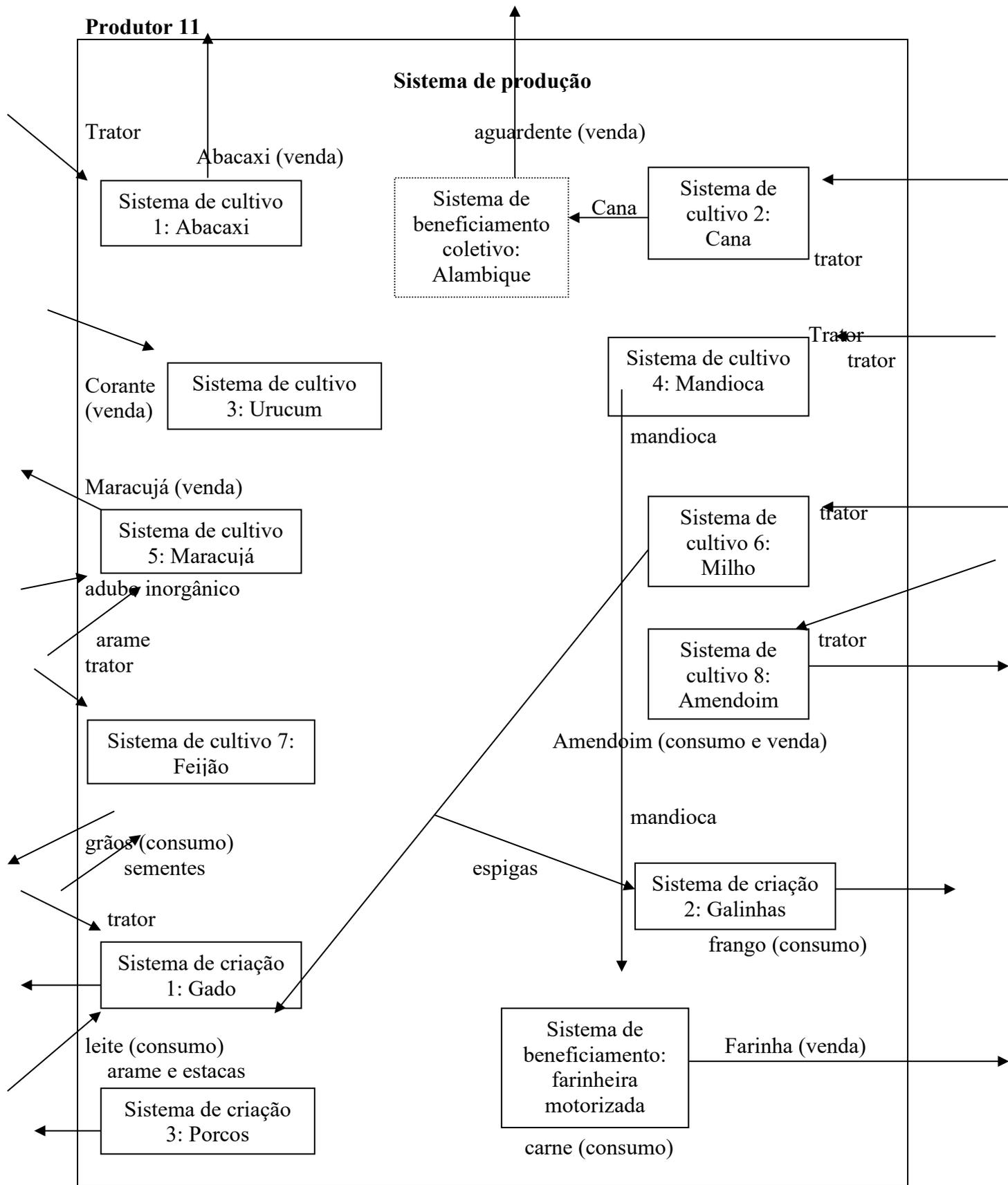


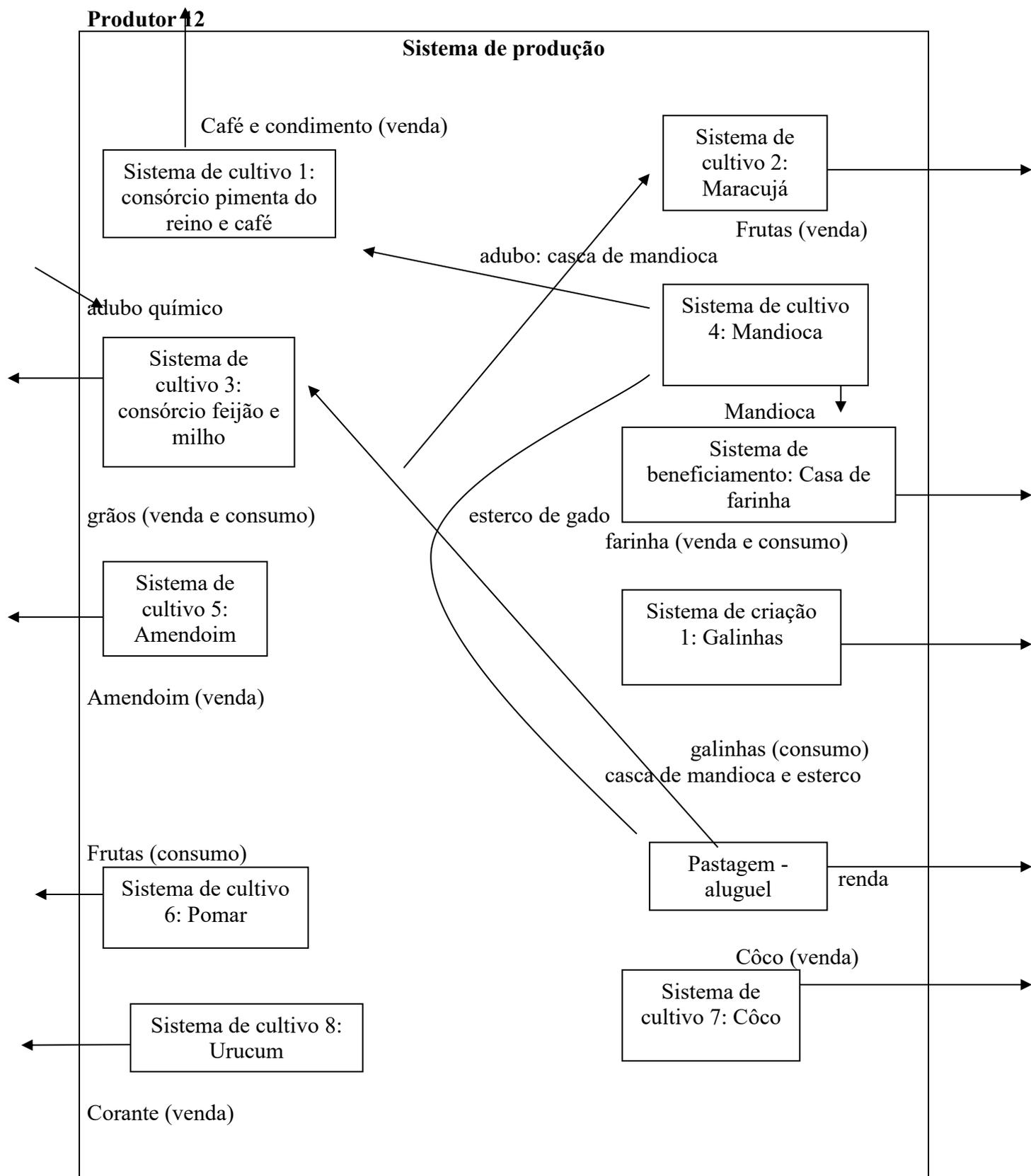
Produtor 8



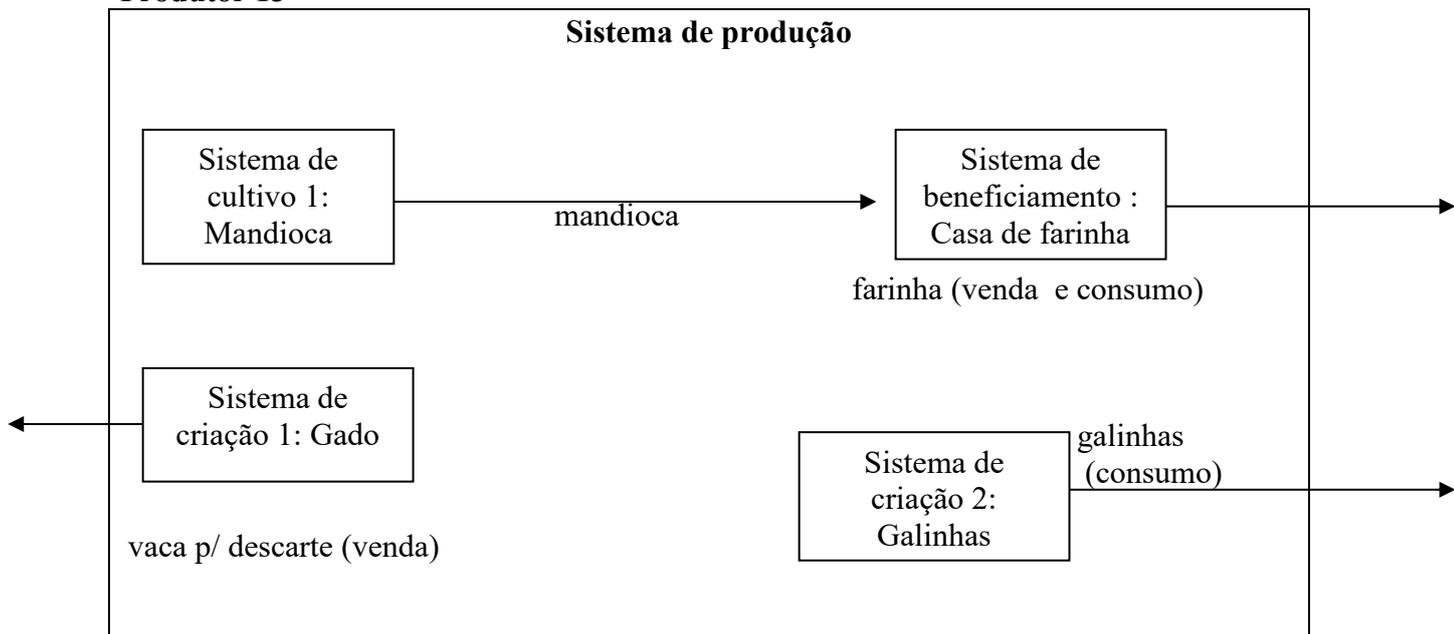


Assentamento Riacho das Ostras

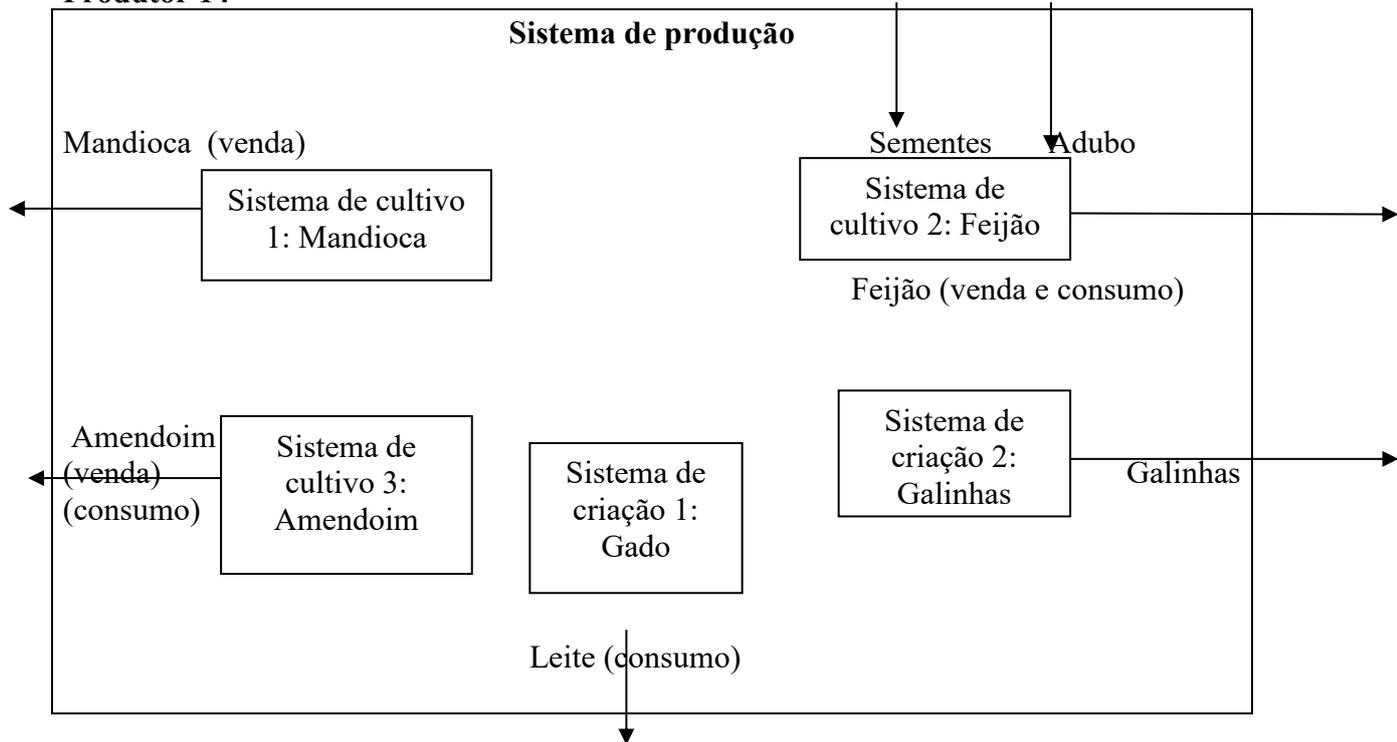




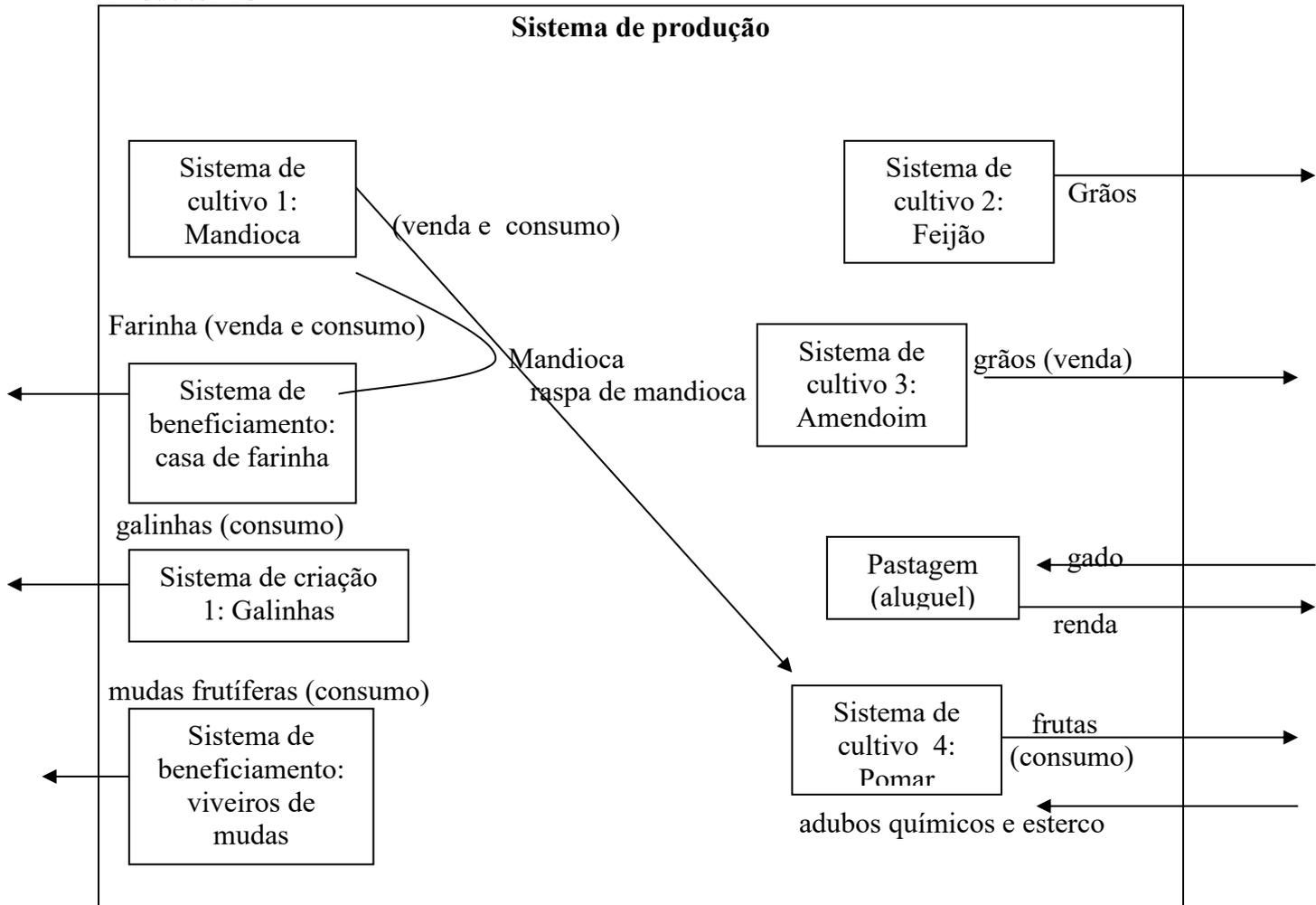
Produtor 13



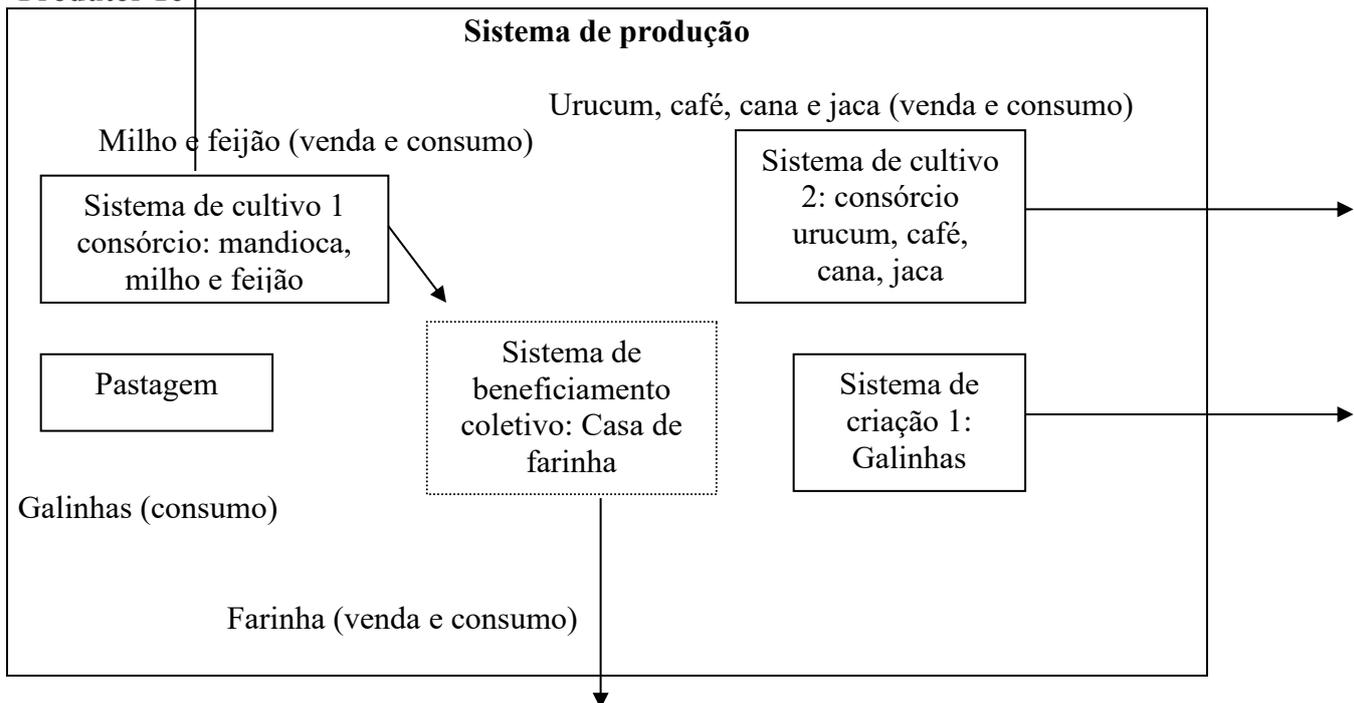
Produtor 14

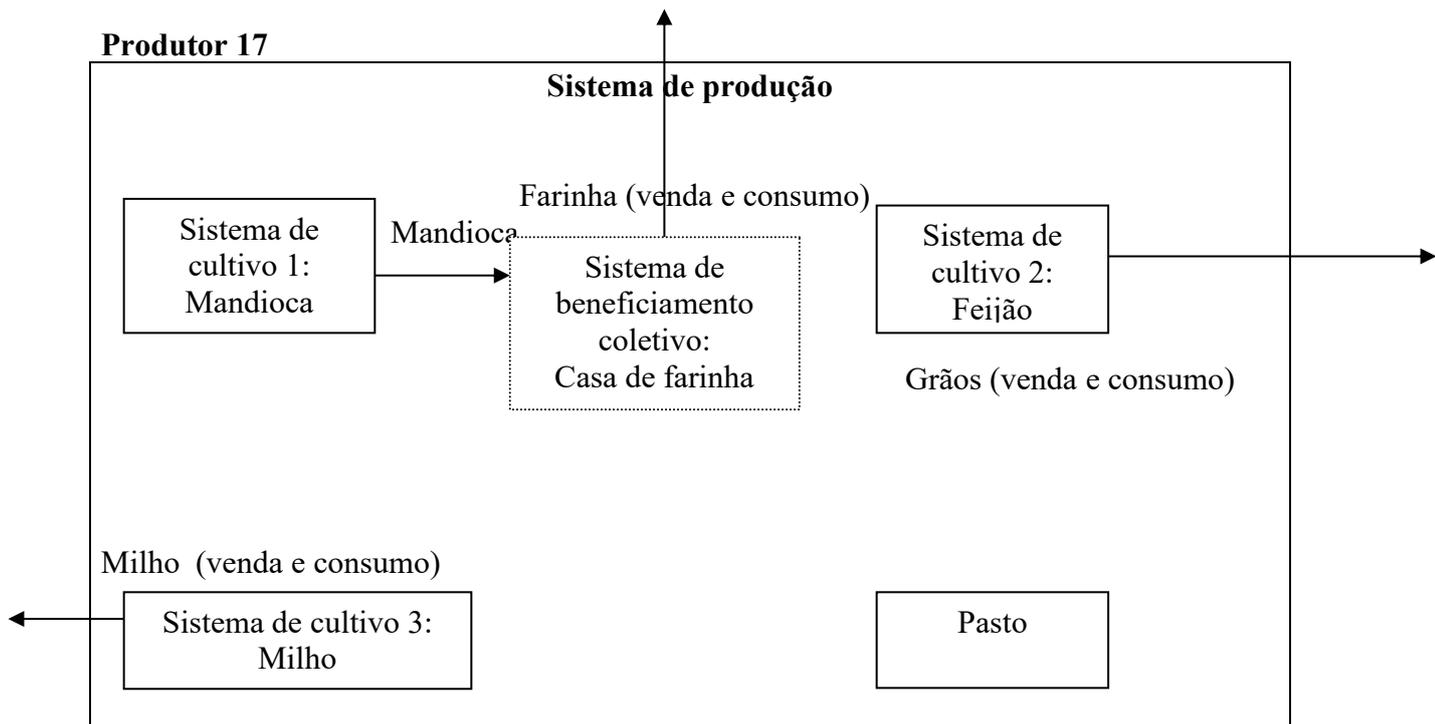


Produtor 15

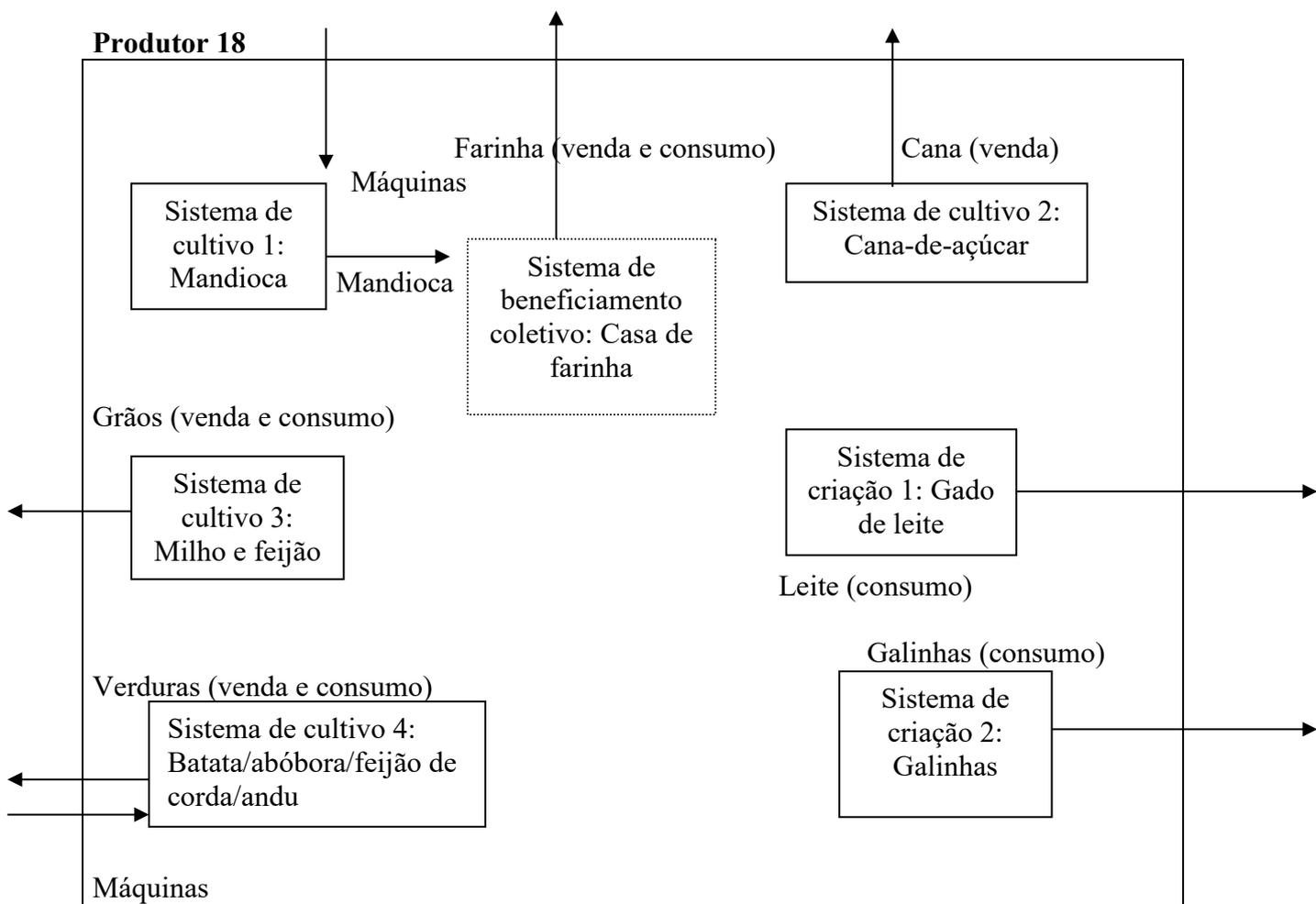


Produtor 16

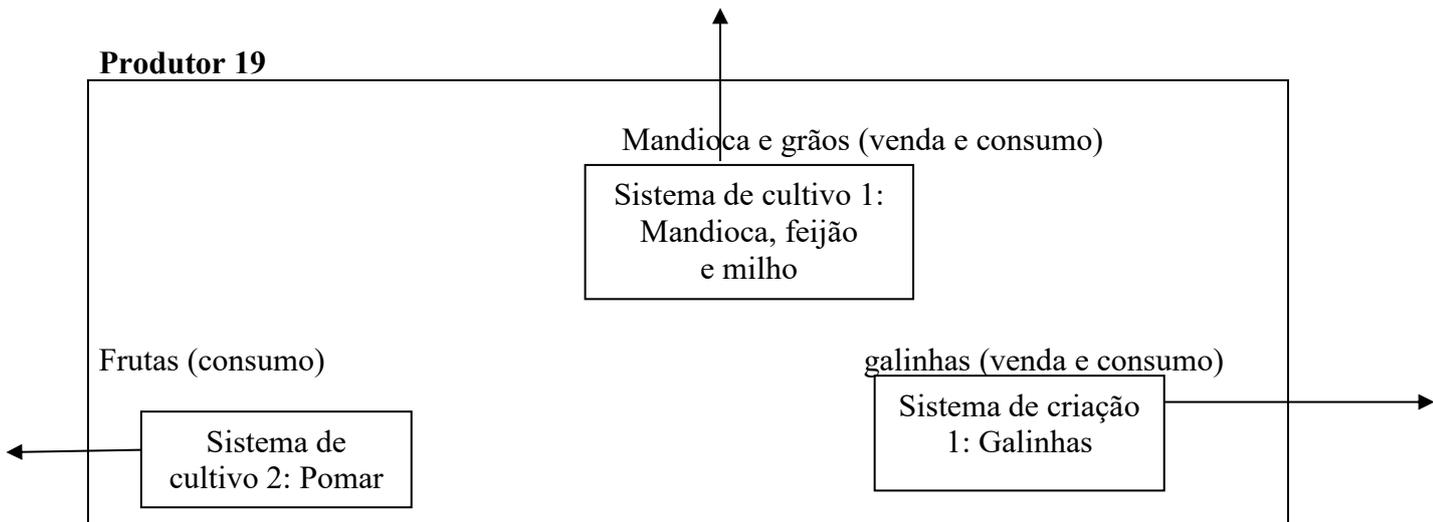




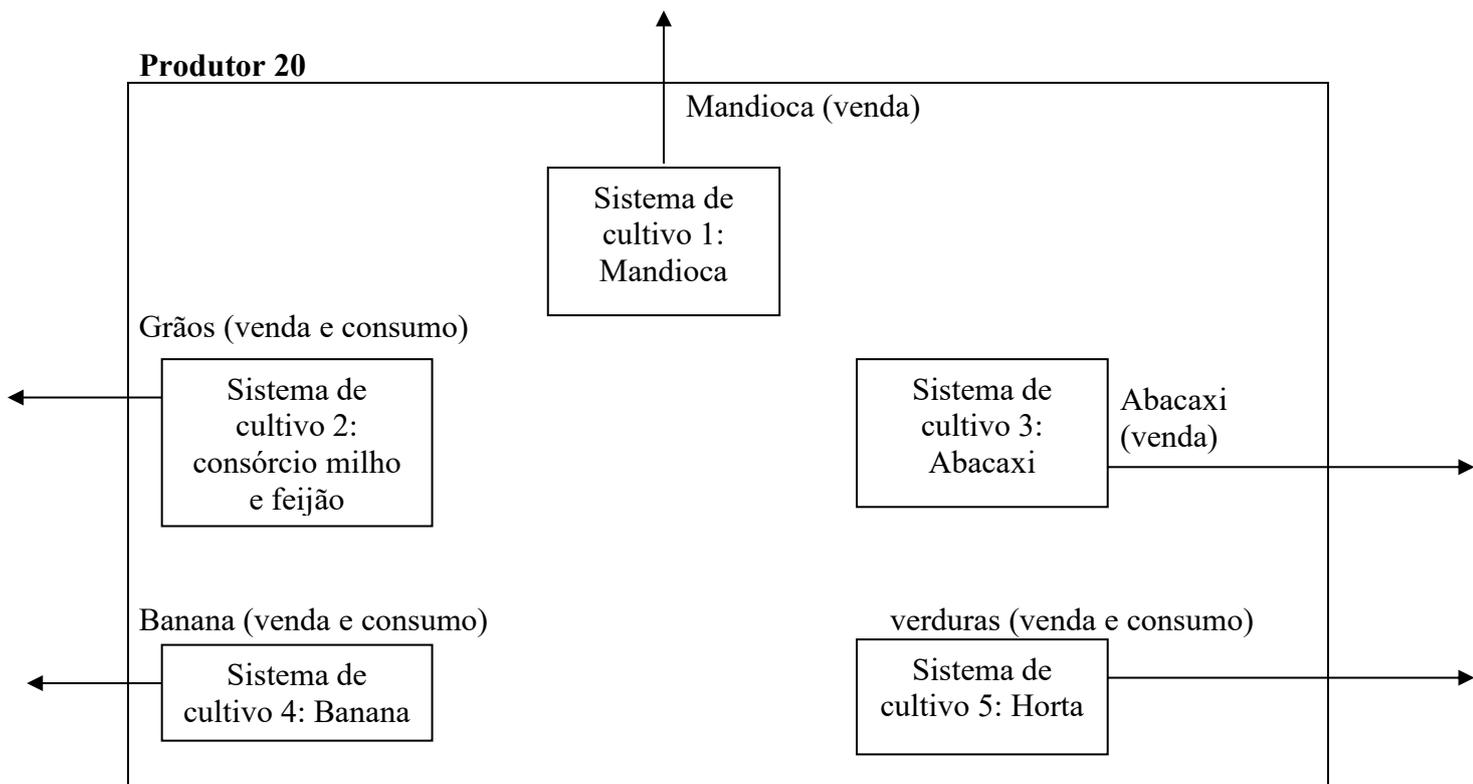
Assentamento Bela Vista

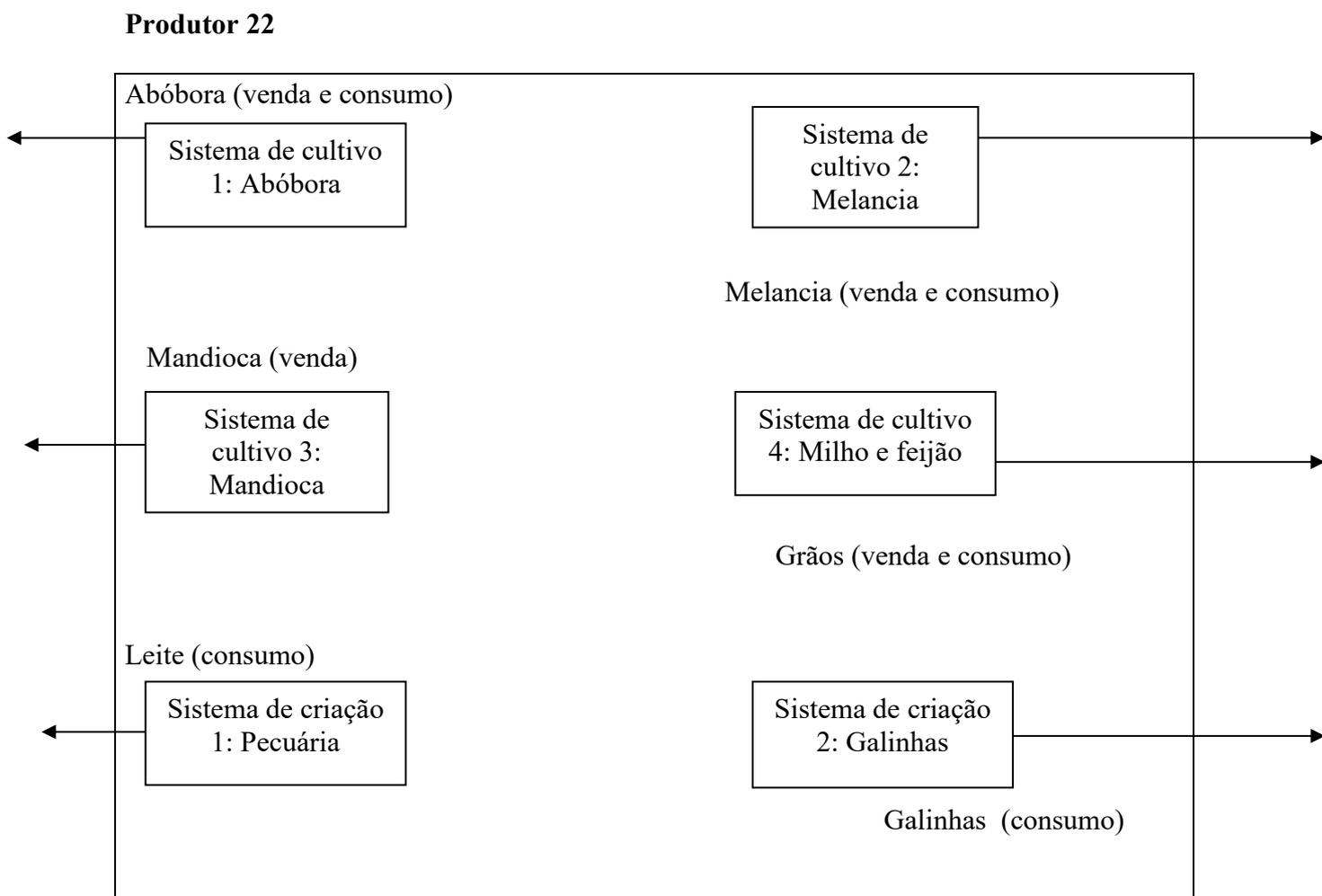
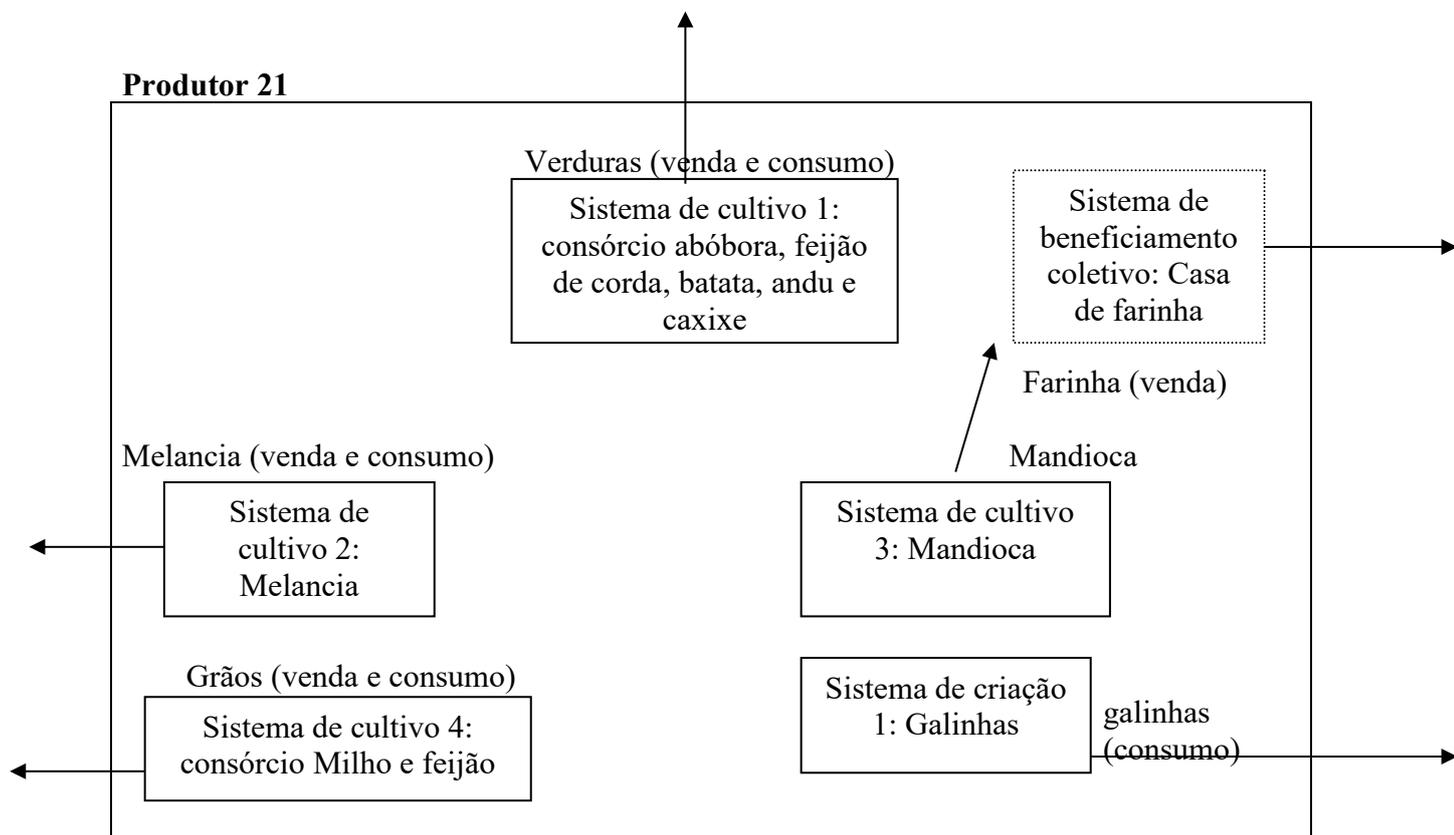


Produtor 19

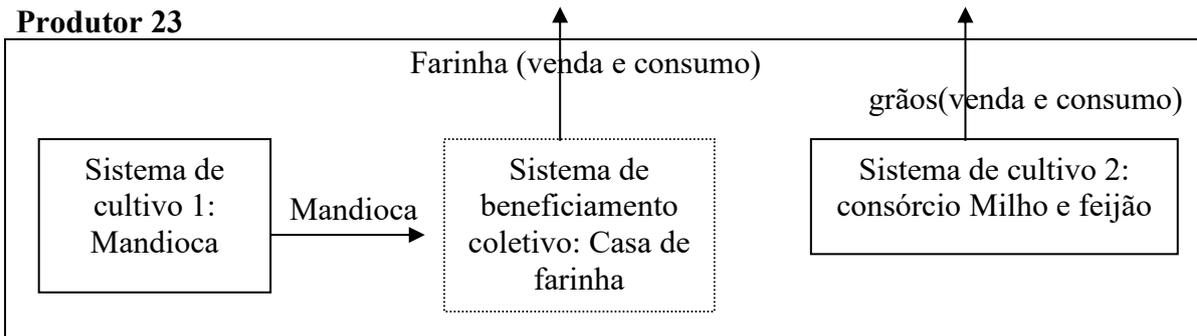


Produtor 20

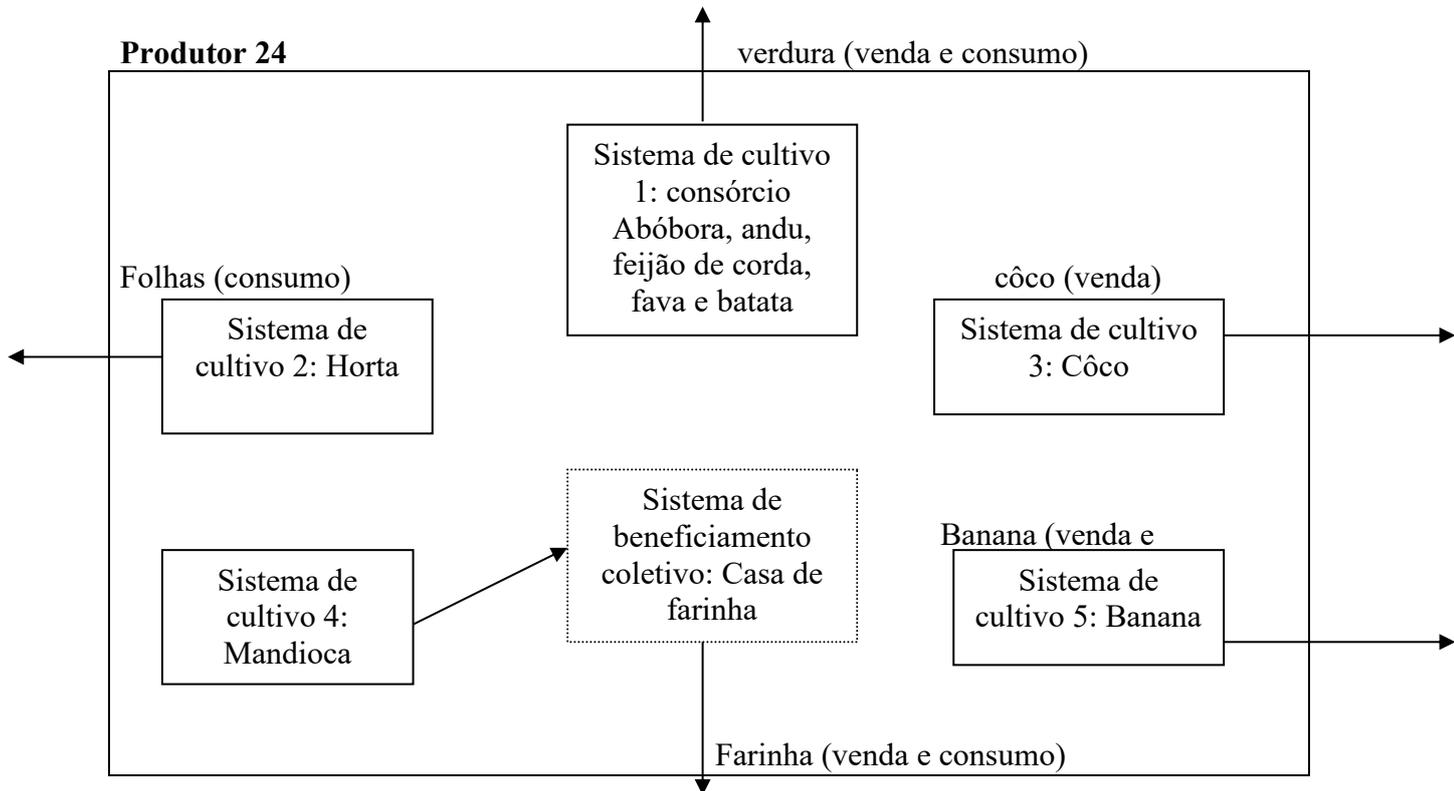


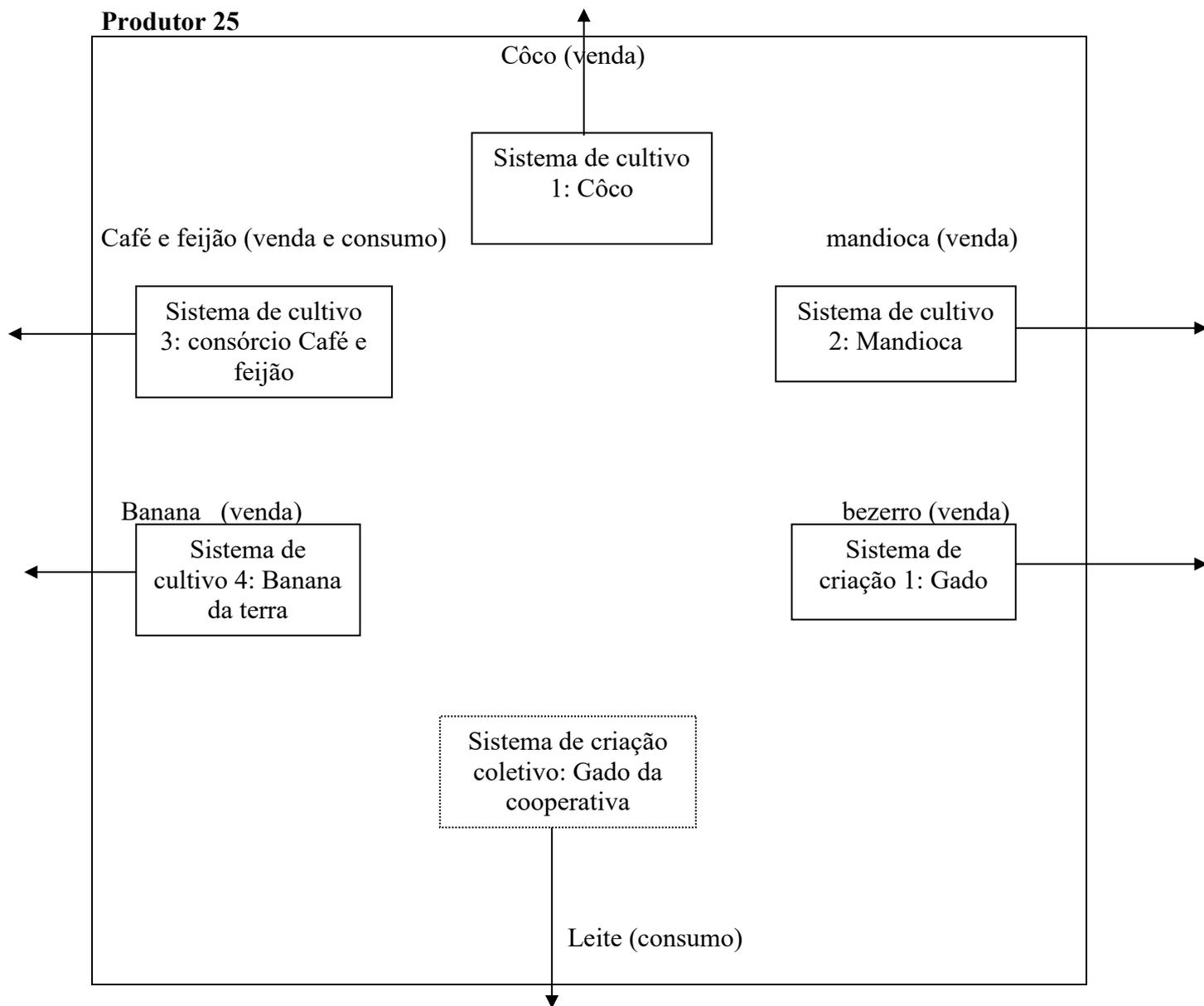


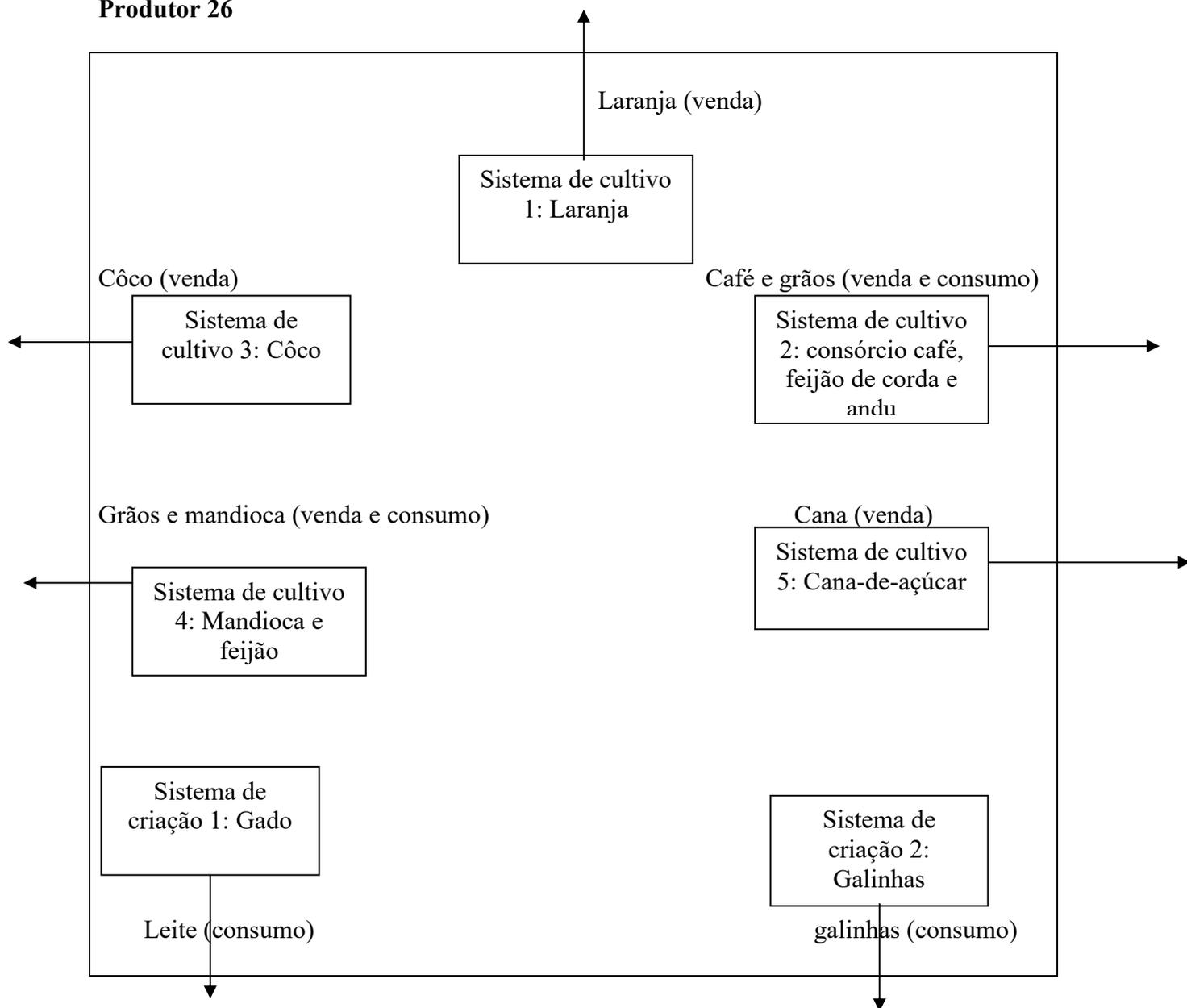
Produtor 23

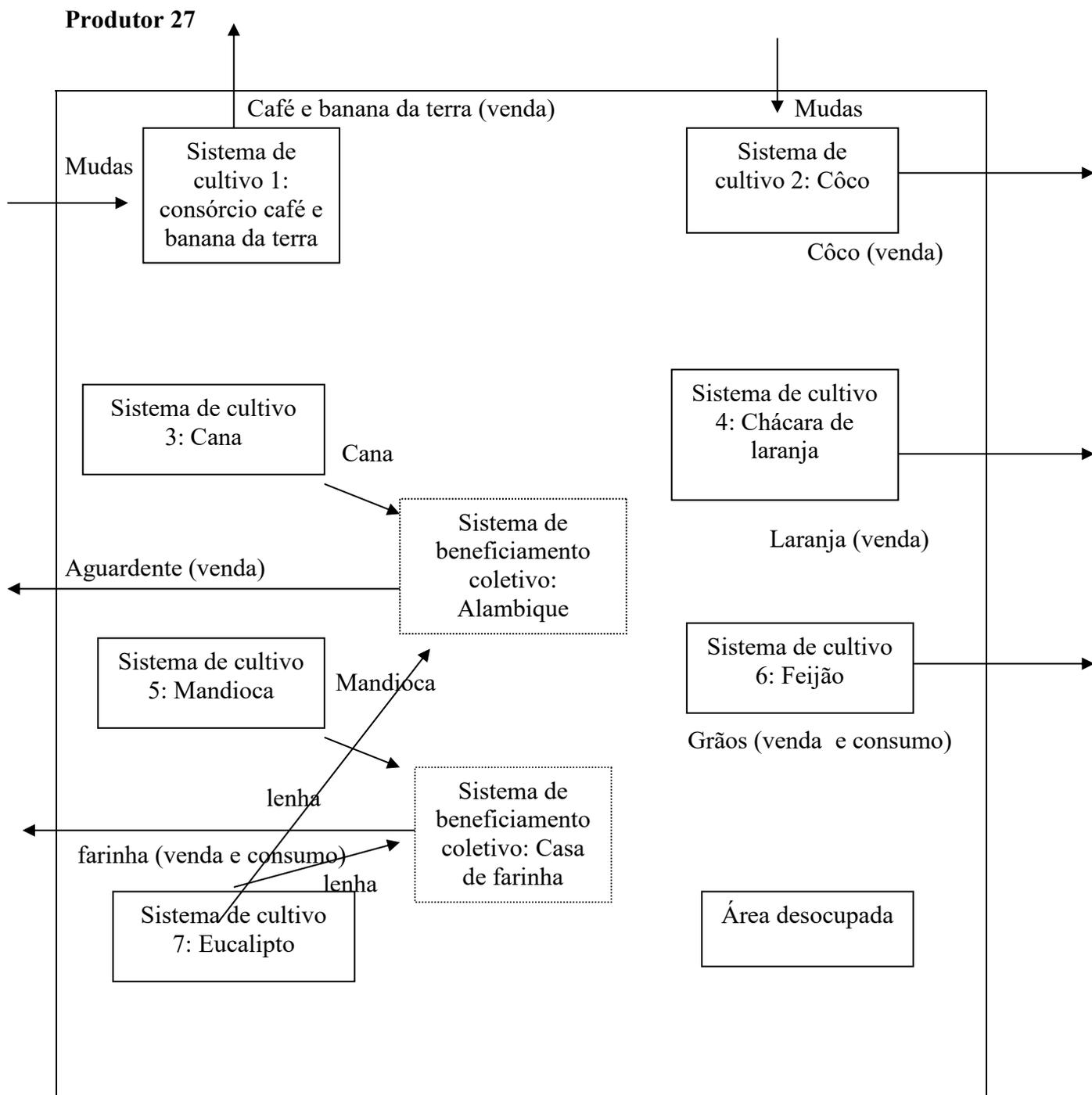


Produtor 24



Assentamento N. Sra do Rosário**Produtor 25**

Produtor 26



Cálculo dos indicadores por sub-sistema

Assentamento 1º de Abril

Produtor 1

Sistema de cultivo, criação e beneficiamento	Sa	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Côco, milho, feijão, abóbora e melancia								
A.	3,0	1.525,00	67,00	-	-	-	-	-
B.	3,0	12.000,00	67,00	-	-	-	-	-
2. Cana	1	1.500,00	160,00	-	-	-	-	-
3. Mandioca	1	640,00	50,00					
4. Gado		630,00						
5. Galinhas		180,00						
6. Total					-	-	-	
A	5	4.475,00	277,00	-	-	-	-	195,00
B	5	16.475,00	277,00	-	-	-	-	195,00

Produtor 2

Sistema de cultivo, criação e beneficiamento	Sa	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Côco								
A.	3,0	0	187,00	-	-	-	-	-
B.	3,0	10.320,00	187,00	-	-	-	-	-
2. Cana	1	1.760,00		220,00	-	-	-	
3. Área em repouso	1	-	-	-				
4. Total					-	-	-	
A	5	1.760,00	187,00	220,00	-	-	-	195,00
B	5	12.080,00	187,00	220,00	-	-	-	195,00

Produtor 3

Sistema de cultivo, criação e beneficiamento	Sa	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Côco com feijão								
A.	1,5	550,00	187,00	30,00	-	-	-	-
B.	1,5	6.716,00			-	-	-	-
2. Cana	1	1.760,00	200,00	-	-	-	-	-
3. Mandioca	1	210,00	150,00	-	-	-	-	-
4. Banana da terra	0,5	50,00	-	-	-	-	-	-
5. Gado	0,5	630,00	-	-	-	-	-	-
6. Área em repouso	0,5	-	-	-	-	-	-	-
7. Total					-	-	-	
A	5	3.200,00	537,00	380,00	-	-	-	195,00
B	5	9.366,00	537,00	380,00	-	-	-	195,00

Produtor 4

Sistema de cultivo, criação e beneficiamento	Sa	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Côco com feijão, mandioca e milho								
A.	2	1.432	19,5		-	-	-	-
B.	2	7.672	19,5		-	-	-	-
2. Mandioca	2	2.400		-	-	-	-	-
3. Cana	1	2.000		100	-	-	-	-
4. Gado		42	-	-	-	-	-	-
5. Total					-	-	-	-
A	5	5.874			-	-	-	195,00
B	5	12.114	19,5		-	-	-	195,00

Produtor 5

Sistema de cultivo, criação e beneficiamento	Sa	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Côco								
A.	3,5	13.104,00		420,00	-	-	-	-
B.	3,5				-	-	-	-
2. Abacaxi	0,21	488,00	20,00	12,00	-	-	-	
3. Horta	40m2	1.286,00	10,00					
4. Pomar	50 m2	170,00						
5. Repouso	1							
6. Total					-	-	-	
A	5	15.048,00	30,00	432,00	-	-	-	195,00
B	5	1.791,00	30,00	432,00	-	-	-	195,00

Produtor 6

Sistema de cultivo, criação e beneficiamento	Sa	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Côco com feijão								
A.	2	180,00	70	276,00	-	-	-	-
B.	2	7.380,00	180	-	-	-	-	-
2. Cana	1	2.475,00	-	-	-	-	-	
3. Mandioca	2	2.000,00						
5. Total					-	-	-	
A	5	4.655,00	250	276,00	-	-	-	195,00
B	5	11.855,00	250	276,00	-	-	-	195,00

Produtor 7

Sistema de cultivo, criação e beneficiamento	Sa	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Côco com mandioca								
A.	2,5	160,00	-	-	-	-	-	-
B.	2,5	9.000,00	-	-	-	-	-	-
2. Abacaxi	0,5	750,00	-	-	-	-	-	-
3. Cana	1,0	253,00						
4. Área em repouso	1,0							
5. Total			-	-	-	-	-	195,00
A	5	1.163,00	-	-	-	-	-	-
B	5	10.163,00	-	-	-	-	-	-

Produtor 8

Sistema de cultivo, criação e beneficiamento	Sa	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Côco com mandioca								
A.	3	120,00	-	480,00	-	-	-	-
B	3	10.800,00	-	-	-	-	-	-
2. Abacaxi	0,25	2.250,00	-	-	-	-	-	-
3. Cana	1,5	874,00						
4. Gado	0,25	210,00	4,8					
5. Total			-	-	-	-	-	195,00
A	5	3.454,00	4,8	480,00	-	-	-	-
B	5	14.254,00	4,8	480,00	-	-	-	-

Produtor 9

Sistema de cultivo, criação e beneficiamento	Sa	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Côco com mandioca								
A.	1,5	100,00	-	-	-	-	-	-
B	1,5	5.500,00	-	-	-	-	-	-
2. Mandioca	2,6	2.400,00	-	-	-	-	-	-
3. Abacaxi	0,2	300,00	-	-	-	-	-	-
4. Gado	0,7	420,00						
5. Total			-	-	-	-	-	195,00
A	5	3.220,00	-	-	-	-	-	-
B	5	8.620,00	-	-	-	-	-	-

Produtor 10

Sistema de cultivo, criação e beneficiamento	Sa	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Côco com mandioca								
A.	2	330,00	-	-	-	-	-	-
B	2	7.200,00	-	-	-	-	-	-
2. Horta	40 m2	460,80	-	-	-	-	-	-
3. Gado		126,00	-	-	-	-	-	195,00
4. Total			-	-	-	-	-	-
A	5	916,80	-	-	-	-	-	-
B	5	7.786,80	-	-	-	-	-	-

Assentamento Riacho das Ostras**Produtor 11**

Sistema de cultivo, criação e beneficiamento	Sa	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Urucum	1	756,00						
2. Maracujá	1	850,00	240,00					
3. Abacaxi	1	1.500,00						
4. Cana	1	3.000,00						
5. Mandioca	2	1.500,00						
6. Feijão	1	550,00	75,00					
7. Amendoim	1	1.150,00						
8. Galinhas	-	240,00						
9. Porcos	-	1.100,00						
10. Gado	3	126,00						70,00
Total	11	10.772,00	315,00	600,00				698,67

Produtor 12

Sistema de cultivo, criação e beneficiamento	Sa	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Pimenta do reino e café	0,43	3.816,00						
2. Feijão e milho	0,5	234,00	89,00					
3. Amendoim	0,21	30,00						
4. Pomar	0,43	852,00						
5. Urucum	20 m2	28,00						
6. Mandioca	2,17	40,00						
7. Maracujá	20 m2	8,00						
8. Côco	10m2	300,00						
9. Galinhas		180,00						
10. Farinheira	20m2	288,00						55,00
11. Pastagem (aluguel)	17	576,00						363,00
Total	22	6.352,00	89,00					418,00

Produtor 13

Sistema de cultivo, criação e beneficiamento	Sa	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Farinheira (mandioca)	7,61	5.400,00	35,00					70,00
2. Gado	7,83	560,00	90,00					223,00
3. Galinhas	-	360,00						
Total		6.320,00	125,00					293,00

Produtor 14

Sistema de cultivo, criação e beneficiamento	As	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Mandioca	2,17	2.000,00						
2. Gado	-	336,00						
3. Galinhas	-	180,00						
4. Feijão	1,30	550,00	338,00					
5. Amendoim	0,87	420,00	36,00					180,30
Total		3.486,00	374,00					218,30

Produtor 15

Sistema de cultivo, criação e beneficiamento	Sa	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Farinheira	4	8.000						40,00
2. Feijão	1	1.650,00						
3. Amendoim	0,46	500,00						
4. Galinhas	0	480,00						
5. Pasto	3	126,00						
6. Sistema de viveiros	40m2	262,00						
Total		11.018,00						90,00

Produtor 16

Sistema de cultivo, criação e beneficiamento	Sa	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Consórcio 1	2,17	1.647,00	19,50					
2. Consórcio 2	1	5.435,00						
3. Galinhas	-	240,00						
4. Pasto	3,48							
Total		7.322,00	19,50					100,00

Produtor 17

Sistema de cultivo, criação e beneficiamento	Sa	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Mandioca	3,48	2.200,00						
2. Feijão	0,87	165,00						
3. Milho	0,86	13,00						
4. Pasto	5,22							
Total	10,43	2.378,00						

Assentamento Bela Vista**Produtor 18**

Sistemas de cultivo, criação e beneficiamento	St (ha)	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Mandioca	4	2096	540					
2. Milho e feijão	1	1433						
3. Batata/abóbora/feijão de corda/andu	0,43	3180	30					
4. Cana-de-açúcar	0,05	60						
5. Pecuária	7	252						
6. Galinhas (venda)	0,125	240						
Total (1)	12,605	7261	570					56,25
7. Café (projeção)	2	14400	1030,7					
Total	14,605	21661	1600,7					56,25

Produtor 19

Sistemas de cultivo, criação e beneficiamento	St (ha)	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Mandioca, feijão e milho	1,7	132						
2. Pomar	0,25	50						
3. Galinhas (venda)		96						
Total (1)	1,95	278						
4. Café (projeção)	1	4320	240					
Total (2)	2,95	4598	240					56,25

Produtor 20

Sistemas de cultivo, criação e beneficiamento	St (ha)	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Mandioca	1,3	495						
2. Milho e feijão	0,75	497						
3. Abacaxi	30							
4. Banana	0,05	2000						
5. Horta (m2)	50	1068						
Total (1)		4060						
6. Café (projeção)	2	14400	675					
Total			675					56,25

Produtor 21

Sistemas de cultivo, criação e beneficiamento	St (ha)	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Melancia	0,5	65						
2. Mandioca	0,21	125						
3. Milho e feijão	0,43	117						
4. Abóbora/batata/feijão de corda/andu/caxixe	0,43	930						
5. Galinhas (venda)		8						
Total (1)		1245						
6. Café (projeção)		14400	1075,7					
Total		15.645	1075,5					56,25

Produtor 22

Sistemas de cultivo, criação e beneficiamento	St (ha)	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Abóbora	0,5							
2. Melancia	0,5	1500	463					
3. Mandioca	0,21	125						
4. Milho e feijão	0,43	1075						
5. Pecuária		630						
6. Galinhas (autoconsumo)		20						
Total (1)		3350	463					
VII. Café (projeção)		14400						
Total		17750	463					56,25

Produtor 23

Sistemas de cultivo, criação e beneficiamento	St (há)	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Mandioca	0,86	500						
2. Milho e feijão	0,43	690						
Total (1)		1190						
3. Café (projeção)		7200	285					56,25
Total								56,25

Produtor 24

Sistemas de cultivo, criação e beneficiamento	St (ha)	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1.Horta	30m2	732						
2. Côco	0,21	680						
3. Abóbora/andu/batata/feijão de corda/fava	0,43	2.847,2						
4. Mandioca	0,43	625						
5. Banana	0,43	60						
Total	1,50	4.944,2						56,25

Assentamento Nossa Senhora do Rosário**Produtor 25**

Sistemas de cultivo, criação e beneficiamento	St (ha)	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Côco	2	1.600						
2. Café e feijão	2	440	60	60				
3. Mandioca	1,5	1.800						
4. Banana da terra	0,5	80						
5. Laranja	1	-	-	-	-	-	-	-
6. Gado	3	270						
7. Gado (cooperativa)		60	10					
Total	10	4.250	70	60				90

Produtor 26

Sistemas de cultivo, criação e beneficiamento	St (ha)	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Laranja	0,5							
2. Côco	1	1.600						
3. Café, feijão de corda e andu	1	484						
4. Mandioca e feijão	1	635						
5. Cana	1	2.000						
6. Gado		1.328,40	24					90
7. Galinhas		240						
Total	10	6.287,40	24					90

Produtor 27

Sistemas de cultivo, criação e beneficiamento	St (ha)	PB	CI	S	Rt	Imp	J	K
1. Café e banana da terra	6	4.400	500	200				
2. Côco	1,5	1.000	125					
3. Cana	2	4.800		360				
4. Pomar	3	220						
5. Mandioca	2	4.000						
6. Feijão	1,5	1.375						
7. Eucalipto	0,5	-						
8. Área desocupada	3,5	-		25				
Total	20	15.795	625	585				90

Cálculo dos indicadores do sistema de produção:

Assentamento 1º de Abril

Produtor 1

Situação A – sem produção de côco

$$PB = 4.475,00$$

$$CI = 67,00$$

$$K = 195,00$$

$$VA = PB - CI - K = 4.475,00 - 67,00 - 195,00 = 4.213,00$$

$$VA/UT = 4.213,00/4 = 1053,25$$

$$VA/Sa = 4.213,00/5 = 842,60$$

$$R = VA - Rt - J - I - S = 4.213,00 - 0 = 4.213,00$$

$$R/UTF = 4.213,00/4 = 1.053,25$$

$$R/Sa = 4.213,00/5 = 842,60$$

$$ST/UTF = 5/4 = 1,25$$

$$\text{Renda total} = 4.213,00$$

Situação B – com produção de côco

$$PB = 16.475,00$$

$$CI = 67,00$$

$$K = 195,00$$

$$VA = 16.213,00$$

$$VA/UT = 16.213,00/4 = 4053,25$$

$$VA/Sa = 16.213,00/5 = 3242,60$$

$$R = VA - Rt - J - I - S = 16.213,00 - 0 = 16.213,00$$

$$R/UTF = 16.213,00/4 = 4053,25$$

$$R/Sa = 16.213,00/5 = 3.242,60$$

$$\text{Renda total} = 16.213,00$$

$$R/UTf = (4.475,00/5 - 277,00/5)Sa/UTf - 195,00/4 = 839,60 (Sa/UTf) - 48,75$$

Cálculo:

Produtor 2

Situação A – sem produção de côco

$$PB = 1.760,00$$

$$CI = 187,00$$

$$K = 195,00$$

$$VA = PB - CI - K = 1.760,00 - 187,00 - 195,00 = 1.378,00$$

$$VA/UT = 1.378,00/1 = 1.378,00$$

$$VA/Sa = 1.378,00/5 = 275,60$$

$$R = VA - Rt - J - I - S = 1.378,00 - 220,00 = 1.158,00$$

$$R/UTF = 1.158,00/1 = 1.158,00$$

$$R/Sa = 1.158,00/5 = 231,60$$

$$ST/UTf = 5/1 = 5$$

$$\text{Renda agrícola} = 1.158,00$$

$$\text{Renda não-agrícola (aposentadoria)} = 1.768,00$$

$$\text{Renda total} = 1.158,00 + 1.768,00 = 2.926,00$$

Situação B – com produção de côco

$$PB = 12.080,00$$

$$CI = 187,00$$

$$K = 195,00$$

$$VA = PB - CI - K = 12.080,00 - 187,00 - 195,00 = 11.698,00$$

$$VA/UT = 11.698,00/1 = 11.698,00$$

$$VA/Sa = 11.698,00/5 = 2.339,60$$

$$R = VA - Rt - J - I - S = 11.698,00 - 220,00 = 11.478,00$$

$$R/UTF = 11.478,00/1 = 11.478,00$$

$$R/Sa = 11.478,00/5 = 2.295,60$$

$$St/UTf = 5/1 = 5$$

$$\text{Renda agrícola} = 11.478,00$$

$$\text{Renda não-agrícola (aposentadoria)} = 1.768,00$$

$$\text{Renda total} = 11.478,00 + 1.768,00 = 13.246,00$$

$$R/UTf = (1.760,00/5 - 187,00/5 - 220,00/5)Sa/UTf - 195,00/1 = 270,60 (Sa/UTf) - 195,00$$

Cálculo:

Produtor 3

Situação A – sem produção de côco

$$PB = 3.200,00$$

$$CI = 537,00$$

$$K = 195,00$$

$$VA = PB - CI - K = 3.200,00 - 537,00 - 195,00 = 2.468,00$$

$$VA/UT = 2.468,00/1 = 2.468,00$$

$$VA/Sa = 2.468,00/5 = 493,60$$

$$R = VA - Rt - J - I - S = 2.468,00 - 380,00 = 2.088,00$$

$$R/UTF = 2.088,00/1 = 2.088,00$$

$$R/Sa = 2.088,00/5 = 417,60$$

$$ST/UTf = 5/1 =$$

$$\text{Renda agrícola} = 2.088,00$$

$$\text{Renda total} = 2.088,00$$

Situação B – com produção de côco

$$\mathbf{PB} = 8.816,00$$

$$\mathbf{CI} = 537,00$$

$$\mathbf{K} = 195,00$$

$$\mathbf{VA} = \mathbf{PB} - \mathbf{CI} - \mathbf{K} = 8.816,00 - 537,00 - 195,00 = 8.084,00$$

$$\mathbf{VA/UT} = 8.084,00/1 = 8.084,00$$

$$\mathbf{VA/Sa} = 8.084,00/5 = 1.616,80$$

$$\mathbf{R} = \mathbf{VA} - \mathbf{Rt} - \mathbf{J} - \mathbf{I} - \mathbf{S} = 8.084,00 - 380,00 = 7.704,00$$

$$\mathbf{R/UTF} = 7.704,00/1 = 7.704,00$$

$$\mathbf{R/Sa} = 7.704,00/5 = 1.540,80$$

$$\mathbf{Renda\ agrícola} = 7.704,00$$

$$\mathbf{Renda\ total} = 7.704,00$$

$$\mathbf{R/UTf} = (3.200,00/5 - 537,00/5 - 380,00/5)Sa/UTf - 195,00/1 = 456,60(Sa/UTf) - 195,00$$

Produtor 4

Situação A – sem produção de côco

$$\mathbf{PB} = 1.432,00$$

$$\mathbf{CI} = 19,5$$

$$\mathbf{K} = 195,00$$

$$\mathbf{VA} = \mathbf{PB} - \mathbf{CI} - \mathbf{K} = 3.474,00 - 19,5 - 195,00 = 3.259,50$$

$$\mathbf{VA/UT} = 3.259,50/2,5 = 1.303,80$$

$$\mathbf{VA/Sa} = 3.259,50/5 = 651,90$$

$$\mathbf{R} = \mathbf{VA} - \mathbf{Rt} - \mathbf{J} - \mathbf{I} - \mathbf{S} = 3.259,50 - 100 = 3.159,50$$

$$\mathbf{R/UTF} = 3.159,50/2,5 = 1.263,80$$

$$\mathbf{R/Sa} = 3.159,50/5 = 631,90$$

$$\mathbf{St/UTf} = 5/2,5 = 2$$

$$\mathbf{Renda\ agrícola} = 3.159,50$$

$$\mathbf{Renda\ não-agrícola} = 3.150,00$$

$$\mathbf{Renda\ total} = 6.309,50$$

Situação B – com produção de côco

$$\mathbf{PB} = 9.714$$

$$\mathbf{CI} = 19,5$$

$$\mathbf{K} = 195,00$$

$$\mathbf{VA} = \mathbf{PB} - \mathbf{CI} - \mathbf{K} = 9.714 - 19,5 - 195 = 9.499,50$$

$$\mathbf{VA/UT} = 9.499,50/2,5 = 3.799,80$$

$$\mathbf{VA/Sa} = 9.499,50/5 = 1.899,90$$

$$\mathbf{R} = \mathbf{VA} - \mathbf{Rt} - \mathbf{J} - \mathbf{I} - \mathbf{S} = 9.499,50 - 100,00 = 9.399,50$$

$$\mathbf{R/UTF} = 9.399,50/2,5 = 3.759,80$$

$$\mathbf{R/Sa} = 9.399,50/5 = 1.879,90$$

$$\mathbf{Renda\ agrícola} = 3.159,50$$

$$\mathbf{Renda\ não-agrícola} = 3.150,00$$

Renda total = 6.310,00

$$\mathbf{R/UTf} = (5.874/5 - 19,5/5)Sa/UTf - 195/2,5 = 1.170,90(Sa/UTf) - 78$$

Cálculo:

Produtor 5

Situação A – sem produção de côco

$$\mathbf{PB} = 1.791,00$$

$$\mathbf{CI} = 30,00$$

$$\mathbf{K} = 195,00$$

$$\mathbf{VA} = \mathbf{PB} - \mathbf{CI} - \mathbf{K} = 1.791,00 - 30,00 - 195,00 = 1.566,00$$

$$\mathbf{VA/UT} = 1.566,00/1 = 1.566,00$$

$$\mathbf{VA/Sa} = 1.566,00/5 = 313,20$$

$$\mathbf{R} = \mathbf{VA} - \mathbf{Rt} - \mathbf{J} - \mathbf{I} - \mathbf{S} = 1.566,00 - 432,00 = 1.134,00$$

$$\mathbf{R/UTF} = 1.134,00/1 = 1.134,00$$

$$\mathbf{R/Sa} = 1.134,00/5 = 226,80$$

$$\mathbf{ST/UTf} = 5/1 =$$

Renda não-agrícola (aposentadoria) = 1.440,00

Renda total = 1.134,00 + 1.440,00 = 2.574,00

Situação B – com produção de côco

$$\mathbf{PB} = 15.048,00$$

$$\mathbf{CI} = 30,00$$

$$\mathbf{K} = 195,00$$

$$\mathbf{VA} = 14.823,00$$

$$\mathbf{VA/UT} = 14.823,00/1 = 14.823,00$$

$$\mathbf{VA/Sa} = 14.823,00/1 = 14.823,00$$

$$\mathbf{R} = \mathbf{VA} - \mathbf{Rt} - \mathbf{J} - \mathbf{I} - \mathbf{S} = 14.823,00 - 432,00 = 14.391,00$$

$$\mathbf{R/UTF} = 14.391,00/1 = 14.391,00$$

$$\mathbf{R/Sa} = 14.391,00/5 = 2.878,20$$

Renda total = 14.391,00 + 1.440,00 = 15.831,00

$$\mathbf{R/UTf} = (1.791,00/5 - 30/5 - 432,00/5)Sa/UTf - 195,00/1 = 265,80 (Sa/UTf) - 195,00$$

Cálculo:

Produtor 6

Situação A – sem produção de côco

$$\mathbf{PB} = 4.655,00$$

$$\mathbf{CI} = 250,00$$

$$\begin{aligned}
 \mathbf{K} &= 195,00 \\
 \mathbf{VA} &= \mathbf{PB} - \mathbf{CI} - \mathbf{K} = 4.655,00 - 25,00 - 195,00 = 4.210,00 \\
 \mathbf{VA/UT} &= 4.210,00/3 = 1.403,33 \\
 \mathbf{VA/Sa} &= 4.210,00/5 = 842,00 \\
 \mathbf{R} &= \mathbf{VA} - \mathbf{Rt} - \mathbf{J} - \mathbf{I} - \mathbf{S} = 4.210,00 - 276,00 = 3.934,00 \\
 \mathbf{R/UTF} &= 3.934,00/3 = 1.311,33 \\
 \mathbf{R/Sa} &= 3.934,00/5 = 786,80 \\
 \mathbf{ST/UTf} &= 5/3 = 1,67
 \end{aligned}$$

Renda não-agrícola (aposentadoria) = 0

$$\mathbf{Renda\ total} = 3.934,00 + 0 = 3.934,00$$

Situação B – com produção de côco

$$\begin{aligned}
 \mathbf{PB} &= 11.855,00 \\
 \mathbf{CI} &= 250,00 \\
 \mathbf{K} &= 195,00 \\
 \mathbf{VA} &= 11.855,00 - 250,00 - 195,00 = 11.410,00 \\
 \mathbf{VA/UT} &= 11.410,00/3 = 3.803,33 \\
 \mathbf{VA/Sa} &= 11.410,00/5 = 2.282,00 \\
 \mathbf{R} &= \mathbf{VA} - \mathbf{Rt} - \mathbf{J} - \mathbf{I} - \mathbf{S} = 11.410,00 - 276,00 = 11.134,00 \\
 \mathbf{R/UTF} &= 11.134,00/3 = 3.711,33 \\
 \mathbf{R/Sa} &= 11.134,00/5 = 2.226,80
 \end{aligned}$$

$$\mathbf{Renda\ total} = 11.134,00 + 0 = 11.134,00$$

$$\mathbf{R/UTf} = (4.655,00/5 - 250/5 - 276,00/5)Sa/UTf - 195,00/3 = 825,80 (Sa/UTf) - 65,00$$

Produtor 7

Cálculo:

Situação A – sem produção de côco

$$\begin{aligned}
 \mathbf{PB} &= 1.163,00 \\
 \mathbf{CI} &= 0 \\
 \mathbf{K} &= 195,00 \\
 \mathbf{VA} &= \mathbf{PB} - \mathbf{CI} - \mathbf{K} = 1.163,00 - 0 - 195,00 = 968,00 \\
 \mathbf{VA/UT} &= 968,00/2 = 484,00 \\
 \mathbf{VA/Sa} &= 968,00/7 = 138,28 \\
 \mathbf{R} &= \mathbf{VA} - \mathbf{Rt} - \mathbf{J} - \mathbf{I} - \mathbf{S} = 968,00 - 0 = 968,00 \\
 \mathbf{R/UTF} &= 968,00/2 = 484,00 \\
 \mathbf{R/Sa} &= 968,00/7 = 138,28 \\
 \mathbf{St/UTf} &= 7/2 = 3,5
 \end{aligned}$$

Renda não-agrícola (aposentadoria) = 0

$$\mathbf{Renda\ total} = 968,00 + 0 = 968,00$$

Situação B – com produção de côco

$$\begin{aligned}
 \text{PB} &= 10.163,00 \\
 \text{CI} &= 0 \\
 \text{K} &= 195,00 \\
 \text{VA} &= 10.163,00 - 195,00 = 9.968,00 \\
 \text{VA/UT} &= 9.968,00/2 = 4.984,00 \\
 \text{VA/Sa} &= 9.968,00/7 = 1.424,00 \\
 \text{R} &= \text{VA} - \text{Rt} - \text{J} - \text{I} - \text{S} = 9.968,00 \\
 \text{R/UTF} &= 9.968,00/2 = 4.984,00 \\
 \text{R/Sa} &= 9.968,00/7 = 1.424,00
 \end{aligned}$$

$$\text{Renda total} = 9.968,00 + 0 = 9.968,00$$

$$\text{R/UTf} = (1.163,00/7 - 0)\text{Sa/UTf} - 195,00/2 = 166,14 (\text{Sa/UTf}) - 97,5$$

Produtor 8

Cálculo:

Situação A – sem produção de côco

$$\begin{aligned}
 \text{PB} &= 3.334,00 \\
 \text{CI} &= 4,8 \\
 \text{K} &= 195,00 \\
 \text{VA} &= \text{PB} - \text{CI} - \text{K} = 3.334,00 - 4,8 - 195,00 = 3.134,20 \\
 \text{VA/UT} &= 3.134,20/2,5 = 1.253,68 \\
 \text{VA/Sa} &= 3.134,20/5 = 626,84 \\
 \text{R} &= \text{VA} - \text{Rt} - \text{J} - \text{I} - \text{S} = 3.134,20 - 480,00 = 2.654,20 \\
 \text{R/UTF} &= 2.654,20/2 = 1.327,10 \\
 \text{R/Sa} &= 2.654,20/5 = 530,84 \\
 \text{ST/UTf} &= 5/2 = 2,5
 \end{aligned}$$

$$\text{Renda agrícola} = 2.654,00$$

$$\text{Renda não-agrícola (aposentadoria)} = 3.536,00$$

$$\text{Renda total} = 2.654,20 + 3.536,00 = 6.190,20$$

Situação B – com produção de côco

$$\begin{aligned}
 \text{PB} &= 14.134,00 \\
 \text{CI} &= 4,8 \\
 \text{K} &= 195,00 \\
 \text{VA} &= 14.134,00 - 4,8 - 195,00 = 13.934,20 \\
 \text{VA/UT} &= 13.934,20/2,5 = 5.573,68 \\
 \text{VA/Sa} &= 13.934,20/5 = 2.786,84 \\
 \text{R} &= \text{VA} - \text{Rt} - \text{J} - \text{I} - \text{S} = 13.934,20 - 480,00 = 13.454,20 \\
 \text{R/UTF} &= 13.454,20/2 = 6.727,10 \\
 \text{R/Sa} &= 13.454,20/5 = 2.690,84
 \end{aligned}$$

$$\text{Renda agrícola} = 13.454,20$$

Renda não-agrícola (aposentadoria) = 272,00 x 13 = 3.536,00

Renda total = 13.454,20 + 3.536,00 = 16.990,20

$$R/UTf = (3.454,00/5 - 4,8/5 - 480,00/5)Sa/UTf - 195,00/2 = 593,84 (Sa/UTf) - 97,5$$

Produtor 9

Cálculo:

Situação A – sem produção de côco

PB = 3.220,00

CI = 0

VA = 3.220,00 - 0 - 195,00 = 3.025,00

VA/UT = 3.025,00/3 = 1008,33

VA/Sa = 1.512,50/5 = 302,50

R = 3.025,00 - 0 = 3.025,00

R/UTF = 3.025,00/3 = 1008,33

R/Sa = 3.025,00/5 = 605,00

ST/UTf = 3/3 = 1

Renda não-agrícola (aposentadoria) = 272,00 x 13 = 3.536,00

Renda total = 3.025,00 + 3.536,00 = 6.561,00

Situação B – com produção de côco

PB = 8.620,00

CI = 0

VA = 8.620,00 - 0 - 195,00 = 8.425,00

VA/UT = 8.425,00/3 = 2.808,33

VA/Sa = 8.425,00/5 = 1.685,00

R = 8.620,00 - 0 = 8.620,00

R/UTF = 8.620,00/3 = 2.873,33

R/Sa = 8.620,00/5 = 1.724,00

Renda não-agrícola (aposentadoria) = 272,00 x 13 = 3.536,00

Renda total = 8.620,00 + 3.536,00 = 12.156,00

$$R/UTf = (3.220,00/5 - 0)Sa/UTf - 195,00/3 = 644,00 (Sa/UTf) - 65,00$$

Produtor 10

Cálculo:

Situação A – sem produção de côco

PB = 916,80

CI = 0

$$\begin{aligned} \text{VA} &= 916,80 - 0 - 195,00 = 721,80 \\ \text{VA/UT} &= 721,80/5,5 = 131,24 \\ \text{VA/Sa} &= 721,80/5 = 144,36 \\ \text{R} &= 721,80 - 0 = 721,80 \\ \text{R/UTF} &= 721,80/5,5 = 131,24 \\ \text{R/Sa} &= 721,80/5 = 144,36 \\ \text{ST/UTf} &= 5/5,5 = 0,90 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{Renda não-agrícola (aposentadoria)} &= 136,00 \times 13 = 1.768,00 \\ \text{Renda total} &= 721,80 + 1.768,00 = 2.489,80 \end{aligned}$$

Situação B – com produção de côco

$$\begin{aligned} \text{PB} &= 8.116,80 \\ \text{CI} &= 0 \\ \text{VA} &= 8.116,80 - 195,00 = 7.921,80 \\ \text{VA/UT} &= 7.921,80/5,5 = 1.440,33 \\ \text{VA/Sa} &= 7.921,80/5 = 1.584,36 \\ \text{R} &= 7.921,80 - 0 = 7.921,80 \\ \text{R/UTF} &= 7.921,80/5,5 = 1.440,33 \\ \text{R/Sa} &= 7.921,80/5 = 1.584,36 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{Renda não-agrícola (aposentadoria)} &= 136,00 \times 13 = 1.768,00 \\ \text{Renda total} &= 7.921,80 + 1.768,00 = 9.689,80 \end{aligned}$$

$$\text{R/UTf} = (916,80/5 - 0)\text{Sa/UTf} - 195/5,5 = 183,36 (\text{Sa/UTf}) - 35,45$$

Assentamento Riacho das Ostras

Produtor 11

Cálculo:

$$\begin{aligned} \text{PB} &= 10.772,00 \\ \text{CI} &= 315,00 \\ \text{VA} &= \text{PB} - \text{CI} - \text{K} = 10.772,00 - 315,00 - 698,67 = \mathbf{9.758,33} \\ \text{VA/UT} &= 9.758,33/2,5 = \mathbf{3.903,33} \\ \text{VA/Sa} &= 9.758,33/22 = \mathbf{443,56} \\ \text{R} &= \text{VA} - \text{Rt} - \text{J} - \text{I} - \text{S} = 9.758,33 - 600,00 = \mathbf{9.158,33} \\ \text{R/UTf} &= 9.158,33/1,5 = \mathbf{6.105,55} \\ \text{R/Sa} &= 9.228,33/22 = \mathbf{416,28} \\ \text{St/UTf} &= 22/1,5 = \mathbf{14,7} \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{Renda agrícola} &= \mathbf{9.158,33} \\ \text{Renda não-agrícola} &= 0 \\ \text{Renda total} &= \mathbf{9.158,33} \end{aligned}$$

$$\frac{\text{R}}{\text{UTf}} = (\text{PB/ha} - \text{CI}_p/\text{ha} - \text{K}_p/\text{ha} - \text{Rt}_p/\text{ha} - \text{J}_p/\text{ha} - \text{S}_p/\text{ha} - \text{I}_p/\text{ha}) \times \frac{\text{Sa}}{\text{UTf}} -$$

$$\frac{C_{\text{Inp}} - K_{\text{np}} - J_{\text{np}} - S_{\text{np}} - I_{\text{np}}}{\text{UTf}}$$

$$\mathbf{R/UTf} = (10.772/22 - 315/22 - 70/22)\text{Sa/UTf} - 628,67/22 = (489,64 - 14,32 - 3,18) (\text{Sa/UTf}) - 28,57 = 472,14 (\text{Sa/UTf}) - 28,57$$

Produtor 12

Cálculo:

$$\mathbf{PB} = 6.352,00$$

$$\mathbf{CI} = 89,00$$

$$\mathbf{VA} = \mathbf{PB} - \mathbf{CI} - \mathbf{K} = 6.352,00 - 89,00 - 418,00 = \mathbf{5.845,00}$$

$$\mathbf{VA/UT} = 5.845,00/6 = \mathbf{974,17}$$

$$\mathbf{VA/Sa} = 5.845,00/22 = \mathbf{265,68}$$

$$\mathbf{R} = \mathbf{VA} - \mathbf{Rt} - \mathbf{J} - \mathbf{I} - \mathbf{S} = \mathbf{5.845,00}$$

$$\mathbf{R/UTf} = 5.845,00/6 = \mathbf{974,17}$$

$$\mathbf{R/Sa} = 5.845,00/22 = \mathbf{265,68}$$

$$\mathbf{St/UTf} = 22/6 = \mathbf{3,7}$$

Renda agrícola = 5.845,00

Renda não-agrícola = 0

Renda total = 5.845,00

$$\frac{\mathbf{R}}{\text{UTf}} = (\mathbf{PB/ha} - \mathbf{CI_p/ha} - \mathbf{K_p/ha} - \mathbf{Rt_p/ha} - \mathbf{J_p/ha} - \mathbf{S_p/ha} - \mathbf{I_p/ha}) \times \frac{\mathbf{Sa}}{\text{UTf}} -$$

$$\frac{C_{\text{Inp}} - K_{\text{np}} - J_{\text{np}} - S_{\text{np}} - I_{\text{np}}}{\text{UTf}}$$

$$\mathbf{R/UTf} = (6.352,00/22 - 89,00/22 - 418,00/22)\text{Sa/UTf} = (288,73 - 4,05 - 19,00) (\text{Sa/UTf}) = 265,68 (\text{Sa/UTf})$$

Cálculo:

Produtor 13

$$\mathbf{PB} = 6.320,00$$

$$\mathbf{CI} = 125,00$$

$$\mathbf{K} = 328,00$$

$$\mathbf{VA} = \mathbf{PB} - \mathbf{CI} - \mathbf{K} = 6.320,00 - 125,00 - 328,00 = \mathbf{5.867,00}$$

$$\mathbf{VA/UT} = 5.867,00/4,5 = \mathbf{1.303,78}$$

$$\mathbf{VA/Sa} = 5.867,00/22 = \mathbf{266,68}$$

$$\mathbf{R} = \mathbf{VA} - \mathbf{Rt} - \mathbf{J} - \mathbf{I} - \mathbf{S} = \mathbf{5.867,00}$$

$$\mathbf{R/UTf} = 5.867,00/4,5 = \mathbf{1.303,78}$$

$$\mathbf{R/Sa} = 5.867,00/22 = \mathbf{266,68}$$

$$\mathbf{St/UTf} = 22/4,5 = \mathbf{4,8}$$

Renda agrícola = 5.867,00

Renda não-agrícola = 0

Renda total = 5.867,00

$$\frac{R}{UTf} = (PB/ha - CI_p/ha - K_p/ha - Rt_p/ha - J_p/ha - S_p/ha - I_p/ha) \times \frac{Sa}{UTf} -$$

$$\frac{Ci_{np} - K_{np} - J_{np} - S_{np} - I_{np}}{UTf}$$

$$R/UTf = (6.320,00/22 - 125,00/22 - 293,00/22)Sa/UTf - 35,00/4,5 = (287,27 - 5,68 - 13,32) (Sa/UTf) - 7,78 = 268,27 (Sa/UTf) - 7,78$$

Cálculo:

Produtor 14

PB = 3.486,00

CI = 374,00

K = 218,30

VA = PB - CI - K = 3.486,00 - 374,00 - 218,30 = 2.893,70

VA/UT = 2.893,70/2 = 1.446,85

VA/Sa = 2.893,70/22 = 131,55

R = VA - Rt - J - I - S = 2.893,70

R/UTf = 2.893,70/1 = 2.893,70

R/Sa = 2.893,70/22 = 131,55

St/UTf = 22/1 = 22

Renda agrícola = 2.893,70

Renda não-agrícola = 0

Renda total = 2.893,70

Knp = 38,00

$$\frac{R}{UTf} = (PB/ha - CI_p/ha - K_p/ha - Rt_p/ha - J_p/ha - S_p/ha - I_p/ha) \times \frac{Sa}{UTf} -$$

$$\frac{Ci_{np} - K_{np} - J_{np} - S_{np} - I_{np}}{UTf}$$

$$R/UTf = (3.486,00/22 - 374,00/22 - 180,30/22)Sa/UTf - 38,00/1 = (158,45 - 17 - 8,18) (Sa/UTf) - 7,78 = 143,27 (Sa/UTf) - 7,78$$

Cálculo:

Produtor 15

PB = 11.018,00

$$\begin{aligned}
 \text{CI} &= 0 \\
 \text{K} &= 90 \\
 \text{VA} &= \text{PB} - \text{CI} - \text{K} = 11.018 - 90 = \mathbf{10.928,00} \\
 \text{VA/UT} &= 10.928,00/9 = \mathbf{1.214,22} \\
 \text{R} &= \text{VA} - \text{Rt} - \text{J} - \text{I} - \text{S} = \mathbf{10.928,00} \\
 \text{R/UTf} &= 10.928,00/9 = \mathbf{1.214,22} \\
 \text{R/Sa} &= 10.928,00/22 = \mathbf{496,72} \\
 \text{ST/UTf} &= 22/9 = \mathbf{2,4}
 \end{aligned}$$

Renda agrícola = 10.928,00
Renda não-agrícola = 0
Renda total = 10.928,00

$$\text{K}_{np} = 50,00$$

$$\frac{\underline{\text{R}}}{\text{UTf}} = (\text{PB/ha} - \text{CI}_{p/\text{ha}} - \text{K}_{p/\text{ha}} - \text{Rt}_{p/\text{ha}} - \text{J}_{p/\text{ha}} - \text{S}_{p/\text{ha}} - \text{I}_{p/\text{ha}}) \times \frac{\text{Sa}}{\text{UTf}} -$$

$$\frac{\text{Ci}_{np} - \text{K}_{np} - \text{J}_{np} - \text{S}_{np} - \text{I}_{np}}{\text{UTf}}$$

$$\text{R/UTf} = (11.018,00/22 - 40/22)\text{Sa/UTf} - 50/9 = 500,81 (\text{Sa/UTf}) - 5,5$$

Cálculo:

Produtor 16

$$\begin{aligned}
 \text{PB} &= 7.322,00 \\
 \text{CI} &= 19,5 \\
 \text{K} &= 100,00 \\
 \text{VA} &= \text{PB} - \text{CI} - \text{K} = 7.322,00 - 19,5 - 100,00 = \mathbf{7.202,50} \\
 \text{VA/UT} &= 7.202,50/5,5 = \mathbf{1.309,55} \\
 \text{VA/Sa} &= 7.202,50/22 = \mathbf{327,39} \\
 \text{R} &= \text{VA} - \text{Rt} - \text{J} - \text{I} - \text{S} = \mathbf{7.202,50} \\
 \text{R/UTf} &= 7.202,50/5,5 = \mathbf{1.309,55} \\
 \text{R/Sa} &= 7.202,50/22 = \mathbf{327,37} \\
 \text{St/UTf} &= 22/5,5 = \mathbf{4}
 \end{aligned}$$

Renda agrícola = 7.202,50
Renda não-agrícola = 1.768,00
Renda total = 8.970,50

$$\frac{\underline{\text{R}}}{\text{UTf}} = (\text{PB/ha} - \text{CI}_{p/\text{ha}} - \text{K}_{p/\text{ha}} - \text{Rt}_{p/\text{ha}} - \text{J}_{p/\text{ha}} - \text{S}_{p/\text{ha}} - \text{I}_{p/\text{ha}}) \times \frac{\text{Sa}}{\text{UTf}} -$$

$$\frac{\text{Ci}_{np} - \text{K}_{np} - \text{J}_{np} - \text{S}_{np} - \text{I}_{np}}{\text{UTf}}$$

$$\begin{aligned} R/UTf &= (7.322,00/22 - 19,50/22)Sa/UTf - 100,00/5,5 = (332,81 - 0,88) (Sa/UTf) - 18,18 \\ &= 331,93 (Sa/UTf) - 18,18 \end{aligned}$$

Cálculo:

Produtor 17

$$PB = 2.378,00$$

$$CI = 0$$

$$K = 0$$

$$VA = PB - CI - K = 2.378,00$$

$$VA/UT = 2.378,00/5 = 475,60$$

$$VA/Sa = 2378,00/22 = 108,09$$

$$R = VA - Rt - J - I - S = 2.378,00$$

$$R/UTf = 2.378,00/5 = 475,60$$

$$R/Sa = 2.378,00/22 = 108,09$$

$$St/UTf = 22/5 = 4$$

$$\text{Renda agrícola} = 2.378,00$$

$$\text{Renda não-agrícola} = 1.768,00$$

$$\text{Renda total} = 4.146,00$$

$$\frac{R}{UTf} = (PB/ha - CI_p/ha - K_p/ha - Rt_p/ha - J_p/ha - S_p/ha - I_p/ha) \times \frac{Sa}{UTf} -$$

$$\frac{C_{inp} - K_{np} - J_{np} - S_{np} - I_{np}}{UTf}$$

$$R/UTf = (2.378,00/22)Sa/UTf = 108,09 (Sa/UTf)$$

Assentamento Bela Vista

Produtor 18

$$PB = 7.261$$

$$CI = 570$$

$$K = 56,25$$

$$VA = PB - CI - K = 7.261 - 570 - 56,25 = 6.634,75$$

$$VA/UT = 6.634,75/2 = 3.317,38$$

$$VA/Sa = 6.634,75/15 = 442,32$$

$$R = VA - Rt - J - I - S = 6.634,75$$

$$R/UTf = 6.634,75/2 = 3.317,38$$

$$R/Sa = 6.634,75/15 = 442,32$$

$$St/UTf = 15/2 = 7,5$$

$$\text{Renda agrícola} = \text{Renda total} = 6.634,75$$

$$\frac{R}{UTf} = (PB/ha - CI_p/ha - K_p/ha - Rt_p/ha - J_p/ha - S_p/ha - I_p/ha) \times \frac{Sa}{UTf} -$$

$$\frac{C_{\text{Inp}} - K_{\text{np}} - J_{\text{np}} - S_{\text{np}} - I_{\text{np}}}{\text{UTf}}$$

$$\mathbf{R/UTf} = (7.261/15 - 570/15)\text{Sa/UTf} - 56,25/2 = (484,10 - 38) \text{Sa/UTf} - 28,125 = 446,10 (\text{Sa/UTf}) - 28,125$$

Produtor 19

$$\mathbf{PB} = 278$$

$$\mathbf{CI} = 240$$

$$\mathbf{K} = 56,25$$

$$\mathbf{VA} = \mathbf{PB} - \mathbf{CI} - \mathbf{K} = 278 - 240 - 56,25 = - 18,25$$

$$\mathbf{VA/UT} = -18,25/2 = - 9,125$$

$$\mathbf{VA/Sa} = - 18,25/15 = - 1,22$$

$$\mathbf{R} = \mathbf{VA} - \mathbf{Rt} - \mathbf{J} - \mathbf{I} - \mathbf{S} = - 18,25$$

$$\mathbf{R/UTf} = - 18,25/2 = - 9,125$$

$$\mathbf{R/Sa} = - 18,25/15 = - 1,22$$

$$\mathbf{St/UTf} = 15/2 = 7,5$$

$$\mathbf{Renda agrícola = Renda total} = - 18,25$$

$$\frac{\mathbf{R}}{\text{UTf}} = (\mathbf{PB/ha} - \mathbf{CI_p/ha} - \mathbf{K_p/ha} - \mathbf{Rt_p/ha} - \mathbf{J_p/ha} - \mathbf{S_p/ha} - \mathbf{I_p/ha}) \times \frac{\mathbf{Sa}}{\text{UTf}} -$$

$$\frac{C_{\text{Inp}} - K_{\text{np}} - J_{\text{np}} - S_{\text{np}} - I_{\text{np}}}{\text{UTf}}$$

$$\mathbf{R/UTf} = (278/18 - 240/18)\text{Sa/UTf} - 56,25/2 = (15,44 - 13,3) \text{Sa/UTf} - 28,125 = 2,11(\text{Sa/UTf}) - 28,125$$

Produtor 20

$$\mathbf{PB} = 4060$$

$$\mathbf{CI} = 0$$

$$\mathbf{K} = 56,25$$

$$\mathbf{VA} = \mathbf{PB} - \mathbf{CI} - \mathbf{K} = 4060 - 0 - 56,25 = 4003,75$$

$$\mathbf{VA/UT} = 4003,75/1 = 4003,75$$

$$\mathbf{VA/Sa} = 4003,75/18 = 222,43$$

$$\mathbf{R} = \mathbf{VA} - \mathbf{Rt} - \mathbf{J} - \mathbf{I} - \mathbf{S} = 4003,75$$

$$\mathbf{R/UTf} = 4003,75/1 = 4003,75$$

$$\mathbf{R/Sa} = 4003,75/18 = 222,43$$

$$\mathbf{St/UTf} = 18/1 = 18$$

$$\mathbf{Renda agrícola} = 4003,75$$

$$\mathbf{Renda não-agrícola} = 630,00$$

$$\mathbf{Renda total} = 4633,75$$

$$\frac{\mathbf{R}}{\text{UTf}} = (\mathbf{PB/ha} - \mathbf{CI_p/ha} - \mathbf{K_p/ha} - \mathbf{Rt_p/ha} - \mathbf{J_p/ha} - \mathbf{S_p/ha} - \mathbf{I_p/ha}) \times \frac{\mathbf{Sa}}{\text{UTf}} -$$

UTf

UTf

$$\frac{C_{\text{inp}} - K_{\text{np}} - J_{\text{np}} - S_{\text{np}} - I_{\text{np}}}{\text{UTf}}$$

$$\mathbf{R/UTf} = (4060,00/18)\text{Sa/UTf} - 56,25/1 = (225,52) \text{ Sa/UTf} - 56,25$$

Produtor 21

$$\mathbf{PB} = 1.245$$

$$\mathbf{CI} = 0$$

$$\mathbf{K} = 56,25$$

$$\mathbf{VA} = \mathbf{PB} - \mathbf{CI} - \mathbf{K} = 1.245 - 56,25 = 1.188,75$$

$$\mathbf{VA/UT} = 1.188,75/4,5 = 264,17$$

$$\mathbf{VA/Sa} = 1.188,75/18 = 66,04$$

$$\mathbf{R} = \mathbf{VA} - \mathbf{Rt} - \mathbf{J} - \mathbf{I} - \mathbf{S} = 1.188,75$$

$$\mathbf{R/UTf} = 1.188,75/4,5 = 264,17$$

$$\mathbf{R/Sa} = 1.188,75/18 = 66,04$$

$$\mathbf{St/UTf} = 18/4,5 = 4$$

$$\mathbf{Renda\ agr\ icola} = \mathbf{1.188,75}$$

$$\mathbf{Renda\ n\ ao-agr\ icola} = \mathbf{1.768,00}$$

$$\mathbf{Renda\ total} = \mathbf{2.956,75}$$

$$\frac{\mathbf{R}}{\mathbf{UTf}} = (\mathbf{PB/ha} - \mathbf{CI_p/ha} - \mathbf{K_p/ha} - \mathbf{Rt_p/ha} - \mathbf{J_p/ha} - \mathbf{S_p/ha} - \mathbf{I_p/ha}) \times \frac{\mathbf{Sa}}{\mathbf{UTf}} -$$

$$\frac{C_{\text{inp}} - K_{\text{np}} - J_{\text{np}} - S_{\text{np}} - I_{\text{np}}}{\text{UTf}}$$

$$\mathbf{R/UTf} = (1.245/18)\text{Sa/UTf} - 56,25/4,5 = (69,16) \text{ Sa/UTf} - 12,5$$

Produtor 22

$$\mathbf{PB} = 3.350$$

$$\mathbf{CI} = 463$$

$$\mathbf{K} = 56,25$$

$$\mathbf{VA} = \mathbf{PB} - \mathbf{CI} - \mathbf{K} = 3.350 - 463 - 56,25 = 2.830,75$$

$$\mathbf{VA/UT} = 2830,75/4,5 = 629,05$$

$$\mathbf{VA/Sa} = 2830,75/18 = 157,26$$

$$\mathbf{R} = \mathbf{VA} - \mathbf{Rt} - \mathbf{J} - \mathbf{I} - \mathbf{S} = 2.830,75$$

$$\mathbf{R/UTf} = 2830,75/4,5 = 629,05$$

$$\mathbf{R/Sa} = 2830,75/18 = 157,26$$

$$\mathbf{St/UTf} = 18/4,5 = 4$$

$$\mathbf{Renda\ agr\ icola} = \mathbf{Renda\ total} = \mathbf{2.830,75}$$

$$\frac{R}{UTf} = (PB/ha - CI_p/ha - K_p/ha - Rt_p/ha - J_p/ha - S_p/ha - I_p/ha) \times \frac{Sa}{UTf} -$$

$$\frac{Ci_{np} - K_{np} - J_{np} - S_{np} - I_{np}}{UTf}$$

$$R/UTf = (3.350/18 - 463/18)Sa/UTf - 56,25/4,5 = (186,10 - 25,72) Sa/UTf - 12,5 = 161,38 (Sa/UTf) - 12,5$$

Produtor 23

$$PB = 1190$$

$$CI = 0$$

$$K = 56,25$$

$$VA = PB - CI - K = 1190 - 56,25 = 1133,75$$

$$VA/UT = 1133,75/1 = 1133,75$$

$$VA/Sa = 1133,75/15 = 75,58$$

$$R = VA - Rt - J - I - S = 1133,75$$

$$R/UTf = 1133,75/1 = 1133,75$$

$$R/Sa = 1133,75/15 = 75,58$$

$$St/UTf = 15/1 =$$

Renda agrícola = Renda total = 1.133,75

$$\frac{R}{UTf} = (PB/ha - CI_p/ha - K_p/ha - Rt_p/ha - J_p/ha - S_p/ha - I_p/ha) \times \frac{Sa}{UTf} -$$

$$\frac{Ci_{np} - K_{np} - J_{np} - S_{np} - I_{np}}{UTf}$$

$$R/UTf = (1190/15)Sa/UTf - 56,25/1 = 79,3 Sa/UTf - 56,25$$

Produtor 24

$$PB = 4.944,20$$

$$CI = 0$$

$$K = 56,25$$

$$VA = PB - CI - K = 4.944,20 - 56,25 = 4.887,95$$

$$VA/UT = 4.887,95/3,5 = 1.396,56$$

$$VA/Sa = 4.887,95/18 = 272$$

$$R = VA - Rt - J - I - S = 4.887,95$$

$$R/UTf = 4.887,95/3,5 = 1.396,56$$

$$R/Sa = 4.887,95/18 = 271,55$$

$$St/UTf = 18/3,5 = 5,1$$

Renda agrícola = Renda total = 4.887,95

$$\frac{R}{UTf} = (PB/ha - CI_p/ha - K_p/ha - Rt_p/ha - J_p/ha - S_p/ha - I_p/ha) \times \frac{Sa}{UTf} -$$

$$\frac{Ci_{np} - K_{np} - J_{np} - S_{np} - I_{np}}{UTf}$$

$$R/UTf = (4.944,20/18)Sa/UTf - 56,25/3,5 = (274,67) Sa/UTf - 16,07$$

Assentamento Nossa Senhora do Rosário

Produtor 25

$$PB = 4.250$$

$$CI = 70$$

$$K = 90$$

$$VA = PB - CI - K = 4.370 - 70 - 90 = 4.250$$

$$VA/UT = 4.250/2 = 2.125$$

$$VA/Sa = 4.250/10 = 425$$

$$R = VA - Rt - J - I - S = 4250 - 60 = 4.190$$

$$R/UTf = 4.190/2 = 2.095$$

$$R/Sa = 2.095/10 = 209,5$$

$$St/UTf = 10/2 = 5$$

$$Renda agrícola = Renda total = 4.150$$

$$\frac{R}{UTf} = (PB/ha - CI_p/ha - K_p/ha - Rt_p/ha - J_p/ha - S_p/ha - I_p/ha) \times \frac{Sa}{UTf} -$$

$$\frac{Ci_{np} - K_{np} - J_{np} - S_{np} - I_{np}}{UTf}$$

$$R/UTf = (4.150/10)Sa/UTf - 90/2 = (415) Sa/UTf - 45$$

Produtor 26

$$PB = 6.287,40$$

$$CI = 24$$

$$K = 90$$

$$VA = PB - CI - K = 6287,40 - 24 - 90 = 6.173,40$$

$$VA/UT = 6.173,4/1 = 6.173,40$$

$$VA/Sa = 6.173,40/10 = 617,34$$

$$R = VA - Rt - J - I - S = 6.173,40$$

$$R/UTf = 6.173,4/1 = 6.173,40$$

$$R/Sa = 6.173,40/10 = 617,34$$

$$St/UTf = 10/1 = 10$$

$$Renda agrícola = Renda total = 6.173,40$$

$$\frac{R}{UTf} = (PB/ha - CI_p/ha - K_p/ha - Rt_p/ha - J_p/ha - S_p/ha - I_p/ha) \times \frac{Sa}{UTf} -$$

$$\frac{Ci_{np} - K_{np} - J_{np} - S_{np} - I_{np}}{UTf}$$

$$R/UTf = (6.287,40/10)Sa/UTf - 90/2 = (628) Sa/UTf - 45$$

Produtor 27

$$PB = 15.795$$

$$CI = 625$$

$$K = 90$$

$$VA = PB - CI - K = 15.795 - 625 - 90 = 15.080$$

$$VA/UT = 15.080/1,5 = 10.053$$

$$VA/Sa = 15.080/20 = 754$$

$$R = VA - Rt - J - I - S = 15.080 - 585 = 14.495$$

$$R/UTf = 14.495/1 = 14.495$$

$$R/Sa = 14.495/20 = 724,75$$

$$St/UTf = 20/1 = 20$$

Renda agrícola = Renda total = 14.495

$$\frac{R}{UTf} = (PB/ha - CI_p/ha - K_p/ha - Rt_p/ha - J_p/ha - S_p/ha - I_p/ha) \times \frac{Sa}{UTf} -$$

$$\frac{Ci_{np} - K_{np} - J_{np} - S_{np} - I_{np}}{UTf}$$

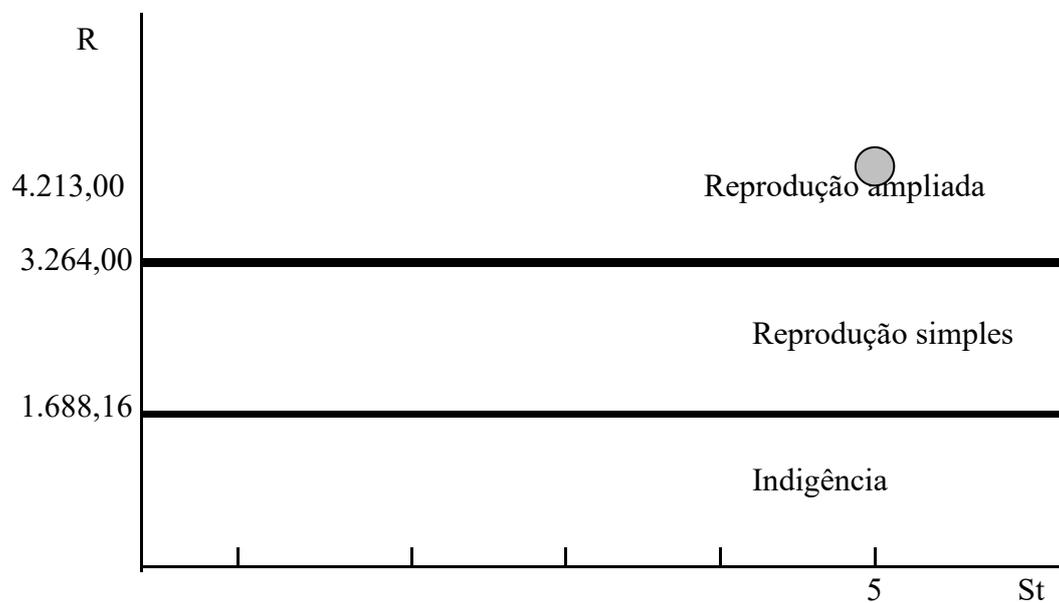
$$R/UTf = (15.795/20 - 625/20 - 560/20)Sa/UTf - (90 - 25)/1 = (789,75 - 31,25 - 28) Sa/UTf - 65 =$$

$$= 730,50 (Sa/UTf) - 65$$

Gráfico do sistema de produção segundo os níveis de reprodução

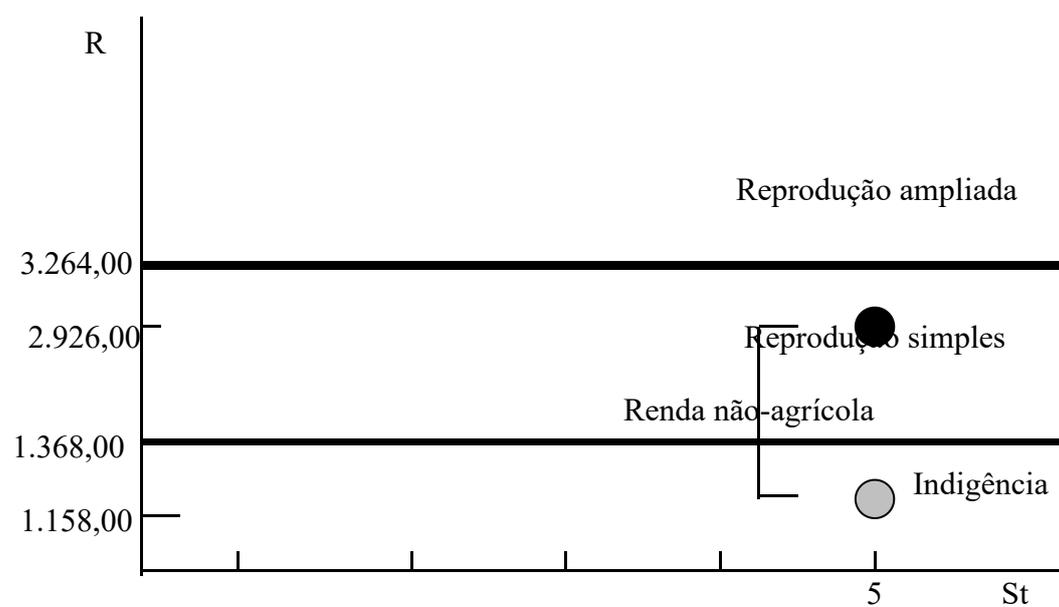
Produtor 1

Renda agrícola,
renda total e cesta básica



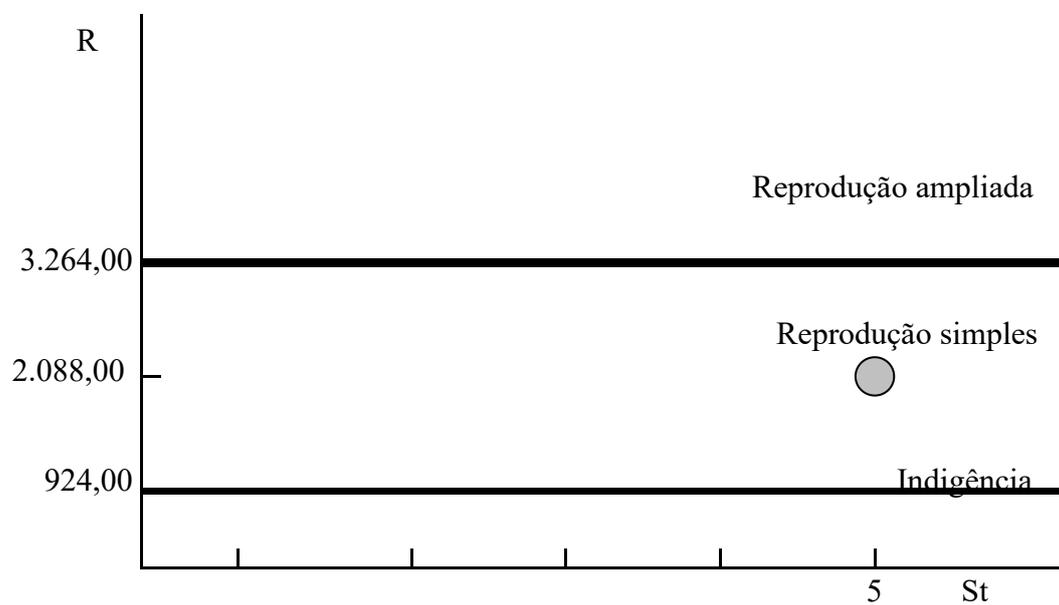
Produtor 2

Renda agrícola,
renda total e cesta básica



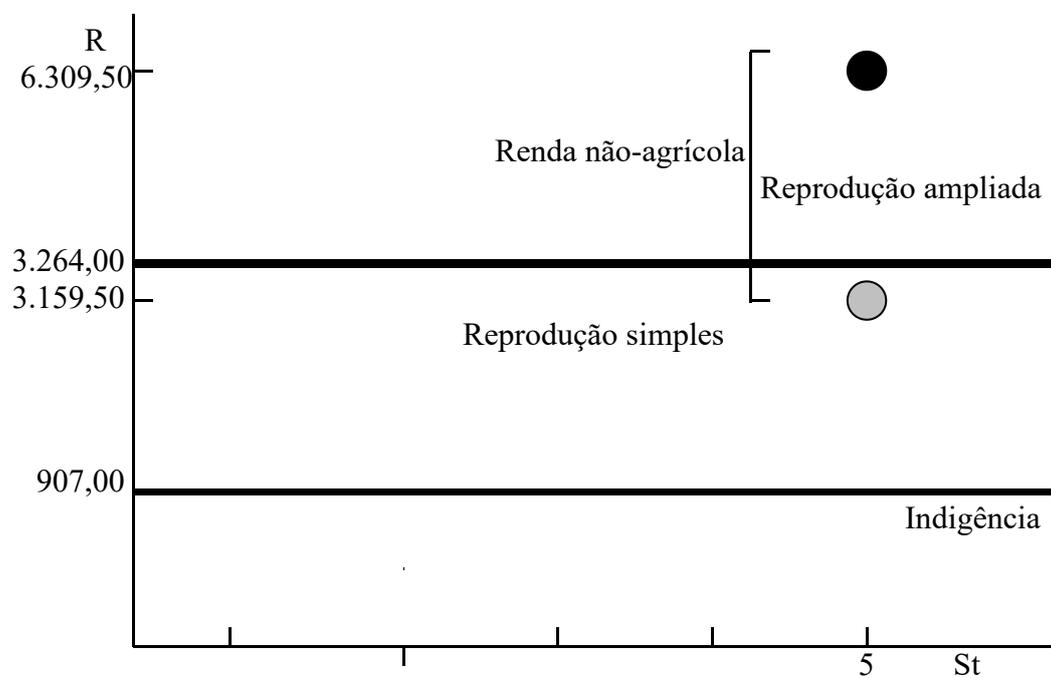
Produtor 3

Renda agrícola,
renda total e cesta básica



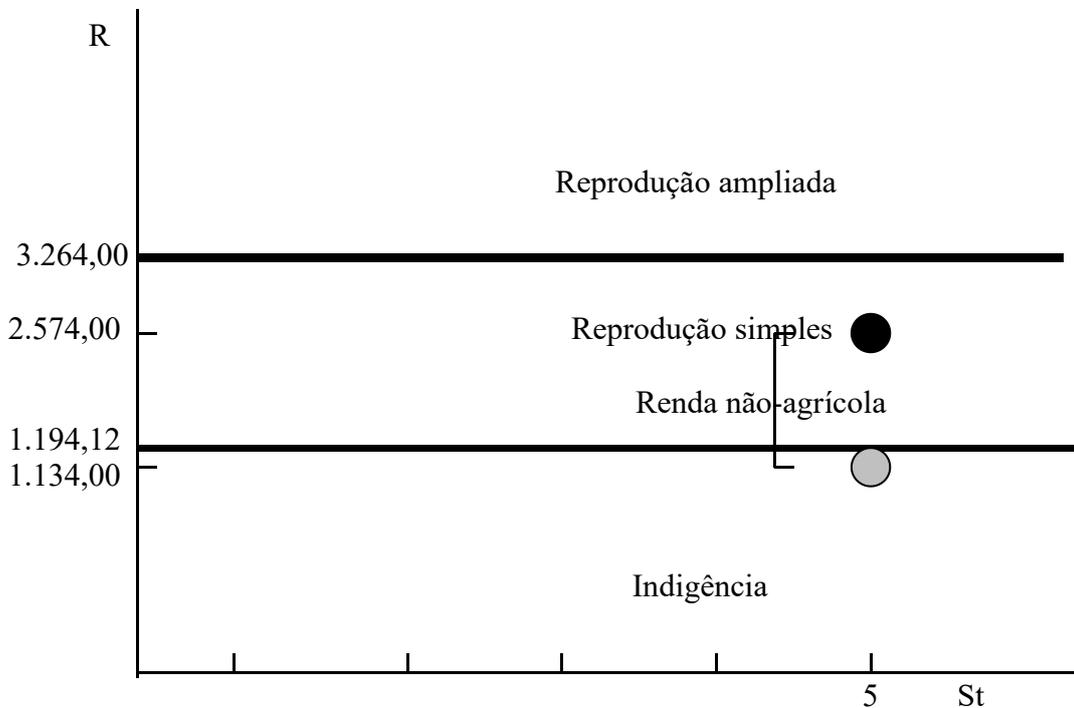
Produtor 4

Renda agrícola,
renda total e cesta básica



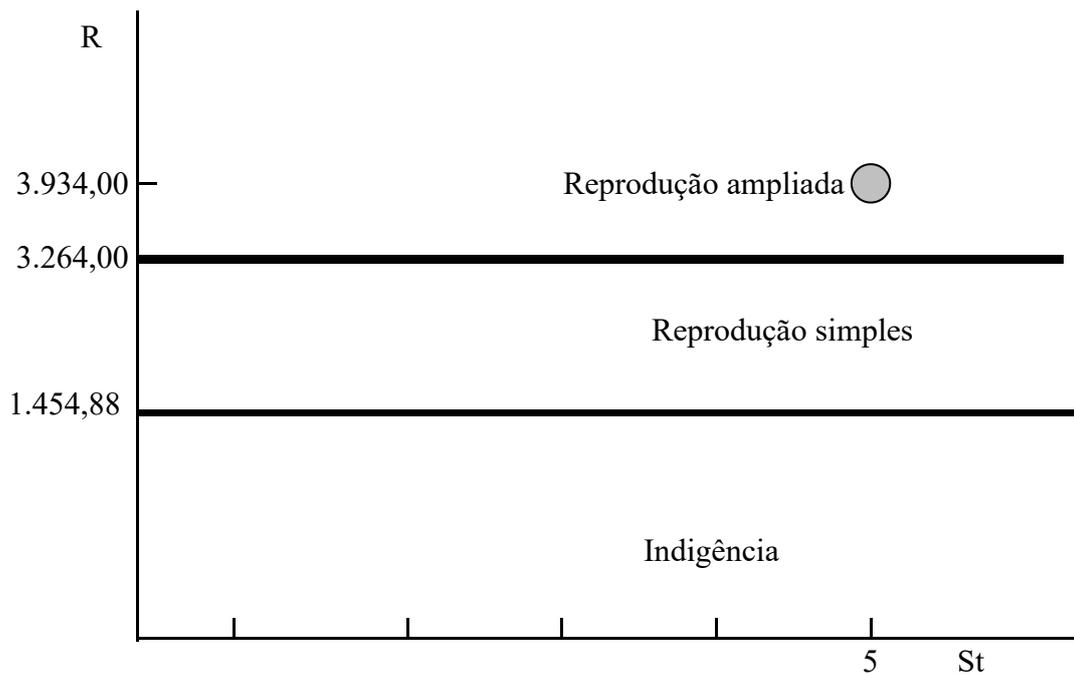
Produtor 5

Renda agrícola,
renda total e cesta básica



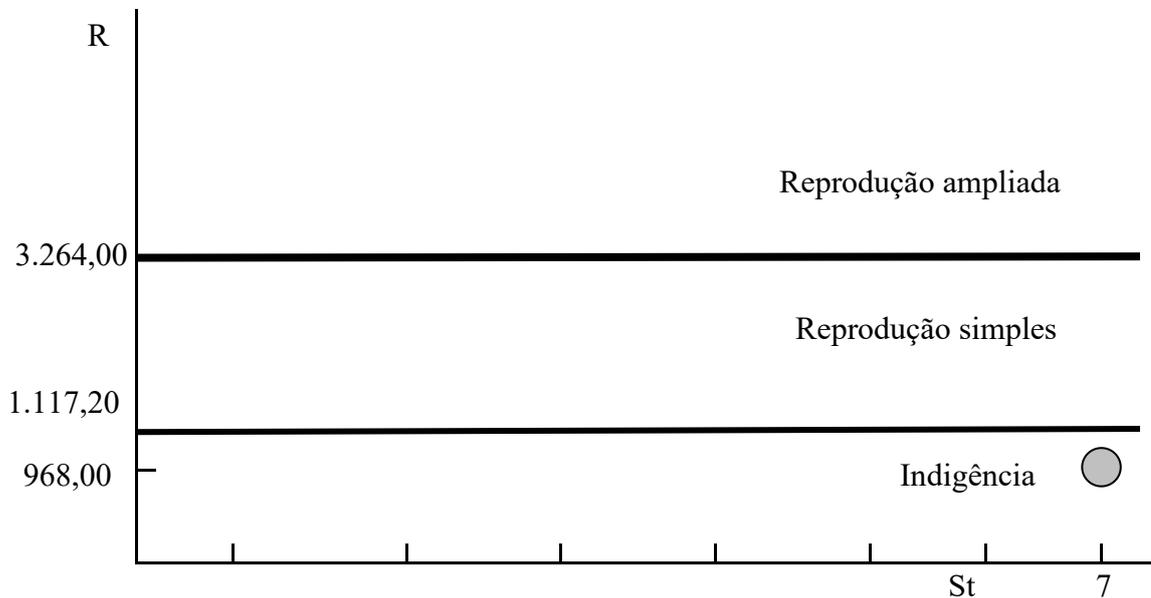
Produtor 6

Renda agrícola,
renda total e cesta básica



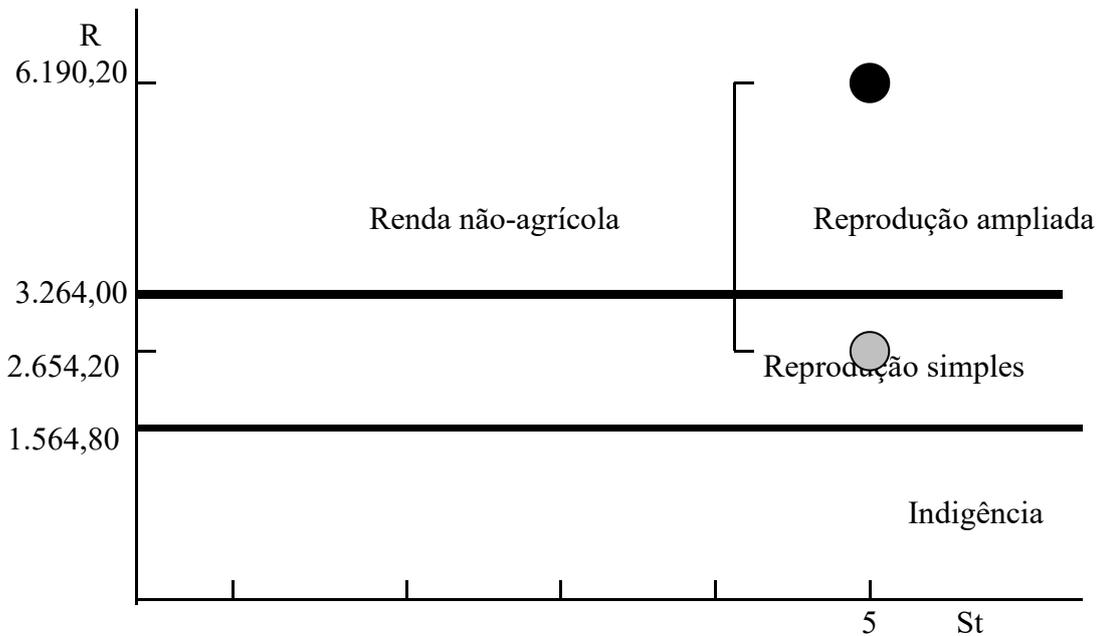
Produtor 7

Renda agrícola,
renda total e cesta básica



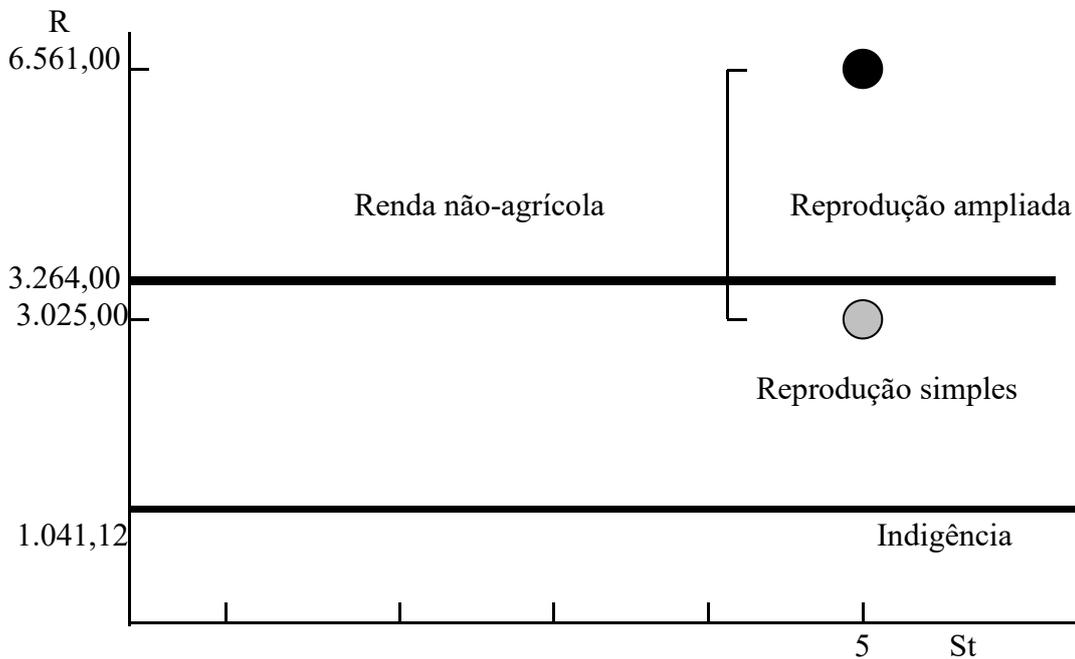
Produtor 8

Renda agrícola,
renda total e cesta básica



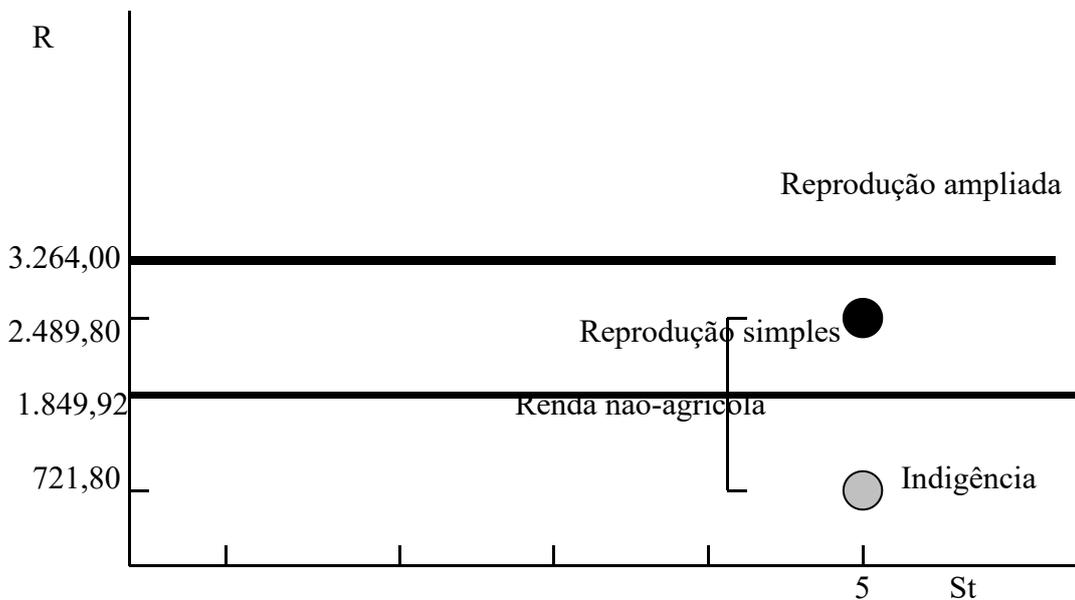
Produtor 9

Renda agrícola,
renda total e cesta básica



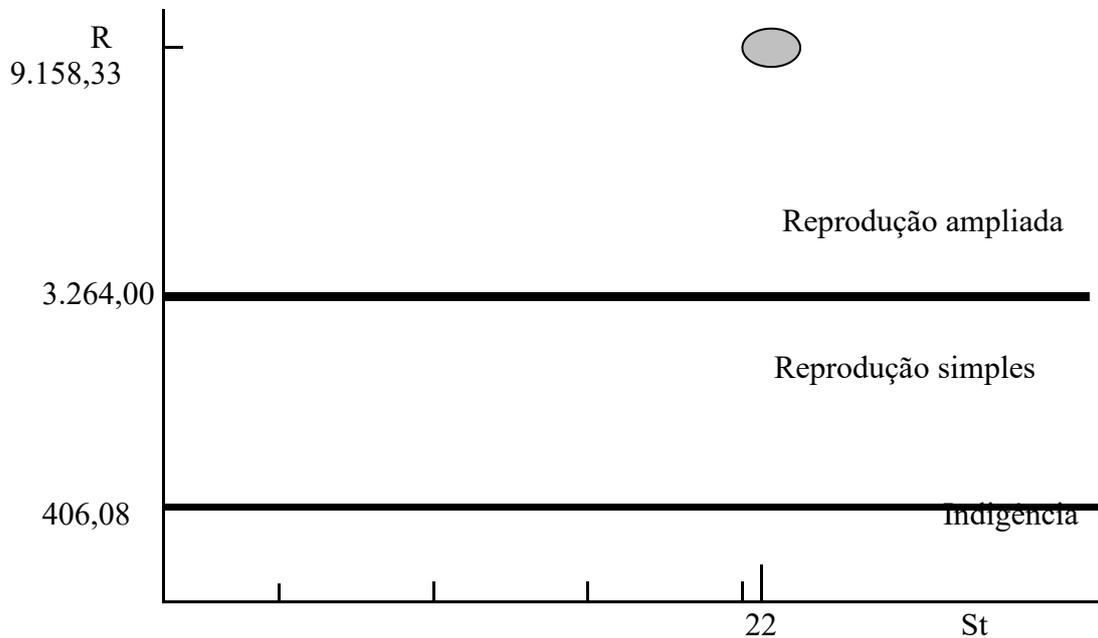
Produtor 10

Renda agrícola,
renda total e cesta básica



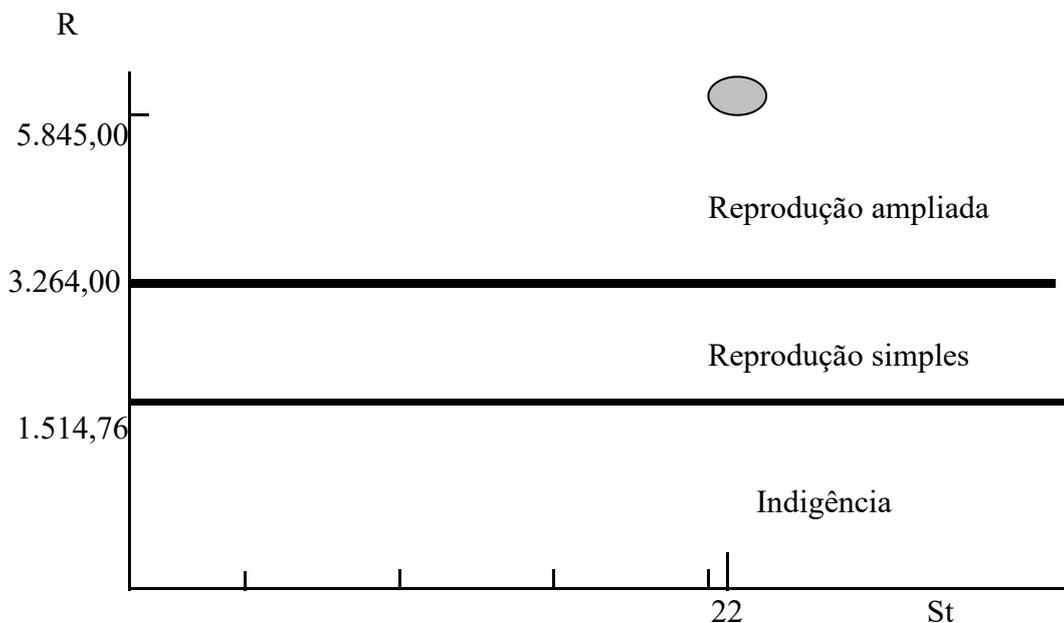
Produtor 11

Renda agrícola,
renda total e cesta básica



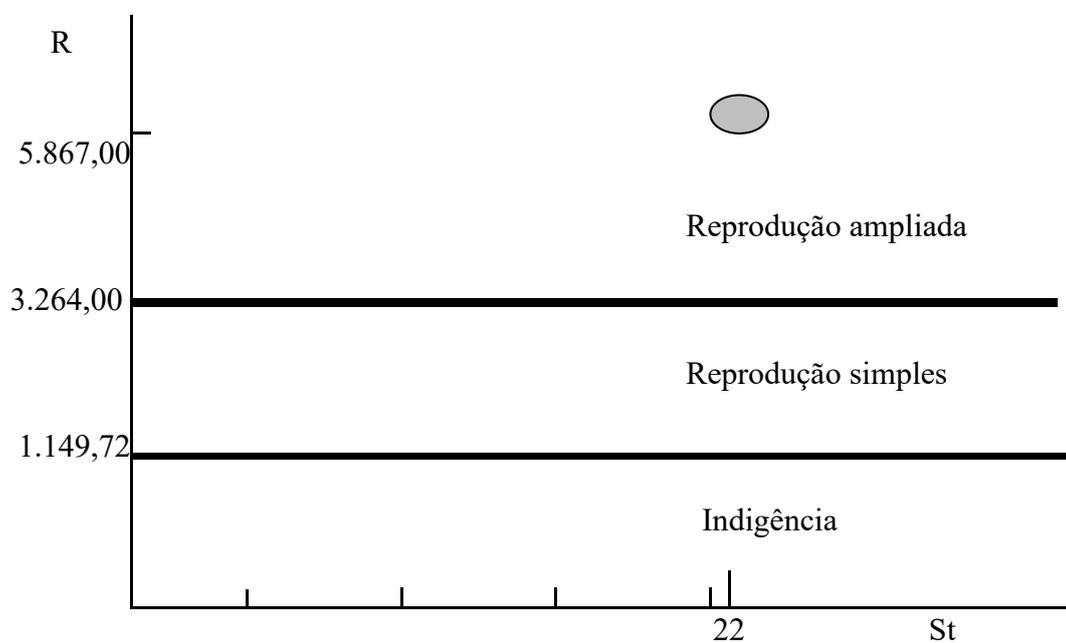
Produtor 12

Renda agrícola,
renda total e cesta básica

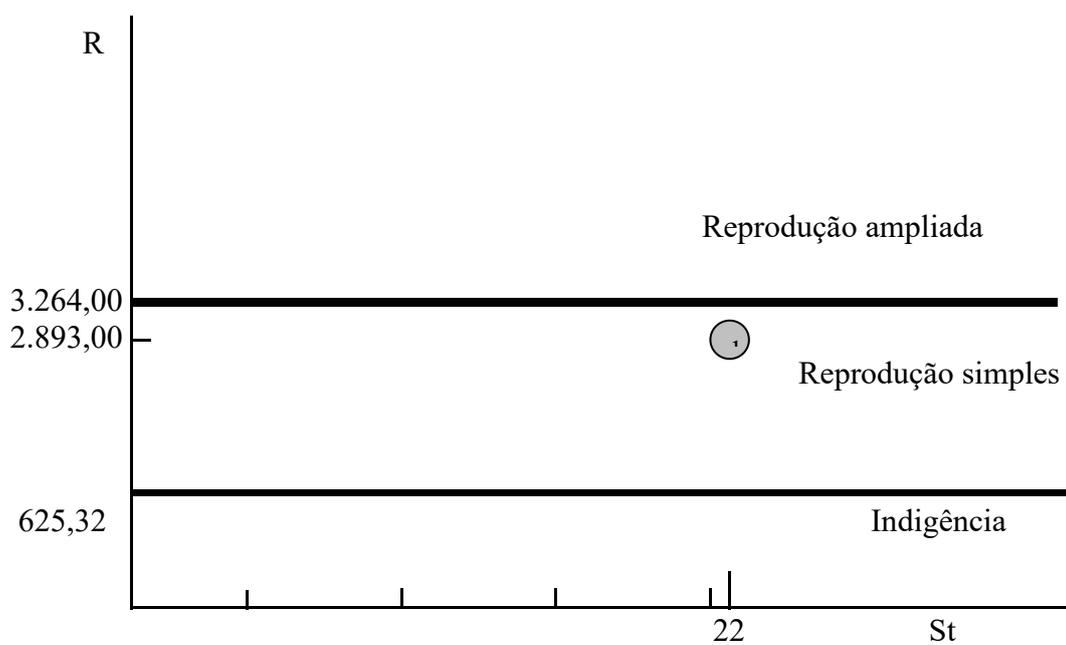


Produtor 13

Renda agrícola,
renda total e cesta básica

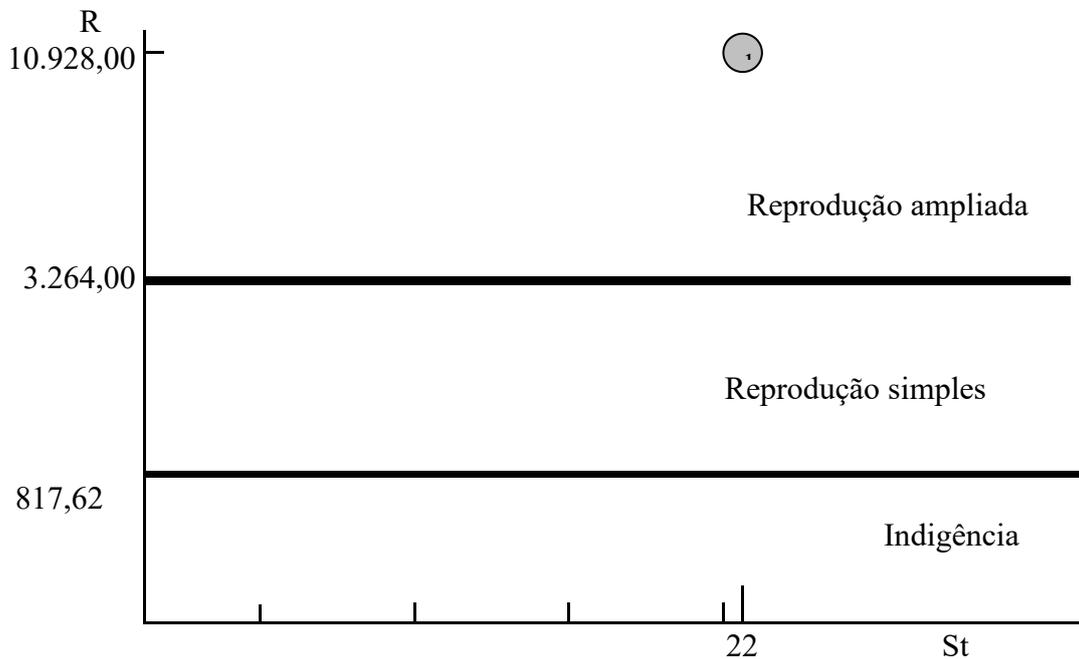
**Produtor 14**

Renda agrícola,
renda total e cesta básica



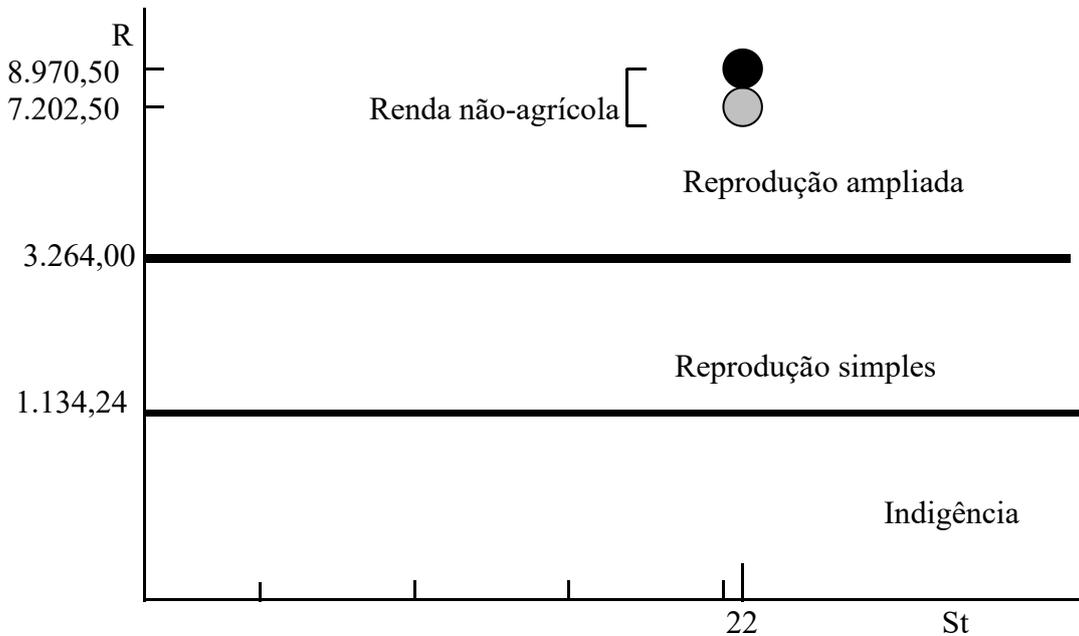
Produtor 15

Renda agrícola,
renda total e cesta básica



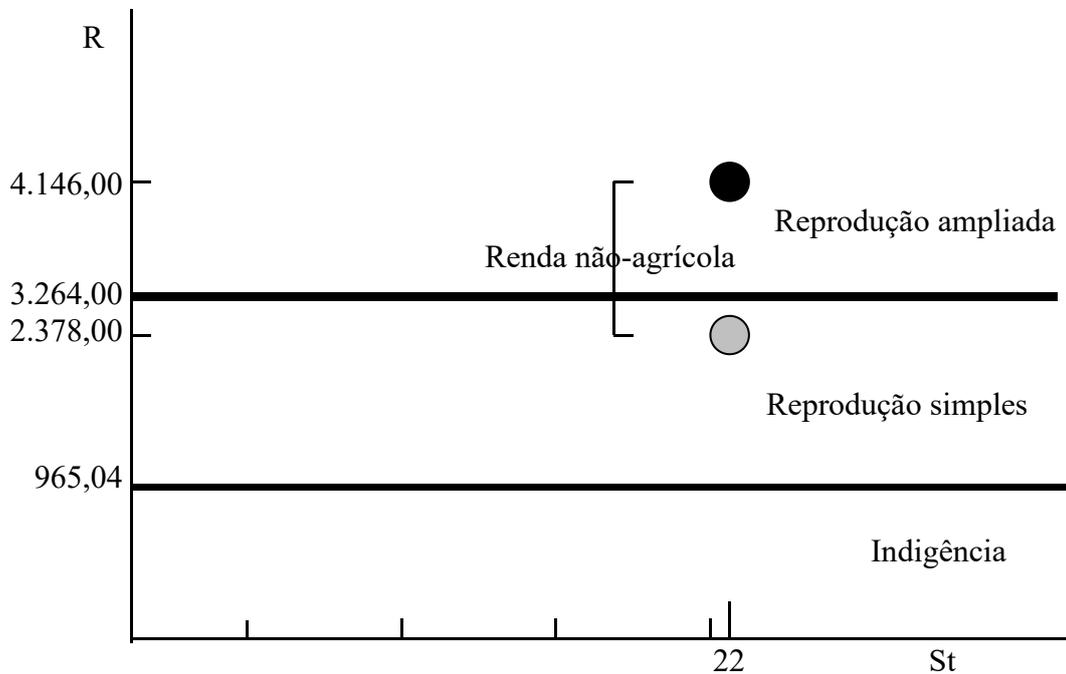
Produtor 16

Renda agrícola,
renda total e cesta básica



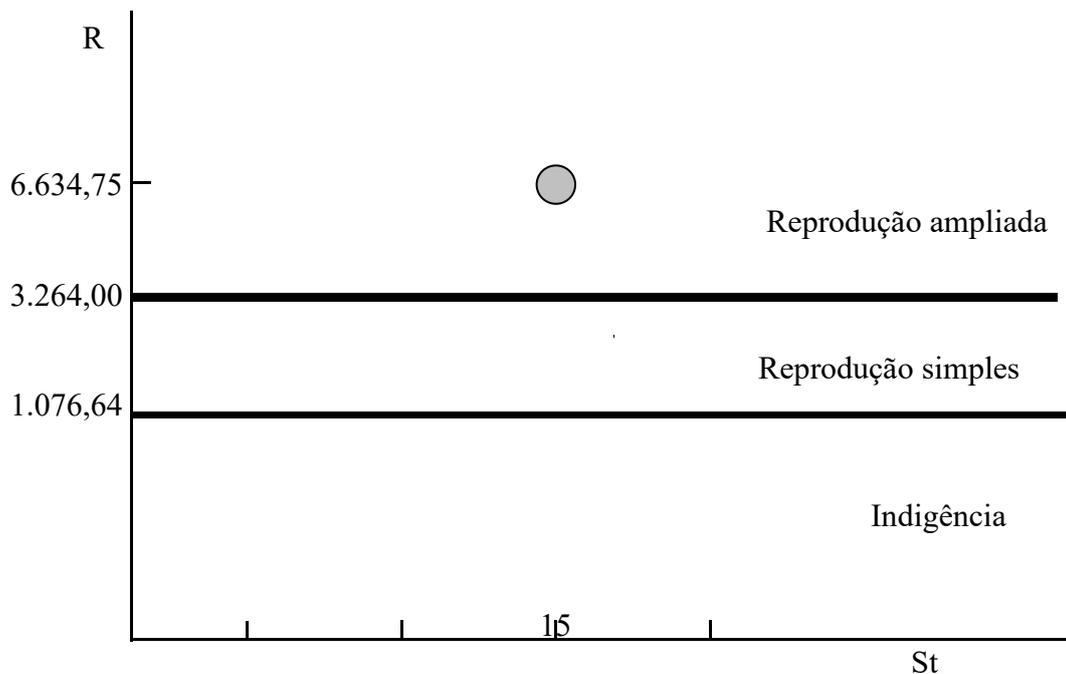
Produtor 17

Renda agrícola,
renda total e cesta básica



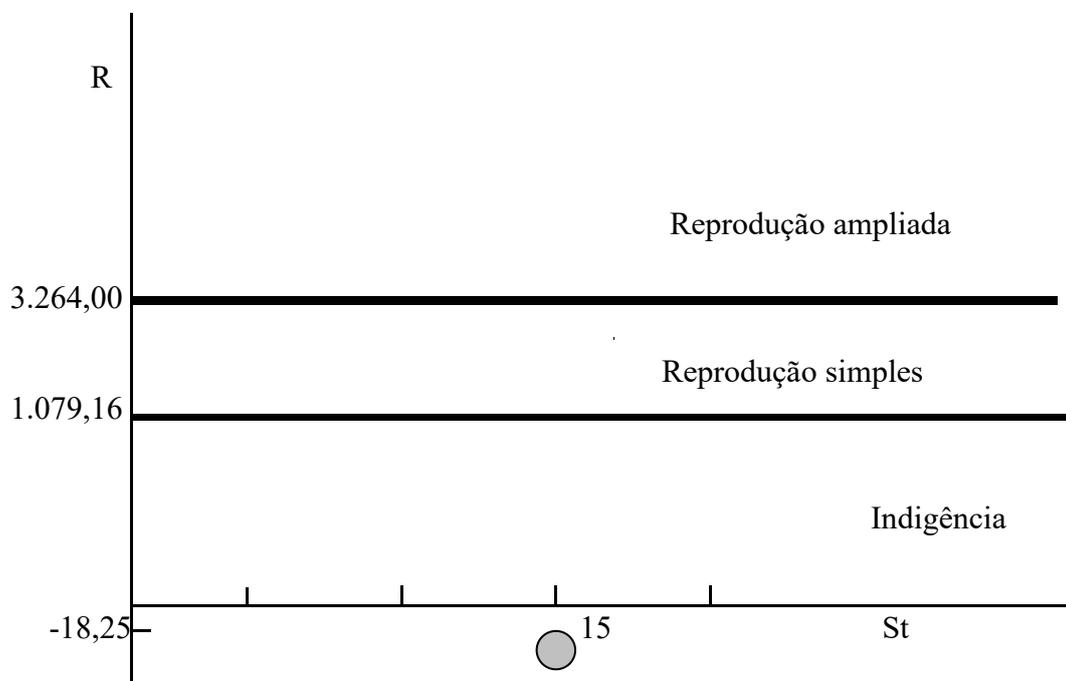
Produtor 18

Renda agrícola,
renda total e cesta básica

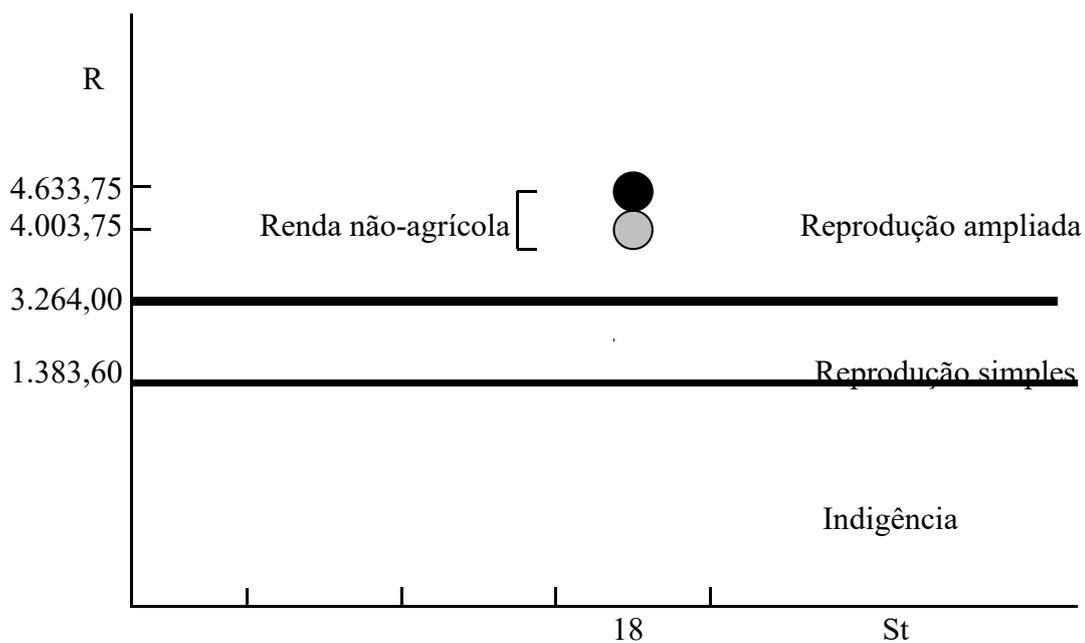


Produtor 19

Renda agrícola,
renda total e cesta básica

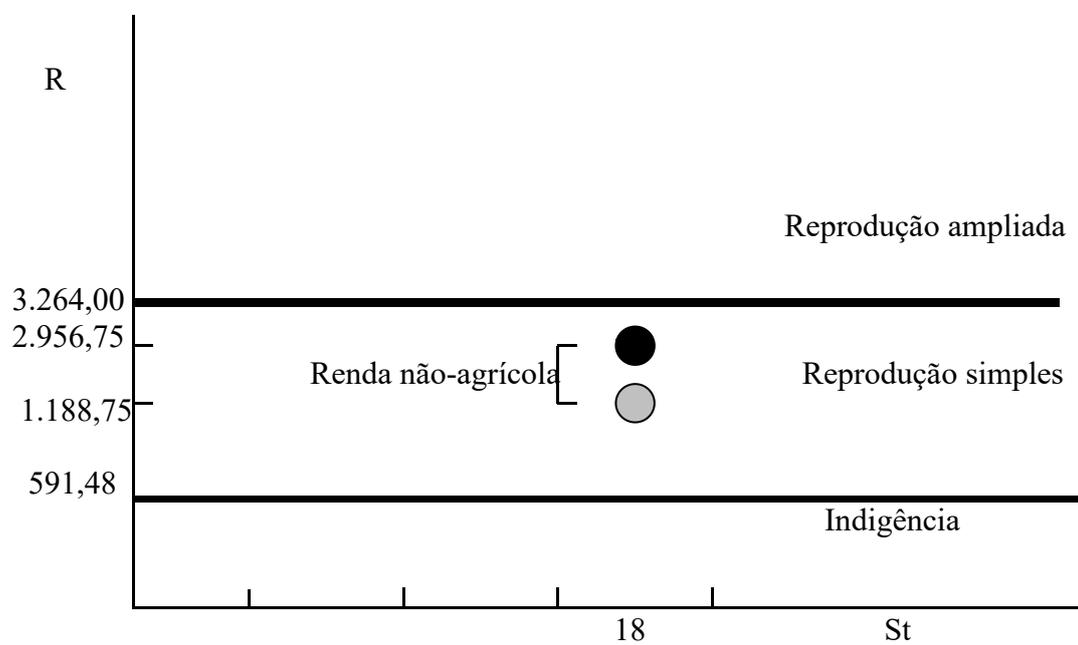
**Produtor 20**

Renda agrícola,
renda total e cesta básica

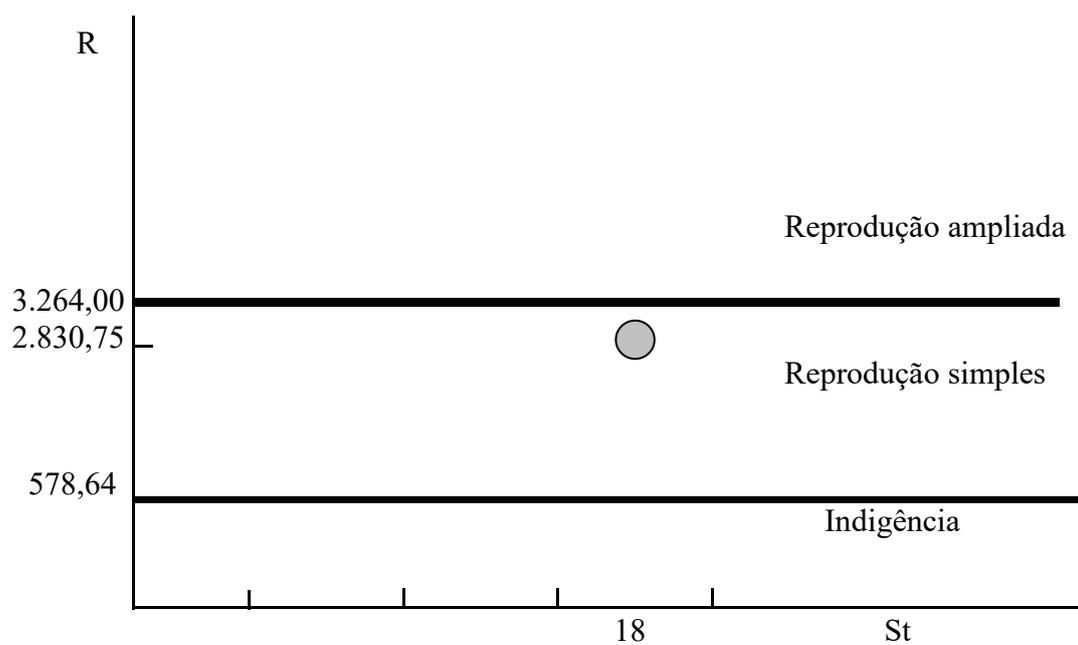


Produtor 21

Renda agrícola,
renda total e cesta básica

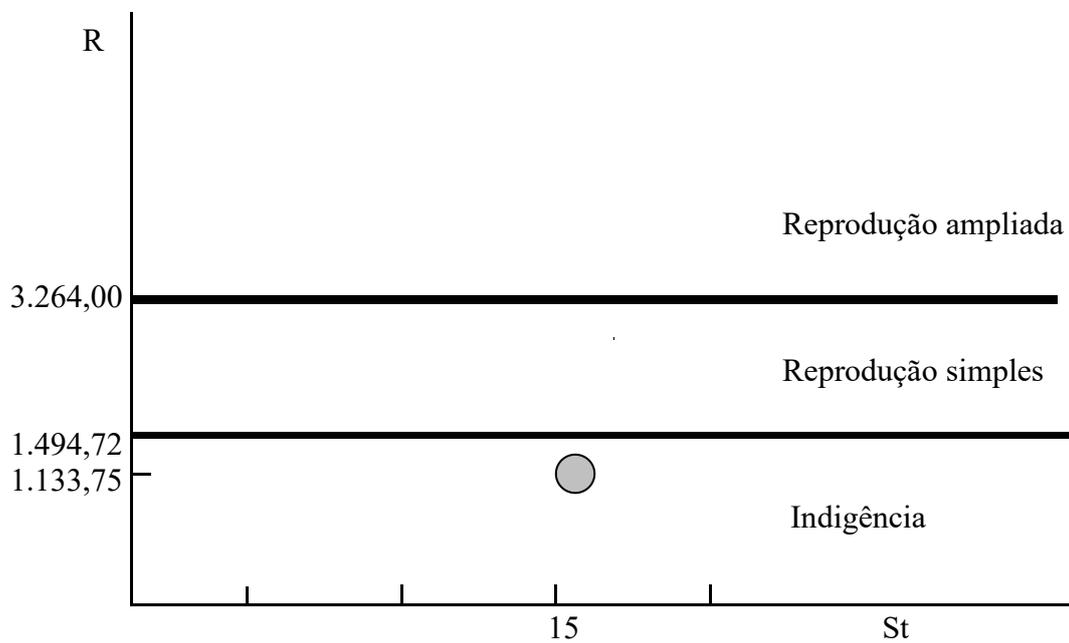
**Produtor 22**

Renda agrícola,
renda total e cesta básica

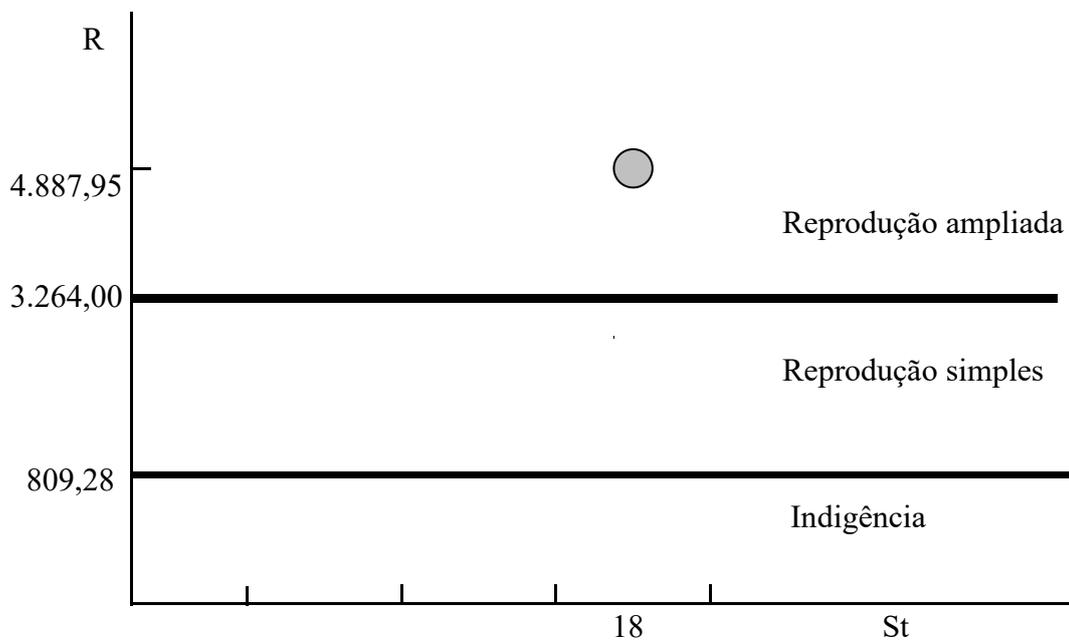


Produtor 23

Renda agrícola,
renda total e cesta básica

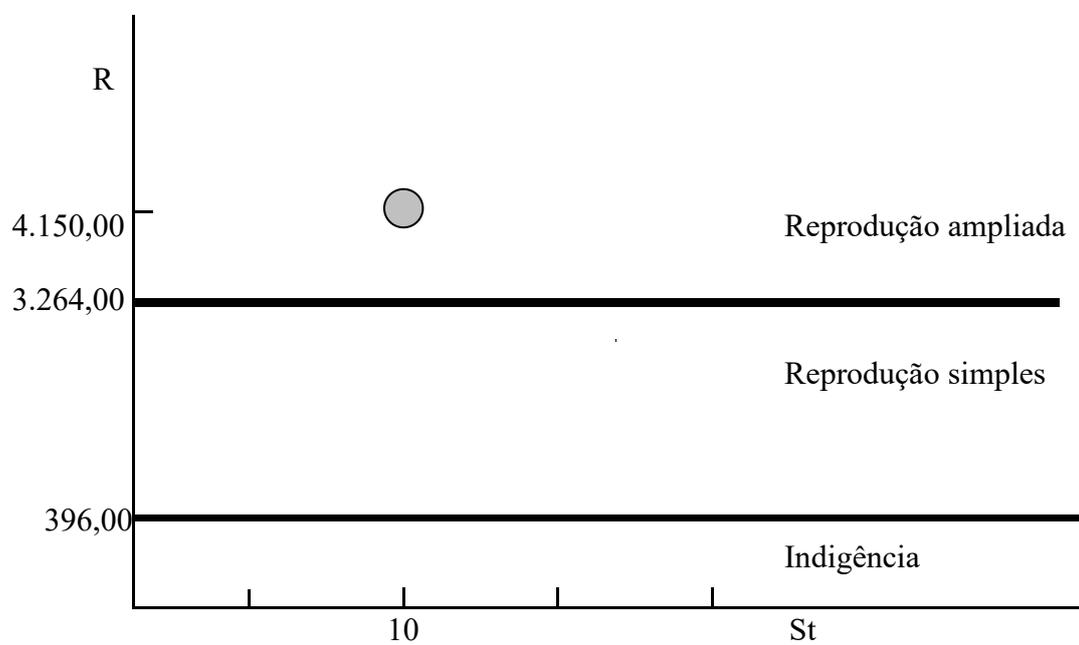
**Produtor 24**

Renda agrícola,
renda total e cesta básica

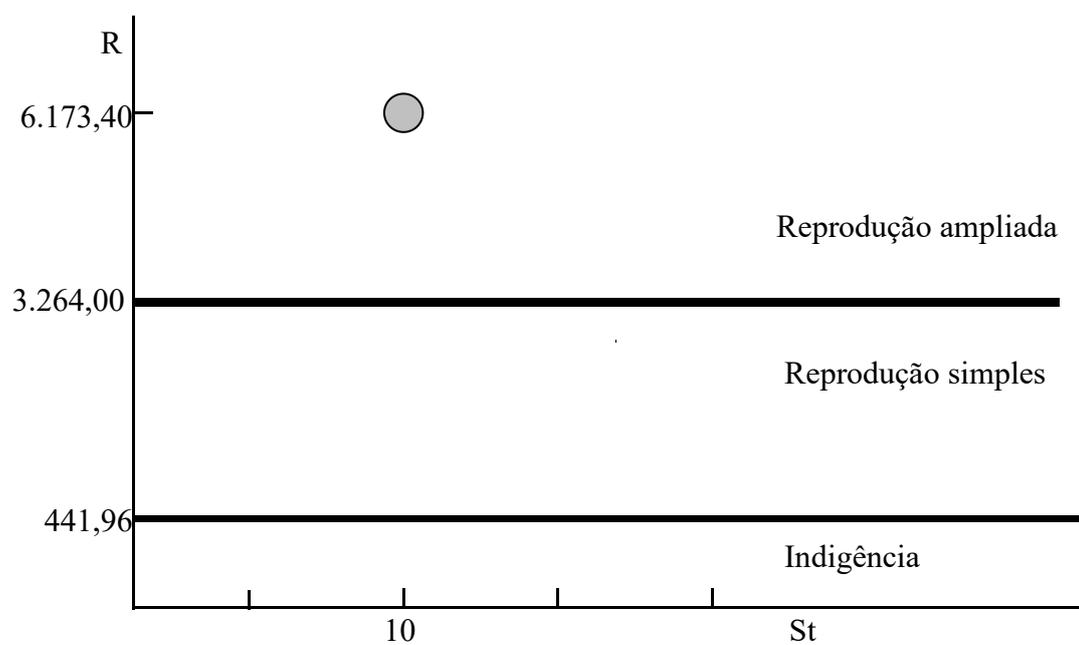


Produtor 25

Renda agrícola,
renda total e cesta básica

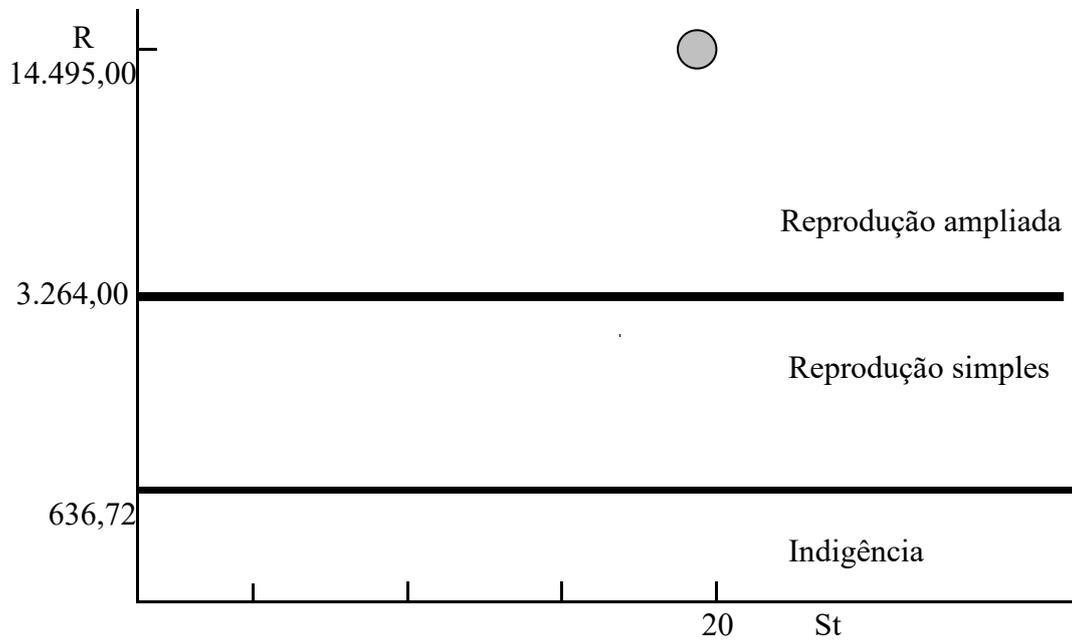
**Produtor 26**

Renda agrícola,
renda total e cesta básica



Produtor 27

Renda agrícola,
renda total e cesta básica



Cálculo dos parâmetros das curvas de produção

Sub-sistema - Mandioca

Produtor	S.A	Renda	Utf	R/Utf	R/S.A	S.A/Utf	Média R/Utf	Média R/S.A	Média S.A/Utf
Io de Abril									
1	1	590,00	4,0	147,50	590,00	0,25	2634,17	3773,08	3,58
3	1	60,00	1,0	60,00	60,00	1,00	5,00	5,00	5
4	2	2400,00	2,5	960,00	1200,00	0,80	526,83	754,62	0,72
6	2	2000,00	3,0	666,67	1000,00	0,67			
9	2,6	2400,00	3,0	800,00	923,08	0,87			
Riacho Ostras									
11	2	1500,00	1,5	1000,00	750,00	1,33	5645,56	5031,87	6,87
12	2,17	40,00	6,0	6,67	18,43	0,36	6,00	6,00	6
13	7,61	5400,00	4,5	1200,00	709,59	1,69	940,93	838,64	1,15
14	2,17	2000,00	1,0	2000,00	921,66	2,17			
15	4	8000,00	9,0	888,89	2000,00	0,44			
17	3,48	2200,00	4,0	550,00	632,18	0,87			
Bela Vista									
18	4	2096,00	5,0	419,20	524,00	0,80	1648,33	4130,13	3,18
20	1,3	495,00	1,0	495,00	380,77	1,30	6,00	6,00	6
21	0,21	125,00	4,5	27,78	595,24	0,05	274,72	688,35	0,53
22	0,21	125,00	4,5	27,78	595,24	0,05			
23	0,86	500,00	1,0	500,00	581,40	0,86			
24	0,43	625,00	3,5	178,57	1453,49	0,12			
N.Sra Rosário									
25	1,5	1800,00	2,0	900,00	1200,00	0,75	4900,00	3200,00	2,75
27	2	4000,00	1,0	4000,00	2000,00	2,00	2,00	2,00	2
							2450	1600,00	1,38

Sub-sistema - Cana

Produtor	Área	Renda	Utf	R/Utf	R/S.A	S.A/Utf	Média R/Utf	Média R/S.A	Média S.A/Utf
Io de Abril									
1	1	1340,00	4,0	335,00	1340,00	0,25	5623,50	9750,67	4,23

2	1	1540,00	1,0	1540,00	1540,00	1,00	7,00	7,00	7
3	1	1560,00	1,0	1560,00	1560,00	1,00	803,36	1392,95	0,60
4	1	2000,00	2,5	800,00	2000,00	0,40			
6	1	2475,00	3,0	825,00	2475,00	0,33			
7	1	253,00	2,0	126,50	253,00	0,50			
8	1,5	874,00	2,0	437,00	582,67	0,75			
R. Ostras									
11	1	3000,00	1,5	2000,00	3000,00	0,67	2030,00	4200,00	0,69
18	0,05	60,00	2,0	30,00	1200,00	0,03	2,00	2,00	2,00
N.Sra Rosário							1015,00	2100,00	0,35
26	1	2000,00	1,0	2000,00	2000,00	1,00	2000,00	2000,00	1,00

Sub-sistema - Gado

Produtor	S.A	Renda	UTf	R/UTf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/UTf	Média R/S.A	Média S.A/UTf
Io de Abril									
1	1	630,00	4,0	157,50	630,00	0,25	157,50	3498,00	1,69
3	0,5	630,00	1,0	630,00	1260,00	0,50	6,00	6,00	6
4	1	42,00	2,5	16,80	42,00	0,40	26,25	583,00	0,28
8	0,25	210,00	2,0	105,00	840,00	0,13			
9	0,7	420,00	3,0	140,00	600,00	0,23			
10	1	126,00	5,5	22,91	126,00	0,18			
Riacho Ostras									
11	3	56,00	1,5	37,33	18,67	2,00	992,22	849,67	6,38
13	7,83	247,00	4,5	54,89	31,55	1,74	5,00	5,00	5,00
14	1	336,00	1,0	336,00	336,00	1,00	198,44	169,93	1,28
15	3	126,00	9,0	14,00	42,00	0,33			
17	5,22	2200,00	4,0	550,00	421,46	1,31			
N.Sra Rosário									
25	3	320,00	2,0	160,00	106,67	1,50	1464,40	1411,07	2,50
26	1	1304,40	1,0	1304,40	1304,40	1,00	2	2,00	2,00
							732,2	705,53	1,25

Sub-sistema - Abacaxi

Produtor	S.A	Renda	UTf	R/UTf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/UTf	Média R/S.A	Média S.A/UTf
1o de Abril									
5	0,21	456,00	1,0	456,00	2171,43	0,21	2056,00	14171,43	0,65
7	0,5	750,00	2,0	375,00	1500,00	0,25	4	4	4
8	0,25	2250,00	2,0	1125,00	9000,00	0,13	514	3543	0,16
9	0,2	300,00	3,0	100,00	1500,00	0,07			
Riacho Ostras									
11	1	1500,00	1,5	1000,00	1500,00	0,67	1000,00	1500,00	0,67

Sub-sistema - Côco

Produtor	S.A	Renda	UTf	R/UTf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/UTf	Média R/S.A	Média S.A/UTf
Riacho Ostras									
12	0,1	300,00	6,0	50,00	3000,00	0,02	50,00	3000,00	0,02
Bela Vista									
24	0,21	680,00	3,5	194,29	3238,10	0,06	194,29	3238,10	0,06
N.Sra Rosário									
25	2	1600,00	2,0	800,00	800,00	1,00	3400,00	3066,67	3,50
26	1	1600,00	1,0	1600,00	1600,00	1,00	3,00	3,00	3,00
27	1,5	1000,00	1,0	1000,00	666,67	1,50	1133,33	1022,22	1,17

Sub-sistema - Galinhas

Produtor	S.A	Renda	UTf	R/UTf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/UTf	Média R/S.A	Média S.A/UTf
1o de Abril									
1	0,1	180,00	4,0	45,00	1800,00	0,03	45,00	1800,00	0,03
Riacho Ostras									
11	0,1	240,00	1,5	160,00	2400,00	0,07	546,97	16800,00	0,23
12	0,1	180,00	6,0	30,00	1800,00	0,02	6,00	6,00	6,00
13	0,1	360,00	4,5	80,00	3600,00	0,02	91,16	2800,00	0,04
14	0,1	180,00	1,0	180,00	1800,00	0,10			
15	0,1	480,00	9,0	53,33	4800,00	0,01			
16	0,1	240,00	5,5	43,64	2400,00	0,02			

Bela Vista									
18	0,125	240,00	2,0	120,00	1920,00	0,06	459,51	5580,66	1,14
19	1,95	278,00	2,0	139,00	142,56	0,98	5,00	5,00	5,00
21	0,1	8,00	4,5	1,78	80,00	0,02	91,90	1116,13	0,23
22	0,1	20,00	4,5	4,44	200,00	0,02			
24	0,21	680,00	3,5	194,29	3238,10	0,06			
N.Sra Rosário									
26	1	240,00	1,0	240,00	240,00	1,00	240,00	240,00	1,00

Sub-sistema - Feijão e milho

Produtor	S.A	Renda	Utf	R/Utf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/Utf	Média R/S.A	Média S.A/Utf
Riacho Ostras									
12	0,5	145,00	6,0	24,17	290,00	0,08	24,17	290,00	0,08
Bela Vista									
18	1	1433,00	2,0	716,50	1433,00	0,50	1671,39	5809,74	1,12
21	0,43	117,00	4,5	26,00	272,09	0,10	4,00	4,00	4,00
22	0,43	1075,00	4,5	238,89	2500,00	0,10	417,85	1452,44	0,28
23	0,43	690,00	1,0	690,00	1604,65	0,43			

Sub-sistema - Banana da terra

Produtor	S.A	Renda	Utf	R/Utf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/Utf	Média R/S.A	Média S.A/Utf
Io de Abril									
3	0,5	50,00	1,0	50,00	100,00	0,50	50,00	100,00	0,50
Bela Vista									
20	0,05	2000,00	1,0	2000,00	40000,00	0,05	2000,00	40000,00	0,05
N.Sra Rosário									
25	0,5	80,00	2,0	40,00	160,00	0,25	40,00	160,00	0,25

Sub-sistema - Feijão

Produtor	S.A	Renda	Utf	R/Utf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/Utf	Média R/S.A	Média S.A/Utf
Riacho Ostras									
11	1	475,00	1,5	316,67	475,00	0,67	541,25	2314,66	1,00
15	1	1650,00	9,0	183,33	1650,00	0,11	3	3	3

17	0,87	165,00	4,0	41,25	189,66	0,22	180,42	771,55	0,33
N.Sra Rosário									
27	1,5	1375,00	1,0	1375	0,00073	1890625	1375	0,00073	1890625

Sub-sistema - Pomar

Produtor	S.A	Renda	UTf	R/UTf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/UTf	Média R/S.A	Média S.A/UTf
Io de Abril									
5	0,01	170,00	1,0	170,00	17000,00	0,01	170,00	17000,00	0,01
Riacho Ostras									
12	0,43	852,00	6,0	142,00	1981,40	0,07	142,00	1981,40	0,07
Bela Vista									
19	0,25	50,00	2,0	25,00	200,00	0,13	25,00	200,00	0,13

Sub-sistema - Horta

Produtor	S.A	Renda	UTf	R/UTf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/UTf	Média R/S.A	Média S.A/UTf
Io de Abril									
5	0,01	1276,00	1,0	1276,00	127600,00	0,01	1359,78	173680,00	0,01
10	0,01	460,80	5,5	83,78	46080,00	0,0018	2	2	2
Bela Vista									
20	0,01	1068,00	1,0	1068,00	106800	0,01	1277,14	180000,00	0,01
24	0,01	732,00	3,5	209,14	73200	0,003	2	2	2
							639	90000	0,01

Sub-sistema - Amendoim

Produtor	S.A	Renda	UTf	R/UTf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/UTf	Média R/S.A	Média S.A/UTf
Riacho Ostras									
11	1	1150,00	1,5	766,67	1150,00	0,67	1018,03	1968,37	1,67
12	0,21	30,00	6,0	5,00	142,86	0,04	4,00	4,00	4,00
14	0,87	203,70	1,0	203,70	234,14	0,87	255	492	0,42
15	0,87	384,00	9,0	42,67	441,38	0,10			

Sub-sistema - Mandioca com grãos

Produtor	S.A	Renda	UTf	R/UTf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/UTf	Média R/S.A	Média S.A/UTf
Bela Vista									

19	1,7	132,00	2,0	66,00	77,65	0,03	66,00	77,65	0,03
N.Sra Rosário									
26	1	635,00	1,0	635,00	635,00	1,00	635,00	635,000	1,00

Sub-sistema - Laranja

Produtor	S.A	Renda	UTf	R/UTf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/UTf	Média R/S.A	Média S.A/UTf
N.Sra Rosário									
27	3	220,00	1,0	220,00	73	3	220,00	73,333	3

Sub-sistema - Consórcio café com pimenta do reino

Produtor	S.A	Renda	UTf	R/UTf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/UTf	Média R/S.A	Média S.A/UTf
Riacho Ostras									
12	0,43	3816,00	6,0	636,00	8874,42	0,07	636,00	8874,42	0,07

Sub-sistema - Consórcio verduras

Produtor	S.A	Renda	UTf	R/UTf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/UTf	Média R/S.A	Média S.A/UTf
Bela Vista									
18	0,43	3180,00	5,0	636,00	7395,35	0,09	1656	16179	0,30
21	0,43	930,00	4,5	206,67	2162,79	0,10	3,00	3,00	3,00
24	0,43	2847,00	3,5	813,43	6620,93	0,12	552	5393	0,10

Sub-sistema - Melancia

Produtor	S.A	Renda	UTf	R/UTf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/UTf	Média R/S.A	Média S.A/UTf
Bela Vista									
21	0,5	65,00	4,5	14,44	130,00	0,11	244,89	2204,00	0,22
22	0,5	1037,00	4,5	230,44	2074,00	0,11	2	2	2
							122,44	1102,00	0,11

Sub-sistema – Café, feijão de corda e andu

Produtor	S.A	Renda	UTf	R/UTf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/UTf	Média R/S.A	Média S.A/UTf
N.Sra. do Rosário									
26	1	484	1	484	484	1	484	484	1

Sub-sistema – Café e banana da terra

Produtor	S.A	Renda	UTf	R/UTf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/UTf	Média R/S.A	Média S.A/UTf
N.Sra. do Rosário									
27	6	3700	1	3700	617	6	3700	617	6

Sub-sistema - Café e feijão

Produtor	S.A	Renda	UTf	R/UTf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/UTf	Média R/S.A	Média S.A/UTf
N.Sra. do Rosário									
25	2	320	2	160	160	1	160	160	1

Sub-sistema - Café, urucum, cana e jaca

Produtor	S.A	Renda	UTf	R/UTf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/UTf	Média R/S.A	Média S.A/UTf
Riacho das Ostras									
16	1	5435	5,5	988	5435	0,18	988	5435	0,18

Sub-sistema - Urucum

Produtor	S.A	Renda	UTf	R/UTf	R/S.A	S.A/UTF	Média R/UTf	Média R/S.A	Média S.A/UTf
Riacho das Ostras									
11	1	756	1,5	504	756	0,214	508,7	3556,0	0,2
12	0,01	28	6	4,7	2800	0,002	2	2	2
							254	1778	0,11

Disposição dos sistemas de cultivo, criação e beneficiamento dos produtores rurais

Assentamento 1º de Abril	Sub-sistemas de cultivo				Sub-sistemas de criação		Sub-sistemas de beneficiamento	Outros	
Produtor									
1	Côco, milho, feijão, abóbora e melancia	Cana	Mandioca		Gado	Galinhas			
2	Côco	Cana						Área em repouso	
3	Côco c/ feijão	Cana	Mandioca	Banana da terra	Gado			Área em repouso	Pastagem coletiva
4	Côco, mandioca, feijão e milho	Cana	Mandioca		Gado				Pastagem coletiva
5	Côco	Abacaxi	Horta	Pomar				Área em repouso	
6	Côco com feijão	Cana	Mandioca				Alambique coletivo		
7	Côco com mandioca	Cana	Abacaxi				Casa de farinha coletivo	Área em repouso	
8	Côco com mandioca	Cana	Abacaxi				Casa de farinha coletiva		Pastagem coletiva
9	Côco com mandioca	Mandioca	Abacaxi		Gado		Casa de farinha coletiva		Pastagem coletiva
10	Côco com mandioca	Horta			Gado		Casa de farinha coletiva		

Produtor	Sub-sistema de cultivo								Sub-sistema de criação			Sub-sistema de beneficiamento	Outros	
Assentamento Riacho das Ostras														
11	Abacaxi	Cana	Urucum	Mandioca	Maracujá	Milho	Feijão	Amendoim	Gado	Galinhas	Porcos	Farinheira motorizada		
12	Pimenta do reino e café	Feijão e milho	Maracujá	Mandioca	Amendoim	Pomar	Urucum	Côco		Galinhas		Casa de farinha coletiva	Pastagem – aluguel	
13	Mandioca								Gado	Galinhas		Casa de farinha coletiva		
14	Mandioca	Feijão	Amendoim						Gado	Galinhas				
15	Mandioca	Feijão	Amendoim	Pomar	Viveiro Mudas							Casa de farinha	Pastagem - aluguel	
16	Mandioca, milho e feijão	Urucum, café, cana e jaca								Galinhas		Casa de farinha coletiva	Pastagem	
17	Mandioca	Feijão	Milho									Casa de farinha coletiva	Pastagem	
Assentamento Bela Vista														
18	Mandioca	Cana	Milho e feijão	Batata, abóbora, feijão de corda e andu					Gado	Galinhas		Casa de farinha coletiva		
19	Mandioca, feijão e milho	Pomar								Galinhas				
20	Mandioca	Milho e feijão	Abacaxi	Banana	Horta									
21	Abóbora, feijão de corda, batata, andu e caxixe	Melancia	Mandioca	Milho e feijão						Galinhas		Casa de farinha coletiva		

22	Abóbora	Melan cia	Mandioca	Milho e feijão					Gado	Galinhas			
23	Mandioca	Milho e feijão										Casa de farinha coletiva	
24	Abóbora, andu, feijão de corda, fava e batata	Horta	Côco	Mandioca	Banana							Casa de farinha coletiva	
Assentamento N. Sra do Rosário													
25	Côco	Mandi oca	Café e feijão	Banana da terra					Gado				Gado coletivo
26	Laranja	Côco	Café, feijão de corda e andu	Mandioca e feijão	Cana				Gado	Galinhas			
27	Café e banana da terra	Côco	Cana	Chácara de laranja	Mandio ca	Feijão	Eucalipto					Casa de farinha coletiva	Área desocup ada

Fotografias

Alambique semi-manufaturado

Casa de farinha

Escola Municipal

Área de lazer

Plantação de cana

Plantação de eucalipto

Carvoaria

Pastagem e área devastada

Trator

Casa de assentado

Mapas

